

EVOLUÇÃO NA CONTINUIDADE

Barómetro do Observatório de luta
contra a Pobreza na cidade de Lisboa

Fase II



Sónia Costa (Coord.)
Marta Santos
Isabel Guerra

Evolução na Continuidade

Barómetro do Observatório de Luta contra
a Pobreza na cidade de Lisboa – Fase II

Sónia Costa (Coord.)
Marfa Santos
Isabel Guerra

Título	Evolução na continuidade. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa - Fase II
Autores	Sónia Costa (coord.) Marta Santos Isabel Guerra
Colaboração	Raquel Tavares Mafalda Sousa
Prefácio	P.º Agostinho Jardim Moreira
Edição	EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa Rua Soeiro Pereira Gomes, Edifício América, n.º 7 APT 311 1600-196 Lisboa Tel.: +351 21 798 64 48 Fax: +351 21 797 65 90 Email:observatoriopobreza@eapn.pt www.observatorio-lisboa.eapn.pt www.eapn.pt
Design gráfico	make_up design – augusto pires
Foto da capa	Sérgio Aires
Produção e paginação	Edições Húmus
Impressão	Papelmunde
Data da edição	2015
Depósito Legal	394478/15
ISBN	978-989-8304-39-1
Apoio	Fundação Montepio

Nota: Esta publicação resulta de um estudo desenvolvido em parceria entre o Dinâmia-CET/IUL e o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
1. Processos de vulnerabilização do Painel do Barómetro: percepção dos problemas e estratégias para a sua superação.	23
1.1. A exposição prolongada a um contexto de pobreza: as vulnerabilidades continuadas	26
1.2. O acentuar dos processos de vulnerabilização	29
1.3. A saída da situação de pobreza: dois casos	30
1.4. Principais momentos críticos entre 2011-2014: uma redução generalizada dos apoios sociais e prevalência de problemas de saúde	33
1.5. A disposição para a ação: no limite da acomodação, emerge a frustração e prevalece a resiliência.	37
1.6. Retrato por área problemática e estratégias de superação	46
1.6.1. Rendimentos	46
1.6.2. Educação e Formação profissional	57
1.6.3. Emprego	72
1.6.4. Habitação	86
1.6.5. Saúde	100
1.7. Da responsabilidade do problema à responsabilidade da resolução	112
1.7.1. Os problemas em si	114
1.7.2. Os problemas na família	117
1.7.3. Os problemas na sociedade	119
1.7.4. O indivíduo e a sociedade: juntos no problema e na resolução	121
2. Estratégias de gestão da vulnerabilidade.	125
2.1. Percursos nos dispositivos de assistência social/sistema de proteção social e intensidade da relação	125
2.1.1. Percursos longos e intensos de relação com os dispositivos de assistência	128
2.1.2. Primeiro contacto precoce, mas com relação pontual	132
2.1.3. O contacto mais recente com o sistema	133
2.2. Presente e gestão da privação	140
2.2.1. A estratégia institucional e as disposições na adesão à condição de assistido	142
2.2.2. A estratégia solidária	155
2.2.3. A Estratégia hipotecada	164
2.2.4. A Estratégia autonomizante	170
3. Resultados dos apoios na satisfação das necessidades: dissabores e dissonâncias.	175
3.1. Uma relação com os dispositivos de assistência avaliada negativamente	175
3.2. As carências ainda por colmatar	179
3.3. Apoios recebidos com reduzidos impactos	187
4. Percepção das políticas atuais e mobilização coletiva.	191
4.1. Aumento da intensidade e criticidade das políticas e apoios sociais	192
4.2. Expostos ao risco, mas pouco mobilizados para a ação coletiva	203
5. Olhar o Futuro: da expectativa ao abandono, uma resiliência quase militante	205

Conclusões	213
Bibliografia	545
Anexo 1 – Uma caracterização sociodemográfica do Painel do barómetro da pobreza	251
Anexo 2 – Enquadramento das alterações legislativas.	256
Anexo 3 – Quadros de suporte ao Capítulo 1.5.. . . .	264
Anexo 4 – Quadros de suporte ao Capítulo 1.6.4.. . . .	265
Anexo 5 – Quadros de suporte ao Capítulo 2.1.. . . .	266

Quadro 1. Barómetro Fase II - Número de entrevistas realizadas por perfil e território	18
Quadro 2. Entrevistados de 2011 que não integram o painel inquirido em 2014 e motivos	19
Quadro 3. Entrevistados em situação de pobreza há mais de 8 anos por perceção da situação de pobreza.	27
Quadro 4. Entrevistados em situação de pobreza há menos de 8 anos por perceção da situação de pobreza.	29
Quadro 5. Perfis de entrevistados por perceção da pobreza.	32
Quadro 6. Principais momentos críticos 2011-2014 por perfil de pobreza	34
Quadro 7. Disposição para ação dos entrevistados em 2011 e 2014	38
Quadro 8. Perfis de Entrevistados por Disposição de Ação 2014.	44
Quadro 9. Balanço comparativo 2011-2014 – Fontes de Rendimento do Agregado Familiar	47
Quadro 10. Composição das Fontes de rendimento do agregado familiar (2011-2014)	47
Quadro 11. Auto Balanço Comparativo 2011-2014 – situação económica	50
Quadro 12. Média do posicionamento numa escala (1-10) por perceção de situação de pobreza	52
Quadro 13. Balanço comparativo 2011-2014 – Perceção de ser pobre	53
Quadro 14. Níveis de Escolaridade do Painel do Barómetro da pobreza e tendências face ao perfil de pobreza, idade, exclusão intergeracional, perceção da situação de pobreza, disposição para a ação.	59
Quadro 15. Nível de Escolaridade partida e nível de escolaridade atingido em idade ativa por perfil	62
Quadro 16. Deseja qualificação escolar 2011-2014	66
Quadro 17. Cursos de Formação Profissional em idade ativa e Impactos na integração no mercado de trabalho	68
Quadro 18. Desejo de qualificação profissional 2014	70
Quadro 19. Identificação dos entrevistados por perfil com vida ativa maioritariamente caracterizada pela estabilidade ou instabilidade da sua relação com o mercado de trabalho.	73
Quadro 20. Entrevistados com trabalho 2011-2014	77
Quadro 21. Entrevistados com entradas e saídas do mercado de trabalho 2011-2014	80
Quadro 22. Entrevistados sem trabalho 2011-2014	83
Quadro 23. Perfil dos entrevistados por relação com o mercado de trabalho nos últimos 3 anos	84
Quadro 24. Postura na procura de trabalho e Formas de procura.	86
Quadro 25. Estatuto de ocupação da habitação dos entrevistados em 2011 e em 2014 por perfil (nº)	90
Quadro 26. Perceção de problemas com a habitação em 2011 e em 2014 por perfil	92
Quadro 27. Condições habitacionais, 2011 e 2014 (nº e %)	93
Quadro 28. Condições habitacionais dos entrevistados em 2011 segundo as condições habitacionais em 2014.	95
Quadro 29. Condições habitacionais segundo o estatuto de ocupação da habitação em 2014 (nº)	96
Quadro 30. Balanço das condições habitacionais segundo as condições habitacionais em 2011	97
Quadro 31. Estratégia acionada para melhorar as condições habitacionais por perfil em 2014 (nº)	98
Quadro 32. Principais características dos entrevistados que mudaram e não mudaram de residência	99
Quadro 33. Balanço do estado de saúde dos entrevistados por perfil 2014.	101
Quadro 34. Evolução da perceção da origem dos problemas	122
Quadro 35. Evolução da Perceção sobre a responsabilidade da resolução das suas necessidades/problemas	123

Quadro 36. Perceção dos problemas, perfis tendenciais e estratégias de ação, 2014	123
Quadro 37. Relação com o trabalho e o sentido da estratégia de ação presente e futura	124
Quadro 38. Perfis de entrevistados por data do primeiro contacto com dispositivos de assistência social/sistema de proteção social	127
Quadro 39. Número de entrevistados segundo o tipo de estratégia de gestão da privação e ano (nº e %)	141
Quadro 40. Evolução do número de entrevistados entre 2011-2014 por tipo de estratégia de gestão da privação (nº)	142
Quadro 41. Tipo de adesão aos dispositivos de assistência social	143
Quadro 42. Perfil de entrevistados, segundo o tipo de adesão aos dispositivos de assistência social	144
Quadro 43. Comparação da manifestação de resistência na adesão aos dispositivos de assistência, por perfil de pobreza e balanço da situação económica	147
Quadro 44. Balanço do tipo de apoios dos entrevistados ex-beneficiários do RSI e perceção da evolução da sua situação económica.	153
Quadro 45. Perfil de entrevistados por grau de coesão familiar (2014)	163
Quadro 46. Recurso à estratégia hipotecada segundo as restantes estratégias e perfil, 2014	167
Quadro 47. Perfil do entrevistado que recorre à estratégia hipotecada	168
Quadro 48. Entrevistado por perfil e fase do barómetro em que convocam a estratégia autonomizante, 2011 e 2014	172
Quadro 49. Número de entrevistados que convocam a estratégia autonomizante segundo as restantes estratégias e perfil, 2014	173
Quadro 50. Avaliação da relação com a assistência por perfis de entrevistados.	177
Quadro 51. Resultados dos apoios, por área problemática	180
Quadro 52. Resultados dos apoios - Rendimentos.	182
Quadro 53. Resultados dos apoios - Alimentação	183
Quadro 54. Resultados dos apoios - Saúde	184
Quadro 55. Resultados dos apoios - Habitação	185
Quadro 56. Resultados dos apoios – Educação e Formação profissional.	186
Quadro 57. Resultados dos apoios - Emprego.	187
Quadro 58. Quantidade - Dimensões positivas e críticas das políticas sociais segundo os entrevistados	195
Quadro 59. Qualidade - Dimensões positivas e críticas das políticas sociais segundo os entrevistados	199
Quadro 60. Acessibilidade - Dimensões positivas e críticas das políticas sociais segundo os entrevistados	202
Quadro 61. Retrato evolutivo: disposição, responsabilização (problema e resolução), auto-imagem e futuro (2011-2014)	211
Quadro 62. Principais tendências/características dos entrevistados residentes nas duas zonas residenciais	224
Quadro 63. Síntese dos resultados das 3 esferas de inserção: educação, habitação e saúde (entre 2011 e 2014)	239
Quadro 64. Distribuição dos entrevistados por escalões etários e perfis	251
Quadro 65. Distribuição dos entrevistados por nível de escolaridade e perfis	252
Quadro 66. Distribuição dos entrevistados por estado civil e perfil.	253
Quadro 67. Distribuição dos entrevistados por tipologia familiar e perfil.	254
Quadro 68. Entrevistados segundo a dimensão familiar.	255
Quadro 69. Balanço comparativo Disposição para a Ação 2011-2014 por perfil de pobreza.	264
Quadro 70. Distribuição dos entrevistados por perfil e freguesia de residência.	265
Quadro 71. Data do primeiro contacto com dispositivos de assistência social/sistema de proteção social, por perfis de entrevistados e área de residência.	266
Quadro 72. Tipo de relação com os dispositivos de assistência	266
Quadro 73. Perfil de entrevistados, segundo o tipo de relação com os dispositivos de assistência	267

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Intergeracionalidade da pobreza e duração dos incidentes críticos.	26
Gráfico 2. Níveis de Escolaridade dos entrevistados do Barómetro da Pobreza – Fase II	58
Gráfico 3. Primeiro contacto com dispositivos de assistência social/sistema de proteção social	126
Gráfico 4. Intensidade da relação com os dispositivos de assistência social.	127
Gráfico 5. Número e tipo de apoios auferidos entre 2011 e 2014.	152
Gráfico 6. Balanço do recurso à rede informal como forma de colmatar carências (2011-2014)	155
Gráfico 7. Evolução do grau de coesão familiar (2011-2014)	161
Gráfico 8. Avaliação da relação com a assistência social.	176
Gráfico 9. Balanço da avaliação das políticas sociais segundo os entrevistados (2011-2014) . . .	192
Gráfico 10. Tempo em situação de pobreza face à intergeracionalidade da exclusão social. . . .	219
Gráfico 11. O que define um pobre (n.ºs absolutos)	226
Gráfico 12. Origem dos rendimentos monetários, 2011 e 2014.	235
Gráfico 13. Resultado dos apoios por áreas problemáticas (n.ºs absolutos)	237

Índice de Figuras

Figura 1: Modelo concetual e analítico	13
Figura 2. Perfís de Pobreza 2011 e Alterações	24
Figura 3. Perfís de pobreza 2014.	25
Figura 4. Evolução da disposição para a acção dos entrevistados por perfil entre 2011 e 2014	43
Figura 5. Sentidos da Pobreza para os Entrevistados	57
Figura 6. Perceção dos impactos da qualificação escolar na inserção do mercado de trabalho	61
Figura 7. Entrevistados por perfil de pobreza com atividade laboral contínua, intermitência laboral e sem trabalho (2011-2014)	74
Figura 8. Distribuição dos entrevistados por zona residencial - 2014	88
Figura 9. Grau de limitação dos entrevistados para o desempenho de uma atividade profissional por motivos de saúde em 2011 e 2014	102
Figura 10. Evolução do estado de saúde dos entrevistados e seus agregados familiares em 2011 e 2014	108
Figura 11. Auto percepção de problemas	114
Figura 12. Auto Perceção dos Problemas em si	116
Figura 13. Auto Perceção dos Problemas na Família	119
Figura 14. Auto Perceção dos Problemas na Sociedade	121
Figura 15. Tipo de apoios da rede informal, por número de entrevistados	157
Figura 16. Entrevistado por perfil e fase do barómetro em que convocam a estratégia hipotecada, 2011 e 2014	165
Figura 17. Comparação da percepção da situação de pobreza em 2014 face a 2011	215
Figura 18. Comparação da percepção de situação de pobreza em 2011 e 2014	217
Figura 19. Situações problemáticas com impacto na entrada ou manutenção da pobreza e exclusão social.	220
Figura 20. Principais incidentes críticos narrados	222
Figura 21. Perceção sobre a sua situação de pobreza	225
Figura 22. Atitudes face à sua situação	227
Figura 23. Relação com o trabalho, 2011 e 2014.	231
Figura 24. Principais críticas às Políticas Sociais	236

Concretizar uma segunda edição, e conseqüente publicação, do Estudo “Barómetro de pessoas em situação vulnerável” na cidade de Lisboa é para nós uma honra que nos faz ter o sentimento do dever plenamente cumprido. Apesar de todas as dificuldades, nomeadamente de conseguir apoios para continuar a financiar investigação em Portugal, conseguimos prosseguir com uma investigação que julgamos da maior importância.

Quando concretizámos a primeira fase do Barómetro, sabíamos bem que a sua continuidade é que lhe daria a relevância completa, ou seja, era crucial que este importante instrumento pudesse manter-se no tempo com atualizações periódicas. Como dizíamos no prefácio da primeira publicação, e que não nos importamos de repetir, lutar contra a pobreza passa igualmente por ouvir as pessoas, avaliar o que sentem, registar as suas propostas, fazê-las cidadãos ativos no processo que poderá conduzir a uma intervenção sobre as causas que verdadeiramente as fizeram reféns da pobreza.

Infelizmente entre a primeira fase (2011) e a segunda (2014) deste Barómetro, a pobreza tornou-se demasiado familiar. No país, poderemos fazer a história da pobreza e esta não nos trará grandes surpresas pois os fatores de marginalização, o olhar sobre os pobres e as incapacidades das políticas sociais para responder às dimensões de exclusão são cada vez mais recorrentes. Mas, como se vê nesta pesquisa, as diferentes conjunturas históricas impactam de forma diversa nos modos de vida e perfis e obrigam a um olhar aprofundado de forma a adequar os fracos recursos às novas formas de pobreza e de sofrimento.

A particularidade deste Barómetro é o seu centramento numa análise diacrónica em pleno contexto de crise, isto é, este não é apenas um estudo sobre a pobreza, mas um estudo que reflete o desenvolvimento do país nos últimos 3 anos onde, como se verificou, a austeridade tem como impacto: i) o aumento das dificuldades das pessoas em situação de pobreza e o aumento do número de pobres, ii) as insuficiências dos fatores de inserção no mercado de trabalho, iii) as incapacidades das políticas sociais. O facto de que esta situação se agravou, e que comparativamente com outros países agravou significativamente a situação dos mais pobres, mostra que as situações de pobreza e de exclusão não foram objeto de uma reflexão política global sobre o que é justo e aceitável em termos de repartição dos custos da crise no nosso país.

O agravamento que se manifestou não é apenas ao nível dos rendimentos mas das condições de vida e dos sentimentos face à sua condição num contexto

comparativo onde aumentou a desconfiança e a descrença sobre os sistemas de governação. Ora a coesão social de um país depende em larga medida da perceção das formas como a riqueza e os custos do desenvolvimento são repartidos e é por isso que não é possível dissociar pobreza da desigualdade, o que desde logo afasta uma abordagem caritativa da pobreza.

A dimensão mais evidente de que a pobreza é um problema de desenvolvimento, pode analisar-se a partir da importância dos dois factos de maior inserção: o mercado de trabalho e as políticas sociais. Ora a fragilidade do mercado de trabalho tende a sobrecarregar as políticas sociais num momento de forte retração dos recursos públicos. Impossibilitados de participar no mercado de trabalho, incapazes de demonstrar a sua empregabilidade, as políticas de retoma do emprego tornam-se irrealistas e fazem crescer as filas de espera nos centros de emprego apenas porque garantem o acesso a outros benefícios sociais mesmo que diminutos.

Colocando a pobreza como um indicador do desenvolvimento (neste caso, da falta dele) estamos longe de acreditar em milagres dos dispositivos de inserção que tudo resolveriam. Mas não poderemos deixar de pensar que faltam objetivos políticos comuns que pensem Portugal em termos de justiça social particularmente nesta etapa histórica.

Não quero deixar de aproveitar este prefácio para, uma vez mais, reconhecer o papel de alguém que, embora infelizmente já não esteja fisicamente entre nós, foi pedra fulcral de todo este trabalho desde o seu início em 2011: o Dr. Paulo Santos que sempre recordaremos com imenso carinho e saudade. Ainda que, como sempre, silencioso, tímido e escondido na sombra, era ele o verdadeiro espírito e motor do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa. Sempre afirmando as suas ideias e convicções, lutando por elas de forma tenaz mas generosa, como incansável formiga, ajudou, de forma definitiva, à concretização deste “projeto”. Agradeço naturalmente às restantes autoras deste estudo, que, para além da sua capacidade técnica e científica, tão bem souberam, com imensa perseverança e espírito de equipa, superar todas as dificuldades na concretização de tão exigente investigação. Mas quero ainda também agradecer a todos os membros do painel do Barómetro que, apesar de todas as suas dificuldades, e do seu tão compreensível desencanto pela vida que experienciam quotidianamente, perceberam a importância deste estudo e nele participaram tão ativamente.

Finalmente uma palavra muito especial de agradecimento para o Montepio Geral que nos continuou a apoiar nesta aventura sem nunca questionar a sua importância.

Pe. Agostinho Jardim Moreira

Presidente da EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza

(entidade promotora do Observatório de luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa)

Esta publicação reúne os principais resultados do Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa que decorreu, na sua segunda fase, em 2014 e pretende apresentar uma abordagem comparativa com a situação registada em 2011.

Tratando-se de um estudo longitudinal, de natureza qualitativa, que vai acompanhando o percurso das pessoas que se encontram em situação vulnerável na cidade de Lisboa, importa não perder a história das várias fases que permitiram a operacionalização deste Barómetro. A contextualização da pesquisa nos seus objetivos, pressupostos metodológicos, trabalho de terreno e análise da informação afigura-se indispensável, sobretudo, quando não abundam estudos desta natureza.

As abordagens longitudinais qualitativas têm conhecido ao longo dos últimos anos um renovado interesse e são tema, no seio das ciências sociais, de inúmeras reflexões teóricas e metodológicas sobre as condições da sua produção, o seu posicionamento face aos métodos quantitativos e o seu interesse na pesquisa de determinados campos de investigação, nomeadamente da pobreza e exclusão social. As mais-valias deste tipo de abordagens têm acolhido consensualidade, dado que permitem captar, ao longo do tempo, os processos, as causas e os efeitos ou as tendências das dinâmicas de pobreza.

Seguir as mesmas pessoas ao longo do tempo, identificando percursos-tipo e aprofundando os processos que conduzem ou mantêm as pessoas em situações de vulnerabilidade e aqueles que permitem aos sujeitos sair dessa situação é particularmente relevante ao nível das recomendações que podem ser formuladas na promoção de novas iniciativas e medidas de política por parte do Estado e da Sociedade Civil ou de melhorias nas respostas existentes. Por outro lado, este tipo de metodologia permite ir identificando indicadores-chave de alerta sobre as situações de vulnerabilidade.

No âmbito das ciências sociais e nas correntes de investigação mais qualitativas, o aprofundamento das abordagens longitudinais tem beneficiado da crítica aos métodos quantitativos. Este confronto comparativo entre quantitativo-qualitativo faz salientar a particular adequação das abordagens de cariz mais intensivas na pesquisa e interpretação das mudanças ao longo do tempo

e dos processos nos contextos sociais (Holland *et al*, 2006:1-2). O seu enfoque nos processos psicológicos e biográficos e a atenção ao contexto permite, pois, compreender melhor as formas como as pessoas lidam e respondem à mudança social. Neste sentido, a temporalidade assume um papel central na definição do tipo de estudos longitudinais qualitativos. E no caso do Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, a temporalidade definida foi três anos, prevendo-se que o Painel se mantenha, pelo menos, até 2020.

Barómetro Fase I – A clarificação do desenho da pesquisa e análise por perfis de pobreza

A pesquisa realizada em 2011 assentou em três objetivos fundamentais:

- i) detetar os processos de vulnerabilização que diferentes perfis de pobreza enfrentam e as suas repercussões no percurso de vida, de forma a potenciar a análise da sua situação e da sua experiência enquanto beneficiários de medidas de política social;
- ii) analisar os recursos individuais e as disposições de ativação para a construção da autonomia económica e existencial;
- iii) avaliar o impacto das dimensões socioeconómicas e político-institucionais que intervêm na produção do conjunto de recursos e oportunidades que são proporcionados aos sujeitos para lidar/escapar às situações de pobreza e vulnerabilidade, focando designadamente os dispositivos de inserção e recursos oferecidos pelo sistema de políticas sociais locais.

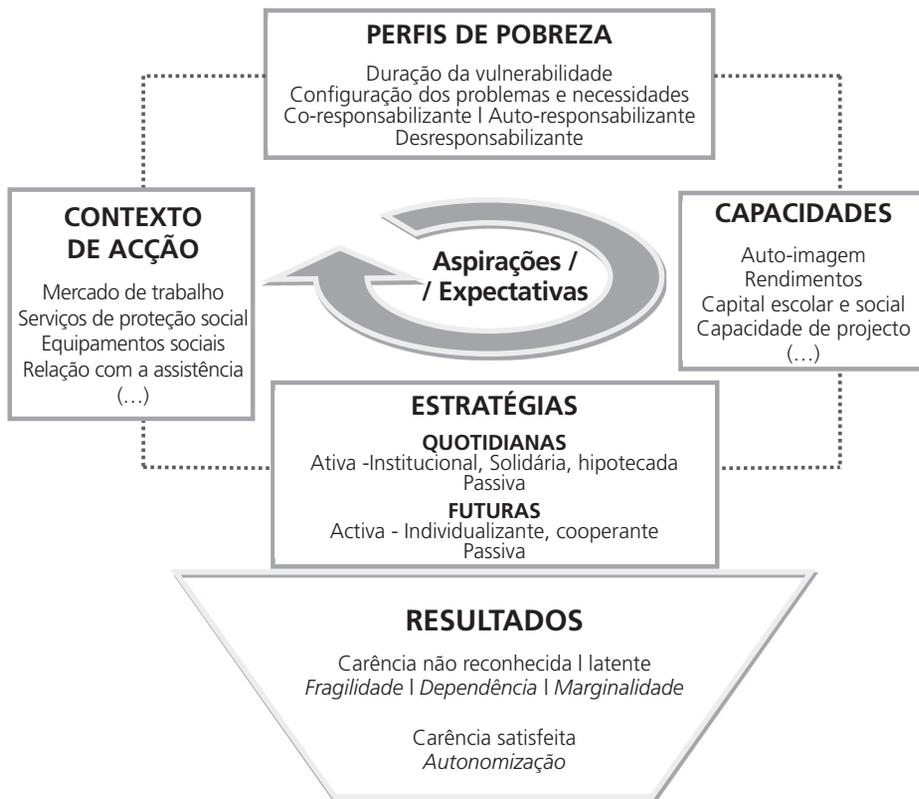
O modelo concetual e analítico adotado e aprofundado no estudo anterior (Castro *et al*. 2012) pode ser sistematizado na Figura 1.

Para a concretização dos objetivos acima enunciados, assumiu-se uma estratégia de investigação intensiva qualitativa, que se consubstanciou no aprofundamento de seis perfis de pobreza através da metodologia de painel. Partiu-se, por um lado, para um agrupamento de perfis, que outros estudos manifestaram como dominantes na cidade de Lisboa (Castro e Guerra *et al*, 2010) em torno da possibilidade, em função da idade e condição de saúde, de pertencerem ou não ao mercado de trabalho, designadamente: trabalhadores pobres, desempregados, cuidadoras informais, incapacitados para o trabalho por motivo de doença, desafiados e idosos em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, optou-se por centrar a recolha de informação em duas unidades

territoriais de observação do concelho de Lisboa que se distinguíam essencialmente pelo seu índice de juventude/envelhecimento e tipo de habitação.

Assumiu-se o interesse pela exploração de perfis, na medida em que estes são identificados como situações de vida com traços de vulnerabilidades reportadas a estados de carência e de dano associados a necessidades tradicionais e emergentes. O centramento por perfis permitiria, assim, focalizar com maior precisão o impacto das políticas sociais em função das características das situações de vulnerabilidade, permitindo a comparabilidade entre contextos residenciais.

Figura 1: Modelo concetual e analítico



Fonte: Castro *et al* (2012: 22)

Importa referir que no quadro da pesquisa qualitativa a definição do grupo de participantes não se baseia na procura de representatividade estatística. Deste modo, o número de pessoas entrevistadas é menos importante do que o critério utilizado para a sua seleção, onde as características biográficas dos indivíduos são utilizadas para traduzir a diversidade da população a estudar¹. No entanto, iniciar a pesquisa com um número maior de entrevistados do que aqueles que são necessários é a recomendação que mais tem sido veiculada, embora não pareça existir consenso em torno do valor aceitável face à redução do painel de participantes (Saldaña, 2003: 21)

Neste sentido, procurou-se elaborar uma base de dados com um número de contactos (160)² que permitisse colmatar possíveis constrangimentos, nomeadamente: recusa em ser entrevistado, inadequação ao perfil pretendido e dificuldades de expressão oral. Uma outra preocupação presente na construção da base de potenciais inquiridos prendeu-se com a procura de diversidade dentro de cada um dos perfis relativamente à caracterização dos entrevistados e das medidas de apoio social das quais beneficiavam ou tinham beneficiado. Do trabalho de terreno realizado foi possível reter para a análise de conteúdo 74 entrevistas.

A abordagem por perfis permitiu assim:

- i) Traçar o percurso biográfico das pessoas que integram o Painel e aprofundar a diversidade das causas e dos fatores que contribuem para a pobreza;
- ii) Situar a análise na relação entre o sujeito - e o seu percurso - e as dinâmicas de desenvolvimento económico, institucional e social do país;
- iii) Sintetizar a informação recolhida sobre as fontes de rendimento, padrões de despesa, atividades económicas, acesso a serviços e condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade;
- iv) Analisar mais de perto a relação entre a pobreza e as características sociais, como género, etnia ou outras;
- v) Identificar as disposições para a ação e as estratégias que são desencadeadas para lidar com a privação no quotidiano e para enfrentar os desafios do futuro.

¹ Para um aprofundamento dos pressupostos das metodologias qualitativas veja-se, por exemplo: Guerra, 2006.

² Os potenciais inquiridos foram selecionados após contactos com as várias entidades que operam ao nível de cada uma das freguesias que foram contempladas no estudo, contando-se para o efeito com a colaboração da EAPN Portugal/Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.

Barómetro Fase II – Os desafios da manutenção do Painel e o enfoque nas dimensões relevantes a monitorizar

Tendo como ponto de partida os três objetivos fundamentais que nortearam a Fase I, esta Fase II teria de aprofundar, através de uma perspectiva comparativa, os seguintes eixos analíticos:

- ▶ Situação socioeconómica, familiar, habitacional e de saúde;
- ▶ Políticas e apoios sociais – acesso e apropriação de recursos;
- ▶ Recursos individuais e dispositivos de ação;
- ▶ Racionalidades e expectativas.

Se numa primeira fase era central compreender a diversidade de perfis de vulnerabilidade e aprofundar os percursos biográficos das pessoas que integram o Painel, apreendendo a diversidade das causas e dos fatores que tinham contribuído para a situação em que se encontravam, na segunda fase, era importante estabilizar as variáveis que se pretendiam monitorizar ao longo do tempo, sem perder contudo a dimensão dos perfis de vulnerabilidade que presidiram à seleção do Painel de entrevistados. No entanto, estes, fruto das dinâmicas biográficas e sociais, estão sujeitos a reconfigurações e neste sentido deixavam de ser comparáveis ao longo do tempo, porque compostos por pessoas diferentes.

Partir para um Painel constituído por um número considerável de pessoas (74) foi um desafio face à especificidade da abordagem longitudinal qualitativa, nomeadamente em termos do tempo disponível para análise e do tipo de dados: utilizar dados individuais que possam dar informações relevantes em diferentes momentos do tempo e sempre com as mesmas pessoas exige uma atenção redobrada para a manutenção no Painel e coloca aos investigadores a complexa tarefa de análise de um elevado manancial de informação.

O trabalho de terreno

As estratégias adotadas para o (re)estabelecimento de contacto com os entrevistados afiguram-se fundamentais para a manutenção do Painel, sendo assim pertinente uma descrição dessas abordagens, assim como dos aspetos facilitadores e dos constrangimentos encontrados.

Partimos para o terreno com uma lista de 74 pessoas auscultadas na primeira fase e que pretendíamos reencontrar. A lista compreendia nomes e contactos vários, como moradas, números de telefone dos próprios, em alguns casos de

familiares, de vizinhos e até de instituições que tinham na primeira fase mediado o contacto. Aquando da primeira entrevista todos tinham autorizado e disponibilizado o contacto para uma abordagem posterior.

Num primeiro momento, contactámos telefonicamente todas as pessoas de quem dispnhamos de contacto telefónico para informar do início do estudo e solicitar a sua colaboração. Este contacto foi maioritariamente realizado pelo entrevistador que tinha feito a primeira entrevista de forma a capitalizar o contacto/vínculo já estabelecido. Em alguns casos esta estratégia não se revelou particularmente vantajosa porque as pessoas não se lembravam do entrevistador, da entrevista ou do estudo.

De modo geral, os contactos foram profícuos. Cerca de metade dos entrevistados mantinham o contacto telefónico e disponibilizaram-se para realizar uma segunda entrevista. Nos casos em que apenas dispúnhamos da morada dirigimo-nos às residências e, com aqueles que se demonstraram disponíveis, agendámos a entrevista.

Das pessoas que conseguimos contactar poucas se recusaram a colaborar, quer por via telefónica quer presencialmente. Em muitos casos, contactámos as pessoas, agendámos e realizámos a entrevista, processo mais ou menos moroso de acordo com a disponibilidade das pessoas. Em algumas situações, os episódios de doença dificultaram ou mesmo inibiram esse agendamento. No entanto, existiu um reduzido número de casos em que inicialmente as pessoas se demonstraram disponíveis para realizar a entrevista, mas num segundo momento recusaram ou não apareciam depois de agendada a entrevista. Num caso, houve vários agendamentos mas a pessoa consecutivamente não aparecia (cf. Quadro 3).

Uma outra grande dificuldade foi a mudança de número de telefone e residência por parte de algumas pessoas. Perante as circunstâncias procurámos mobilizar alguns recursos no sentido de descobrir o seu paradeiro. O contacto com as instituições de Ação Social Local, nomeadamente a Associação Auxílio e Amizade (AAA), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e o Projeto Casas Primeiro revelou-se uma preciosa ajuda na localização de algumas destas pessoas. Houve alguns entrevistados que conheciam outros e que nos ajudaram a encontrar o seu paradeiro.

É possível dar conta de algumas regularidades inerentes aos perfis. Os trabalhadores pobres e incapacitados para o trabalho por motivo de doença revelaram-se os de mais fácil acesso. Os desafiados, por inerência ao próprio perfil, registam o maior número de indivíduos cujo contacto foi mais difícil ou mesmo impossível de estabelecer. Deparamo-nos com contactos telefónicos descontinuados, mudança de moradas e corte nos vínculos com

instituições e projetos, nomeadamente o Projeto Casas Primeiro. No caso dos desempregados deparamo-nos com dois casos de emigração. No que respeita aos idosos três faleceram e um encontrava-se incapaz de ser entrevistado.

Apesar de alguns constrangimentos inesperados, o recurso às competências de detetive do investigador para encontrar algumas pessoas e alguns aspetos facilitadores permitiram inquirir 57 das 74 pessoas que pretendíamos entrevistar, ficando por realizar 17 entrevistas.

Finalmente, deve-se sublinhar o interesse, a surpresa e o orgulho que alguns demonstraram quando lhes foi mostrado e oferecido o livro que resultou da primeira fase do projeto.

Perante os constrangimentos enunciados importa refletir sobre a regularidade do contacto com estas pessoas. Aparenta que um contacto regular com estas pessoas, e não apenas nos momentos das entrevistas, evitaria a perda de relação, algumas recusas em colaborar e que muitos não se lembrassem do entrevistador e do estudo.

Os quadros seguintes permitem identificar os entrevistados que compõem o Painel em 2014 (Quadro 1) e a lista de 17 entrevistados em 2011 que, por razões diversas, não integram o painel de entrevistados em 2014 (Quadro 2). O Anexo 1 traça, de forma detalhada, o perfil socioeconómico do Painel.

Da recolha à análise da informação

O segundo momento de contacto com o mesmo conjunto de pessoas para além de ter permitido recolher informação sobre a situação em que as pessoas se encontravam possibilitou também:

- ▶ aprofundar e clarificar algumas das dimensões menos abordadas na primeira fase, fomentando uma melhor compreensão das condições objetivas e subjetivas em que vivem e das suas disposições para ação;
- ▶ completar informação não recolhida na primeira entrevista;
- ▶ evidenciar, em alguns casos, carências já existentes no momento da primeira entrevista mas que não tinham emergido;
- ▶ alargar o conhecimento do contexto familiar, situação que a primeira entrevista não possibilitou por estar centrada no percurso biográfico do entrevistado. Este segundo aspeto põe em relevo a importância de estudos desta natureza, pois embora o enfoque esteja no conjunto das pessoas que integram o Painel, a possibilidade de se reunir infor-

mação sobre outros elementos dos respetivos agregados familiares torna o universo do estudo muito mais abrangente.

Uma das fases preliminares deste segundo contacto com as pessoas do Painel passou pela releitura das entrevistas, das grelhas de análise e das sinopses de 2011 de cada entrevistado, no sentido de identificar alguns elementos que necessitavam de ser completados ou aprofundados, bem como ter presente o perfil de cada pessoa a entrevistar.

Adotar como técnica de recolha de informação o inquérito por entrevista, num estudo longitudinal de natureza qualitativa, em que se parte de um Painel de entrevistados com um número considerável de elementos traz desafios e considerações metodológicas que importa ressaltar.

Quadro 1 – Barómetro Fase II – Número de entrevistas realizadas por perfil e território³

Territórios Grupo 1: Marvila/ Santa Clara	N	Territórios Grupo 2: Santa Maria Maior/São Vicente	N	Outros territórios (outro concelho: Loures; outras freguesias: S. Paulo e Arroios; outra situação: Ass Vitae)	N
Trabalhadores pobres	10	Trabalhadores pobres	7	Trabalhadores pobres	0
Desempregados	3	Desempregados	4	Desempregados	2
Cuidadoras informais	1	Cuidadoras informais	1	Cuidadoras informais	0
Incapacitados para o trabalho por motivos de doença	3	Incapacitados para o trabalho por motivos de doença	6	Incapacitados para o trabalho por motivos de doença	1
Desafiliados	1	Desafiliados	4	Desafiliados	2
Idosos em situação de vulnerabilidade	6	Idosos em situação de vulnerabilidade	4	Idosos em situação de vulnerabilidade	0
Trabalhador	2	Trabalhador	0	Trabalhador	0
Total	26	Total	26	Total	5

³ A nova organização administrativa dos territórios alterou as designações e os limites territoriais das freguesias que integravam as duas zonas. Em 2011 a Zona 1 correspondia às freguesias de Marvila e Ameixoira. Atualmente este mesmo território deu lugar às freguesias de Marvila (que mantém o mesmo território) e a atual freguesia de Santa Clara, que integra as antigas freguesias de Ameixoira e Charneca. No que respeita à Zona 2, as freguesias que a integravam em 2011 correspondem no novo mapa administrativo às freguesias de Santa Maria Maior e São Vicente. A primeira agrega as freguesias de Castelo, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, Sé e Socorro. A atual freguesia de São Vicente acumula as freguesias da Graça, Santa Engrácia e São Vicente de Fora.

Sobre a comparabilidade dos dados

A aplicação de uma entrevista semi-diretiva, por natureza flexível e de adaptação ao discurso do entrevistado, não se trata de um procedimento altamente estandardizado e coloca alguns problemas na comparabilidade dos dados, sobretudo, quando se prevê um único momento de inquirição em cada fase do Barómetro. Perante um guião de entrevista extenso para captar todas as

Quadro 2 – Entrevistados de 2011 que não integram o painel inquirido em 2014 e motivos

Zona				
Pseudónimo	Zona 1.		Perfil 2011	Motivo Contacto Inativo
	Marvila/ Santa Clara	Zona 2. Santa Maria Maior/São Vicente		
Sandra	X		Desempregada	Emigrou
Clara	X		Desempregada	Emigrou
Lara	X		Idosa	Faleceu
Carlos	X		Idoso	Muito debilitado, incapaz de responder
Bernardo	X		Desafiliado	Emigrou
Maria Engrácia	X		Cuidadora	Recusou participar
Cláudia	X		Incapacitada	Contacto inativo
Ulmira		X	Desempregada	Contacto inativo
Rita		X	Idosa	Recusou participar
Lúcia		X	Idosa	Contacto inativo
Joaquim		X	Idoso	Faleceu
Sandro		X	Desafiliado	Foi viver com a mãe
Juvenal		X	Desafiliado	Contacto inativo
Arnaldo		X	Desafiliado	Deixou de ter apoio do centro comunitário porque regressou à terra natal
Rosário		X	Cuidadora	Não recusou participar mas faltou consecutivamente aos encontros agendados
Catarina		X	Cuidadora	Contacto inativo
Beatriz		X	Incapacitado	Contacto inativo

dimensões de análise relevantes, nem sempre se consegue garantir o mesmo grau de profundidade para todas as dimensões. Desta forma, quando se realizam análises comparativas poderia surgir sempre a dúvida se a tendência de uma determinada variável reflete efetivamente a realidade ou se não estará dependente do grau de profundidade que mereceu no contexto das entrevistas realizadas.

Perante esta constatação, optou-se por só apresentar a dimensão comparativa quando a variável revelava ser devidamente consistente para indicar tendências.

Sobre a construção de categorias de análise

A informação recolhida por via de entrevistas é por natureza subjetiva, cabendo ao investigador a tarefa de tradução dessa subjetividade em categorias de análise. Nem sempre se trata de uma tarefa fácil quando é preciso depreender os sentidos menos explícitos dos discursos. Na ausência de respostas taxativas às variáveis que se pretendem monitorizar é preciso reconstruir o seu sentido, mas sem cair naquilo que Bourdieu designava de “ilusão biográfica”, ou seja, de aceitar acriticamente a “criação artificial de sentidos” para dar consistência e constância aos percursos de vida relatados (Bourdieu, 1986). A título de exemplo, refira-se como os problemas sentidos pelas pessoas vão emergindo ao longo da situação comunicativa sem que muitas vezes os entrevistados estejam conscientes de como determinadas problemáticas assumem a devida relevância nas suas vidas.

Ainda na senda de Pierre Bourdieu, a construção de categorias procura também romper com aquilo que o autor designa por “passividade empirista que não faz senão ratificar as pré-construções do senso comum” (Bourdieu, 2011: 31). Trata-se, no fundo, de operar a rutura epistemológica, ou seja, a rutura com a força do pré-construído, que se apresenta como evidência “do bom senso vulgar e do bom senso científico” (Bourdieu, 2011: 47). Abordar a empiria com a intenção de criar um modelo capaz de ligar variáveis, do qual emerge um sistema coerente de relações que deve ser posto à prova foi o desígnio da equipa.

Sobre a codificação de dados qualitativos

Frequentemente, no âmbito das abordagens qualitativas surge o problema de o volume de dados qualitativos recolhidos ultrapassarem as capacidades de tratamento dos investigadores. No caso presente, e tendo em conta o elevado número de entrevistas em profundidade (57 em 2011, mais 57 em 2014)

foi adotada como estratégia a codificação dos dados, de forma a permitir a comparabilidade e reduzir a complexidade do enorme manancial de informação. Porém, esta metodologia ofereceu alguns riscos, nomeadamente a perda de informação mais compreensiva e enquadradora das situações específicas de cada um, e a simplificação excessiva das leituras que os entrevistados faziam das suas situações e contextos de vida. Foi, assim, necessário ter muito presente a indispensabilidade do conhecimento e exploração da riqueza de cada um dos casos, constituindo-se a codificação de dados como um método de análise complementar que permitiu identificar algumas tendências, clarificando algumas conclusões baseadas na análise de conteúdo do material recolhido.

Uma das fases mais importantes desta tarefa consistiu na estabilização das tipologias aferidas, que resultou de uma reconstrução incessante da matriz da análise através de um diálogo intenso entre o material empírico e a(s) re(construções) do investigador. É esta matriz quantitativa que permite ao longo da análise traçar perfis que mais não são do que a identificação de características com base nas modalidades das variáveis tomadas em conta que se destacam face ao global, não necessariamente em conjunção, para cada característica referida.

Sobre a construção das histórias de vida

Um dos elementos mais valiosos e enriquecedores do tipo de abordagem utilizada é precisamente a capacidade de reconstituir a trajetória de vida destas pessoas identificando a forma como os acontecimentos marcantes surgem e se desenvolvem, colocando em evidência certas relações de causalidade. Cada uma destas histórias apresenta as suas singularidades, não só em função das características individuais dos seus protagonistas, mas também do seu contexto social e das suas experiências de vida ao longo do tempo. O valor único de cada uma das histórias de vida é assim evidenciado pela apresentação de sinopses de forma a dar conta do perfil de cada pessoa, na sua especificidade e contexto de vida.

1

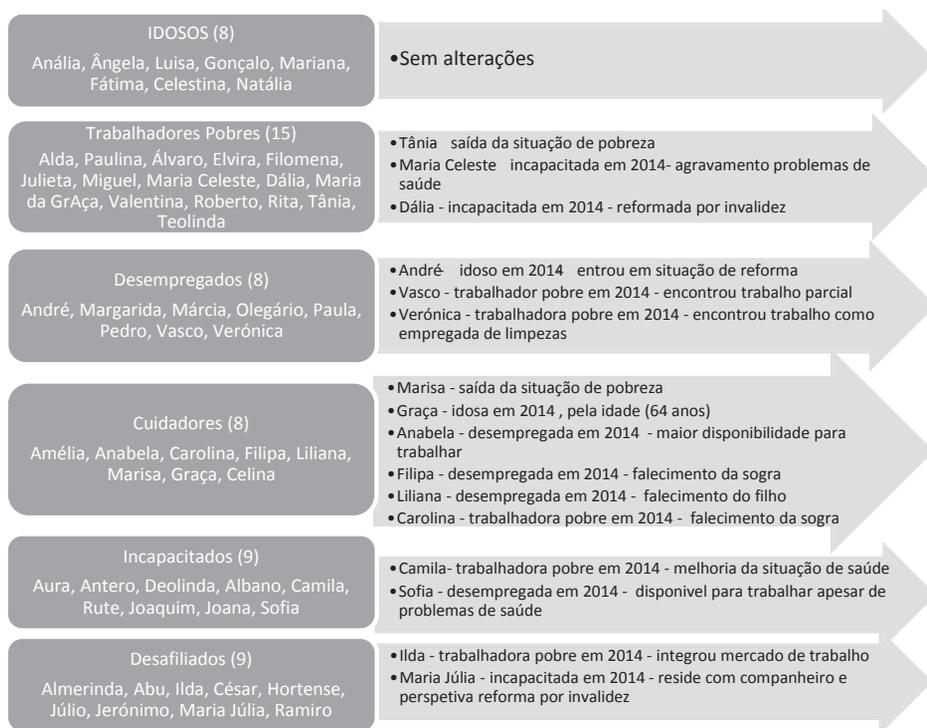
Processos de vulnerabilização do Painel do Barómetro: percepção dos problemas e estratégias para a sua superação

Volvidos 3 anos, após as primeiras entrevistas com os elementos que constituem o Painel⁴ foram identificadas alterações no perfil de 16 indivíduos entre um total de 57, tal como constam da Figura seguinte.

- No grupo dos idosos em situação de vulnerabilidade identifica-se a entrada de mais dois: André, que em 2011 se encontrava em situação de desempregado, e Graça que apesar de se manter numa situação de cuidadora atingiu os 64 anos de idade.
- Entre o perfil mais numeroso, os trabalhadores pobres, ocorreram cinco entradas, nomeadamente: Ilda (desafiliada em 2011), Camila (incapacitada em 2011), Carolina (cuidadora em 2011), Verónica e Vasco (desempregados em 2011).
- No caso dos incapacitados por situação de doença identificaram-se três entrevistados que passaram a pertencer a este grupo: Maria Júlia (desafiliada em 2011), e Maria Celeste e Dália (trabalhadoras pobres em 2011).
- No grupo dos desempregados também se registam quatro entradas: Anabela, Filipa e Liliana (cuidadoras em 2011) e Sofia (incapacitada em 2011).
- Para os perfis dos desafiliados e das cuidadoras não se identificaram quaisquer transferências.
- Importa referir a saída da situação de pobreza de Tânia (trabalhadora pobre em 2011) e Marisa (cuidadora em 2011).

⁴ Excluem-se os que não foi possível entrevistar tal como já referido na Introdução.

Figura 2 – Perfis de Pobreza 2011 e Alterações



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Note-se que as diferenças entre fases do número de elementos que compõem cada perfil não resultam apenas das alterações registadas na situação dos entrevistados, mas também das “perdas” de indivíduos que não foi possível entrevistar (cf. Introdução).

O Painel da Fase II do Barómetro é assim constituído por 17 trabalhadores pobres (tratando-se do grupo mais numeroso), 10 idosos em situação de vulnerabilidade, 10 incapacitados por doença, 9 desempregados, 7 desafiados e 2 cuidadoras informais, e ainda por 2 pessoas que saíram da situação de pobreza.

Figura 3 – Perfis de pobreza 2014

Trabalhadores Pobres (17)	•Alda, Paulina, Álvaro, Carolina, Camila, Elvira, Filomena, Julieta, Miguel, Maria Graça, Valentina, Roberto, Rita, Teolinda, Vasco, Verónica
Idosos (10)	•André, Ângela, Luisa, Gonçalo, Mariana, Fátima, Celestina, Graça, Natália
Incapacitados (10)	•Aura, Antero, Deolinda, Albano, Rute, Joaquim, Maria Júlia, Maria Celeste, Dália, Joana
Desempregados (9)	•Anabela, Filipa, Liliana, Margarida, Márcia, Olegário, Paula, Pedro, Sofia
Desafiliados (7)	•Almerinda, Abu, César, Hortense, Júlio, Jerónimo, Ramiro
Cuidadores (2)	•Amélia, Celina
Saída de situação de pobreza (2)	•Tânia e Marisa

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A duração da exposição a situações de vulnerabilidade constitui um fator fundamental nas dinâmicas de inclusão/exclusão e influencia a forma como os atores percecionam as suas capacidades, procuram as oportunidades e se relacionam com os sistemas de proteção social. Entre os elementos do Painel, a grande maioria (39) localiza os incidentes críticos⁵, que as colocaram na atual situação de pobreza, num momento temporal superior a 8 anos⁶, e 16 há menos de 8 anos⁷.

A relação entre uma maior duração no tempo em situação de vulnerabilidade com a intergeracionalidade da pobreza traduz-se num grupo (35) constituído sobretudo por pessoas que parecem cumprir um destino de pobreza na medida em que os ascendentes já pertenciam ao mundo dos trabalhadores desqualificados, a bolsas de pobreza urbanas ou rurais, e com ligações à assistência social.

⁵ É considerado incidente crítico um acontecimento relatado pelos entrevistados como tendo originado novos problemas ou acentuado a sua situação de vulnerabilidade.

⁶ Este período de tempo (8 anos) resulta da aferição realizada em 2011 que distinguiu os entrevistados que localizaram os incidentes críticos que conduziram à situação de pobreza há menos de 5 anos, dos que os identificaram como tendo ocorrido há mais de 5 anos. Na Fase II do Barómetro, foram assim adicionados mais 3 anos a todos os entrevistados que permanecem numa situação de pobreza.

⁷ Encontram-se excluídas Tânia e Marisa que saíram da situação de pobreza.

No entanto, entre aqueles que referiram ter experienciado situações de privação na infância e juventude, 8 conseguiram em determinados momentos da sua vida ter escapado à pobreza. É o caso de Álvaro, Carolina, Paulina e Maria da Graça (trabalhadores pobres), Dália e Maria Celeste (incapacitadas), Pedro (desempregado) e André (idoso).

Outros (8), sem passado intergeracional de pobreza, entraram há menos de 8 anos numa espiral de vulnerabilidades por via de um conjunto de incidentes críticos, cumulativos ou não, como o desemprego, a separação ou a doença. Trata-se de Antero (incapacitado), César (desafiliado), Rita, Miguel e Verónica (trabalhadores pobres), Vasco e Márcia (desempregados) e Gonçalo (idoso).

Um pequeno grupo, constituído por 4 pessoas, permanece em situação de pobreza há mais de 8 anos, apesar de não terem uma herança de pobreza intergeracional, nomeadamente Fátima (idosa), Filipa (desempregada), Ilda (trabalhadora pobre) e Maria Júlia (incapacitada).

Gráfico 1 – Intergeracionalidade da pobreza e duração dos incidentes críticos.



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

1.1. A exposição prolongada a um contexto de pobreza: as vulnerabilidades continuadas

Para a maioria dos entrevistados que há mais de 8 anos permanecem numa situação de pobreza existem referências a uma infância e juventude marcada por dificuldades materiais, sendo a sua perceção de pobreza tendencialmente persistente.

Quadro 3 – Entrevistados em situação de pobreza há mais de 8 anos por percepção da situação de pobreza

	N	Exclusão Intergeracional	S/Exclusão Intergeracional
Persistente	17	6 idosos (Ângela, Natália, Mariana, Celestina, Graça, Luísa); 4 incapacitados (Aura, Joana, Joaquim, Rute); 5 desempregados (Anabela, Liliana, Margarida, Olegário, Paula); 2 desafiados (Almerinda, Jerónimo)	
Oscilante	12	9 trabalhadores pobres (Alda, Camila, Elvira, Filomena, Julieta, Roberto, Teolinda, Valentina); 1 cuidadora (Amélia); 1 idoso (Anália); 1 desafiado (Júlio)	
Episódica ou Acidental	10	3 desafiados (Abu, Hortense, Ramiro); 2 incapacitados (Albano, Deolinda); 1 desempregado (Sofia); 1 cuidadora (Celina)	1 incapacitada (Maria Júlia); 1 desempregado (Filipa); 1 trabalhadora pobre (Ilda)
Na Reforma	1		1 idosa (Fátima)
Total	40	36	4

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O percurso de Margarida ilustra este perfil marcado por uma permanência persistente em território de vulnerabilidade. Natural da Madeira, casa-se aos 21 anos e reside com a sogra em Ribeira Grande. A vinda para Lisboa dá-se no início dos anos 2000 e pouco tempo depois, na sequência dos maus-tratos do marido, é institucionalizada com os três filhos numa casa para vítimas de violência doméstica, em Évora, onde permanece 10 meses. Acaba por arrendar uma casa nessa cidade, aí permanecendo 8 anos, mas ficando dois dos filhos à guarda de uma instituição e um com os padrinhos. Em 2008 regressa a Lisboa e fica a viver com o mesmo marido, numa casa sem as mínimas condições de habitabilidade e a pagar, quando conseguia, 350€. O desemprego e a incapacidade de suportar uma renda fá-la ser despejada e mudar de casa mais duas vezes. Em 2014, tinha-se separado do marido e encontrava-se a viver com um filho, desempregado. Os seus rendimentos provinham do RSI (260€), do subsídio de desemprego do filho (340€), e de um biscate que fazia a cuidar de uma idosa, insuficientes para uma renda de casa de 400€, água, electricidade e despesas de alimentação.

Contrastando com a persistência de vulnerabilidade a marcar percursos de vida, encontramos um conjunto de entrevistados deste Painel, com exposição prolongada a uma situação de vulnerabilidade, mas percecionando os incidentes críticos como oscilantes. Porém, a intensidade e a cumulatividade dos problemas impacta de forma diferenciada nas expectativas de nova saída da situação de pobreza. Os casos de Amélia e Maria Júlia, por serem contrastantes neste aspeto, constituem disso um exemplo.

Amélia (cuidadora) nasceu em Angola, em 1970, tendo vivido em São Tomé. Em 1980, a mãe, divorciada, resolve emigrar com os filhos, para Lisboa, em busca de melhores condições de vida. A mãe era auxiliar de enfermagem e tinha uma boa casa, mas quando chegam a Portugal compram uma barraca na Portela de Sacavém. Não se tendo adaptado, a família vai viver para a Costa do Castelo, onde Amélia ficou a coabitar com os 3 filhos e o companheiro, após a mãe, em 2011 mudar-se para uma outra casa.

O seu percurso profissional passou por ajudante de cabeleireiro, empregada de copa, empregada de limpeza e auxiliar num lar de idosos. Em Março de 2011, termina o 12º ano e já em 2008 tinha terminado um curso de cozinheira. Porém, os cuidados com os filhos e a ausência de resposta de creche para o filho mais novo impediram-na de trabalhar.

Em 2014, a coabitar com a irmã e respetivos filhos, a sobrevivência da família de Amélia dependia exclusivamente do vencimento do marido que tinha emigrado para Inglaterra. Apesar do filho mais novo já se encontrar colocado em estabelecimento de infância, a incompatibilidade dos horários escolares dos filhos com as ofertas de emprego existentes não permitem ir trabalhar. Os planos de Amélia, com 34 anos de idade, passam por emigrar e juntar-se ao marido na expectativa de melhorar as suas condições de vida, mantendo a crença de que poderá vir a sair da situação de pobreza onde se encontra.

Maria Júlia embora não tenha um quadro de pobreza intergeracional apresenta um percurso de vida marcado por um conjunto de episódios críticos que a fizeram entrar numa situação de vulnerabilidades continuadas. Casou aos 20 anos e teve uma filha. Divorciou-se 6 anos mais tarde e continuou a viver na casa dos pais. Em 1998 tem outro filho de uma nova relação. Trabalhou dois anos num supermercado e decide emigrar para França com o pai do segundo filho, onde foi trabalhar como empregada de hotel. O filho mais pequeno ficou com a mãe e a mais velha com o pai. Regressa a Portugal e continua a viver na casa da mãe, dependendo da sua reforma. A mãe falece há seis anos e Maria Júlia mergulha no alcoolismo. Ficou sem a casa materna e perante a impossibilidade de cuidar do filho, este é entregue a uma prima a viver nas Caldas da Rainha. Durante anos foi vivendo em casas diferentes, ao sabor dos companheiros de ocasião, e oscilando entre tratamentos e fases de alcoolismo.

Em 2011, Maria Júlia vivia intermitentemente períodos de abstinência alcoólica. Vivia com um companheiro numa casa arrendada na freguesia de S. Miguel. Os seus rendimentos eram constituídos pelo RSI e por um valor incerto dos biscates que o companheiro ia fazendo. Em 2014, Maria Júlia, com 42 anos de idade, encontrava-se incapacitada para o trabalho, pois tinha tido um AVC em 2013 e perspetivava pedir reforma por invalidez. Com a cessação do

RSI decorrente da composição do agregado familiar e do valor da reforma do companheiro, o casal vivia apenas com 379€ mensais. Não tendo perspetivas de ingresso no mercado de trabalho, Maria Júlia encontra-se conformada com a sua situação.

1.2. O acentuar dos processos de vulnerabilização

Entre 2011 e 2014, 15 dos entrevistados que haviam entrado em situação de vulnerabilidade há menos de 8 anos não encontraram ainda saída para a sua situação. Como podemos verificar no quadro seguinte, nenhum elemento deste segmento percebe a sua situação de pobreza como persistente.

Quadro 4 – Entrevistados em situação de pobreza há menos de 8 anos por percepção da situação de pobreza

	N	Exclusão Intergeracional	S/Exclusão Intergeracional
Oscilante	8	2 Incapacitados (Maria Celeste, Dália); 2 trabalhadores Pobres (Maria da Graça, Paulina)	2 Trabalhadores Pobres (Miguel, Rita); 1 Incapacitado (Antero); 1 Desafiliado (César)
Episódica ou Acidental	6	1 Desempregado (Pedro); 1 Idoso (André); 1 Trabalhadora Pobre (Carolina)	2 Trabalhadores Pobres (Verónica, Vasco); 1 Desempregada (Márcia)
Na Reforma	1		1 Idoso (Gonçalo)
Total	15	7	8

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O percurso de vulnerabilização de Vasco ilustra como o tempo de permanência numa situação de desemprego e a ausência de respostas sustentadas se poderão traduzir num enraizamento na situação de pobreza. Em 2011, Vasco encontrava-se desempregado há 5 anos após uma vida de trabalho estável no comércio de calçado. Apesar de ter rentabilizado o período de desemprego para incrementar o seu nível de qualificação (concluiu o 12º ano em RVCC⁸) não foi possível durante um longo período de tempo regressar ao mercado de trabalho.

⁸ O RVCC - Reconhecimento, validação e certificação de competências - foi um processo de reconhecimento de competências que os adultos adquiriram ao longo da vida, fora dos sistemas formais de educação e formação, em contextos passíveis de gerar aprendizagens. Em 2005 foi lançada a Iniciativa Novas Oportunidades que contemplou a implantação de uma rede de Centros Novas Oportunidades que operacionalizaram, de forma massiva, os processos de reconhecimento e validação de competências. Estes Centros Novas Oportunidades encerraram definitivamente em Março de 2013.

Findo o subsídio de desemprego, recorre à assistência para apoio pecuniário, e em 2014 consegue um trabalho como auxiliar de educação numa escola. Trata-se, contudo, de um trabalho a tempo parcial, sem garantia de continuidade, e com um salário muito baixo (cerca de 300€), que ainda é diminuído por uma penhora de 75€ mensais e pelos gastos em transportes para o local de trabalho no concelho da Amadora. O seu discurso em 2014 é marcado por um sentimento de frustração relativamente à situação em que vive.

Para César, também em situação de pobreza há menos de 8 anos, a perceção dos incidentes críticos é oscilante, mas em 2014 a consciência das dificuldades em recomeçar um percurso é marcante no seu discurso. César é filho de um operário fabril e esteve numa escola particular até ao 4ºano. Na infância nunca lhe faltou nada em casa. Abandona a escola aos 15 anos. Entra no mercado de trabalho e inicia um percurso de toxicodependência. Esteve detido entre 1997 e 2001 onde descobre que tem VIH. Quando sai da prisão inicia uma relação conjugal que durou sete anos. Encontra trabalho, ganha um enteado e completa o 9º ano. Em 2010, o fim da relação traz-lhe uma depressão e auto despedimento da empresa onde trabalhava. Em 2014, César encontrava-se desencorajado, arranjando por vezes trabalho esporádico na empresa de um amigo.

1.3. A saída da situação de pobreza: dois casos

Tânia e Marisa, ambas mulheres em idade ativa, revelaram na Fase II do Barómetro ter saído da zona de vulnerabilidade em que se encontravam. Porém, não só os incidentes críticos que as fizeram entrar episodicamente numa situação de pobreza são diferenciados, como os motivos pelos quais hoje estão em melhor situação se afiguram diferentes, nomeadamente no que diz respeito às condições de entrada no mercado de trabalho. Se no caso de Margarida a situação laboral precária em que se encontra e a não proteção em caso de doença poderá reverter as melhorias conseguidas, Tânia apresenta, desde logo, um percurso mais sustentado por via da qualificação profissional e da entrada no mercado de trabalho com vínculo laboral.

Os pais de Marisa tiveram percursos laborais estáveis. Porém, esta aos 14 anos, apenas com o 1º ciclo concluído, começa a trabalhar como empregada de limpezas, e aos 17 anos casa-se. Inicia um percurso de toxicodependência com o marido e separa-se. Aos 20 casa-se novamente. Em 2001 é detida com o marido por tráfico de droga. Passa 6 anos na prisão. Quando sai da cadeia, com 36 anos de idade, para além das dificuldades em arranjar trabalho depara-se com um problema de saúde da sobrinha que a incapacita de realizar as actividades do quotidiano. O marido consegue arranjar trabalho como

eletricista, mas em consequência da falência da empresa é despedido. Findo o período de subsídio de desemprego, sobrevivia a fazer alguns trabalhos esporádicos. As despesas eram pagas com os biscates do marido e o vencimento da enteada. Em 2014 Marisa havia saído da pobreza, tendo conseguido angariar várias casas onde faz trabalhos de limpeza. Todavia sem contrato e sem descontos. Com um rendimento de 1200€ mensais, os biscates do marido e o vencimento da enteada é hoje possível ter uma vida mais confortável. Tendo já em vista um trabalho para o marido, espera comprar a casa onde reside.

Tânia tem a frequência do 3º ciclo de escolaridade. Aos 16 anos começou a trabalhar como florista. Com as gravidezes de risco chegou um período de instabilidade laboral. O negócio por conta própria neste ramo que tinha iniciado com o marido chegou ao fim com o divórcio, do qual resultou um período crítico. Nesta altura recorreu ao RSI do qual beneficiou durante 6 meses. Através de uma conhecida teve conhecimento de um curso de geriatria subsidiado pela SCML e durante a formação viveu com pouco mais de 200€ do curso, a pensão de alimentos e a ajuda financeira dos pais. Conseguiu começar a trabalhar num lar como ajudante onde permanece até hoje, com contrato a termo, mas com confiança na continuidade do emprego. Em 2014 Tânia havia reatado a relação com o marido, tinha sido novamente mãe e continuava a viver numa casa cedida pelos pais. O seu vencimento (620€) mais o do marido (1500€) permitem uma vida mais desafogada.

O exercício de pesquisa do perfil de pessoas de acordo com a sua perceção de pobreza, exposto no quadro seguinte⁹, distingue sobretudo os que referenciam a sua situação como sendo persistente e aqueles que a consideram oscilante ou fruto de acidentes de percurso. Tendencialmente, os elementos do Painel que experienciam a sua situação de vulnerabilidade de forma persistente são pessoas incapacitadas por motivo de doença, desempregados e idosos, residentes nas freguesias de Marvila e Santa Clara. Trata-se de um grupo que, tendo crescido num contexto de vulnerabilidades, é tendencialmente menos escolarizado e mais velho, permanecendo na situação de pobreza há mais de 8 anos. A relação com a assistência é de longa duração e, se em 2011 já se definiam como pobres, essa perceção permanece em 2014.

Já os entrevistados cuja experiência na pobreza é tida como episódica ou acidental apresentam um perfil mais heterogéneo. Trata-se de incapacitados, desempregados, cuidadoras e desafiados, de vários grupos etários, mas tendencialmente mais escolarizados, que se encontram em situação de pobreza há menos de 8 anos, e com menos casos de intergeracionalidade das situações de privação. A sua relação com a assistência não dura há mais de 10 anos, mas

⁹ Encontra-se excluído deste quadro a categoria 'perceção de pobreza por entrada na reforma' por incluir apenas dois casos.

entre os elementos deste grupo encontram-se entrevistados que alteraram a sua auto-perceção para pobres, face a 2011, enquanto outros que não se identificavam como pertencente ao grupo dos “pobres” em 2011, mantêm a mesma postura em 2014. A área de residência não se apresenta neste grupo como uma variável discriminante.

Aqueles cujo percurso tem sido marcado por oscilações nas suas condições de vida apresentam um perfil com contornos mais nítidos no que diz respeito aos perfis de pobreza. Trata-se, sobretudo, de cuidadoras e trabalhadores pobres, que embora tenham sofrido privações na sua infância e juventude, iniciaram a sua relação com a assistência há menos de 10 anos, e residem sobretudo nas freguesias de Sta. Maria Maior e São Vicente. Porém, revelam ter também alguma heterogeneidade traduzida nos grupos etários (mais jovens e a meio da sua idade ativa), nas suas habilitações (onde se registam entrevistados com o 3º ciclo, a par daqueles que não têm qualquer grau de ensino e os que têm o 1º ciclo), e ainda na sua auto-representação face à pobreza (se uns se sentem pobres em 2014, como o haviam expresso em 2011, outros alteraram a sua perceção e não se identificam como sendo pobres em 2014).

Quadro 5 – Perfis de entrevistados por perceção da pobreza

Episódica ou Acidental	Oscilante	Persistente
Zona: Transversal	Zona: Sta. Maria Maior/São Vicente	Zona: Marvila/Sta. Clara
Perfis: Incapacitados, Desempregados, Cuidadora, Desafiliados	Perfis: Cuidadoras e Trabalhadores Pobres	Perfis: Incapacitados, Desempregados, Idosos
Balanço Perceção Pobreza: Altera para pobre em 2014/Sente-se não pobre 2011-14	Balanço perceção pobreza: Sente-se pobre 2011-14/Altera para não pobre em 2014	Balanço perceção pobreza: Sente-se pobre 2011-14
Idade: transversal	Idade: até 35; 46-55 anos	Idade: 36-45; mais de 56 anos
Início relação com a assistência: 10 ou menos anos	Início de relação com a assistência: 10 ou menos anos	Início de relação com a assistência: 10 ou mais anos
Tendencialmente mais escolarizados	Sabe ler e escrever, 1º ciclo e 3ºciclo	Tendencialmente menos escolarizados
Tempo de permanência na pobreza: menos de 8 anos	Tempo de permanência na pobreza: menos de 8 anos	Tempo de permanência na pobreza: mais de 8 anos
Menos situações de intergeracionalidade da pobreza	Pobreza intergeracional	Pobreza intergeracional

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

1.4. Principais momentos críticos entre 2011-2014: uma redução generalizada dos apoios sociais e prevalência de problemas de saúde

Interessa agora identificar os principais incidentes ocorridos entre 2011 e 2014 que, na perspetiva dos entrevistados, constituem momentos críticos e de que forma contribuem para a manutenção ou reforço das situações de vulnerabilidade. Saliente-se que se trata da identificação e leitura dos próprios indivíduos sobre os acontecimentos com consequências negativas na sua vida, tenham eles sido episódios temporários que entretanto foram ultrapassados ou que ainda permanecem.

Entre o Painel de entrevistados da Fase II do Barómetro um conjunto de 48 pessoas assinala um ou mais incidentes críticos ocorridos entre a realização da primeira e da segunda entrevista.

Se 9 dos entrevistados não relataram nenhum problema que tenha ocorrido neste período, 17 indicaram um incidente, 22 relataram dois problemas, 8 acumularam três incidentes e 1 referiu quatro. Esta breve ‘contabilização’ revela a cumulatividade de experiências problemáticas que podem ocorrer num período relativamente curto de tempo.

Veja-se o exemplo de Filipa que era cuidadora informal: em 2013 dá-se o falecimento da sogra, de quem cuidava, que para além do impacto psicológico do luto, faz diminuir os rendimentos do agregado não só pela ausência da sua pensão (600€), como também pelo facto de a família (constituída por si, pelo seu marido e filho) ter sido obrigada a abandonar a casa onde vivia e onde pagava uma renda de 12.66€. Hoje, vivem numa casa alugada, com uma renda de 450€ paga pelo filho, que entretanto passou a residir com um primo, e recebem RSI no valor de 250€. Agravando ainda a sua situação, o marido, após 60 anos de vivência em Alfama, entra em depressão profunda com a mudança de zona habitacional.

Os acontecimentos negativos mais frequentes dizem respeito ao corte (temporário ou permanente) ou diminuição dos apoios sociais, ao surgimento ou agravamento de problemas de saúde, problemas habitacionais e falecimento de familiares (a residir em coabitação ou não). Um outro conjunto de incidentes críticos assinalados (menos frequente), que não sendo do próprio, influi no contexto familiar e nas situações de pobreza vividas pelas famílias, é o desemprego de filhos ou netos e situações de doença dos familiares. Também a diminuição de rendimentos do trabalho constituiu um incidente crítico, abalando diretamente os rendimentos destes agregados. Neste período também se registam quatro situações de rutura conjugal para 3 mulheres. Assinala-se ainda duas situações de desemprego, uma entrada em situação de reforma e um indeferimento do pedido de reforma por invalidez.

Quadro 6 – Principais momentos críticos 2011-2014 por perfil de pobreza

Incidente crítico	N	Nome
Corte/diminuição nos apoios sociais	26	<u>Desempregados (7)</u> <u>Incapacitados (5)</u> <u>Trabalhadores Pobres (6)</u> <u>Desafiliados (2)</u> <u>Idosos (4)</u> <u>Cuidadoras (1):</u>
Novos problemas de saúde/Agravamento do estado de saúde	14	<u>Incapacitados (5)</u> <u>Trabalhadores Pobres (5)</u> <u>Desafiliados (2)</u> <u>Idosos (2):</u>
Problemas de habitação	10	<u>Desafiliados (3)</u> <u>Desempregados (3)</u> <u>Idosos (3)</u> <u>Incapacitados (1)</u>
Falecimento de familiares	9	<u>Desempregados (3)</u> <u>Idosos (2)</u> <u>Desafiliados (1)</u> <u>Trabalhadores Pobres (2)</u> <u>Incapacitado (1)</u>
Desemprego dos filhos/netos	5	<u>Trabalhadores Pobres (2)</u> Idosos: (2) <u>Desempregados (1)</u>
Diminuição de rendimentos do trabalho	5	<u>Trabalhadores Pobres (3)</u> <u>Idosos (1)</u> <u>Desempregados (1)</u>
Doença de familiares	5	<u>Trabalhadores Pobres (2)</u> <u>Desempregados (1)</u> <u>Desafiliados (1)</u> <u>Idosos (1)</u>
Separação	3	<u>Incapacitados (1)</u> <u>Desempregados (2)</u>
Endividamento	2	<u>Trabalhadores Pobres (1)</u> <u>Incapacitados (1)</u>
Desemprego	2	<u>Trabalhadores Pobres (1)</u> <u>Incapacitados (1)</u>
Entrada na reforma	1	<u>Idosos (1)</u>
Recusa reforma por invalidez	1	<u>Trabalhadores Pobres (1)</u>

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Como referido, dos 57 entrevistados, 48 assinalam momentos críticos. A diminuição ou mesmo o corte total dos apoios sociais constitui o incidente mais enunciado por elementos de todos os perfis de pobreza em presença (26). As situações são diversas e passam pela diminuição ou suspensão temporária do RSI, devido a alterações na constituição do agregado familiar ou por incumprimento do acordo de inserção; pela diminuição do Complemento Solidário

de Idosos, pela diminuição do valor dos abonos familiares, pelo término do período dos subsídios de desemprego ou mesmo o corte ou diminuição de outro tipo de apoios como o Banco Alimentar e ainda pela retirada da isenção de pagamento de taxas moderadoras na saúde. A ausência ou diminuição desses apoios é sentida de forma particularmente penosa pelas famílias que viviam/vivem no limiar da sobrevivência e cujos ajustes em termos de gestão doméstica muitas vezes são realizados através de cortes na alimentação.

“Os tais 200€. Não era o ideal porque a vida piorou, está péssima. Mas era uma grande ajuda, mesmo. Talvez nos servisse para vivermos mais desafogadamente em comparação a hoje. São 200€ que nos foram retirados, que a gente sabia que tínhamos na altura e que era uma mais-valia para conseguirmos sobreviver, até certo ponto. (...) Mas tínhamos uma vida muito mais controlada. Tínhamos mais ajudas nesse momento. Eu digo 200€ com a ajuda do Auxílio e Amizade. Estou a falar no conjunto. Nestes dois anos a vida piorou mas também nos adaptámos muito a ela houve uma adaptação nestes últimos meses.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

“E no abono temos o escalão B. Que a gente podíamos ter um desconto da luz, não temos, nós que éramos o escalão A, de um momento para o outro passamos para o B. Não sabemos porquê também. (...) Já fomos lá, já metemos os papéis em como somos só nós, os sete. Eu e eles fomos à junta pedir um dia os papéis, pusemos os papéis em como somos só nós a morar cá em casa e tudo e não me deram resposta nenhuma.” (Paulina, 39 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“Também me retiraram a isenção. Agora tenbo que pagar tudo. Da minha filha também tiraram, mas eu tratei de tudo de maneira a ela ter outra vez a isenção. A minha não me deram [...] Disseram que era por a minha pensão, junto com a da minha filha, ultrapassar o ordenado mínimo, mas ela tem um documento com a deficiência dela e por isso não lhe podem tirar.” (Graça, 64 anos, idosa, 2014)

A frequência deste tipo de situações nestes últimos 3 anos indicia uma restrição e um controlo mais apertado no acesso a apoios sociais pelo sistema público de proteção social ou organizações do terceiro setor.

O agravamento de problemas de saúde ou o surgimento de novos problemas entre os entrevistados ou com familiares próximos constituem também um incidente crítico frequente com um impacto negativo nas condições de vida destas pessoas, seja por tornarem estes elementos incapacitados para o trabalho, como por constituírem mais um problema que têm a seu cargo. Estas situações foram referidas por Fátima (doença mental da filha), Miguel (depressão da esposa), Filipa (depressão do marido), Ramiro (doença do pai), Teolinda (doença da mãe).

Na esfera da habitação foram identificados incidentes críticos por 10 entrevistados. Estes problemas manifestaram-se de três formas: na falta de acesso a uma habitação, mudanças habitacionais impostas e não desejadas e no aumento das rendas sociais ou redução dos apoios pecuniários à habitação.

O falecimento de familiares constituiu também um incidente crítico para 9 dos entrevistados. Para além, de trazerem consigo elevados níveis de sofrimento, para alguns implicaram também alterações profundas na vida quotidiana, nomeadamente nas cuidadoras informais. É a situação de Filipa (falecimento da sogra) e de Liliana (falecimento do filho deficiente).

As situações de desemprego de filhos e netos foram também mencionadas como momentos críticos por 5 entrevistados (Alda, Mariana, Graça, Pedro e Camila). A impossibilidade de lhes prestar apoio e o receio pelo seu futuro são registados como elementos de *stress* e de elevada preocupação.

A diminuição dos rendimentos do trabalho entre os trabalhadores pobres foi evidenciada por dois entrevistados: Valentina, empregada de limpezas, tem vindo, nos últimos anos, a ver reduzidas as horas de trabalho. Em 2011, trabalhava em duas lojas mas, entretanto, uma fechou e em 2014 encontrava-se apenas com uma hora de trabalho por dia num estabelecimento comercial. Também, Julieta se encontra na mesma situação: acumulava com o trabalho num refeitório dois trabalhos de limpezas, mas viu as horas de trabalho reduzidas em ambas as entidades patronais. São vários os entrevistados que relatam situações de redução do número de horas de trabalho para outros elementos do agregado, nomeadamente nas empresas de segurança privada.

Um momento crítico referido por André é a entrada na situação de reforma. Apesar de em 2011 a sua expectativa de melhoria se centrar na possibilidade de receber a reforma antecipada, o valor de 252€ é considerado insuficiente para a sua sobrevivência, sendo obrigado a dar continuidade à atividade de restaurador, bem como à venda de bens pessoais, situação que já registava em 2011 e que segundo André se esgotará brevemente.

Apesar da diversidade de incidentes vivenciados entre 2011 e 2014 interessa realçar que estes foram destacados como momentos críticos pela maioria (48 em 57) com particular incidência os relativos aos cortes e diminuição dos apoios sociais, e com impacto direto nos rendimentos disponíveis nestes agregados familiares.

1.5. A disposição para a ação: no limite da acomodação, emerge a frustração e prevalece a resiliência

A condição de vulnerabilidade socioeconómica é um traço transversal à esmagadora maioria dos entrevistados¹⁰, em grande medida condicionada pelo percurso e ciclo de vida e condições sociais e individuais. Neste sentido, importa compreender que ajustamentos fazem os indivíduos às dinâmicas de vulnerabilidade, que estratégias de ação convocam para contornar os constrangimentos protagonizados, e quais os impactos da exposição contínua a contextos de pobreza e exclusão.

As diversas formas de perspetivar o contexto em que vivem, a leitura que fazem das oportunidades e a avaliação das capacidades de que dispõem, despoleta nestes entrevistados diferentes disposições para ação que se revestem de grande complexidade. Como veremos, condições idênticas de vulnerabilidade traduzem-se em disposições para a ação e estratégias distintas.

De modo genérico, encontramos três tipos de disposição para a ação¹¹. Estas disposições não são estanques, mas antes estados alteráveis onde a exposição à vulnerabilidade, à incerteza e ao risco assume diferentes posicionamentos face às múltiplas dimensões da vida individual e social.

Adaptação e conformação é uma das formas de se posicionar face à situação de vulnerabilidade vivida e caracteriza-se por uma desconfiança/descrença na sociedade e uma redução das aspirações e da projeção no futuro como estratégia para viver com alguma serenidade. Ou seja, estas pessoas procuram ajustar as suas expectativas de vida aos recursos de que dispõem de forma a viver de forma mais apaziguada.

O segundo tipo de disposição para a ação é o que combina frustração e *stress* e consiste na dificuldade dos indivíduos encontrarem estratégias que solucionem as suas necessidades. Muitas vezes colocam o ónus da sua condição no sistema, nomeadamente na instabilidade estrutural em que vivem, esperando, igualmente que a solução seja exterior a si, não necessariamente por via de apoios sociais mas de uma rede de condições, oportunidades e direitos sociais que consideram que deveria existir. O constante confronto entre o que gostariam de ser/ter e a realidade incute-lhes um sentimento de frustração que, algumas vezes, verbalizam objetivamente, referindo que esta realidade teve um impacto negativo nas suas aspirações futuras, ou seja, quando olham para o passado constataam que tinham e/ou realizavam planos/projetos para o futuro e lamentam que a sua não concretização lhes tenha retirado essa capacidade.

¹⁰ Como já identificado anteriormente, apenas duas pessoas se libertaram da situação de pobreza em que viviam em 2011.

¹¹ As designações destas disposições retomam uma tipologia já explorada num outro estudo do DINÂMIA-CET (cf. Pinto et al., 2010)

Finalmente, encontramos um conjunto de indivíduos ativos e resilientes que norteiam a sua vida pela esperança num futuro melhor, de concretização de projetos e objetivos. Agem na certeza de que pelo seu esforço podem melhorar a sua condição de vida, procurando e aproveitando as oportunidades que o podem potenciar.

Uma primeira leitura quantitativa da disposição das pessoas que integram o Painel para a ação em 2011 e 2014 indicia que estão ligeiramente menos acomodados, mais frustrados mas também um pouco menos resilientes e ativos.

Quadro 7 – Disposição para ação dos entrevistados em 2011 e 2014

	Disposição para a ação	
	2011	2014
Adaptação/conformação	28	26
Frustração/ <i>stress</i>	9	12
Resiliência/ativação	20	19
Total	57	57

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O quadro seguinte permite denominar e explanar essa evolução: 40 pessoas mantêm a disposição para a ação que registavam em 2011, destas, 22 pessoas, sobretudo incapacitadas e idosas, mantêm-se acomodadas.

Quatro mantêm-se frustrados com as suas condições de vida (1 incapacitado, 1 desafiliado e 2 desempregados). A falta de emprego e a degradação financeira são os principais motivos para manterem este estado de insatisfação com as suas vidas. Dália, reformada recentemente, ficou sem direito à casa que habitava enquanto funcionária da Manutenção Militar.

Olegário, um jovem cigano com 27 anos, casado e com dois filhos com 4 e 2 anos, continua sem aceder a habitação social para o seu núcleo familiar, que aumentou no período em análise, e sem encontrar emprego. A este respeito a frustração parece dever-se às expectativas goradas de conseguir emprego com o aumento da escolaridade.

“Não consigo estar em casa, não consigo estar em baixo, vou para baixo, vou para cima, isto é um stress muito grande! A gente está o dia inteiro sem fazer nada, eu acho que é um stress. A gente diz às vezes que o trabalho stressa, stressa mais isto do que stressa trabalhar. Se a gente está aí sentado o dia inteiro, chega a um ponto e a gente não sabe o que faça, ficamos meio malucos.” (Olegário, 27 anos, desempregado, 2014)

Pedro com 50 anos, casado e com um filho menor, vê os seus sonhos e projetos sucessivamente frustrados. As oportunidades de emprego que lhe têm surgido não se concretizam e a dedicação ao artesanato, atividade que gosta particularmente, é condicionada, por um lado, pela incapacidade financeira para a compra dos materiais necessários e, por outro, pela desmotivação que a atual situação lhe provoca.

“Eu se estivesse otimista já tinha dez quadros para fazer uma exposição. Não tenho otimismo nenhum, estou muito preocupado.” (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

E Ramiro com 34 anos, considerando que a sua situação económica se mantém, sente-se sem objetivos e rumo para a sua vida, situação agudizada pela falta de uma ocupação, de um trabalho adequado à sua condição de saúde.

Finalmente, 14 pessoas mantêm-se resilientes e ativas na procura de soluções para a sua condição de vulnerabilidade, correspondendo maioritariamente aos trabalhadores pobres e às duas trabalhadoras, saídas recentemente da situação de pobreza.

“Graças à minha vontade, porque eu sou uma pessoa batalhadora não gosto de estar parada. Eu tenho que andar à procura das coisas, não espero que as coisas venham ter comigo. Sempre foi assim, aprendi com a minha mãe e então eu sou assim. Eu quando vi que as coisas está assim coisa, eu levanto...olho para o céu, peço a Deus, levanto, saio e vou à procura. Pronto, é assim que nós conseguimos as coisas. Com sacrifício mas as coisas é assim que tem que ser. E eu ensinei os meus filhos assim, nada cai do céu, quando queremos uma coisa temos que lutar para conseguir. Eu sou assim.” (Maria da Graça, 56 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“Sempre positiva. Negativa não. Sempre otimista. Vou sempre em frente. Quando der com a cabeça nalgum lado... Mas vou sempre em frente. Nesse aspeto sou muito positiva, em todos os aspetos. Naquilo que eu faço não sou negativa, nunca fui. (...) Vai-se em frente. Logo se vê. (Julieta, 48 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“E todos os dias à noite agradeço a Deus por ter deixado que hoje o dia tenha corrido bem. Temos de viver assim, porque se eu vou entrar em stress, que tenho filhos e que não lhes posso dar e o que é que vai ser da minha vida, então eu vou entrar numa rotina de medicamentos, certo?! E eu não tenho dinheiro para medicamentos. Como não tenho dinheiro para medicamentos tenho de manter a calma...” (Carolina, 44 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Estes dados indiciam que a ligação ao mercado de trabalho, uma condição de saúde razoável e o facto de terem filhos menores imprimem nos indivíduos ânimo e determinação para traçarem um percurso de fuga à vulnerabilidade, tornando-os mais otimistas e resilientes. Por oposição, a doença e a idade avançada tendem a incutir sentimentos de inevitabilidade e acomodação nos indivíduos.

Importa agora debruçarmo-nos sobre os 17 casos de mudança de disposição para a ação e explorar que fatores a despoletaram.

Quatro pessoas passaram de acomodadas em 2011 para frustradas com a sua atual condição. São elas Filomena (desempregada), Aura (incapacitada), Liliana (trabalhadora Pobre) e Luísa (idosa). Quase todos julgam que a sua situação económica piorou, menos Aura e Luísa, que consideram ter-se mantido. A indicação de momentos críticos no período em análise é também generalizada, com exceção para Filomena. O falecimento de familiares, o filho de Liliana e a mãe de Aura, e o corte de apoios sociais, como o banco alimentar a Luísa, podem contribuir para explicar o sentimento de frustração que vivenciam.

“Falta de ajudas e... o Natal passei aqui sozinha. Nem uma passinha, nem um pinhão, nem um bocadinho de bolo-rei, nem coisa nenhuma. Estive aqui sozinha, e o meu marido além...” (Luísa, 84 anos, idosa, 2014)

“Sinto, pobre e desprezada e tudo, tudo e mais alguma coisa. Sinto-me porque é dizer eu agora quero um tostão para comer e não tenho, os vizinhos é que me estão a dar. (...) E desde que partiu o meu menino fiquei... não tenho reação, fiquei sem coisa nenhum, parece que morri por dentro, parece que fiquei morta também, já não tenho a mesma reação que tinha, morri também. E todos os dias peço a Deus para me levar, porque eu aqui já não faço nada.” (Liliana, 60 anos, desempregada, 2014)

Duas pessoas adaptadas à sua condição de vida em 2011 encontram-se, em 2014, ativas na procura de uma saída para a sua situação atual – Almerinda (desafiada) e Antero (incapacitado). Ambos referem que a sua situação económica piorou. Acresce a esta perceção a existência de momentos críticos neste período que poderão justificar a atual resiliência que manifestam. Al-

merinda, depois de sair de casa do ex-marido e viver na rua, está concentrada na procura de um emprego que lhe permita pagar um alojamento para poder abandonar a associação de emergência social onde pernoita; e Antero apesar do corte do apoio por parte da SCML, considera que o seu estado de saúde melhorou o que lhe dá ânimo para melhorar autonomamente a sua situação.

Um momento de necessidade aguda que rompe com a garantia de condições de sobrevivência mínimas, como a habitação, no caso de Almerinda, e a melhoria do estado de saúde de Antero, imprime em ambos um novo fôlego para reverterem a condição de vulnerabilidade em que vivem.

Em 2011, 9 pessoas viviam frustradas com a sua condição de vida. Destas, 2 estão em 2014 acomodadas ao seu destino: André (idoso) que conseguiu a pré-reforma, o que lhe permite pagar as suas principais despesas mensais (arrendamento da sua habitação e da oficina); e Margarida que, apesar das dificuldades económicas que o desemprego lhe acarreta, está hoje mais acomodada à sua situação. A mudança de casa (cuja renda é paga com o subsídio de desemprego do filho) e a separação do marido alcoólico poderão justificá-lo.

A capacidade que estes entrevistados manifestam em fazer, atualmente, face às suas necessidades/despesas básicas, designadamente com a habitação, poderá justificar o fim do sentimento de frustração que manifestavam em 2011:

“A minha vida é estável, eu não sou uma pessoa de gastos... não ando de carro, só no fim-de-semana às vezes, até para ele não engordurar ali, não é?! E ando de autocarro, tenho passe... e vou...” (André, 64 anos, idoso, 2014)

Por seu lado, três pessoas convertem a sua frustração em resiliência e procuram uma solução para reverter a condição de necessidade em que vivem – Sofia (desempregada), Camila e Ilda (trabalhadoras pobres). Sofia, a viver um momento agudo de necessidade resultante da separação, está disposta a aceitar qualquer trabalho, mesmo que isso prejudique o seu estado de saúde; Camila e Ilda consideram que a sua condição económica melhorou. Ilda conseguiu arranjar trabalho e a pensão de alimentos para o filho, e Camila, cujo estado de saúde melhorou, conseguiu alguns trabalhos que lhe permitem ter uma melhor condição económica, apesar do corte de apoios sociais que teve e da atual situação de desemprego da filha.

Finalmente, seis entrevistados identificados como resilientes em 2011, estão hoje num estado de acomodação ou frustração. No primeiro estado encontramos Maria Júlia (incapacitada) e Roberto (trabalhador pobre). Maria Júlia considera que a sua condição económica se manteve, sofreu um agravamento no seu estado de saúde e conseguiu uma residência com condições de habitabilidade, contexto que poderá justificar a sua acomodação à situação

de vulnerabilidade vivida; e Roberto também se apresenta acomodado à sua condição depois do falecimento do pai e do corte temporário do Rendimento Social de inserção.

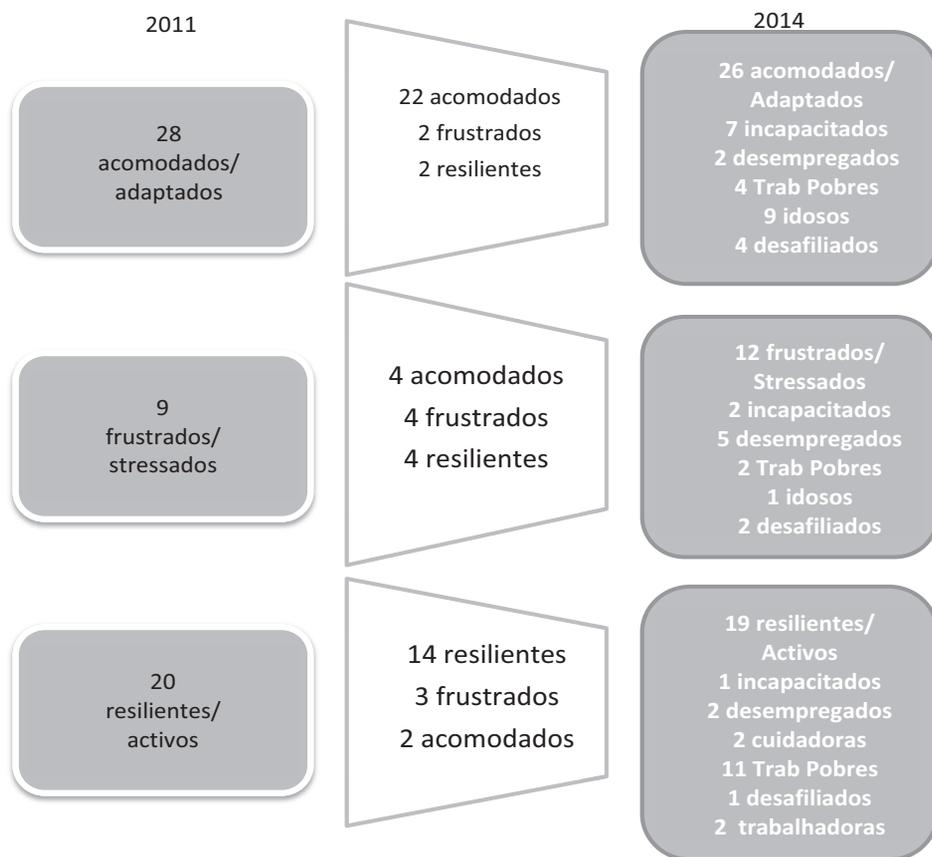
Filipa (desempregada), César (desafiliado), Anabela e Vasco (trabalhadores pobres) consideram que a sua situação económica está pior do que em 2011, o que lhes incute um sentimento de frustração. No caso de Filipa, como vimos, o falecimento da sogra está na origem de uma sequência de acontecimentos negativos. Para Anabela, Vasco e César os fatores económicos parecem estar na origem do seu mau estar atual. Anabela, após ter tido a aprovação do seu pedido de insolvência, viu serem cessados os apoios sociais da SCML e do banco alimentar. Esta situação de necessidade aguda teve impacto ao nível da saúde da própria e do marido, ambos com uma depressão diagnosticada no período em análise. Tal como César, Vasco viu o Rendimento Social de Inserção cortado, no entanto este tem a agravante de o seu salário ter sido penhorado por uma entidade credora.

O corte de apoios sociais parece ser o fator despoletador de frustração. O impacto da degradação económica destes agregados familiares no estado de saúde dos seus elementos sai aqui evidenciado, sendo objeto de aprofundamento no ponto 1.4.

“Nós só queremos estabilizar como era dantes. A nossa vida foi completamente desfalcada. Foi quase como se nos tivessem tirado a pele, como se nos tirassem um banco debaixo dos pés. Antes estávamos equilibrados, o banco de vez em quando mexia, mas sabíamos que o banco estava lá. Neste momento não há banco e acho que o chão está bastante a ceder.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

“No fundo agora, era tornar-me autónomo, era um trabalho, era o ideal. Mas... também não estou a ver. Como está o país, também não estou a ver. O rendimento mínimo vou pô-lo, enfim, também gostava. Mas... não sei, é como lhe digo, às vezes as esperanças já são poucas, não é? Nesse capítulo, em contar que alguém vá fazer alguma coisa por mim, seja a sociedade, seja amigos, família, seja quem for. (...) Eu não tomar a medicação, é uma opção minha, são opções, eu sei, são... é desistir, no fundo foi mesmo desistir, não querer mais, não querer saber de mais nada.” (César, 41 anos, desafiliado, 2014)

Figura 4 – Evolução da disposição para a acção dos entrevistados por perfil entre 2011 e 2014



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O quadro seguinte procura descrever os três perfis identificados - acomodação/conformação, frustração/*stress* e resiliência/ativação com recurso a um conjunto de dimensões da vida destes indivíduos: caracterização sociodemográfica e profissional, auto-perceção dos problemas, percurso de vulnerabilidade, redes, relação com a assistência, auto imagem e identidade e expectativas e futuro. Todas estas dimensões serão abordadas e desenvolvidas ao longo dos próximos capítulos.

Deste modo, o presente quadro procura, de forma complementar aos pontos anteriores, fazer o retrato das relações e causalidades entre condições de vida e características objetivas e subjetivas que condicionam as disposições para a acção.

Quadro 8 – Perfis de Entrevistados por Disposição de Ação 2014

	Acomodação/ Conformação (26)	Frustração/ Stress (12)	Resiliência/ Ativação (19)
Caracterização sociodemográfica e profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Maria Maior/São Vicente • Incapacitados, idosos e desafiados • Tem problemas de saúde impeditivos ou limitativos de atividade profissional • Não tem familiares com problemas de saúde • Sem qualquer grau de escolaridade • Até 35 anos ou mais de 56 anos • Indivíduos isolados ou agregados familiares sem crianças • Viúvos e solteiros • Habitação social, mercado privado n titular, arrendatário de quarto, adequada • Sem relação com o trabalho no período 2011-2014 • Sem situações de estabilidade ao longo da vida com o mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Marvília/Santa Clara • Desempregados • Tem problemas de saúde limitativos ou irrelevantes • Não tem familiares com problemas de saúde • 1º Ciclo ou secundário ou mais • Entre 46 e 55 anos • Agregados familiares com menores • Casados/união de facto • Habitação social (titular), Coabitação social • Relação intermitente com o trabalho no período 2011-2014 • Com situações de estabilidade ao longo da vida com o mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Marvília/Santa Clara • Trabalhadores pobres • Não tem problemas de saúde • Tem familiares com problemas de saúde • 1º ou 2 ciclo • Entre 36 e 55 anos • Agregados familiares com menores • Casados/união de facto • Proprietário, arrendatário mercado privado • Com trabalho regular no período 2011-2014 • Com situações de estabilidade ao longo da vida com o mercado de trabalho
Perceção dos Problemas	<ul style="list-style-type: none"> • Não considera ter problema com a habitação ou se mantém ou emergiu o problema de habitação em relação a 2011 • Melhorou as condições de habitabilidade • Não considera ter um problema ao nível do trabalho • Não considera ter um problema ao nível da qualificação • Considera ter um problema ao nível do emprego na família 	<ul style="list-style-type: none"> • Não considera ter problema com a habitação • Sublotada, adequada • Mantiveram-se as condições de habitabilidade • Considera ter um problema ao nível do trabalho • Não considera ter um problema ao nível da qualificação 	<ul style="list-style-type: none"> • Considera ter problema com a habitação, deixou de emergir o problema de habitação • Sobrelotada • Mantiveram-se ou melhoraram as condições de habitabilidade • Considera ter um problema ao nível do trabalho • Considera ter um problema ao nível da qualificação • Considera ter um problema ao nível do emprego na família
Percurso de vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusão intergeracional (ascendentes e descendentes) 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem percurso de exclusão intergeracional 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem percurso de exclusão intergeracional

Redes	<ul style="list-style-type: none"> • Coesão familiar fraca • Confiança interpessoal boa • Confiança institucional boa • Apoios informais são de família e vizinhos ou não tem apoios 	<ul style="list-style-type: none"> • Coesão familiar fraca ou boa • Confiança interpessoal fraca • Confiança institucional nula • Apoios informais são famílias, amigos e vizinhos 	<ul style="list-style-type: none"> • Coesão familiar boa • Confiança interpessoal média ou boa • Confiança institucional média • Apoios são de família e outros
Relação com a assistência	<ul style="list-style-type: none"> • Contacto com proteção social superior a 11 anos • Contacto permanente • Facilidade na adesão • Apoios prestados são consonantes com as necessidades • A relação com a assistência é positiva • Não se reconhece com competências • Considera-se pobre 	<ul style="list-style-type: none"> • Contacto com proteção social entre 1 e 5 anos • Contacto oscilante • Resistência e inevitabilidade • Apoios prestados são dissonantes com as necessidades • A relação é negativa • Reconhece em si competências • Considera-se pobre 	<ul style="list-style-type: none"> • Entre 6 e 15 anos • Contacto pontual ou oscilante • Recusa no contacto ou inevitabilidade • Apoios prestados são dissonantes com as necessidades • A relação com a assistência é negativa
Auto imagem e identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Não se reconhece com competências • Considera-se pobre 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece em si competências • Considera-se pobre 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhece em si competências • Não se considera pobre
Expectativas de futuro	<ul style="list-style-type: none"> • Não pensa no futuro ou se pensa é apenas no plano idílico • Não tem projetos para o futuro • Nunca conseguiu concretizar os seus projetos 	<ul style="list-style-type: none"> • Não sabe como será o futuro/apreensivo/receoso ou considera que a situação vai piorar • Tem projetos para o futuro • Conseguiu concretizar alguns projetos ao longo da vida 	<ul style="list-style-type: none"> • Acha que o futuro será melhor • Tem projetos para o futuro • Conseguiu concretizar alguns projetos ao longo da vida

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

1.6. Retrato por área problemática e estratégias de superação

1.6.1 Rendimentos

Embora as questões da pobreza não possam ser vistas apenas pelos rendimentos disponíveis, ela é, em primeiro lugar, uma ausência de recursos, nomeadamente recursos financeiros. Neste sentido, torna-se relevante verificar os recursos económicos com que os entrevistados contam, não apenas pelo valor, como pelas suas origens.

A comparação das fontes de rendimento dos vários elementos que integram os agregados familiares dá-nos conta de uma tendência de diminuição de apoios como o RSI e o abono de família, dos rendimentos irregulares provenientes da realização de biscates, mas também de um aumento (ainda que ligeiro) dos rendimentos vindos do trabalho, das reformas e/ou pensões e de apoios eventuais. As prestações sociais continuam a constituir uma importante fonte de recursos, embora o número de entrevistados que contam entre os seus rendimentos com valores provindos da assistência tenha diminuído entre 2011 e 2014, passando de 50 para 46.

Os seguintes dois casos dão conta do verdadeiro puzzle que é a sobrevivência económica constituída pelo acumular de pequenos rendimentos.

Carolina, trabalhadora pobre, de 44 anos pertence a um agregado familiar, constituído pelo casal e 4 filhos, e tem um rendimento mensal de 726€ que provém dos abonos familiares (53€), do RSI (463€), do seu trabalho como empregada de limpezas (180€) e de uma ajuda pecuniária da família (30€).

Margarida, desempregada, de 43 anos, vive com um filho, também em situação de desemprego numa casa alugada com uma renda mensal de 400€. Os seus rendimentos resultam do subsídio de desemprego do filho (340€), do Rendimento Social de Inserção (260€) e de uns biscates que vai fazendo nas limpezas (50€) totalizando o valor de 650€ mensais.

Porém, como se verifica, a essa variedade de fontes e dispêndio de energias para os angariar não correspondem os valores necessários de rendimentos que permitam a saída da zona de vulnerabilidade.

Um conjunto expressivo de entrevistados (23) depende exclusivamente das políticas sociais e apenas 6 possuem rendimentos que provêm em exclusivo da sua atividade profissional e/ou dos seus familiares (trabalho e biscates). Um outro importante grupo acumula os rendimentos do trabalho, genericamente baixos, com prestações sociais.

Quadro 9 – Balanço comparativo 2011-2014 – Fontes de Rendimento do Agregado Familiar

FONTES DE RENDIMENTO 2011	N	FONTES DE RENDIMENTO 2014	N
Reforma/Pensão	16	Reforma/Pensão	24
Trabalho	19	Trabalho	21
RSI	24	RSI	15
Abonos e bolsas de estudo	18	Abonos e bolsas de estudo	15
Subsídio eventual/Apoio renda	8	Subsídio eventual/Apoio renda	11
Biscates	15	Biscates	10
Outros subsídios (baixa por doença, etc.)	3	Outros subsídios (baixa por doença, etc.)	4
Apoio monetário de familiares	3	Apoio monetário de familiares	3

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Quadro 10 – Composição das Fontes de rendimento do agregado familiar (2011-2014)

Fontes de rendimento	2011	2014
Prestações sociais	21	23
Trabalho+prestações sociais	15	13
Biscates+prestações sociais	11	6
Trabalho	4	4
Apoio Monetário familiares+prestações sociais	2	0
Biscates+Prestações Sociais+Apoio monetário familiares	1	2
Biscates+trabalho+prestações sociais	1	1
Trabalho+Biscates	0	1
Biscates	0	1
Trabalho+Prestações Sociais+Apoio Monetário de Familiares	0	1
Total	55	52
Sem informação	2	5

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O apuramento dos valores dos salários auferidos pelos entrevistados e pelos elementos do seu agregado apresenta, de facto, uma média por agregado, bastante baixa (369€).¹²

Apurados os valores dos rendimentos familiares de 24 entrevistados em 2011 e, de 37 em 2014 verifica-se uma ligeira descida da média que passa de 419,50€ para 415,08€.

É, pois, interessante verificar que a comparação entre os rendimentos auferidos pelos entrevistados e aqueles que estes declaram como necessários para viver, apresentam apenas uma distância de cerca de 300€. Os valores necessários para viver referidos por 31 indivíduos, cuja média é de 700€, oscilam entre um mínimo de 200€ e um máximo de 1500€.

Um elemento frequentemente presente no discurso dos entrevistados a este respeito é a capacidade de sobreviver com pouco dinheiro. Os valores que precisariam a mais para viver destinar-se-iam a suportar de forma confortável as despesas básicas de alimentação e casa.

“Isto é assim, para ficar, e não estou a falar de luxos, eu acho que com 600€ por mês ficava, apesar de ter algumas coisas atrasadas para pagar, umas dividaçõzinhas, uns 600€ por mês acho que...costumo dizer: ‘Eu até a pedir sou pobre.’” (Filipa, 59 anos, desempregada, 2014)

“Não sei, eu consigo sobreviver com o ordenado mínimo. Eu vivo na boa com 500, 600€ por mês, sozõinho. É claro, não faço... mas também já não preciso de nada! Consigo sobreviver, ter dinheiro para o meu café, ter dinheiro para o meu tabaco.” (César, 39 anos, desafiliado, 2014)

“Pelo menos, pelo menos, mais uns 500€. Já falo por baixo, não é? E não era para poder dar tudo aos meus filhos, era para poder encher os armários e o frigorífico, não era para dar tudo aos meus filhos, porque dentro daquilo que uma criança precisa vão tendo, não têm luxos mas vão tendo e as tias e a avó também lhes vão dando dentro daquilo que podem.” (Carolina, 44 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“400 euros já não era mau. Para ter modestamente, manter-me mais ou menos vivo.” (Joaquim, 61 anos, incapacitado, 2014)

¹² Para a elaboração desta média foi aferido o valor de 17 montantes provenientes do trabalho dos entrevistados ou de pessoas do seu agregado familiar.

Balanço negativo da situação económica entre 2011 e 2014

Relativamente ao balanço comparativo que fazem da sua situação económica entre 2011 e 2014, a maioria dos entrevistados (30 em 57) considera que a sua situação económica sofreu um agravamento, sobretudo os incapacitados e os idosos que constituem precisamente os perfis que mais necessitam dos apoios sociais para a sua sobrevivência, limitados que estão na procura de outras fontes de rendimento.

Mesmo entre aqueles cujas condições de vida foram desde a infância marcadas pela pobreza, hoje a sua situação económica parece ser ainda pior pelos cortes sucessivos nas prestações sociais:

“Estes dois anos foram piores. Depois que a crise chegou foi tudo pior. Porque aumentou tudo! Está tudo mais caro. O dinheiro não chega [...] Não tenho dinheiro que chegue para pagar as coisas” (Graça, 84 anos, idosa, 2014)

“Portanto olhe, está pior. [Porquê?] Tenho a pensão social, que é um subsídio que o Estado me dá para sobrevivência. E agora foi-me tirado dinheiro desse subsídio.” (Natália, 85 anos, idosa, 2014)

No entanto, um grupo de 17 elementos do Painel considerou que a sua situação económica se manteve inalterada face a 2011. Entre estes sobressaem os trabalhadores pobres e alguns incapacitados. E ainda, 10 elementos do Painel fazem um balanço positivo da sua situação económica: Fátima (idosa), Hortense, Jerónimo e Júlio (desafiliados), Ilda, Carolina, Camila e Verónica (trabalhadores pobres), e as duas entrevistadas que saíram da situação de pobreza em que se encontravam em 2011.

Importa assim explorar o que mudou na vida dos 10 entrevistados que consideraram que a sua situação económica melhorou.

Em 7 dos 10 entrevistados que referiram uma melhoria na sua situação socio-económica um dos fatores que contribuiu para essa situação foi a integração no mercado de trabalho. Note-se, porém, que essa inserção foi realizada de forma precária, colocando em causa a sustentabilidade das melhorias relatadas. Vejamos alguns destes casos.

Cuidadora em 2011, Carolina alterou a sua situação integrando o mercado de trabalho. Embora revele um passado marcado por situações de pobreza e exclusão social, com a autonomização do agregado familiar e com maior ou menor estabilidade foi conseguindo contrariar o quadro excludente da infância e juventude que se agravou com o falecimento do pai, quando tinha 16 anos e a sua mãe era auxiliar de ação educativa com 8 filhos.

Quadro 11 – Auto Balanço Comparativo 2011-2014 – situação económica

	Piorou		Mantém		Melhorou	
	N		N		N	
Idosos	7	André, Anália, Gonçalo, Mariana, Celestina, Graça, Natália	2	Ângela, Luísa	1	Fátima
Cuidadores	1	Celina	1	Amélia	0	
Desafiliados	3	Almerinda, Abu, César	1	Ramiro	3	Hortense, Júlio, Jerónimo
Desempregados	7	Anabela, Filipa, Liliana, Márcia, Paula, Pedro, Sofia	2	Margarida, Olegário	0	
Incapacitados	6	Antero, Deolinda, Albano, Joaquim, Dália, Joana	4	Aura, Rute, Maria Júlia, Maria Celeste	0	
Trabalhadores Pobres	6	Paulina, Álvaro, Filomena, Valentina, Vasco, Elvira	7	Alda, Julieta, Miguel, Maria Graça, Roberto, Rita, Teolinda	4	Ilda, Carolina, Camila, Verónica
Saída da situação pobreza	0		0		2	Marisa, Tânia
TOTAL	30		17		10	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Casou aos 18 anos, e já grávida foi viver com a mãe. O marido, também com 18 anos, era estofador e depois foi trabalhar para as obras. Carolina começou a trabalhar aos 19 anos quando o marido foi para a tropa, e permaneceu como empregada doméstica, durante 20 anos, numa casa particular, onde trabalhava das 10h às 15h, por 600€. A estabilidade profissional ao longo deste período não se traduziu, no entanto, numa carreira contributiva que lhe permitisse assegurar a devida proteção no desemprego, quando, em 2010, a patroa deixou de ter capacidade financeira para lhe pagar. Em 2011, Carolina e o marido encontravam-se desempregados. Recebiam o abono de família e o SASE e tinham requerido o RSI em Abril, mas ainda não tinha sido deferido. Tinham 4 filhos e não conseguiam colocar o filho de um ano em creche. Em 2014, Carolina encontrava-se a trabalhar como empregada de limpezas 9 horas semanais, sem qualquer vínculo laboral ou descontos para a segurança social. Recebia também o Rendimento Social de Inserção. O marido permanecia desempregado.

“ [Desde que recebe RSI, melhorou alguma coisa na sua vida?] Melhorou, prontos, posso ter as coisas da casa em dia e posso pôr mais alguma comida em casa, foi o que melhorou. Para mim, já é uma grande melhora. Mas prontos.” (Carolina, 44 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Verónica, 27 anos, encontrava-se desempregada em 2011. Viveu numa família remediada (pai era pedreiro, e a mãe empregada de limpezas). O seu percurso de pobreza iniciou-se quando aos 22 anos tanto ela como o marido ficam desempregados. Após um período de desemprego (3/4 anos) conseguiu arranjar trabalho novamente como empregada de limpezas numa firma, mas o marido permanece desempregado. São 4 pessoas sustentadas pelos 300€ de vencimento da Verónica e pelos abonos dos filhos. As suas expectativas passam pelo marido arranjar trabalho e resolver os problemas de saúde da sua filha mais nova.

Fátima, idosa, tem 83 anos de idade e descreve a sua família como ‘uma família com bases’ em que se vivia muito bem. Reformada em 2011 ainda mantinha atividade profissional. Os seus problemas estavam centrados na situação de desemprego da filha e no facto de lhe dar apoio financeiro. Em 2014 continuava ainda a trabalhar (cozinheira e fadista), embora estivesse temporariamente inativa e a receber de uma seguradora por ter fraturado um braço. A referência à melhoria da sua situação económica relaciona-se com um apoio pecuniário que recebe da irmã e o valor que recebe do trabalho que lhe permite complementar a reforma. Em termos futuros considera que a independência financeira da filha será um passo para melhorar a sua situação económica.

No caso de Júlio (desafiliado, com 55 anos) a melhoria identificada prende-se com a diminuição das despesas de habitação. Criado com a avó, após a morte precoce da mãe quando tinha 6 anos viu-se obrigado a iniciar a vida ativa aos 16 anos. Com a maioridade vem o fim da subvenção que o pai inglês enviava para si e para o seu irmão. Trabalhou como empregado de mesa e copa em vários restaurantes de Lisboa, mas foi forçado a sair da casa onde vivera sempre por impossibilidade de a comprar. Foi acolhido por um amigo (‘tio’) numa casa de um palácio degradado onde viveu durante 20 anos. Com a morte do ‘tio’, que tinha uma boa reforma (tinha trabalhado na Holanda), passou um período a viver em albergues. Instalado na condição de dependência, Júlio encontrava-se desempregado há mais de 13 anos. Vive num quarto alugado pelo qual paga 100€ de renda e despesas, valor menor daquele que pagou nas casas onde havia estado anteriormente. Recebe RSI e apoio pecuniário da Santa Casa da Misericórdia.

Os depoimentos destes entrevistados, e a associação entre a inserção laboral e a melhoria da situação económica evidenciam como o trabalho, apesar de inseguro e com baixos salários, tem um papel importante na melhoria das condições de vida.

O acentuar da perceção de ser pobre, mas a relativização face aos outros

Face à insuficiência dos rendimentos disponíveis não surpreenderá que quando convidados a posicionarem-se numa escala de pobreza, em que 1 é muito pobre e 10 muito rico, os entrevistados tenham indicado em média, a posição 3¹³. No entanto, entre aqueles cujo percurso de vida é marcado pela persistência da situação de vulnerabilidade, a média é ligeiramente menor (2,4), revelando ter um entendimento muito negativo da situação económica em que vivem.

Quadro 12 – Média do posicionamento numa escala (1-10) por perceção de situação de pobreza

Perceção Situação Pobreza	Média	N
Episódica ou Acidental	3,1	9
Oscilante	3,1	11
Na reforma	3,0	2
Persistente	2,4	5
Total	3,0	28

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Com efeito, uma grande parte dos entrevistados (25) percebe-se em 2014 como uma pessoa pobre, tal como já o fazia em 2011. O agravamento das condições de vida levou a que um grupo de 6 pessoas alterasse o seu posicionamento identitário para pobre em 2014. Um número menor de entrevistados (4) não se reconhece como sendo pobre, e 3 deixaram em 2014 de se considerar como pertencentes a esse grupo. Tal como veremos adiante, para

¹³ Note-se que apenas foi possível obter resposta a esta questão de 28 entrevistados, dado que muitos revelaram dificuldades em conseguir posicionar-se numa escala de 1 a 10.

estas pessoas, ser pobre é um conceito que relativizam face a outros, que consideram viver em situações piores do que as suas, ou mesmo face ao seu próprio percurso de vida, na medida em que já passaram por piores momentos do que os vivenciados atualmente.

Quadro 13 – Balanço comparativo 2011-2014 – Perceção de ser pobre

	Sente-se não pobre 2011-2014	Altera para não pobre em 2014	Sente-se pobre 2011-2014	Altera para pobre em 2014
Incapacitados	Maria Júlia	Rute	Antero, Aura, Albano	Joaquim, Deolinda
Desafiliados			Hortense, Almerinda	Abu
Idosos		Fátima	Natália, Gonçalo, Luísa, Ângela, Graça, André	
Trabalhadora Pobre	Maria Graça	Alda	Elvira, Julieta, Carolina, Ilda, Paulina, Rita	Verónica, Álvaro
Desempregados	Márcia		Joana, Anabela, Liliana, Margarida, Paula, Pedro	Sofia
Cuidadores			Celina, Amélia	
Trabalhadora	Marisa			
Total	4	3	25	6

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Vejam os alguns casos de mudanças de perceção identitária entre 2011 e 2014 e os seus motivos.

Deolinda (incapacitada em 2011), a residir com a filha desempregada e o neto, subsistia com o Rendimento Social de Inserção e os apoios sociais prestados por diferentes entidades: a renda comparticipada pela Santa Casa e os alimentos da Associação Auxílio e Amizade. Afirmava em 2011 não se considerar pobre, relativizando a sua situação face ao seu percurso de vida.

“Pobre, pobre, pobre, pobre, não. Quer dizer, só me considero pobre de saúde. Mas pobre, pobre, pobre, pobre, não. Porque pobre é uma pessoa que infelizmente não tem uma casinha, que não tem onde tomar o seu banho, não tem condições. Isso é que é uma pessoa pobre. Isso é uma pessoa pobre. Nós somos pessoas um bocadinho necessitadas, mas não pobres. Pobreza não é isto, que eu já fui pobre. Foi quando vivia com a minha mãe, por exemplo. Isso é que é pobreza, que era comermos pão com bananas, isso é que é pobreza. (Deolinda, 55 anos, incapacitada, 2011)

Entre 2011 e 2014 começou a receber reforma por invalidez e ficou sem o RSI. A filha encontra-se desempregada e sem subsídio de desemprego. A sua auto

perceção alterou-se não por uma diminuição significativa dos rendimentos que passam de 250€ para 215€ mas sobretudo pelo aumento do custo de vida:

“É igual, porque isto cada vez está pior. É que se eles não aumentassem, a gente ainda dizia “olha, vamos equilibrando as coisas”, pronto, mas a gente tem o mesmo dinheiro, tudo a aumentar, não dá para..., não dá, a gente não consegue. Eu estou-lhe a falar assim mas eu tenho dívidas que não queira saber. Às vezes passa quatro meses a água, outras vezes passa duas vezes a luz. Quando vem o aviso de corte é que a gente tenta arranjar para ir pagar...” (Deolinda, 55 anos, incapacitada, 2014)

Também Abu, por via do agravamento das suas perspetivas em encontrar trabalho e uma maior consciência dos constrangimentos que lhe traz a sua doença mental, altera o seu posicionamento. Se em 2011 associava a pobreza a um comportamento moral, em 2014 afirma perentoriamente ser pobre.

Álvaro, de 55 anos, trabalhador pobre, refere-se hoje como pobre pela insegurança que vive face à possibilidade de ficar desempregado e sem rendimentos do trabalho. Se em 2011 se perspetivava como uma pessoa estável, em 2014 e perante um contexto laboral onde paira a ameaça do despedimento, sente-se pobre porque se ficar sem trabalho considera que a miséria se instalará na sua vida.

“Pelo menos, considero-me uma pessoa estável. Claro, isso vem do trabalho. Quando me faltar o trabalho, ponho-me na carteira ao pé dos outros, sou igual. Naturalmente, enquanto não me faltarem com o dinheiro, considero-me uma pessoa estável. Claro, com preocupações. Mas dizer que vou chegar à noite e não sei se tenho alguma coisa para comer, isso não. Ainda não. Nesse campo, ainda não.” (Álvaro, 52 anos, trabalhador pobre, 2011)

“Então e eu não sou rico, sou pobre. Porque se fosse rico não trabalhava. [Mas entre os ricos e o pobres não há um meio termo?!] Não, mas eu não estou no meio-termo. (...), eu estou a falar agora, se o patrão amanhã conforme despediu os outros aqui anteriormente se me calbar pela proa fico pobre, fico sem nada, lá vou para a miséria também porque depois não tenho mais nada e lá está, trabalho a mim já... não me dão, tenho 55 anos, sou velho, para reforma tenho 55 anos, sou novo.” (Álvaro, 55 anos, trabalhador pobre, 2014)

Aqueles que recusam a pertença ao grupo dos pobres caracterizam-se por um discurso de relativização da sua situação de pobreza face aos outros. Comparativamente, Rute recusa, em 2014, a ideia de ser pobre:

“Não sou rica mas também não sou pobre. Considero um pobre, uma pessoa que dorme mesmo na rua e que não tem o que comer. Isso é um pobre.” (Rute, 47 anos, desempregada, 2014)

Fátima, idosa, ainda trabalha e faz um balanço favorável da sua situação económica nos últimos 3 anos que impacta no seu auto-posicionamento, bem como o facto de ter uma rede social de amigos.

“Sinto-me uma pessoa pobre, porque às vezes passo por um restaurante: “eu agora entrava neste restaurante e comia um bom bife!” (Fátima, 80 anos, idosa, 2011)

“Eu não sou pobre nem rica, sou remediada. (...) Tenho sempre que comer. (...) Portanto não sou pobre e tenho uma vida cómoda. Tenho muitos amigos que eram muito ricos. Toda a gente me fala, me conhece e sabe o que eu faço.” (Fátima, 83 anos, idosa, 2014)

Maria da Graça, trabalhadora pobre, com uma perspetiva claramente auto-responsabilizante pelos problemas, não será pobre enquanto tiver saúde para trabalhar e enquanto mantiver a capacidade de apoiar a sua família.

“Não, porque enquanto puder trabalhar. Pobre é quem já não pode fazer nada. Quem tem problemas graves de saúde, que não pode trabalhar, ou pessoas de idade, que já não conseguem. Eu considero uma pessoa mais pobre, a que não consegue fazer nada!” (Maria da Graça, 53 anos, trabalhadora pobre, 2011)

“É assim... família pobre tem que estar muito doente? Existe pobre que não tem saúde. Que não tem de comer. Eu graças a Deus nunca me falta comer, nem para os meus filhos, nem para o meu neto. No que eu puder ajudar outras pessoas eu ajudo porque eu gosto de ajudar. E eu ajudo as minhas irmãs a orientar a vida quando vem de Cabo Verde, graças a Deus tem tudo a vida delas orientada.” (Maria da Graça, 56 anos, trabalhadora pobre, 2014)

No caso de Margarida, que se percebe como pessoa pobre tanto em 2011 como em 2014, a capacidade de ajudar partilhando os bens alimentares com pessoas ainda mais pobres ajuda-a no processo de reflexão sobre a sua própria condição.

“Há pessoas aí que recebem a reformazinha e não chega para nada. A gente não sabe o que se passa na casa das pessoas, há pessoas que passam muita miséria. Os próprios velhotes (...) e as crianças também, os pais não trabalham, o que é que elas vão comer? Vemos isso na televisão. Na televisão é o que a pessoa vê. Mas há aí tanta pessoa, que dentro de casa não se sabe o que se passa. Há aí muita miséria. (...) Eu prefiro até da minha boca dar. Sou pobre e a rica não vou chegar, mas se eu passe com compras e uma criança me pedisse pão, eu dava-lhe sim senhor. Só se não tivesse. Eu já fiz. Uma vez encontrei aqui uma maluca do Intendente, pediu-me fruta e dei-lhe.” (Margarida, 43 anos, desempregada, 2014)

Maria Júlia, ao comparar a sua atual situação com os episódios mais críticos da sua vida, durante os quais praticava a mendicidade, não se considerou pobre, nem em 2011, nem em 2014.

“Não. Não considero. [Porquê?] Não sei. Tenho a minha ideia que pobre é aquele roto, nu que anda a dormir nas ruas. Para mim foi sempre essa ideia, foi assim que fui educada.” (Maria Júlia, 39 anos, incapacitada, 2011)

“Oh Dra., é assim, há pessoas em piores condições que as minhas, já estive em piores condições, tive numa casa a cair, tive uma fase desgraçada, completamente dependente do álcool que nem tomar banho queria, completamente suja, andava suja. Se fosse preciso, mendigava na rua para comprar um litro de vinho, não tinha sítio para tomar banho, não tinha comida, não tinha ninguém que me ajudasse. Neste momento, estou pior de saúde, estou, muito pior claro, mas pronto, tenho o meu canto, mal ou bem, tenho umas condições, tenho alimentação, tenho água, tenho luz, eu não preciso muito!” (Maria Júlia, 42 anos, incapacitada, 2014)

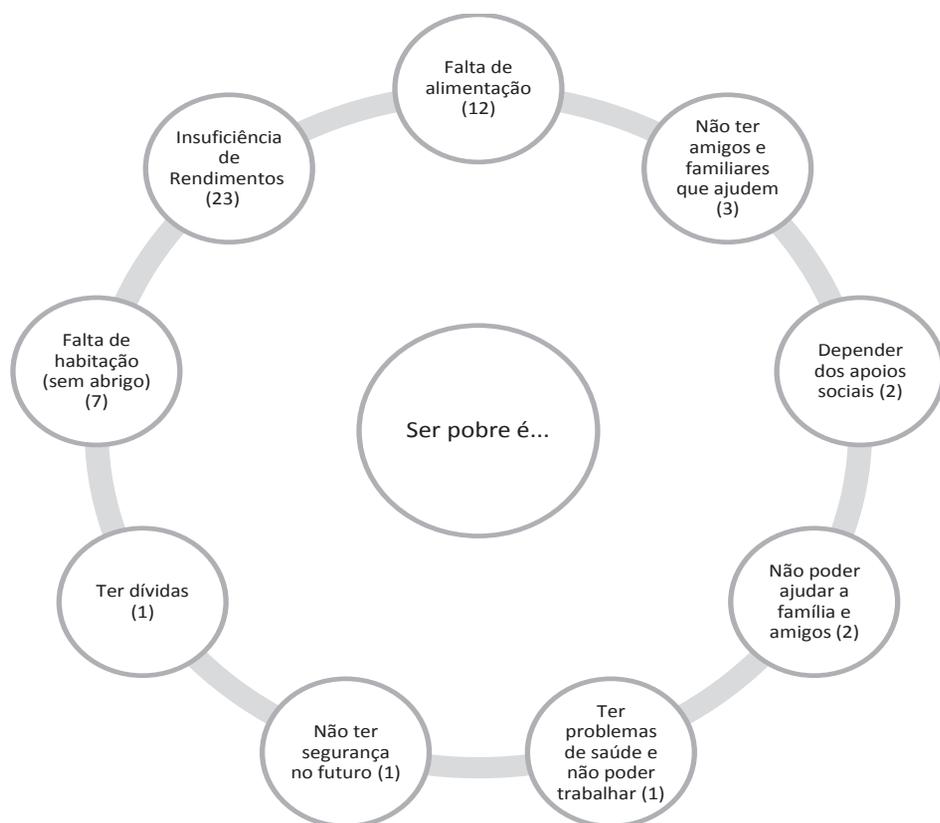
A análise do discurso dos entrevistados sobre “ser pobre” permite clarificar a sua associação à insuficiência de rendimentos, estando as condições básicas de sobrevivência muito presentes como a falta de alimentação e de habitação. Mas a ausência de redes sociais que possam prestar apoio em caso de necessidade, bem como o inverso, ou seja, não ter capacidade para ajudar a família e amigos também surge nas narrativas como elementos caracterizadores da situação de pobreza.

Embora a maioria dos entrevistados considere encontrar-se pior economicamente do que há três anos, e colocar-se identitariamente no universo dos pobres, considera existir um grupo de pessoas ainda em situação pior do que a sua. Esta relativização das situações de pobreza face aos outros e face ao seu percurso de vida parece surgir como um mecanismo psicológico que ajuda a amenizar a gravidade da própria situação, tal como já ficou confirmado noutros estudos:

“Há um reconhecimento generalizado das dificuldades que atravessam diariamente, mas a comparação com os “outros” em piores condições suaviza a percepção que eles têm de si mesmos.” (Guerra, Amor e Suleman, 2014:17)¹⁴.

¹⁴Tradução do inglês pelas autoras.

Figura 5 – Sentidos da Pobreza para os Entrevistados



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

1.6.2 Educação e Formação profissional

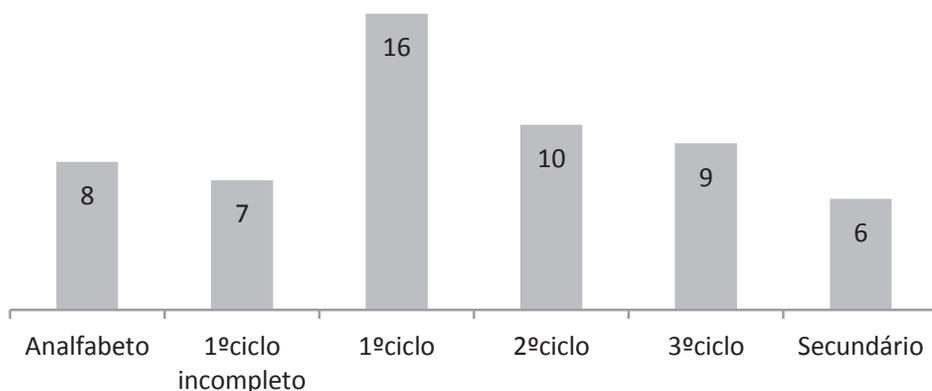
Os processos de qualificação escolar e profissional constituem-se como variáveis fundamentais na análise das dinâmicas de inclusão/exclusão na medida em que são uma manifestação das estratégias de ativação dos indivíduos, bem como explicitam o (des) ajustamento entre as oportunidades oferecidas pelo sistema e as expectativas do seu papel na melhoria das condições de vida. Na Fase I do Barómetro da Pobreza foram assinaladas duas importantes conclusões: a perceção da maioria dos elementos do Painel de que a qualificação é uma vantagem no mercado de trabalho e a capacidade de ativação demonstrada por um expressivo número de entrevistados a investir, ao longo da sua vida ativa, na melhoria das suas competências, procurando ou aceitando as propostas dos dispositivos de assistência.

Identificar os impactos dos investimentos nos processos de qualificação pessoal, escolar, profissional na melhoria das condições de vida e na empregabilidade dos elementos do Painel do Barómetro constitui objetivo deste capítulo.

A Qualificação Educacional – um investimento sem retorno direto

Os níveis de escolaridade apresentados pelos elementos deste Painel são genericamente baixos: 15 não atingiram o 1º ciclo de escolaridade (8 analfabetos e 7 com o 1º ciclo incompleto), 16 têm o 1º ciclo, 1 o 2º ciclo, 9 o 3º ciclo e 6 o secundário. Os seus percursos escolares são caracterizados, genericamente, pelo abandono escolar precoce e/ou pelo insucesso, tal como já havia sido identificado na Fase I do Barómetro da Pobreza.

Gráfico 2 – Níveis de Escolaridade dos entrevistados do Barómetro da Pobreza – Fase II



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Os contextos de infância e juventude são, como se reconhece, marcantes para a aquisição do capital escolar destas pessoas. É entre os níveis de escolaridade mais baixos que se encontra, tendencialmente, um maior número de entrevistados com passado intergeracional de pobreza, e que revela ter uma perceção da situação de pobreza persistente. É importante referir que no caso dos analfabetos encontramos não só os mais idosos, mas também os mais novos, com menos de 35 anos de idade. Os que não concluíram o 1º ciclo são exclusivamente os mais velhos. Os mais qualificados (com o 2º e 3º ciclo) são mais novos, sem passado intergeracional de pobreza, e com uma perceção de se

encontrarem de forma episódica ou accidental em situação de pobreza. Parece também existir uma relação com as disposições para a ação na medida em que os que têm níveis de escolaridade mais baixos, ou não atingiram nenhum nível, manifestam uma atitude passiva, enquanto os mais escolarizados tendem a ser mais resilientes e ativos ou a manifestarem sentimentos de frustração e stress face à ação.

Quadro 14 – Níveis de Escolaridade do Painel do Barómetro da pobreza e tendências face ao perfil de pobreza, idade, exclusão intergeracional, perceção da situação de pobreza, disposição para a ação

	Analfabeto	1º ciclo Incompleto	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
Perfil	Incapacitados Idosos Desafiliados	Incapacitados Desempregados Idosos	Incapacitados Cuidadoras Trabalhadores Pobres	Incapacitados Trabalhadores Pobre	Cuidadoras Desafiliados	Desempregados Idosos
Idade	Até 35 + 65	56-64 +65	46-54	36-45	Até 35 36-45	46-54 55-64 +65
Exclusão Intergeracional	Sim	Sim	Sim	Não	Sim Não	Não
Perceção Sit. Pobreza	Persistente	Persistente Oscilante	Persistente Oscilante	Episódica ou Accidental	Episódica ou Accidental Oscilante	Episódica ou Accidental
Disposição para a Ação	Adaptação e Conformação	Adaptação e Conformação	Resiliência e Ativação	Frustração e Stress	Resiliência e ativação	Frustração e Stress Resiliência e ativação

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A perceção, entre os elementos do Painel, dos impactos do investimento em percursos de qualificação escolar na melhoria das condições de empregabilidade manifesta continuar a ser maioritariamente positiva, não só para si, mas também para os seus filhos e netos.

“Mas consegui concretizar muitos: formar as miúdas, era um sonho que eu tinha, porque eu disse sempre que eu preferia que elas estivessem atrás de um balcão com uma formação académica... faça-me entender?! Não importa que estão a varrer ruas mas sei que a qualquer altura possam arranjar um tacho, têm um canudo... se elas forem varredoras para ser analfabetas, vão ser sempre varredoras de ruas...”
(André, 64 anos, idoso, 2014)

No entanto, entre os 21 entrevistados que mencionaram impactos positivos da qualificação escolar na inserção no mercado de trabalho (identificados na figura seguinte) alguns consideram que as vantagens residem na apropriação

de conhecimento para si e não tanto no incremento das possibilidades de empregabilidade (Alda, Ilda, Elvira, Maria da Graça).

Porém, e face ao contexto de elevados níveis de desemprego do país, que atinge os filhos e netos dos entrevistados, decorre também uma visão mais negativa sobre as vantagens de ter níveis mais elevados de escolaridade.

“Se todos trabalhassem eu não precisava de ajudas de ninguém...Fez o 12º para ficar enfiado dentro de casa! Não vale a pena estudarem!” (Maria Celeste, 57 anos, incapacitada, 2014)

“E não. O que é que serve? A gente vê notícia atrás de notícia, formados, coitados, cada um tem que se sujeitar aí, é bom sujeitarem-se porque sempre não ganhando alguma coisa mas o que é que lhes serviu andar ali a queimar pestanas tantos anos? E os pais a gastarem dinheiro, quando no fundo estão formados e não aparece uma oportunidade. Ou vão para o estrangeiro ou agarram-se à coisinha mais...obras ou pronto, é trabalho honesto, não é por aí” (Teolinda, 54 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Mariana, idosa, é analfabeta. A sua perspetiva sobre as vantagens das qualificações para a empregabilidade prende-se não só com o exemplo do seu percurso de vida, como também com a sua perceção da falta de oportunidades para os mais jovens:

“Para quê? [os netos acabarem os estudos] Ele há tanta gente aí com cursos, estão na mesma. Estão à procura de emprego, não têm. (...) Eu não sei ler nem escrever. [E isso nunca foi importante na sua vida?] Quer dizer, a nível de trabalho não. Arranjei sempre trabalho. Antigamente, não é? Mesmo nas fábricas assim e de onde sou reformada trabalhei numa firma de automóveis, na Volkswagen, trabalhei lá trinta e sete anos. E os estudos, nunca me fez falta. Às vezes o meu patrão, o Doutor é que dizia: - Você não sabe ler nem escrever mas você...como é que ele dizia? - Você é muito inteligente. E eu disse assim: - Sou, sou, sôtor, burra como eu sou. - Não é não. Você não é parva nenhuma. Ele dizia-me isso tantas vezes. E graças a Deus, eu ia fazer serviços aos bancos, ia fazer isto...” (Mariana, 75 anos, idosa, 2014)

Entre os 57 entrevistados, um número elevado (21) iniciou processos de qualificação escolar em idade ativa, a maioria através do Programa Novas Oportunidades, conseguindo 3 atingir o 12º ano de escolaridade, 5 o 3º ciclo, 2 o 2º ciclo, 1 o 1º ano do 2º ciclo, e 2 o 1º ciclo.

Entre 2011 e 2014, 10 elementos do Painel frequentaram cursos educativos tendo em vista a melhoria dos seus níveis de escolaridade. Porém, entre estes apenas três conseguiram concluir o percurso iniciado.

Figura 6 – Perceção dos impactos da qualificação escolar na inserção do mercado de trabalho



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Um traço comum aos entrevistados que interromperam o seu percurso de qualificação escolar (com exceção de Verónica) é o abandono escolar, na sua infância ou juventude, sem conclusão do 1º ciclo.

No discurso dos entrevistados identificam-se os principais motivos de interrupção destes percursos: as dificuldades do presente que esgotam as energias disponíveis para dar continuidade a este tipo de projetos, e a descrença em si e nas capacidades de aprendizagem. Recuperando as narrativas sobre o percurso educativo, recolhidas em 2011, note-se que, frequentemente, as razões apontadas para o abandono escolar, na infância ou juventude, prendem-se precisamente com dificuldades de aprendizagem, ou pela necessidade de trabalhar para apoiar os rendimentos familiares.

Vejam os casos de Celina. Embora tenha feito o 4º ano na Guiné de onde é proveniente, não sabia ler, nem escrever. Em Portugal, há cerca de 9 anos, encontrava-se, em 2011, a frequentar um curso de Novas Oportunidades para se tornar fluente em português e saber preencher documentos. Após um ano,

apenas conseguiu o 2ºano, dado que quando chegou o momento de renovar a matrícula não tinha dinheiro para a inscrição. Por outro lado, confessa-se desmotivada para continuar a estudar, centrada que está em conseguir um trabalho que permita fazer face às despesas. Esta não é a única situação identificada em que a incapacidade económica para custear taxas de inscrição e despesas de transporte constituem constrangimentos para o início ou continuidade de um percurso de qualificação escolar.

Quadro 15 – Nível de Escolaridade partida e nível de escolaridade atingido em idade ativa por perfil

	Nível de Escolaridade Partida	Nível de Escolaridade atingido em Idade Ativa	Qualificação Escolar 2011-2014 ¹⁵
Cuidadores (2)	Amélia	8º	
	Celina	Sem Escolaridade	X
Trabalhadores Pobres (6)	Alda	6º	
	Elvira	1ª Ciclo incompleto	X
	Valentina	1ºciclo incompleto	
	Vasco	9º	
	Maria da Graça	3º	X
	Verónica	6º	X
Incapacitados (3)	Antero	4º	
	Joana	Sem escolaridade	X
	Rute	4º	
Desempregados (6)	Anabela	4º	X
	Olegário	1ª Ciclo incompleto	X
	Pedro	4	X
	Margarida	3ª	X
	Sofia	7º	
	Paula	Sem escolaridade	
Desafiliados (4)	César	8º	
	Júlio	4ª	
	Ramiro	6º	
	Almerinda	Sem escolaridade	X
TOTAL	21		10

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Roberto, trabalhador pobre, com um percurso de insucesso e abandono escolar, concluiu apenas o 4ºano. Entre 2007 e 2010, frequentou um curso de jardinagem, mas nunca conseguiu encontrar um trabalho nessa área. A melhoria das qualificações escolares, que considerava importante para arranjar trabalho, tem como principal constrangimento eventuais custos para os quais

¹⁵ Qualificação escolar obtida ou iniciada entre as duas fases do barómetro.

Roberto não tem disponibilidade financeira, dado que o valor que aufero do trabalho de mudanças é muito baixo e irregular.

Joana é analfabeta, e entre 2011 e 2014, encaminhada pela sua assistente social, chegou a frequentar um curso de alfabetização, onde esteve cerca de 3 meses. Porém, interrompeu o curso por um problema de saúde, que ela atribui ao facto de estar a estudar. Apesar do acompanhamento psicológico realizado na própria escola, Joana considera não ter capacidades para dar continuidade ao estudo:

“Cheguei a ir. A Diretora que é lá a coordenadora da Escola falou com o psicólogo, porque já não pude ir mais para a escola porque foi puxar pela minha cabeça e eu não aguentei, fui parar ao Hospital e tive um princípio de AVC (...) mas não me querem lá mesmo. Elas estudaram-me, eu nem sabia que estava lá uma psicóloga, lá na Escola... Eu não posso. Então a diabetes, que eu tenho um problema, a puxar-me pela cabeça, ui!” (Joana, 38 anos, incapacitada, 2014)

Também Almerinda desistiu de frequentar o curso de alfabetização onde se encontrava. Apesar de identificar a ausência de escolaridade como um problema para a integração no mercado de trabalho, não reconhece em si capacidades que permitam atingir algum grau de ensino.

[Há dois anos atrás, não sabia ler, nem escrever, já lbe fizeram alguma proposta de curso ou procurou?] – Já andei, mas a minha cabeça não dá. Foi há um ano. Andei 6 meses, nem tanto. Não dava mesmo. Até costura eu tentei, mas não aprendi nada.” (Almerinda, 48 anos, desafiada, 2014)

No entanto, as dificuldades com que alguns se debateram foram externas a si, nomeadamente pelo encerramento dos cursos que frequentavam no bairro de residência. São os casos de Celina, Maria da Graça e Paula.

Em 2011, Maria da Graça, apenas com o 3º ano tirado em Cabo Verde estava a estudar para atingir o 4º ano. No entanto, o encerramento do curso no Bairro onde reside impediu-a de concluir.

“Encerraram a escola. Acabaram com a escola. Procurámos em vários sítios. Mas não, depois olha, parei.” (Maria da Graça, 56 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Resiliente, Maria da Graça não desiste e refere que esse projeto ficou em *standby* enquanto aproveita outras oportunidades de formação, nomeadamente um curso de costura e de artesanato. O seu discurso associa os ganhos na qualificação escolar e também profissional a uma melhoria de conhecimentos, que por si só teve impactos positivos no balanço que faz da sua situação nos últimos 2 anos:

“Melhor [vida nos últimos 3 anos], porque eu tive mais conhecimento das coisas que não sabia. Aprendi muita coisa que não sabia” (Maria da Graça, 56 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Paula (desempregada) é analfabeta e frequentou um curso no âmbito do Programa Novas Oportunidades no bairro onde reside. Porém, desistiu por iniciativa própria sem ter concluído o 1º ciclo, dado que teria que frequentar as aulas numa zona do bairro onde tinha conflitos com outras pessoas. Quando quis reiniciar, o curso tinha finalizado e não havia perspectivas de continuidade. Agora, aguarda que a Santa Casa a convoque para uma nova formação.

“Não, eles chamaram agora que é para fazer uns cursos durante 21 dias, só que ainda não me chamaram... disseram que ligavam para o pai ou mandavam uma carta e ainda não me disseram nada. [É um curso de quê?] Não sei, para aprender a estudar, para o que a gente quiser, para costura, para jardineira, para o que quisermos... mas nós se quisermos continuar tem 12 meses ou o que é.” (Paula, 24 anos, desempregada, 2014)

Pese embora, os casos de insucesso acima identificados, o investimento realizado na melhoria das qualificações escolares é percecionado como uma mais-valia, pelo conhecimento trazido e para os que não possuíam qualquer grau de escolaridade, a conquista de um nível de literacia permite obter outros ganhos, como por exemplo, ler livros aos filhos, as cartas que lhe são dirigidas e tirar a carta de condução.

“Melhorou, tinha uma carta em casa tinha de apanhar a carta... e a gente quando apanha uma carta em casa, só nós é que podemos saber o que se está a passar... agora estar a mostrar aqui às pessoas todas, pode ser um problema, as pessoas podem ficar a saber tudo, isso não fica bem. E então eu agora já sei ler as minhas próprias cartas. Tudo o que vem para casa sou eu que trato... dêem-me as cartas e eu leio. Tirar a carta de condução é outra, se tiver de ir trabalhar, vai-me ajudar muito, não sabia mesmo nada, agora já sei. Foi bom, foi bom.” (Olegário, 27 anos, desempregado, 2014)

A demonstração, para si e para os outros, da capacidade de ação trazida pela qualificação escolar confronta-se, no entanto, com a permanência das dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou de alterações nas atividades profissionais com impacto na melhoria de salários. Trata-se de expectativas frustradas das quais decorrem um descrédito nas vantagens do investimento realizado.

Embora Alda tenha realizado em idade ativa um percurso de qualificação que a fez passar, com 40 anos, do 6º ano para o 12º ano, na expectativa de que isso a faria ter uma carreira no supermercado onde trabalhava, hoje considera as

mais-valias desse percurso em termos do enriquecimento pessoal, mas sem impacto no seu posicionamento perante o mercado de trabalho:

“E eu digo assim: ‘Isto não é vida...Eu vou voltar para a escola. Vou voltar para a escola.’ Se eu voltasse para a escola, um dia mais tarde, podia ser que eu viesse para aqui com outra colocação.” (Alda, 48 anos, trabalhadora pobre, 2011)

“Eu quando me empreguei, no Pingo Doce, salvo o erro, eu devia ter 45 anos, ainda não tinha o 12º, andava a tirar antes de me empregar, com essa escolaridade, eu consegui-me empregar. Agora acho que as pessoas o que devem fazer para arranjar algum emprego é um empenho, claro que para estar num emprego, também temos que dar o melhor de nós, para que a pessoa possa ver que nós estamos interessados em...e somos merecedores daquilo que estamos a fazer. Por isso, se eu tinha 45 anos e não me mandaram embora, sempre tive empregos atrás de empregos, se eu pude ficava sem este, enfiava-me noutros e não era pela escolaridade, porque eu não tinha.” (Alda, 51 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Anabela, desempregada, tinha em 2011 o 4º ano. O seu projeto de vida passava pelo aumento do nível de escolaridade para um dia vir a ser ajudante sociofamiliar. Através do Programa Novas Oportunidades conseguiu, entre 2011 e 2014, atingir o 9º ano. No entanto, a falha nas expectativas em integrar o mercado de trabalho, tornam-na descrente nas vantagens de dar continuidade ao percurso iniciado.

“No ano passado em Outubro, foi-me comunicado que eu podia fazer o 9º ano visto que já tinha o 6º feito pelas Novas Oportunidades. E como tive um aproveitamento excelente, como me foi mesmo dito pelo professor. Aliás eu podia ter o 12º se eu quisesse, (...) E consegui! Lá fiz o 9º ano, com notas altíssimas (19,5), acho que tive um 20 em sociabilidade. (...) [E queria ir para o 12º ano?] Agora já não quero. Não vale a pena, com o 9º já não consigo arranjar trabalho!” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

Como será abordado adiante (capítulo 1.5.), 11 entrevistados identificaram como um dos principais constrangimentos em encontrar trabalho a falta de qualificações escolares. Mas destes apenas dois (Abu e Paula) se mostram disponíveis para investir nesta área. Os restantes, estando em situação de desemprego ou precariedade laboral não reconhecem a falta de escolaridade como um défice. Entre 2011 e 2014, parece assistir-se a uma diminuição da disposição manifestada para o incremento do nível de escolaridade entre os elementos do Painel.

A relação entre os entrevistados que apontam como constrangimento à sua empregabilidade o défice de qualificações escolares, e aqueles que manifestam desejo de integrar um processo de melhoria da escolaridade, revela uma

dissonância entre o seu diagnóstico e as perspetivas de ação delineadas por si, nomeadamente nos casos de 3 desempregados (Olegário, Pedro e Margarida), 2 trabalhadores pobres (Verónica e Elvira), e 1 desafiada (Almerinda). Tratando-se de entrevistados que não tiveram sucesso nas suas tentativas de melhoria do nível de escolaridade (exceção para Elvira e Olegário), não surpreende que embora reconheçam em si a falta de qualificações, a sua capacidade de agir se encontra mais debilitada neste aspeto.

Quadro 16 – Deseja qualificação escolar 2011-2014

	Deseja qualificação escolar 2011	Deseja qualificação escolar 2014
Cuidadoras	Celina	
Desafiados	Abu, César, Ramiro	<u>Abu, Ramiro</u>
Desempregados	Paula, Olegário, Margarida, Anabela	<u>Paula, Sofia</u>
Incapacitados	Deolinda, Joana	Aura
Trabalhadores Pobres	Elvira, Ilda, Maria Graça, Paulina, Roberto	<u>Miguel, Roberto, Ilda, Maria Graça, Paulina</u>
TOTAL	15	10

Nota: A sublinhado os entrevistados que continuam a desejar qualificação escolar.

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Tal como já salientado, um dos obstáculos para a falta de adesão a cursos/medidas destinados a promover a escolaridade de adultos é a descrença em si e nas suas capacidades de aprendizagem. Nalguns casos, esta disposição está fortemente relacionada com problemas de saúde mental, como exemplificam os casos de Ramiro e Abu.

Com um passado marcado pelo abandono dos pais, Ramiro teve um percurso escolar caracterizado por várias reprovações. Sai aos 17 anos da escola (1997), apenas com o 6º ano concluído. Em 2011, através do Programa Novas Oportunidades atinge o 9º ano de escolaridade, mas não sem uns anos antes (2006), encaminhado pelo Centro de Emprego, ter ingressado num curso de empregado de mesa e de bar que lhe dava equivalência ao 9º ano, mas do qual desistiu.

O balanço entre 2011 e 2014, do seu discurso, em torno da possibilidade de continuar a estudar dá conta de uma falta de confiança nas suas capacidades:

“Eu acho que sim [continuar a estudar]. Para já vai dar-me mais conhecimentos, e estudando vai-me dando mais conhecimentos. (...) em termos emocionais vai-me ajudar imenso, vou conhecer outras pessoas, vou até criar um dossier meu e isso tudo, vai ser diferente.” (Ramiro, 31 anos, desafiliado, 2011)

“Eu queria [obter o 12º ano], mas não consigo” (Ramiro, 34 anos, desafiliado, 2014)

Também Abu, apesar de ter realizado um percurso de qualificação escolar, revela ter uma consciência negativa das suas capacidades.

“Sim, eu gostar, gostava [acabar 12º ano] ...mas eu não me sinto capacitado. A minha memória tornou-se bastante frágil e não consigo decorar as coisas agora. Para pegar num livro, ou para estudar, tenho que ter sempre alguém ao lado, um professor que me vá sempre acompanhando para eu poder demonstrar as minhas capacidades.” (Abu, 37 anos, desafiliado, 2014)

A permanência numa situação de vulnerabilidade e a falta de concretização dos projetos de vida têm também um impacto desmobilizador da ação, nos quais os investimentos a médio prazo, como a qualificação, são passados para segundo plano face à urgência na resolução de situações de privação.

“Gostava (voltar a estudar). Mas acho que já não tenho paciência. Se fosse há uns anos atrás. É por causa dos problemas todos, é muita coisa para a minha cabeça. Chega a certo ponto que já não tenho cabeça. Já estou cansada.” (Verónica, 27 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Também César parece ter diminuído as suas disposições para agir, sentindo-se hoje desmotivado comparativamente a 2011.

“Sim, vou tirar o curso das Novas Oportunidades e vou tirar o décimo segundo. O meu pai costumava dizer que trocava de bom agrado aquilo que sabe por aquilo que ainda lhe falta saber. Eu também tenho essa ideia, trocava de bom agrado aquilo que sei por aquilo que me falta saber e então saber nunca é demais. Eu acho que aquilo não me vai servir para grandes coisas no meio laboral, mas o simples facto de ir estudar, de me inserir, de ir fazer outras coisas vai fazer-me bem, vai ser bom.” (César, 36 anos, desafiliado, 2011)

“Não, é como lhe digo, em termos de vida, as coisas acabam por decrescer e se não consegue dar a volta no início, pronto, acaba por ser uma bola de neve. Acaba por ir problema acumulando problema, problema, problema e chega a uma altura que aquilo não é prioridade, aparecem outras prioridades e deixa aquilo para trás.” (César, 39 anos, desafiliado, 2014)

Os fracos impactos da formação profissional na integração profissional

Do conjunto de entrevistados, um conjunto expressivo (23) em algum momento da sua vida ingressou num processo de qualificação profissional, sendo que 8 destes frequentaram um curso entre 2011 e 2014.

No entanto, a adesão à formação profissional não parece refletir-se numa melhoria efetiva das condições de (re) entrada no mercado de trabalho. Apenas 3 beneficiam hoje do investimento realizado, sendo que em duas situações (Vasco e Álvaro) a formação realizou-se em contexto de trabalho. Esta situação sugere que, pese embora a existência de oportunidades de formação, estas não coincidem com as necessidades efetivas do mercado de trabalho ou, porventura, não são valorizadas pelas entidades empregadoras. Note-se que nenhum dos entrevistados, com uma relação com o mercado de trabalho, desempenhava, em 2014, atividades profissionais como jardineiro, cabeleireiro ou esteticista ou costureira, apenas para referir os cursos frequentados mais mencionados.

Quadro 17 – Cursos de Formação Profissional em idade ativa e Impactos na integração no mercado de trabalho

Formação Profissional Idade Ativa	Cursos	Impactos na integração no mercado de trabalho		
		Sim atualmente	Sim no passado	Não
Amélia	Cozinha, Cabeleireira		X	
Hortense	Cerâmica, Arraiolos			X
Abu	Informática, Procura Ativa de Emprego			X
Almerinda	Costura			X
Jerónimo	Jardinagem, Informática, Carpintaria		X	
Ramiro	Empregado de mesa e bar			X
Filipa	Inglês, Esteticista		X	
Márcia	Gestão doméstica, Eventos, Excel			X
Margarida	S/in			
Gonçalo	Cozinha		X	
Joana	Costura			X
Rute	Costura, Auxiliar de geriatria, Economia Domestica			X
Antero	Suporte básico de vida			X
Joaquim	Eletrónica		X	
Álvaro	Segurança no trabalho	X		
Roberto	Jardinagem			X
Vasco	Auxiliar de educação	X		
Tânia	Auxiliar de geriatria	X		
Elvira	Costura			X
Ilda	Auxiliar de ação médica		X	
Maria da Graça	Informática, Artesanato, Costura			X
Rita	Formação pessoal e higiene			X
Verónica	Cabeleireira			X
23		3	6	13

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Não surpreende, portanto, que sejam apresentadas algumas críticas face à forma como os serviços apresentam as propostas de formação profissional ou o conteúdo dessas propostas. Nalguns casos identificaram-se situações de frequência de cursos de formação profissional por receio de perda de acesso aos benefícios sociais ou por necessidade de corresponder às expectativas da assistência social, nomeadamente: Amélia (cuidadora), Rute (incapacitada), Jerónimo (desafiliado), Márcia (desempregada), (Margarida (desempregada) e Pedro (desempregado).

“Isto é para malucos...ou eles queriam justificar esse dinheiro perante a OCDE, ou então aqui há qualquer coisa que não estava a bater bem. É outra coisa grave, se eu não aceitasse tiravam-me o rendimento mínimo (...). Agora, tome lá noventa e poucos euros, mais o passe, e o subsídio de alimentação para ir estudar o aeiou...o abcd...por amor de Deus. Tenho cinquenta anos, não tenho dezoito, nem tenho doze, nem tenho treze.” (Pedro, 50 anos, Desempregado, 2014)

“Não serviu muito. Aliás, não há nenhum curso que sirva para alguma coisa se uma pessoa depois não continuar e não se aplicar. [E porque aceitou ir?] – Foi um bocado pressão. Na altura, estava a receber o rendimento mínimo.” (Jerónimo, 39 anos, Desafiliado, 2014)

“Já estive [a estudar] pelo desemprego. Estive 3 meses e 15 dias. Não aprendi nada. [Dava equivalência à 4ª classe?] Dava. [Deram diploma?] Não. Deram-me uma capa com o que eu fazia e não me deram mais nada. Pus no lixo. Era muita gente. Não gosto muito de escola. Eu gosto de trabalhar. É muito parado. E havia dias que era para ir para o computador e eu não sei mexer em computador. Passava. Era de manhã.” (Margarida, 43 anos, Desempregada, 2014)

Para alguns elementos do Painel parece existir um desencontro entre as suas necessidades de formação e as oportunidades oferecidas. É o caso de Filipa e Márcia cujas propostas de formação não corresponderam às suas expectativas:

“Cada vez que vamos lá [Centro de Emprego], já fui lá uma vez eu para uma sessão de esclarecimento, era uma sala cheia de gente, mas todos os cursos de formação que nos apresentavam, ou não eram remunerados, nem subsídio de almoço, não davam absolutamente nada, ou outros que eventualmente me poderiam interessar estavam preenchidos e não havia vagas. E eu, o que eu gostaria na altura, o que eu estava a pensar era fazer uma espécie de uma reciclagem na área da estética porque eu tenho um curso de esteticista. Esteticista, manicure, pédicure e massagista de estética, mas não tinham nada nessa área. Há doze anos que tirei o curso e precisava mesmo de uma boa reciclagem, não é? Portanto, há produtos novos, há técnicas, tudo.” (Filipa, 59 anos, desempregada, 2014)

“Claro! A única coisa que achei mais interessante foi aquele de eventos. O resto... Se eles me apresentassem um curso que eu goste, de decoradora de vitrinas, ou isso assim, eu acharia interessante. Já tentei tirar, mas é um curso muito caro.” (Márcia, 58 anos, desempregada, 2014)

A sucessão de cursos frequentados sem correspondência na melhoria das condições de empregabilidade origina descrédito das ações de formação junto dos entrevistados, que inclusivamente se mostram indignados com a situação.

“A minha filha já fez formações e isso não leva a nada, isso é só ... deviam de arranjar era postos de trabalho, formações não leva a lado nenhum, não há para onde depois se empregarem (...). Não sei, não sei, ela já me disse mas eu, eu nem ligo nada a isso, sei que isso é tudo para ocuparem o tempo das pessoas, mas não é para ocuparem nada tempo, é para tirarem dinheiro. Olhe eu não sei, sinceramente não sei, é para dizerem onde é que gastam o dinheiro, percebe? É para darem uma ... prontos ... a CEE, a CEE manda para cá X para isso, e eles, pronto, formámos não sei quantas pessoas, essas formações não prestam para nada.” (Deolinda, 54 anos, incapacitada, 2014)

“Já tirei uns 3. Mas foi dar em nada, e só para dizer que tenho aquilo no currículo. Fiz recursos humanos, eventos e excell. Foi através do centro de emprego. E fiz pela DECO: ‘Vamos deitar contas à vida’, para uma pessoa aprender a orientar-se. Este veio através da assistente social.” (Márcia, 58 anos, desempregada, 2014)

Apesar da ausência de retorno no investimento realizado, e das críticas apontadas, 14 entrevistados mantêm uma estratégia de ativação, desejando incrementar as suas competências profissionais. É interessante verificar que entre os entrevistados que manifestaram vontade de ter formação profissional em 2014, a maioria (10) já havia frequentado outros cursos no passado, mantendo no entanto a mesma disposição.

Quadro 18 – Desejo de qualificação profissional 2014

PERFIL	Entrevistados	N
Cuidadoras	Amélia	1
Desafiliados	Abu, César, Ramiro	3
Desempregados	Filipa, Márcia, Sofia, Olegário	4
Incapacitados	Rute, Antero	2
Trabalhadores Pobres	Vasco, Elvira, Maria Graça, Paulina	4
TOTAL		14

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

As narrativas de alguns entrevistados demonstram que a capacidade de projeto parece encontrar-se bastante presente, na medida em que os cursos identificados correspondem a um plano de vida bem preciso:

- ▶ Sofia, desempregada, pretende tirar o curso para a Certificação de Aptidão Profissional para motorista de táxi, esperando encontrar trabalho como taxista;
- ▶ Maria da Graça e Elvira, ambas empregadas de limpeza, gostariam de aceder ao curso de cozinha com a perspectiva de cumprir o sonho de abrir um negócio por conta própria na área da restauração; tanto Amélia (cuidadora) e Paulina (trabalhadora pobre) manifestaram interesse em cursos de pastelaria, com o intuito de se posicionarem melhor perante o mercado de trabalho. No caso de Amélia o curso complementaria a formação já realizada de cozinha e para a Paulina seria complementar à sua experiência profissional;
- ▶ Filipa, desempregada, gostaria de atualizar a formação que já tem de esteticista com o intuito de, porventura, abrir um negócio por conta própria;
- ▶ E Vasco, trabalhador pobre, adere a todas as formações propostas pela escola onde se encontra como auxiliar, para valorização do currículo e na esperança de conseguir um contrato a termo e a tempo inteiro.

Para Abu, Ramiro, Antero e Rute o interesse na frequência de cursos destina-se à promoção da sua auto estima pela aquisição de mais conhecimento, assim como pela possibilidade de estarem ocupados e conviverem com outras pessoas.

A análise realizada demonstra que o Programa Novas Oportunidades parece ter tido forte impacto nos processos de qualificação escolar, dado que muitos dos entrevistados conseguiram através desta medida concretizar o aumento das suas qualificações, assim como as oportunidades oferecidas no que diz respeito à formação profissional parecem ter sido aproveitadas por um conjunto considerável de indivíduos. No entanto, estes processos parecem não se ter revertido a favor de uma posição mais ou menos favorável no acesso às oportunidades de trabalho e na estabilidade laboral, não nos permitindo, assim, afirmar a influência dos recursos adquiridos pela escolaridade e qualificação profissional no acesso ao mercado de trabalho.

A simples abertura de cursos de qualificação escolar ou de formação profissional parece não ser suficiente para estes públicos. Para que estas ações se

transformem em oportunidades seria necessário um acompanhamento mais próximo e a tentativa de resolução prévia de alguns problemas, que resultam não só de falta de recursos financeiros, mas também de uma longa experiência de vida no território das vulnerabilidades que condicionam à partida as condições de disponibilidade psicológica e a crença nas suas próprias capacidades.

Apesar de se perceber que as medidas de educação e formação profissional para adultos estão bem difundidas entre os entrevistados, elas aparentam ser respostas pré-formatadas destinadas mais a formas de controlo e ocupação do que a medidas que, fortemente relacionadas aos projetos de vida de cada um, possibilitem a ativação destes públicos.

1.6.3 Emprego

A relação com o trabalho constitui uma das variáveis mais importantes na análise das dinâmicas de inclusão e exclusão, não só pelo seu valor económico mas também pelo seu papel na construção das identidades sociais e na capacidade de projeção no futuro. Torna-se, assim, pertinente analisar o posicionamento dos entrevistados face ao mercado de trabalho e realizar um balanço comparativo entre 2011 e 2014.

O enquadramento contextual é do aumento generalizado das taxas de desemprego, desde 2008, como consequência da crise económica, com impacto significativo em três segmentos: desempregados de longa duração com baixas qualificações, trabalhadores qualificados e precários também com longos períodos de desemprego e jovens licenciados que se confrontam com fases de desemprego de curta duração (Amaro, 2012 cit. em Guerra, Amor e Suleman, 2014).

No que diz respeito aos elementos do Painel do Barómetro da Pobreza já na Fase I havia sido evidenciada a forte relação entre estes perfis e um mercado de trabalho caracterizado pela precariedade, pela ausência de vínculos formais e pelos baixos salários. Trata-se maioritariamente de trabalho não declarado que em Portugal tem forte expressão, representando, em 2012, 19,4% do PIB (Eurofound, 2013). Através do Painel de entrevistados temos um retrato de um concelho em que se verificam situações de fraca intensidade laboral, associadas a regimes de trabalho menos regulares e estruturados.

As categorias estatísticas existentes para caracterizar a relação com o emprego revelam ser desadequadas à maioria dos elementos que compõem este Painel na medida em que estes acumulam as três dimensões de precariedade

identificadas por Paugam (2000): limitação da duração da relação de trabalho; perda da unicidade do empregador; tempo de trabalho irregular ou a tempo parcial com baixas remunerações.

Perspetivando a precariedade como um processo e não como um fenómeno (Diogo, 2008), tornou-se pertinente recuperar a informação sobre as trajetórias profissionais dos entrevistados. Constatou-se, assim, que se muitos (21) viveram períodos de estabilidade laboral¹⁶ durante a sua vida ativa, a relação com o mercado de trabalho da maioria (35) é marcada sobretudo pela instabilidade, com transições frequentes de trabalho para trabalho e/ou ausência de vínculos formais com as entidades patronais.

A forte presença dos idosos que registam ter tido ao longo da sua vida ativa momentos de emprego estável contrasta com a instabilidade laboral que caracteriza os percursos profissionais dos desempregados e de quase metade dos trabalhadores pobres. Esta polarização constitui a expressão de alterações estruturais do mercado de trabalho, nomeadamente da flexibilização das relações laborais.

Quadro 19 – Identificação dos entrevistados por perfil com vida ativa maioritariamente caracterizada pela estabilidade ou instabilidade da sua relação com o mercado de trabalho

Perfil	Estabilidade laboral na vida ativa		Instabilidade laboral na vida ativa	
Trabalhadores Pobres	9	Alda, Paulina, Álvaro, Carolina, Camila, Julieta, Miguel, Teolinda, Vasco	8	Ilda, Filomena, Elvira, Maria da Graça, Valentina, Roberto, Rita, Verónica
Idosos	7	André, Amélia, Luísa, Gonçalo, Mariana, Fátima, Natália	3	Ângela, Celestina, Graça
Incapacitados	3	Aura, Antero, Dália	7	Deolinda, Albano, Rute, Joaquim, Maria Júlia, Maria Celeste, Joana
Desempregados	1	Pedro	7	Anabela, Filipa, Liliana, Margarida, Márcia, Olegário, Filipa
Desafiliados	0	-	7	Almerinda, Abu, César, Hortense, Júlio, Jerónimo, Ramiro
Cuidadoras	-	-	2	Amélia, Celina
Trabalhadoras/Saída da sit pobreza	1	Tânia	1	Marisa
TOTAL	21		35	

Nota: Excluída deste quadro encontra-se Paula (desempregada) que nunca trabalhou.

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

¹⁶ Foram consideradas situações de estabilidade laboral quando se identificaram durante a vida ativa períodos de trabalho, com mais de 5 anos, para o mesmo empregador.

O balanço realizado da inserção no mercado de trabalho, entre 2011 e 2014, dos entrevistados do Painel, fornece mais elementos de análise, e salienta que embora a relação com o mundo do trabalho esteja presente na vida dos entrevistados, ela é sobretudo caracterizada por ser uma relação intermitente, realizada de forma precária e enquadrada no mercado clandestino de emprego. Entre 2011 e 2014, dos 57 entrevistados, 15 registam ter estar integrados no mercado de trabalho, 17 tiveram, neste período, uma relação intermitente com o mundo laboral, e 18 não registaram qualquer atividade profissional¹⁷.

Figura 7 – Entrevistados por perfil de pobreza com atividade laboral contínua, intermitência laboral e sem trabalho (2011-2014)



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Entre aqueles que nos últimos 3 anos registavam uma continuidade na relação com o mercado de trabalho identifica-se um grupo mais estável de 6 pessoas que permanece no mesmo trabalho há mais de cinco anos, com vínculo laboral e a tempo inteiro. São os casos de Alda (peixeira num supermercado há 5 anos), Álvaro (operador de grua há 13 anos), Julieta (ajudante de cozinha há 12 anos num refeitório), Miguel (segurança há 5 anos), Teolinda (auxiliar administrativa num organismo público há 35 anos) e Tânia (auxiliar de geriatria há 5 anos num lar de idosos).

¹⁷ Excluem-se deste grupo os idosos sem atividade profissional.

Uma das características que une estas pessoas é o facto de terem vivenciado períodos de estabilidade laboral durante a maior parte da sua vida ativa, sendo a perceção da sua situação de vulnerabilidade de “pobreza oscilante” (exceto Tânia que saiu da situação de pobreza em que se encontrava).

Com um vínculo formal, mas com uma intensidade laboral menor encontram-se Fátima, Maria da Graça e Rita. A perceção da situação de pobreza de Maria da Graça e Rita é também oscilante, e no caso de Fátima verifica-se que esta ocorreu quando entrou em situação de reforma, ao diminuir as horas de trabalho semanais.

Vejamus a situação de Maria da Graça que trabalha como empregada de limpezas numa empresa, e faz ainda uns biscates em casas particulares. No total, auferir cerca de 350€ mensais. Os seus problemas de saúde (coluna, tendinite) não a permitem trabalhar mais do que 5 horas por dia e incrementar o rendimento que permita sustentar a família e apoiar mais os estudos da filha. Entre 2011 e 2014 refere ter solicitado a reforma de invalidez, mas esta foi-lhe negada.

Um outro grupo, apesar de estar integrado no mesmo trabalho há mais de 5 anos, permanece numa situação precária, sem qualquer vínculo e com uma intensidade laboral a tempo parcial/horas semanais ou irregular. Valentina (trabalhadora pobre) e Mariana (idosa) encontram-se nesta situação. Trata-se de mulheres que toda a vida foram empregadas de limpeza, sem vínculos formais, mas com relações duradouras com os patrões para os quais trabalhavam.

Entre os que nos últimos cinco anos mudaram de trabalho ou encontraram um novo trabalho encontram-se: Ilda, anteriormente desafiada, hoje trabalha como empregada de limpezas para duas entidades patronais, com vínculo; Paulina, trabalhadora pobre, mudou de trabalho, mas na área de restauração, com vínculo laboral e a tempo inteiro; Camila, incapacitada em 2011, ao melhorar as suas condições de saúde, desempenha hoje várias atividades (engomadeira, empregada de limpezas, cuidadora de idosa), mas todas sem vínculo e a tempo parcial; e Marisa, cuidadora em 2011, que angariou um conjunto de casas particulares, para as quais faz limpezas, conseguindo ocupar todo o tempo de trabalho durante a semana, embora sem vínculo laboral.

Apesar de a relação com o trabalho ser caracterizada, neste grupo, por uma continuidade entre 2011 e 2014, surge como um problema a redução de rendimentos por perda de empregadores aos quais prestavam serviços ou por problemas de saúde que impedem um ritmo de trabalho intenso, que no caso das empregadas de limpeza sem vínculo laboral, têm um impacto direto nos seus níveis de rendimento mensal.

A situação de Valentina ilustra bem este problema: empregada de limpezas, tem sobretudo trabalhado em estabelecimentos comerciais perto da zona onde vive. Com o declínio do comércio tradicional, muitas lojas têm fechado e Valentina hoje apenas faz uma hora por dia de limpezas. Com 61 anos, e já com problemas de saúde, Valentina não tem conseguido substituir os trabalhos que foi perdendo ao longo do tempo:

“É conforme a idade, já tenho sessenta e um, não é? Ninguém me quer agora para o trabalho. E também me queixo muito dos ossos e tudo.” (Valentina, 61 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Julieta que acumulava dois trabalhos: um numa cantina de um refeitório entre as 12H00 e as 21H00 e outra, como empregada de limpezas, no período da manhã, viu as suas horas reduzidas:

“É, é [tinha outro trabalho de limpezas]. Mas agora já não dá, só faço uma hora, só faço duas horas, e ao Sábado faço três (...) É bom sinal, o problema é que a gente trabalha muito e ganha muito pouquinho, é só isso.” (Julieta, 48 anos, trabalhadora pobre, 2014)

De facto, a procura de outros trabalhos que possam complementar rendimentos tem constituído uma estratégia para os trabalhadores pobres, a braços com salários insuficientes face às suas despesas mensais.

Alda começou aos 16 anos a trabalhar como doceira na Confeitaria Nacional. Sai ao fim de 27 anos com uma indemnização. Após um período de desemprego vai trabalhar como empregada de limpezas. Em seguida consegue trabalho em *part-time* num supermercado que complementa com trabalhos esporádicos nas limpezas. Em 2010, começa a trabalhar a tempo inteiro num supermercado onde está até agora. Auferir 550€ mensais, mas diz precisar de mais 200€ para sustentar uma família constituída por si e pelos seus dois filhos maiores, estando um deles desempregado, e para fazer face a uma renda de casa de 400€ mensais.

“Eu já tentei procurar, lavar umas escadas, procurar...mas é muito difícil porque da maneira que a vida está ninguém põe ninguém a lavar escadas, cada um faz o seu prédio e orienta-se” (Alda, 51 anos, trabalhadora pobre, 2014).

Note-se que muitos destes trabalhadores pobres sustentam sozinhos, com os rendimentos do seu trabalho, famílias em que o desemprego atinge todos os restantes elementos em idade ativa. São os casos de Verónica, Miguel, Julieta, Filomena, Elvira, Camila e Carolina.

Entre os trabalhadores com vínculo de trabalho efetivo, começa a surgir no seu discurso alguma incerteza em relação ao futuro. O contexto socioeconómico

mico do país e as sucessivas notícias de encerramento de empresas e consequentes despedimentos criam um sentimento de insegurança, como já vimos anteriormente, por exemplo, com a situação de Álvaro.

Quadro 20 – Entrevistados com trabalho 2011-2014

Perfil	Nome	Profissão	Permanência mesmo trabalho		Vínculo		Intensidade laboral		
			Mais 5 anos	Menos 5 anos	Com Vínculo	Sem vínculo	Parcial/horas semanais	Tempo Inteiro	Irregu.
Idosos	Mariana	Empregada limpezas	X			X			X
	Fátima	Cozinheira	X		X		X		
Trabalhadores Pobres	Alda	Peixeira	X		X			X	
	Ilda	Empreg.limpezas		X		X	X		
	Álvaro	Manobrador de grua	X		X			X	
	Paulina	Ajud.Cozinha		X	X			X	
	Camila	Empreg.Limpezas		X		X	X		
	Julieta	Ajd.Cozinha	X		X			X	
	Miguel	Segurança	X		X			X	
	Maria Graça	Empreg. limpezas	X		X		X		
	Valentina	Empreg.Limpeza	X			X	X		
	Rita	Vendedora Ambulante	X		X		X		
	Teolinda	Assistente operacional	X		X			X	
	Saída sit. Pobreza	Tânia	Auxiliar de idosos	X		X			X
Marisa		Empr.limpezas		X		X		X	
TOTAL	15		12	3	10	5	6	8	1

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A noção de ‘trajetória de emprego em carrossel’ proposta por Fernando Diogo (Diogo, 2008) é aqui convocada para compreender melhor a intermitência da relação com o mercado de trabalho de um grupo bastante expressivo entre os elementos do Painel do Barómetro da Pobreza:

“A ideia de carrossel associada ao desemprego é bem a antítese da noção de carreira. Há um recomeçar contínuo de um percurso profissional que se define mais pelas ausências do que por características próprias: ausência de progressão laboral, ausência de um aumento de responsabilidades, ausência do prestígio na organização associada

à subida de mais um degrau na carreira. Nenhum dos benefícios materiais, sociais e simbólicos está associado a uma carreira numa empresa ou numa profissão está à disposição dos indivíduos que desenvolvem uma trajetória de emprego em carrossel.” (Diogo, 2014: 4).

Com efeito, entre os 17 entrevistados que registam entradas e saídas do mercado de trabalho, no período entre 2011 e 2014, a maioria (13) não estabeleceu qualquer vínculo formal com a(s) entidade(s) empregadora(s), e apenas se registam duas situações de trabalho a tempo inteiro. Trata-se de inserções precárias no mercado de trabalho de curto prazo e sem acesso a proteção no caso de desemprego.

“A minha vida não melhorou nada. Eu estava a trabalhar em casa de uma senhora e um dia não me sentia em condições de ir. E como às vezes acontecia eu não me sentir bem, ligar para ela e pedir se podia ir antes no sábado... Eu na altura estava a fazer 4 dias por semana. De maneira que acabei por ficar desempregada porque ela não atendia o telefone. Entretanto o meu marido está há dois anos desempregado. A gente tem andado, como se diz, na gandaia. Apanhamos ferro, cobre, o que se apanha nos caixotes, a gente tenta arranjar um dinheirinho para tentar sobreviver.” (Filomena, 60 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Por vezes, a manutenção de um estatuto de informalidade na relação de trabalho resulta de uma escolha dos próprios. Os baixos salários associados ao elevado peso dos descontos leva a que a opção normalmente recaia sobre a contratação informal, comprometendo o apoio social em caso de doença ou desemprego. A inserção laboral de Carolina é disso um exemplo. Anteriormente cuidadora dos filhos menores, Carolina encontrou um trabalho como empregada de limpezas três horas, três vezes por semana, sem qualquer vínculo laboral e sem descontos para a segurança social, por escolha própria.

“Foi mesmo por opção minha, porque se eu tivesse de fazer descontos e tudo não ia receber quase nada.” (Carolina, 44 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Também Filipa testemunha a mesma situação:

“Assim, não. Tinha de pagar isto e aquilo e aqueloutro, a segurança social mais não sei quê, não sei que mais, não, não justificava. E então, eu ter decidido anular essa cena toda. Mas pronto vou continuar a procurar.” (Filipa, 59 anos, desempregada, 2014)

De facto, todos aqueles que acederam a um trabalho, no qual foi formalizada uma relação com o empregador, mas a tempo parcial ou irregular, auferem valores muito baixos. Verónica é um destes casos. Depois de um período de desemprego, no qual ainda fez esporadicamente limpezas, conseguiu um

trabalho de limpezas num escritório de advogados a tempo parcial (faz 4h30 diárias repartidas por dois períodos). O seu baixo vencimento (300€) não permite a sustentabilidade financeira do agregado com 5 pessoas. No entanto, espera começar a fazer mais horas.

“Depois estive este tempo desempregada. Agora é que consegui arranjar trabalho. Trabalho nas limpezas de escritórios de advogados, das 7H às 9h30 e depois entro às 9h00 e saio às 11H. Já tenho a manhã ocupada. A encarregada vai arranjar-me para a tarde. Já fico mais aliviada.” (Verónica, 27 anos, trabalhadora pobre, 2014)

No caso de Margarida, um valor remuneratório muito baixo face às horas de trabalho, fez com que se despedisse de um *part-time* numa pastelaria.

“Sim. Estive a trabalhar. Trabalhei na rua da Madalena, a fazer limpeza. Entrava às 8h da manhã e saía às 11.30h. Um part time. Depois trabalhava aqui numa pastelaria. Ela telefonava-me e eu ia lá. Mas agora já não vou. Ela pagava muito mal. Entrava a um quarto para a uma e saía às 16h e ela pagava-me seis euros pelas três horas. Pelo Natal fui lá trabalhar um dia antes, no dia 23. Entrei a um quarto para as onze e saí às sete da noite. Entrei à uma e meia da manhã e saí às sete da noite no dia a seguir, e pagou-me 30€. Trabalhei como uma escrava. Era aquelas coisas de fritos, tanto açúcar, credo! E pôr nas caixas. Não quero mais.” (Margarida, 43 anos, desempregada, 2014)

Tal como os que mantiveram atividade laboral nos últimos 3 anos, alguns destes entrevistados, com uma relação intermitente com o trabalho, manifestaram ter problemas de saúde limitativos (são os casos de Abu, César, Anabela, Liliana e Aura).

Aura constitui um exemplo de como o desemprego e a doença constituem fatores de entrada em situação de exclusão social. Inicia a sua vida laboral como empregada doméstica aos 13 anos. A sua atividade profissional foi sempre ligada às limpezas, mas sempre realizou descontos. Esteve 11 anos numa Instituição Social nas limpezas, até que esta entidade contrata uma empresa que a acabou por dispensar, em 2009. A partir daí começam a surgir problemas de coluna, a que se junta mais recentemente uma depressão que a conduz a um internamento em 2013. A braços com um rendimento de 184€ oriundo da reforma do marido e o abono das netas, Aura, com 50 anos, vai fazendo, esporadicamente, umas horas de limpeza.

“É assim, quando me aparece umas horas para fazer eu vou, quando não aparece não vou.” (Aura, 50 anos, incapacitada, 2014)

Destacam-se nestes casos o espírito resiliente destas pessoas, que mesmo com problemas de saúde desenvolvem esforços para ir trabalhar, colocando

muitas vezes em causa, a sua recuperação e tratamento e potenciando o aparecimento de mais problemas de saúde. (cf. 1.4.5.).

“Porque eu sou sincera: eu não trabalho, não faço nada porque não consigo, dói-me muito as pernas. Mas mesmo doendo as pernas eu vou trabalhar. Dói-me mas tenho que ir.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

É importante salientar que nenhum dos entrevistados com experiências no mercado laboral nos últimos três anos teve o tempo suficiente ou contrato para acesso a subsídio de desemprego.

Quadro 21 – Entrevistados com entradas e saídas do mercado de trabalho 2011-2014

Perfil	Nome	Profissão	Vínculo		Intensidade laboral		
			Com Vínculo	Sem vínculo	Parcial/horas semanais	Tempo Inteiro	Irregu.
Cuidadora	Amélia	n.e (refeitório)	X		X		
Desafiliados	Abu	Lavador de carros, repositior, ajd.cozinha		X		X	
	César	Padeiro, carregador	X			X	
Desempregados	Anabela	Empr.Limpezas		X			X
	Filipa	Empr.Limpezas		X	X		
	Liliana	Empr.Limpezas		X	X		
	Margarida	Auxiliar idosa		X	X		
	Márcia	Empar. Limpezas		X	X		
	Olegário	Carregador		X			X
Idoso	André	Restaurador		X			X
Incapacitados	Aura	Empreg.limpezas		X			X
Trabalhadores pobres	Carolina	Empr.Limpezas		X	X		
	Elvira	Empr.limpezas		X	X		
	Filomena	Revende cobre e materiais		X			X
	Roberto	Carregador		X			X
	Verónica	Empreg.Limpezas	X		X		
	Vasco	Auxiliar escola	X				X
TOTAL	17		4	13	8	2	7

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Entre 2011 e 2014, a ausência de relação com o mercado de trabalho constitui um elemento caracterizador de 18 entrevistados em idade ativa. A informação que se encontra sistematizada no quadro seguinte permite constatar uma clara correspondência entre o período de desemprego e a indisponibilidade

para trabalhar, conclusão esta já identificada noutras investigações (Castro e Guerra, 2010). Deste subgrupo de entrevistados 13 em 18 dos elementos encontra-se desempregado há mais de cinco anos, e 8 encontram-se indisponíveis para trabalhar. As pessoas que não tencionam regressar ao mercado de trabalho encontram-se incapacitadas por motivos de saúde. Apenas Antero está numa situação que poderá ser de transição, na medida em que tendo esperanças na melhoria das suas condições de saúde mentais, encontra-se impedido de regressar ao mercado de trabalho por cuidar de uma avó acamada e de uma tia.

Mas se 8 não se encontram disponíveis para o trabalho, 10 manifestam essa intenção, embora entre estes existam alguns cujas disposições de ação são, neste campo, caracterizadas pela resignação e pela instalação na condição de assistido. Com efeito, tem sido constatado como um dos efeitos do desemprego de longa duração uma diminuição das disposições para o trabalho, por via de uma progressiva perda de confiança em si e nas suas competências. Júlio, Pedro e Joaquim, são disso exemplo, apresentando um discurso bastante racional face às hipóteses, que não consideram ter, de ingressar no mercado de trabalho.

“Agora a partir daí eu vou-lhe dizer sinceramente: vou tentar-me aguentar no Rendimento Mínimo com a ajuda da Santa Casa até à altura em que me reformar, porque eu já sei que trabalho ninguém me vai aceitar. Na vida profissional, a minha vida está acabada. Se eu com vinte e tal não consegui!” (Júlio, 55 anos, desafiliado, 2014)

“Eu emprego, emprego, acho difícil de arranjar, trabalho talvez, porque emprego, atualmente no contexto em que vivemos duvido muito. Eu tenho um problema muito grave, tenho a quarta classe, não tenho carta de condução. Eu se tivesse carta de condução já estava a trabalhar, estava a trabalhar já em duas ou três firmas, que o patrão da minha mulher arranjava-me. Já me disse para eu tirar a carta que me emprestava o dinheiro mas eu nunca gostei de conduzir, não é uma coisa que...e eu para ir tirar...eu já perdi quarenta contos há sete anos, que andei a tentar tirar a carta, não consegui, portanto, não vale a pena.” (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

“Não faço a mínima ideia, eu vou tentar, sempre vale a pena tentar. Não sei, com a minha idade quem encontra trabalho? Ninguém aceita um velho a trabalhar, não é? Já não sou novo.” (Joaquim, 61 anos, incapacitado, 2014)

Mas outros, sensivelmente mais novos, como Sofia, embora apresentem condições de saúde limitativas para o desempenho de uma atividade profissional, tentam encontrar em si forças que os projetem para um futuro onde o trabalho tem um importante papel.

“Tenho as minhas limitações. Posso trabalhar um, dois meses, como aconteceu há três anos, eu há três anos tentei trabalhar, fui para um escritório, tava como secretária comercial, e ao fim de três meses, no momento em que pus-me de baixa, não tive direito a nada, não tive direito a desemprego, não tive direito a baixa, não tive direito a nada. Porque eu piorei muito. É o ritmo, é o ritmo do dia-a-dia e pronto. Neste momento vou-me inscrever para ir tirar um curso dum CAP para ir trabalhar com um táxi porque já fui a algumas lojas, já perguntei, mas vou fazer 41 anos para a semana e acho que não estou assim velha para o mercado de trabalho, não é? Um táxi, como eu já trabalhei há muitos anos atrás com o táxi, é uma coisa que eu gosto, eu gosto de conduzir.” (Sofia, 41 anos, desempregada, 2014)

Também Joana, incapacitada de 41 anos de idade, é um exemplo dessa situação. Com um percurso de vida fortemente marcado por diversas vulnerabilidades, descobre com 32 anos que tem diabetes quando estava grávida da sua primeira filha e despede-se de um trabalho que tinha há um ano como ajudante de cozinha num lar de freiras. Cigana, separada de um homem não cigano, Joana sofre uma dupla discriminação, encontrando-se praticamente sem rede social de apoio. O valor do RSI (215€) e do abono de família (55€) que recebe não chega para as contas da casa, para a alimentação e vestuário dos seus dois filhos. Apesar das limitações impostas pela doença, Joana deseja arranjar um trabalho como empregada de limpezas que lhe permita a sobrevivência.

“Arranjar um trabalhinho de uma hora ou duas, mesmo doente, sem poder, para a minha vida ao fim do mês ter mais um bocadinho para dar, para poder desafogar-me. O rendimento mínimo está muito baixo. Não é dizer que queira muito, muito. Mas ao menos que me mandassem o que é necessário de mandar, como não estão a mandar...” (Joana, 41 anos, incapacitada, 2014)

A análise da relação com o mercado de trabalho, nos últimos 3 anos, dos elementos do Painel permite aferir algumas constatações que traduzem a importância da inserção laboral tanto nas condições objetivas de vida, como na projeção no futuro. Começando desde logo pelos níveis de rendimento dos agregados familiares, percebe-se que pese embora os baixos salários praticados nas áreas laborais desempenhadas por estes entrevistados, o trabalho garante um valor médio de rendimento superior face àqueles sem qualquer ligação ao mercado de trabalho.

Os dados corroboram também o que já foi referido no capítulo anterior sobre o impacto dos processos de qualificação escolar e profissional na inserção laboral, na medida em que tendencialmente quem investiu na formação profissional ou na melhoria das suas habilitações são precisamente os que mantiveram uma relação intermitente com o mercado de trabalho ou que, nos últimos 3 anos, não tiveram qualquer atividade profissional.

Quadro 22 – Entrevistados sem trabalho 2011-2014

Perfil	Nome	Menos de 5 anos sem trabalhar	Mais de 5 anos sem trabalhar	Disponível para trabalhar em 2014	Indisponível para trabalhar 2014
Cuidadoras	Celina		X	X	
Desafiliados	Almerinda	X		X	
	Hortense		X		X
	Júlio		X	X	
	Jerónimo		X		X
	Ramiro		X	X	
Incapacitados	Antero		X		X
	Deolinda		X		X
	Albano		X		X
	Rute		X	X	
	Joaquim		X	X	
	Maria Júlia		X		X
	Maria Celeste	X			X
	Dália	X			X
	Joana		X	X	
	Desempregados	Sofia	X		X
Paula			Nunca trabalhou	X	
Pedro		X		X	
Total	18	5	13	10	8

Nota: deste quadro encontram-se excluídos os idosos

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A situação perante o trabalho parece também fortemente relacionada com experiências de estabilidade profissional durante a vida ativa. Como se pode verificar no quadro seguinte, a ausência de trabalho entre 2011 e 2014, e alguns casos de intermitência, surgem em percursos marcados sobretudo pela instabilidade.

A confiança em si está tendencialmente mais presente nos sujeitos que mantêm uma relação com o trabalho, que reconhecem em si competências, ao contrário do que sucede com aqueles que se encontram sem trabalho há pelo menos 3 anos e, nos quais se assiste a uma disposição para a ação marcada pela adaptação e conformidade à sua situação. As sucessivas entradas e saídas do mercado laboral parecem frustrar os indivíduos que se confrontam frequentemente com o insucesso.

Surge, assim, como evidente que o posicionamento dos indivíduos face ao mercado de trabalho condiciona fortemente os percursos de vida e as suas condições individuais para fazer face à situação em que se encontram.

Tal como já havia sido constatado na Fase I do Barómetro da Pobreza as estratégias de procura de trabalho são, sobretudo, realizadas por recurso às

redes sociais de amigos e familiares. As estratégias mais formais, como a pesquisa de oportunidades junto do Centro de Emprego, o envio de currículos ou o contacto direto com potenciais empregadores foram diligências realizadas por um menor número de entrevistados. Note-se, no entanto, que os apoios sociais, como o RSI, pressupõem a inscrição no Centro de Emprego e um contacto regular com esta entidade, razão pela qual a procura de emprego exclusivamente formal seja caracterizada por uma ação pouco ativa¹⁸.

Quadro 23 – Perfil dos entrevistados por relação com o mercado de trabalho nos últimos 3 anos

Variáveis	Com trabalho 2011-2014	Intermitência 2011-2014	Sem trabalho
Perfil	Trabalhadores Pobres Idosos Saída da pobreza	Desempregados Desafiliados Cuidadoras	Incapacitados Cuidadoras Desafiliados
Valor médio rendimento familiar	817€	728€	475€
Qualif.Educacional Vida Ativa	Não	Sim	Sim
Qualif.Profissional Vida Ativa	Não	Sim	Não
Mtos Estabilidade laboral Vida Ativa	Sim	Sim Não	Não
Reconhecimento de competências	Sim	Sim Não	Não
Disposição para a ação	Resiliência e ativação	Stress e Frustração	Adaptação e Conformação

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

“Sim, fui lá um dia destes [ao centro de emprego] e não tem nada. É no Conde Redondo. Estive lá na 2ª feira. Não tem nada, a senhora disse-me que é muita gente e não há trabalho. (...) Não vou procurar muito trabalho. Às vezes vejo no Correio da Manhã, vou ao centro de emprego e às vezes conto às pessoas. Mais nada. Não vou andar aí a correr os restaurantes. Estão a despedir. Não havia dinheiro para pagar e mandam para casa.” (Margarida, 43 anos, desempregada, 2014)

“Não, nunca tive lá [Centro de Emprego], nunca me arranjaram lá nada...nunca me arranjaram trabalho, nunca me arranjaram nada para fazer. E eu desisti de lá ir, o que lá ia fazer? Gastar dinheiro em passagens? Deixei de lá ir, quando houver alguma coisa, mandem-me para casa. Mandem-me uma carta ou um postal ou alguma coisa. Mas nunca...” (Liliana, 60 anos, desempregada, 2014).

¹⁸ Foi considerado como tendo uma postura pouco ativa na procura de oportunidades de trabalho quem no decorrer da entrevista o manifestou explicitamente ou por quem restringiu essa pesquisa à inscrição no Centro de Emprego, sem tomar qualquer outra iniciativa.

Quadro 24 – Postura na procura de trabalho e Formas de procura

	Formal		Informal		Formal e Informal		Total
	N	Perfis de Pobreza	N	Perfis de Pobreza	N	Perfis de Pobreza	
Pouco Ativa	5	Trabalhador Pobre (1) Incapacitado (2); Desafiliados (2);	5	Idoso (1); Incapacitados (2); Desempregados (2)	2	Trabalhador Pobre (1) Desafiliado (1)	12
Ativa	1	Trabalhador Pobre (1)	7	Trabalhadores Pobres (3); Desempregados (2); Cuidadora (1); Saída sit pobreza (1)	7	Desempregados (5) Desafiliados (1); Trabalhador Pobre (1)	15
Total	6		12		9		27

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

As vulnerabilidades identificadas na re(integração) no mercado de trabalho encontram-se intimamente relacionadas com as mudanças estruturais que têm vindo a ocorrer em Portugal: uma elevada taxa de desemprego e a precarização das relações laborais. O mercado informal de emprego no sector dos serviços é um outro fator estrutural a considerar.

Num contexto de falta de emprego, as esperanças em encontrar trabalho parecem diminuir, dando lugar à instalação progressiva na vulnerabilidade de processos de integração laboral que se sabem ser de risco e com fraca capacidade de sustentabilidade económica de futuro. Estamos perante trabalhadores inseridos no mercado de trabalho de facto mas não de *jure*, situação que inibe totalmente o acesso às prestações sociais protetoras do desemprego ou da doença, e da velhice. Trata-se não só de rutura com o mercado de trabalho, mas da “entrada” num círculo vicioso de entradas e saídas do mercado de trabalho que se vai mantendo durante a vida ativa.

Os problemas de inserção laboral encontrados, seja pelo não acesso ao mercado de trabalho, seja pelo registo de trabalho precário, de baixa intensidade e com baixos salários constituem constrangimentos às capacidades de projeção no futuro, não só de si, como dos seus. A maioria dos que constituem este Painel e que se encontram ou encontravam nos últimos anos com uma relação com o mercado de trabalho ocupa uma posição periférica na estrutura do emprego. Mesmo entre aqueles que têm uma inserção laboral formal (contrato de trabalho e devidas contribuições) a sua situação é marcada pela fragilidade contratual e pela baixa intensidade (trabalho a tempo parcial ou horas diárias).

1.6.4 Habitação

Refere a Constituição da República Portuguesa que “*Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.*” (art.º. 65º). Todavia, não obstante as políticas de habitação dos últimos 50 anos e tal como vimos na primeira fase deste estudo, esta premissa está longe de ser cumprida para uma parte da população portuguesa, nomeadamente para algumas das pessoas que integram o Painel. Para aqueles que não usufruem de habitação social, o elevado peso que as despesas com a habitação representa nos rendimentos familiares, maioritariamente muito baixos, e o reduzido número de deferimentos aos pedidos de alojamento leva a que habitação constitua uma área problemática na vida destas pessoas.

A informação recolhida permite-nos conhecer a situação habitacional dos entrevistados nos dois momentos (2011 e 2014): o estatuto de ocupação, as condições de habitabilidade, as alterações decorridas no período em análise e as motivações e estratégias acionadas para essa mudança.

A mobilidade residencial nos bairros históricos contrasta com a estabilidade da habitação social

A zona de residência dos entrevistados merece algumas ressalvas. Primeiro, a nova organização administrativa dos territórios alterou as designações e os limites territoriais das freguesias que integravam as duas zonas. Em 2011, a Zona 1 correspondia às freguesias de Marvila e Ameixoeira, atualmente este mesmo território corresponde às freguesias de Marvila (que mantém o mesmo território) e a atual freguesia de Santa Clara, que integra as antigas freguesias de Ameixoeira e Charneca. No que respeita à Zona 2, as freguesias que a integravam em 2011 correspondem, no novo mapa administrativo, às freguesias de Santa Maria Maior e São Vicente¹⁹.

Como veremos mais adiante, houve nestes três anos 17 mudanças de residência. Na sua maioria elas aconteceram dentro do mesmo território e maioritariamente por parte dos habitantes da freguesia de Santa Maria Maior/São Vicente (12 pessoas), onde predomina o arrendamento privado, com rendas elevadas e fracas condições de habitabilidade. Ou seja, apesar destes fatores, a falta de uma resposta social ao nível da habitação e os laços e redes estabelecidos nestes territórios imperam como critérios de permanência na zona. Estes dados parecem corroborar o enraizamento social dos moradores desta zona já identificado na fase I do Barómetro.

¹⁹ A atual Freguesia de Santa Maria Maior incorporou as seguintes freguesias: Castelo, Madalena, Mártires; Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, Sé e Socorro. A atual freguesia de São Vicente incorporou as freguesias da Graça, Santa Engrácia e São Vicente de Fora.

São exceção o caso de Sofia, Rute, Hortense, Almerinda e Filipa. Sofia, que referia em 2011 não gostar do local onde morava, mudou-se para o concelho de Loures²⁰. Rute alterou a sua morada para outra freguesia (Misericórdia), igualmente uma zona histórica e central de Lisboa, onde arrendou uma casa no prédio onde vive uma irmã. Hortense que dormia em 2011 no Centro de Acolhimento de Xabregas conseguiu, tal como desejava, arrendar um quarto na freguesia de Arroios. Almerinda saiu da casa onde vivia com o ex-marido e, sem alternativa, pernoita atualmente no Centro de Acolhimento de Xabregas. Finalmente Filipa, que residia na Sé, teve que procurar outra habitação depois do falecimento da sogra, já que esta era a titular do contrato de arrendamento da casa onde habitavam. Ainda que desejasse manter-se na mesma zona, os preços das rendas não lho permitiram, restando-lhe mudar-se para a freguesia de Arroios²¹.

Emerge aqui o fenómeno de gentrificação que se manifesta, nos últimos 20 anos, nestas zonas urbanas. Segundo Sharon Zukin este fenómeno consiste na “*conversão de zonas residenciais da classe trabalhadora socialmente marginalizadas no centro da cidade para uso residencial da classe média.*” (Zukin, 1987 citado por Xerez). Este fenómeno traduz-se na requalificação urbana, no aumento de procura de habitação e do preço de rendas destas zonas. Este é aliás um fenómeno que alguns dos entrevistados denuncia. Destacam a quebra e a fragmentação das redes de vizinhança, a dificuldade dos naturais do bairro permanecerem na zona por não terem capacidade financeira para os arrendamentos praticados e os consequentes impactos emocionais da saída involuntária do bairro.

“O que está a acontecer em Alfama e que me está a preocupar muito, muito mesmo, é que está muitas pessoas a vir de fora, como por exemplo eu já reparei, as pessoas que alugam as casas ao fim-de-semana, alugam as suas casas à semana. (...), Alfama está a perder tudo isto porque as pessoas que vêm para aqui estão-se borrifando, as pessoas só querem vir para aqui porque têm o Martim Moniz a dez minutos a pé, têm o metro em Santa Apolónia, têm comboio em Santa Apolónia, têm os autocarros em Santa Apolónia para todo o lado de Lisboa. Eu já vi um amigo ficar sem uma casa porque uma senhora ofereceu setecentos euros, e o senhorio estava a pedir trezentos e cinquenta, e o meu colega ficou sem a casa porque a senhora ofereceu setecentos, está a perceber? (...) Eu não sou nada contra as pessoas que venham para aqui, de maneira nenhuma, eu só sou contra é as pessoas virem para aqui, pagarem mais do que aquilo que nós não podemos.” (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

²⁰ Já no momento da primeira entrevista Sofia dava conta do seu desejo de mudar de residência. A escolha do concelho e da zona residencial no concelho de Loures pode dever-se à proximidade e semelhança com a área onde residiu a maior parte da sua vida, Olival de Basto.

²¹ De acordo com a nova Lei do Arrendamento Urbano, em caso de morte do inquilino e salvo algumas exceções, as transmissões sucessivas do arrendamento já não são possíveis. Também no caso de um herdeiro do senhorio tomar a posse do imóvel e querer terminar o contrato com quem lá vive, pode fazê-lo se for o legítimo proprietário desde há dois anos, quando anteriormente tinha que esperar cinco anos para poder fazê-lo (Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto que introduz as alterações ao regime do arrendamento urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006).

“Aquilo é tudo para destruir, para fazer um apartamento novo para alugar depois a preços exorbitantes a estrangeiros”. Ora, o meu marido é um bocado mais complicado, foram sessenta anos que ele viveu ali, ele levantava-se de manhã, ia ver o Cristo Rei à janela, via o Cristo Rei, via o Tejo, ouvia os barcos, sentia os barcos, aquela azáfama típica da zona, agora não. Ele não quer admitir mas ele está muito deprimido. Aliás, ele foi ao médico de família e ele queixou-se de uma ansiedade permanente e de não sei quê que mais e receitou-lhe um antidepressivo.” (Filipa, 59 anos, desempregada, 2014)

Figura 8 – Distribuição dos entrevistados por zona residencial - 2014



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O reforço do vínculo no estatuto de ocupação das habitações

Quanto ao estatuto habitacional, verifica-se que os indivíduos proprietários se mantiveram (Maria da Graça, Rita e Elvira, trabalhadoras pobres, e Graça e Mariana, idosas), sendo que 3 deles compraram as casas de habitação social onde residiam (Graça, Mariana e Rita).

Os titulares de contrato de arrendamento no mercado privado aumentaram de 12 para 16 (tendencialmente residentes em Santa Maria Maior/São Vicente). Neste novo estatuto encontram-se Márcia e Filipa (desempregadas) e Maria Júlia e Dália (incapacitadas). Por sua vez, os titulares de habitação social mantiveram-se, 18 pessoas (tendencialmente residentes da Santa Maria Maior/São Vicente). Os casos de cedência pública e privada desapareceram e converteram-se em 2 dos novos casos de arrendatários do mercado privado em 2014, Maria Júlia e Dália (incapacitadas). Por sua vez aumentou de 1 (Gonçalo - idoso) para 5 as pessoas a arrendar quartos (Hortense, Júlio, Ramiro, Jerónimo, todos desafiados).

Os casos de coabitação social diminuíram, Almerinda como já foi referido, pernoita no Centro de Acolhimento de Xabregas e Verónica, em busca de melhores condições de habitabilidade, deixou a casa da sogra e ocupou abusivamente, com o marido e os três filhos, uma casa de habitação social no mesmo bairro (Ameixoeira). Atualmente, encontra-se em negociações com a GEBALIS²² para formalizar legalização de ocupação.

Em 2011 integravam o Painel do Barómetro alguns beneficiários do projeto Casas Primeiro, concretamente Jerónimo, Ramiro e Abu. Este projeto, com início em 2011, é destinado a pessoas sem-abrigo com doenças mentais e privilegia na sua intervenção o acesso à habitação. Destes, apenas se mantém Abu. Ramiro e Jerónimo referem que não concordavam com algumas das regras estabelecidas e desvincularam-se. No caso de Jerónimo, o facto de ter recebido uma herança que garante atualmente a sua autonomia financeira poderá ter influenciado a desvinculação. No âmbito do projeto, os beneficiários são arrendatários não titulares, já que a responsabilidade contratual é do Projeto. Nesta situação mantém-se Abu. Com a saída do projeto, Ramiro e Jerónimo, não viram outra alternativa senão arrendar um quarto, para o qual contam com o subsídio da SCML.

Nos 5 casos de arrendamento de quarto o vínculo estabelecido com os proprietários nem sempre é claro (Ramiro, Jerónimo, Hortense e Júlio). Apenas Gonçalo refere que partilha a casa com mais dois idosos, os dois titulares do contrato de arrendamento, mas que o senhorio tem conhecimento da sua permanência na casa.

A apreciação das mudanças de estatuto de ocupação habitacional permite-nos concluir que as alterações de residência traduzem-se numa maior formalização dos vínculos: diminuíram os casos de coabitação e aumentaram os casos de titularidade de contratos de arrendamento.

²² A GEBALIS, Gestão do Arrendamento Social em Bairros Municipais de Lisboa, EM é a empresa municipal que gere o arrendamento social na cidade de Lisboa.

Quadro 25 – Estatuto de ocupação da habitação dos entrevistados em 2011 e em 2014 por perfil (nº)

Estatuto de ocupação	2011		2014						
	Nº	Nº	Incapacitados permanentes	Desempregados	Cuidadoras informais	Trabalhadores pobres	Idosos	Desafiados	Trabalhadores
Proprietário	5	5				(3)	(2)		
Arrendatário habitação social titular	18	18	(4)	(1)		(4)	(6)	(1)	(2)
Coabitação social	8	5		(3)	(1)	(1)			
Arrendatário mercado privado titular	12	16	(4)	(5)	(1)	(5)	(1)		
Coabitação/não titularidade no mercado privado	8	5	(2)			(1)		(1)	(1)
Ocupação abusiva	1	2		(1)		(1)			
Cedência privada	2	0							
Cedência pública	1	0							
Arrendatário de quarto	1	5					(1)	(4)	
Outra situação	1	1						(1)	
Total	57	57	10	10	2	15	10	7	3

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

No horizonte, uma habitação, de preferência, a custos controlados

A informação recolhida permite, por um lado, dar conta da perceção das pessoas sobre a habitação enquanto problema e, por outro, fazer uma aproximação às condições objetivas de habitabilidade.

Para 21 pessoas a habitação constitui, atualmente, um problema. Mais 6 pessoas do que aquelas que apontavam tal constrangimento em 2011. As situações que estão na sua origem são de vária ordem:

- ▶ **O valor elevado das rendas e a necessidade de habitação a custos controlados** (Amélia, Alda, Paulina, Filomena, Filipa, Miguel, Maria Celeste, Márcia, Paula, Deolinda, Dália);
- ▶ **A necessidade de uma habitação** para si ou para o seu agregado familiar é a inquietação de Olegário e Almerinda. Olegário coabita com o sogro numa habitação social sobrelotada (também em situação de incumprimento de renda) e Almerinda vive atualmente num albergue;
- ▶ **O incumprimento de rendas**, seja de habitação social (Aura, Joana, Ilda), seja a proprietários privados (Paulina). A atualização e consequente aumento do valor das rendas sociais por parte da GEBALIS, bem como o agravamento das condições financeiras destas famílias, algumas vezes resultante do corte de apoios sociais, estão na origem destes incumprimentos. Celestina, a residir em habitação social, e Margarida, arrendatária do mercado privado, não se encontram em incumprimento da renda mas receiam não ter possibilidades de a pagar no futuro: Celestina viu o valor da renda social atualizado e aumentado e Margarida não sabe como pagar a renda quando o subsídio de desemprego do filho terminar;
- ▶ **Uma habitação adaptada à sua condição física** é a necessidade sentida por Valentina, que refere precisar de uma casa num piso térreo e com melhores condições de habitabilidade. Este problema com a habitação é agudizado pela irregularidade contratual, já que o contrato de arrendamento ainda se encontra no nome do ex-marido;
- ▶ **Uma habitação de dimensões adequadas** é o desejo de Celina que partilha com o filho um apartamento de habitação social apenas com um quarto.

Ou seja, tendencialmente, a habitação é enunciada como problema quando está em causa o pagamento da renda, seja porque é muito elevado o seu valor e a solução passaria pelo acesso a habitação social com rendas ajustadas aos

seus rendimentos, seja pelo facto de ter no momento atual rendas em atraso. A segunda principal motivação para apontar esta área como problemática é a falta objetiva de habitação. Importa salientar que, tal como constatado, os elevados valores das rendas não significam boas condições habitacionais. De referir que dos 8 entrevistados que já iniciaram um processo de candidatura para aceder a uma habitação social (Almerinda, Deolinda, Paulina, Miguel, Maria Celeste, Olegário, Celina e Verónica), apenas 3 estão entre as pessoas que revelaram este tipo de problemas.

Quadro 26 – Perceção de problemas com a habitação em 2011 e em 2014 por perfil.

2011		2014					
Nº	Nº	Incapacitados Perman.	Desempregados	Cuidadoras informais	Trabalhadores Pobres	Idosos	Desafiliados
15	21	(3) Maria Celeste, Dália, <u>Deolinda</u> , <u>Aura</u> , <u>Joana</u> .	(4) Margarida, Márcia, Paula, Olegário, <u>Elvira</u> , <u>Filipa</u>	(2) Amélia, <u>Celina</u>	(6) Paulina, Filomena, <u>Ilda</u> , Miguel, <u>Valentina</u> , <u>Alda</u>	(1) <u>Celestina</u>	(1) <u>Almerinda</u>

Nota: A sublinhado os entrevistados que apenas em 2014 indicam ter um problema/necessidade na área da habitação.

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Em busca de melhores condições habitacionais - mas a que preço?

Se em 2011 quase metade dos entrevistados dispunha de uma casa com condições de habitabilidade (30/57), atualmente mais de dois terços habita em casas com condições adequadas (38/57). Para os que restam, os principais problemas são a sobrelotação²³ e a falta de condições de habitabilidade.

Em habitações sublotadas mantêm-se 2 pessoas: as idosas Anália e Luísa, titulares de habitação social, cuja saída dos filhos de casa colocou estes agregados familiares a habitar casas maiores do que aquilo que necessitam; e atualmente surge nesta categoria Filipa, que, por causa de todos os bens móveis que possui, arrendou uma casa com mais do que um quarto, cuja renda o

²³ Segundo o INE, a sobrelotação resulta do cálculo de um índice de ocupação que pressupõe a verificação das seguintes condições relativamente ao número de divisões e indivíduos por alojamento: 1 divisão para sala de estar; 1 divisão por cada casal; 1 divisão por cada pessoa não solteira; 1 divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 divisão por cada duas pessoas não solteiras do mesmo sexo e com idade entre os 7 e os 18 anos; 1 divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente e com idade entre os 7 e os 18 anos; 1 divisão por cada duas pessoas com menos de 7 anos.

filho paga, ainda que não viva nela. Aliás, Filipa refere que não solicita habitação social porque a tipologia de casa que lhe seria atribuída seria insuficiente para colocar todos os seus bens.

Quadro 27 – Condições habitacionais, 2011 e 2014 (nº e %)

Condições habitacionais	2011		2014	
	Nº	%	Nº	%
Sublotada	2	3,5%	3	5,3%
Adequada	30	52,6%	38	66,7%
Sobrelotada	9	15,8%	7	12,3%
Sem condições de habitabilidade	7	12,3%	4	7%
Não se aplica	1	1,8%	1	1,8%
Sem informação	8	14%	4	7%
Total	57	100,0%	57	100,0%

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Em situação de sobrelotação encontram-se 7 pessoas, das quais, 5 são situações que se mantiveram - Deolinda (incapacitada), Elvira (trabalhadora pobre), Olegário (desempregado), Celina e Amélia (cuidadoras). As novas situações são Dália (incapacitada) que, recentemente reformada, perdeu direito à habitação que tinha enquanto trabalhadora da Manutenção Militar. Reformada com cerca de 575 euros e um filho desempregado, a casa que consegue pagar é pequena para as suas necessidades; e Márcia (desempregada) que, apesar de ter mudado para uma casa globalmente melhor do que a anterior, a atual continua a não ter a dimensão suficiente para o número de elementos do agregado familiar, na qual vivem cinco pessoas num apartamento com dois quartos.

As situações de sobrelotação assumem contextos diversos. Acontecem no mercado privado (Deolinda, Dália, Amélia e Márcia), com contratos de arrendamento mais recentes (menos de 15 anos) e prendem-se com a falta de rendimentos dos agregados familiares para suportar as elevadas rendas. Em alguns casos a estratégia para reduzir os custos com a habitação passou pela coabitação de dois núcleos familiares, ainda que mesmo nestes casos não consigam pagar uma habitação adequada. Deolinda continua a viver com a filha e netos, Maria Celeste partilha a casa com o filho, esposa e netos e Amélia e os filhos partilham a casa com a irmã.

“Então, esta aqui é um cubículo. (...) Agora é tudo rendas de quinhentos, como é que posso tendo uma reforma de quinhentos e setenta e cinco?” (Dália, 59 anos, incapacitada, 2014)

Para as pessoas que dispõem de arrendamentos mais antigos no mercado privado e com rendas mais baixas do que os restantes as condições de habitabilidade são adequadas. É o caso de Vasco, Pedro, Valentina e Ângela. Contudo, os constrangimentos financeiros tornam os valores igualmente difíceis de pagar para alguns. Nestas condições estão Pedro (desempregado), que paga 300€ de renda, despesa que consome o rendimento total auferido pela mulher a trabalhar nas limpezas a meio-tempo; Ângela (idosa) que vive com os dois netos, um dos quais menor, conta com a sua pensão de invalidez e com o salário do neto, empregado de balcão, para pagar 200€ de renda de casa; Valentina, ainda que tenha até agora uma renda suportável face ao seu rendimento, viu o valor da renda aumentar para duzentos e sessenta euros com a entrada em vigor na nova Lei do Arrendamento. Situação que se encontra em negociação, mas agravada pelo facto do contrato de arrendamento ainda estar em nome do ex-marido.

“A minha casa tem o forno a lenha no meu quintal. Tenho lá uma hortazinha, pronto. (...) Gosto muito, pago trezentos euros, custa-me muito pagar porque eu estou desempregado, é só a minha mulher a trabalhar. (...) que ganha trezentos euros por mês. Trabalha em part-time, depois faz uma limpeza aos sábados, que é isso que é o nosso... e a ajuda da minha sogra.” (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

“Eles queriam duzentos e sessenta por a casa. (...) Enquanto não resolver esse problema os nervos estão à flor da pele. (...) Porque a casa não está em meu nome, está no nome do marido.” (Valentina, 61 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Sem condições de habitabilidade continua Paula (desempregada) que ocupa uma habitação social a quem a GEBALIS, para desincentivar a ocupação, retira recorrentemente os equipamentos que proporcionam algumas condições mínimas de habitabilidade à casa, tais como louças sanitárias, torneiras, portas e janelas.

“Mas aquilo não tinha janelas, não tinha nada, estava tudo partido, não tinha água, não tinha luz (...) Tiram tudo, tanto da cozinha como da casa de banho, tiram tudo. Eles até as portas levam...” (Paula, 24 anos, desempregada, 2014)

Este é o segundo caso de ocupação abusiva de habitação social que aqui se descreve, Paula e Verónica, contudo, assumem contornos distintos. Verónica procurou junto da GEBALIS negociar e converter a ocupação em arrendamento; Paula mantém-se na condição de ocupante ilegal com todas consequências que daí advém, aparentemente, pelo receio da recusa em despoletar mais um caso de expulsão.

“Eles disseram para eu ir lá falar mas eu com medo não fui lá falar porque eles depois podem despejar...” (Paula, 24 anos, desempregada, 2014)

Igualmente sem condições de habitabilidade estão Alda (trabalhadora pobre) e Maria Celeste (incapacitada) cujas casas apresentam problemas de infiltrações. No caso de Maria Celeste (incapacitada), ainda que a atual casa tenha estes problemas de infiltrações, é mais adequada em termos de áreas do que a anterior.

“Queixei-me várias vezes, andei o ano inteiro a queixar-me ao senhorio, ele pintou, pintou mas... agora em Novembro, pintou... ainda nem chegou a um ano, então já estamos em Março... Abril... princípio de Abril, já está tudo preto outra vez, as paredes já estão todas degradadas outra vez.” (Alda, 51 anos, trabalhadora pobre, 2014).

Quadro 28 – Condições habitacionais dos entrevistados em 2011 segundo as condições habitacionais em 2014

Condições habitacionais 2011	Condições habitacionais 2014						Total
	Sublotada	Adequada	Sobrelotada	S/condições de habitabilidade	NA	Sem informação	
Sublotada	2	0	0	0	0	0	2
Adequada	1	29	0	0	0	0	30
Sobrelotada	0	4	4	1	0	0	9
Sem condições de habitabilidade	0	3	1	3	0	0	7
Não se aplica	0	1	0	0	0	0	1
Sem informação	0	1	2	0	1	4	8
Total	3	38	7	4	1	4	57

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Em condições de habitabilidade adequada vivem 38 pessoas: 17 são arrendatárias de habitação social e apenas 2 não são titulares do contrato; 4 são proprietárias, 11 são arrendatárias no mercado privado em que 2 não são titulares do contrato e, finalmente, 5 arrendam informalmente um quarto. Por sua vez, as situações de sobrelotação e más condições de habitabilidade dão-se no mercado privado ou nos casos de coabitação social.

Quadro 29 – Condições habitacionais segundo o estatuto de ocupação da habitação em 2014 (nº)

Condições habitacionais 2014	Estatuto de ocupação da habitação 2014								Total
	Proprietário	Arrendatário habitação social titular	Coabitação social	Arrendatário mercado privado titular	Arrendatário mercado privado não titular	Ocupação abusiva	Outra situação	Arrendatário de quarto	
Sublotada	0	2	0	1	0	0	0	0	3
Adequada	4	15	1	9	3	1	0	5	38
Sobrelotada	1	0	2	3	1	0	0	0	7
Sem condições de habitabilidade	0	1	0	2	0	1	0	0	4
Não se aplica	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sem informação	0	0	2	1	1	0	0	0	4
Total	5	18	5	16	5	2	1	5	57

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Na tentativa de fazer um balanço da evolução das condições em que os entrevistados habitam, constatamos que 12 pessoas melhoraram as condições de habitação²⁴, 43 mantiveram e apenas 2 pioraram. O que significa que, das 17 pessoas que mudaram de residência, 10 melhoraram as suas condições (Júlio e Hortense – desafiados, Margarida - desempregada, Maria Celeste, Maria Júlia, Márcia e Rute - incapacitadas, Verónica, Miguel e Paulina – trabalhadores pobres); 2 pioraram (Almerinda - desempregada e Dália - incapacitada) e 5 mantiveram as condições apesar da mudança de residência (Filipa e Sofia – desempregada, Gonçalo- idoso, Jerónimo e Ramiro - desafiados). Situações de sobrelotação ou falta de condições de habitabilidade são as principais razões para as mudanças de residência no período em análise.

Se há uma tendência para procurar melhores condições habitacionais há também outros casos em que as pessoas reconhecem e lamentam os problemas habitacionais que têm. Contudo, outras necessidades básicas como a alimentação, consomem os recursos económicos e estratégicos, onde a procura de uma alternativa residencial não é prioritária. É disso exemplo o caso de Deolinda (incapacitada) e Elvira (trabalhadora pobre), cujas preocupações são garantir que existe comida todos os dias para a família, e de Joaquim (incapacitado) que se acomodou às condições habitacionais da casa que lhe atribuíram.

²⁴ 2 pessoas (Aura e Álvaro) melhoraram as suas condições não porque mudaram de residência, mas pela saída de filhos de casa que tornou a dimensão das habitações adequada.

Quadro 30 – Balanço das condições habitacionais segundo as condições habitacionais em 2011

	Balanço das condições habitacionais			Total
	Melhorou	Manteve-se	Piorou	
Sublotada	0	2	0	2
Adequada	1	29	0	30
Sobrelotada	5	4	0	9
Sem condições de habitabilidade	3	4	0	7
Não se aplica	1	0	0	1
Sem informação	2	4	2	8
Total	12	43	2	57

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Para os que mudaram, importa compreender em que condições o fizeram. A procura voluntária de melhores condições é a principal realidade (10/17). Existem também casos de mudança involuntária (3), é o caso de Filipa e Márcia que por falecimento do titular do contrato de arrendamento das suas residências receberam ordem de despejo; mas também de Dália que perdeu direito à habitação anterior. Noutra situação encontra-se Almerinda, cuja mudança podemos considerar que ainda está em curso. Como já referido saiu de casa do ex-marido e, temporariamente, encontra-se num albergue, até estabilizar a sua situação e poder pagar um alojamento para si. Finalmente, 3 pessoas procuram mudar de habitação não tanto na procura de melhores condições mas pela insatisfação (Sofia) ou desvinculação (Ramiro e Jerónimo) que o local inicial lhes incute.

Cerca de metade das pessoas que mudaram de casa (8/17) usufrui de apoio social à renda disponibilizado pela SCML. Hortense, Ramiro e Júlio recebem da SCML um apoio pecuniário para custear os quartos alugados em que habitam; Miguel, Paulina, Rute e Maria Celeste vêm a renda das suas habitações igualmente comparticipada por aquela instituição.

Quadro 31 – Estratégia acionada para melhorar as condições habitacionais por perfil em 2014 (n^o)

Condições de melhoria da habitacional	Perfil 2014					Total
	Incapacitados	Desempregados	Trabalhadores pobres	Idosos	Desafiliados	
Procura voluntária de melhores condições com apoio social para renda	2	0	2	0	2	6
Procura voluntária de melhores condições sem apoio social	1	1	1	1	0	4
Mudança involuntária com apoio social para a renda	0	1	0	0	0	1
Mudança involuntária sem apoio social para a renda	1	1	0	0	0	2
Procura voluntária com apoio social para a renda	0	0	0	0	1	1
Outra situação	0	0	0	0	1	1
Procura voluntária sem apoio social para a renda	0	1	0	0	1	2
Total	4	4	3	1	5	17

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O quadro seguinte procura sistematizar as principais características dos casos de mudança e permanência habitacional.

Quadro 32 – Principais características dos entrevistados que mudaram e não mudaram de residência

Quem mudou de residência? (17 pessoas)	Quem NÃO mudou de residência? (40 pessoas)
- Menos de 45 anos e entre 56 e 64 anos	- De 46 a 55 anos e mais de 65 anos
- Agregados familiares com 3 ou mais crianças	- Casados/união de facto, viúvo e solteiros
- Divorciados/separados	- Tem o 1º ciclo ou menos
- Tem o 2º ciclo ou mais	- Cuidadoras informais, trabalhadores pobres e idosos
- Incapacitados, desempregados e desafiados	- Reside em Marvila/Santa Clara
- Reside em Santa Maria Maior/São Vicente	- Não considerava em 2011 que a habitação era um problema e continua a considerar
- Considerava em 2011 que a habitação era um problema e continua a considerar	- Proprietário ou a residir em habitação social (titular e coabitação)
- Arrendatário no mercado privado (titular ou não titular)	- Condições habitacionais adequadas ou sublotadas
- Mudou de habitações sobrelotadas ou sem condições de habitabilidade para adequadas	- Considera-se pobre
- Não se considera pobre	- Não tem apoio regular à renda
- Tem apoio regular à renda	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O retrato residencial (objetivo e subjetivo) dos entrevistados permite-nos ter algumas conclusões sobre as quais importa refletir:

- Os residentes em habitação social registam menor mobilidade residencial e melhores condições de habitação;
- É no mercado de arrendamento privado (predominantemente na zona histórica) que se regista o maior número de mudanças residenciais, motivadas pelas elevadas rendas e procura de melhores condições de habitação;
- As mudanças de residência tendem a ser dentro da mesma zona residencial, os laços familiares e de amizade e as redes sociais estabelecidas prevalecem como critérios na manutenção da zona residencial;
- As mudanças de residência traduziram-se numa maior formalização dos vínculos: diminuíram os casos de coabitação e aumentaram os casos de titularidade de contratos de arrendamento;

- ▶ Os titulares de contrato de arrendamento no mercado privado aumentaram (tendencialmente residentes nas freguesias de Santa Maria Maior/São Vicente) e os titulares de habitação social mantiveram-se (tendencialmente residentes nas freguesias de Marvila/Santa Clara);
- ▶ Independentemente da mudança de estatuto, a mudança de residência prende-se, maioritariamente, com a procura de melhores condições habitacionais.

1.6.5 Saúde

Diversos estudos evidenciam que a relação entre saúde e pobreza é simultaneamente causa e efeito, na medida em que um baixo nível de rendimentos promove uma saúde potencialmente precária, o que, por sua vez, tende a causar um baixo nível de rendimento pelos constrangimentos que coloca ao normal desempenho de uma atividade profissional, despoletando um círculo vicioso de vulnerabilidade. A este propósito Weil (citado por Tejada, 2008) apresenta um modelo teórico que correlaciona matematicamente o rendimento per capita e a saúde.

Segundo Clavel (2004) as condições de habitabilidade, a relação com o trabalho, as patologias do desemprego e da solidão, e os aspetos culturais são os principais fatores que relacionam doença e pobreza/exclusão social. É importante ter presente que as consequências da relação entre saúde e pobreza não se esgotam no impacto individual, mas no desenvolvimento social e económico de um país (Bloom e Canning, 2010).

A estas variáveis – saúde e pobreza - Sala-i-Martin (citado por Tejada, 2008) acrescenta a educação. Um bom sistema de ensino só terá os efeitos desejados sobre o crescimento económico se, paralelamente, apostar num sistema de saúde eficaz. O inverso também se verifica. Não adianta uma aposta focada na saúde se os seus utentes forem uma população pobre e iletrada.

A observação do Painel de entrevistados ilustra e corrobora a relação entre os fatores acima enunciados.

A doença de mãos dadas com a pobreza

Procura-se neste ponto compreender, tendo sempre por base o ponto de vista das pessoas que integram o Painel, o estado de saúde/doença dos entrevistados e seus agregados familiares, em que sentido foi a evolução do

estado de doença e qual o grau de limitação que este estado impõe ao normal desempenho de uma atividade profissional.

O número de pessoas que menciona ter problemas de saúde aumentou de 33 para 35 em 2014. A maioria mantém o seu estado de doença, 12 lamentam o seu agravamento e apenas 3 manifestam melhorias. Para 16 pessoas o seu estado de doença é limitativo do desempenho de uma atividade profissional e atualmente, para 7 chega a ser impeditivo.

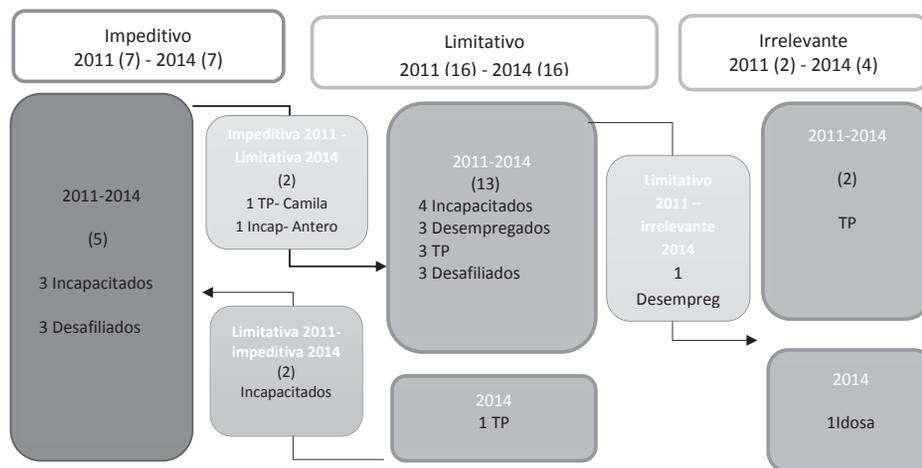
Quadro 33 – Balanço do estado de saúde dos entrevistados por perfil 2014

Balanço do estado de saúde 2011-2014	Perfil e pseudónimo
Melhorou o estado de saúde (3)	1 Incapacitado 1 Desempregado 1 Trabalhador pobre
Mantém-se doente (20)	7 Incapacitados 2 Desempregados 2 Trabalhadores pobres 6 Idosos 3 Desafiliados
Piorou o estado de doença (9)	1 Incapacitado 1 Desempregado 3 Trabalhadores pobres 2 Idosos 2 Desafiliados
Ficou doente permanentemente (1)	1 Incapacitada
Está doente temporariamente (2)	1 Trabalhadora pobre 1 Idosa - Fátima
Total	35

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Se alargarmos esta apreciação ao agregado familiar o cenário altera-se, o número de pessoas que refere ter elementos do agregado familiar doentes diminui ligeiramente de 14 para 12. Cruzar estas duas variáveis permite-nos constatar que, em 2011, apenas 19 agregados familiares não registavam qualquer elemento com problemas de saúde, número que baixou para 16 em 2014. Ou seja, 41 dos entrevistados é doente e/ou tem alguém no seu agregado familiar com problemas de saúde.

Figura 9 – Grau de limitação dos entrevistados para o desempenho de uma atividade profissional por motivos de saúde em 2011 e 2014



Nota: Este quadro contempla todos os indivíduos que apresentavam problemas de saúde em 2011 e/ou 2014, excluindo os idosos, com exceção para a Fátima que apesar de idosa e reformada por velhice ainda desempenha uma atividade profissional, no âmbito da qual teve um acidente de trabalho.

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Agregados familiares onde a doença afeta vários elementos

Em 2011, existiam 5 pessoas (2 incapacitados – Albano e Antero, 2 idosas – Celestina e Graça e 1 desempregada - Anabela) que em 2014 continuam doentes e têm pelo menos um elemento do seu agregado familiar igualmente com problemas de saúde.

Anabela, em 2011, dava conta dos seus problemas de obesidade, de dentição e de visão e dos problemas do foro psiquiátrico que a afetavam a si e ao seu marido, valendo-lhe a este a pensão de invalidez. Decorridos 3 anos, acusa os problemas financeiros pelo agravamento do estado depressivo e outros problemas, em grande medida resultantes dos cortes nos apoios sociais que recebia em 2011: apoio na saúde, consultas e medicação e ajudas técnicas, como os óculos, para a própria e para o marido disponibilizados pela SCML e pela associação Auxílio e Amizade.

“Estou num estado lastimoso. Tenho imensos problemas de saúde por causa disso. De estômago, por causa da falta de dentes. Estou a ver pior ainda porque na altura em que me deram os óculos eu via bem com eles e já não vejo. Tenho uma péssima visão.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

Contrariamente, Antero dá conta de melhorias significativas ao nível da saúde, passando de um estado de saúde impeditivo de uma atividade profissional para um estado limitativo. Estas melhorias não se estendem à família, que para além da sua avó acamada, tem atualmente uma tia de quem também cuida.

“A minha saúde vai conforme vai a crise. Porque eu como tive um esgotamento, automaticamente se eu vir o que corre à minha volta, não é? Não for evoluindo, automaticamente poderei ter outro esgotamento, não é? Mas como eu vejo a vida hoje em dia a evoluir melhor, a medicação a ser reduzida pelos médicos de psiquiatria e por aí fora, por isso automaticamente penso que...” (Antero, 38 anos, incapacitado, 2014)

Celestina, doente, viu o seu desejo de institucionalizar o marido concretizado, contudo receosa do marido estar a ser negligenciado, ela e os filhos preferiram retirá-lo, sendo acolhido atualmente, por um filho que se encontra desempregado. Neste momento, aguarda avaliação médica dos serviços de saúde da SCML para que lhe sejam disponibilizadas fraldas, recurso que até então nunca lhe foi atribuído.

A idosa Graça, para além dos seus problemas de saúde, continua a cuidar da sua filha dependente, e Albano, doente tal como a mulher, viu a sua incapacidade reconhecida e o recurso à pensão de invalidez satisfeito.

A estes casos já detetados em 2011 junta-se Fátima em 2014. Se em 2011 a principal preocupação desta idosa com 83 anos a trabalhar num restaurante aos fins-de-semana, era a saúde mental da filha, atualmente este problema está controlado e estável e a sua apreensão deslocou-se para si própria, que se encontra incapacitada temporariamente na sequência de um acidente de trabalho, desejando regressar ao trabalho tão breve quanto possível.

Um doente por agregado familiar - uma realidade para 2/3 do Painel

Em 2014, 35 pessoas têm no seu agregado familiar alguém doente, o próprio e/ou um familiar, mais 6 pessoas que em 2011. Entre estes 35 entrevistados, apenas Celina não regista problemas de saúde, mas o seu filho, de quem continua a cuidar, um rapaz com 24 anos, paraplégico desde os 14, na sequência de uma queda de uma árvore. As restantes 34 pessoas continuam doentes, alguns com agravamentos.

Sete incapacitados - Aura, Dália, Deolinda, Joana, Joaquim, Maria Júlia e Rute - mantêm o mesmo estado de doença, tal como em 2011, com exceção de

Maria Júlia, cujo estado de doença em 2011 se devia à dependência do álcool. Se nessa altura um tratamento para a abstinência era a porta para a reinserção social, atualmente, o agravamento do seu estado de saúde com um AVC que sofreu em 2012 incapacitou-a para o trabalho, aguardando resposta ao pedido de pensão de invalidez:

“A nível de saúde está muito pior, porque eu nessa altura estava a receber o rendimento mínimo, tinha sempre a esperança de arranjar um trabalho, não é? Eu assim não posso, estou de mãos atadas, porque não vou conseguir fazer mais nada, porque ando com os médicos... tiveram a ver os exames e tudo e eles disseram que eu muito dificilmente e com a fisioterapia que eu estou a fazer, que eu sem apoio já não conseguia andar... que é muito dificilmente...” (Maria Júlia, 42 anos, incapacitada, 2014)

Apesar de incapacitados, nem todos estão impedidos de exercer uma atividade profissional. Se para Deolinda, Albano e Dália a sua incapacidade foi já reconhecida com a atribuição de pensão de invalidez, para os restantes o seu estado de doença é apenas limitativo, pelo que anseiam por uma atividade profissional compatível com a sua condição de saúde.

“Mesmo devagarinho, eu fazia.” (Joana, 38 anos, incapacitada, 2014)

“A minha área que eu tinha era eletricista mas isso é...essa área, parece que já não posso fazer esse trabalho. Trabalho físico para mim também já é muito pesado. Desde que fui operado aqui ao esfago nunca mais fiquei bom.” (Joaquim, 61 anos, incapacitado, 2014)

“Já sou velha e tenho a doença que tenho, prontos. São dois pontos contra, prontos, contra qualquer coisa. Por exemplo, eu não posso ir trabalhar para uma cozinha. É um exemplo, não posso. Eu por exemplo não posso trabalhar com detergentes, eu por exemplo, usar um detergente muito forte.” (Rute, 47 anos, incapacitada, 2014)

Abu, César, Hortense, Jerónimo e Ramiro, 5 desafiados registam, tal como em 2011, problemas de saúde, dos quais, 2 viram o seu estado de doença agravado. Abu interrompeu um estágio profissional por agravamento do seu estado de saúde mental, e César, portador de HIV, cuja situação depressiva o fez abandonar a tomada de medicação.

Sofia, com 41 anos, desempregada, continua doente. Ainda que o seu problema cardíaco lhe condicione a atividade profissional, correndo o risco de, tal como aconteceu no passado, agravar o seu estado, a necessidade financeira atual coloca-a na posição de querer trabalhar em quaisquer circunstâncias. Assume-se, atualmente, como desempregada e aciona o seu capital social, no sentido encontrar uma atividade profissional que lhe dê o sustento dos filhos menores que tem a cargo.

Camila, Ilda, Maria da Graça, Rita, Valentina e Vasco, 6 trabalhadores pobres, mantêm-se doentes. Ainda que Camila considere que melhorou o seu estado de saúde, o que lhe permitiu assumir alguns trabalhos, o seu estado é ainda muito condicionado por algumas debilidades físicas permanentes decorrentes do AVC que sofreu. Contudo, a necessidade de sustentar duas filhas e uma neta, fá-la ignorar essas debilidades.

“Vou aproveitando, passar a ferro, vou aproveitando o que me chamam mas ir trabalhar... parar já, não aguento fazer 8 horas em pé, começa-me a inchar as pernas, começa-me a doer as pernas e não consigo. Vou fazendo 4ª feira, aos bocadinhos e ao fim de semana e assim.” (Camila, 58 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Ilda, com 45 anos, e Vasco, com 53 anos, mantêm-se doentes, o que não é impeditivo de qualquer atividade profissional.

Maria da Graça, Rita e Valentina lamentam o agravamento da sua saúde e sentem-se cada vez mais limitadas no seu desempenho profissional.

“A minha saúde, olhe, ainda hoje fui fazer o tratamento às pernas para subir. (...) É, eu tenho pena, sabe o que é? É de não ter elevador, para andar a subir e a descer. Assim tenho que levar a subir as pernas e a descer. Qualquer dia levo as pernas às costas.” (Valentina, 61 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“O meu estado de saúde é que é um bocadinho fraco. Está um bocadinho fraco agora. É que agora tenho um problema na anca, da coluna também. Assim...da coluna apanha-me a anca e depois à noite às vezes não deixa-me dormir. E eu até já fiz até os exames que a médica mandou fazer. Vou mostrar, tenho consulta dia vinte cinco.” (Maria da graça, 56 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Pedro, desempregado, viu o seu estado de saúde melhorar, em grande parte fruto dos cuidados de saúde prestados pela SCML, como consultas e apoio na compra de medicação. Atualmente, os seus problemas de saúde são irrelevantes no desempenho de uma atividade profissional, caso consiga encontrar trabalho.

Gonçalo, Luísa, Mariana e Natália, 4 idosos, registam também alguns problemas de saúde que procuram controlar por via da medicação para manter a melhor qualidade de vida possível. Conformados com a ideia de que a idade se traduz em algumas problemáticas ao nível físico, enumeram com alguma naturalidade as maleitas de que sofrem. Como veremos adiante, o que mais os aflige é o pagamento das despesas inerentes à saúde.

“ [Como é que avalia o seu estado de saúde?] Saudável. Tenho o enfisema. Mas normalmente não tenho dores. Tenho a tensão alta, mas isso também vai ser até ao fim da minha vida. Mas também exagero no sal. Porque gosto. Dizem-me: ah, tem de comer legumes. Eu digo: saladas não como.” (Gonçalo, 72 anos, idoso, 2014)

“Eu tenho bronquite asmática. E tenho angina do peito também. Também do coração.” (Natália, 85 anos, idosa, 2014)

É exceção, Mariana que evidencia o sofrimento que as dores lhe causam.

“Olhe, de saúde também estou muito mal, fui operada à coluna e não fiquei bem, ou não fiquei bem, ou fui eu que abusei logo na altura, sei que tenho dores na coluna, e nas pernas, ataca-me as pernas e os pés. Dores terríveis.” (Mariana, 75 anos, idosa, 2104)

Quatro casos em que, na fase I do Barómetro, o próprio entrevistado e outro elemento do agregado familiar estavam doentes houve quatro falecimentos: o marido de Anália e a filha de Ângela, doentes oncológicos; o filho de Liliana, um deficiente profundo com 19 anos; e a mãe de Maria Celeste. Atualmente, Anália, viu o seu estado de saúde agravar-se, sofreu uma depressão com a morte do marido e é, atualmente, também uma doente oncológica, aliás tal como Ângela, condição já registada em 2011. Liliana, com 60 anos e desempregada, para além dos problemas de coração já apontados em 2011, que não lhe permitem fazer esforços, encontra-se num profundo estado depressivo em consequência da morte do filho. Contudo, a total ausência de rendimentos trazida com o corte das prestações sociais atribuídas ao filho e o fim da sua pensão de invalidez, fá-la procurar uma oportunidade de emprego.

Maria Celeste viu os seus problemas de saúde agravarem-se neste período a que acresce o estado depressivo em que mergulhou com a morte da mãe. Se em 2011 a saúde lhe limitava a atividade profissional, hoje é impeditiva. Por esse motivo já conversou com o médico de família sobre o recurso à pensão de invalidez, mas este recusou, com o argumento de que é muito nova.

“Diz que é muito cedo [para requerer a pensão de invalidez], que ainda não tenho idade... Já disse isso ao meu médico, até porque no centro de emprego disseram: - a senhora vai ao seu médico e diz para ele pôr em como a senhora não pode aceitar porque tem esses problemas que ele sabe que tem.” (Maria Celeste, 57 anos, incapitada, 2014)

Os novos casos de doença

Entre 2011 e 2014, 5 pessoas viram surgir situações de doença nos seus agregados familiares, são elas: Elvira, Miguel, Teolinda, Verónica (trabalhadores pobres) e Paula (desempregada). Elvira padece de problemas respiratórios; o pai de Teolinda faleceu em 2011 e no mesmo ano foi diagnosticado à mãe a doença de Alzheimer. A trabalhar e sem recursos financeiros para institucio-

nalizar a mãe num lar legal e sem apoio sociais, nomeadamente pela SCML, Teolinda sentiu-se obrigada a institucionalizar a mãe num lar ilegal onde considera que cuidam bem dela.

“Não tinha, nem consegui arranjar onde a meter com a pensão dela. (...) Eu quando procurei as assistentes sociais da Santa Casa...tive que lhe contar a minha história insolvência e não insolvência, não é que eu tenha problemas de contar isso, mas ficaram a saber a minha vida porque no fundo para quê? Não veio ajuda nenhuma. Irem perguntar a uma pessoa que está com Alzheimer: - Quer ir para um lar?” (Teolinda, 54 anos, trabalhadora pobre, 2014)

O caso de Miguel ilustra bem a correlação entre saúde e o desemprego. A sua mulher, desempregada há cerca de três ou quatro anos e sem uma resposta social que lhe potencie o aumento das suas qualificações cedeu a um estado depressivo que está a ultrapassar com a ajuda técnica e da família.

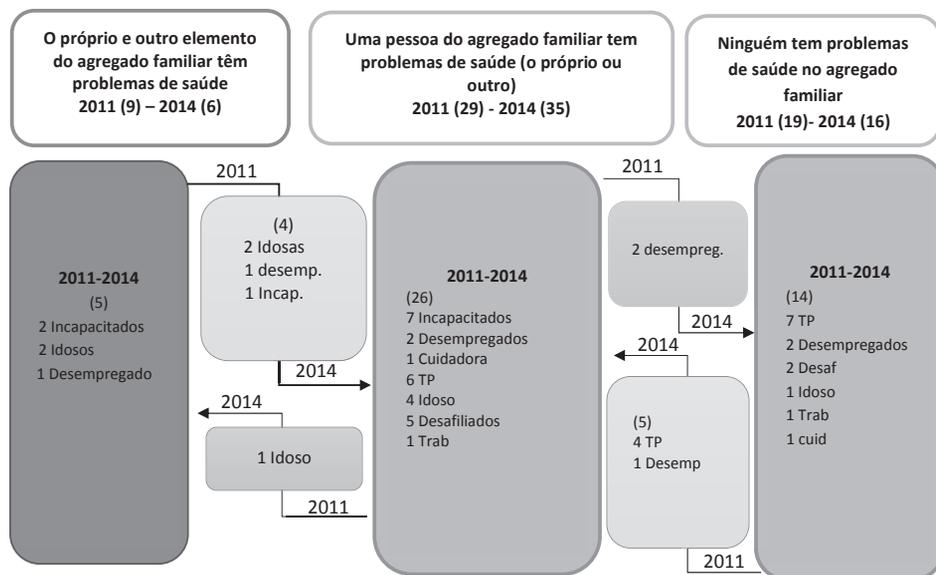
“Ela já solicitou várias vezes apoio nesse sentido, fazer uma formação, ou tirar uma equivalência em termos de escolaridade e isso tudo, até agora ainda não conseguiu. Não conseguiu obter respostas nenhuma. Mas isso é coisa que eu não a deixo esquecer. Eu vou tentando sempre que ela vá um bocadinho mais para a frente. Apesar de ela ter andado aí numa fase com uma depressão. Teve, teve. Esteve com medicações e isso tudo também. Está em recuperação, está a levantar o moral.” (Miguel, 34 anos, trabalhador pobre, 2014)

Verónica com 27 anos e Paula com 24 anos, estão particularmente preocupadas com o estado de saúde dos filhos, com 8 meses e 3 anos à data da entrevista, respetivamente. O primeiro nasceu com diversos problemas de saúde e o filho de Paula tem graves problemas de ouvidos, aparentemente agravados pelas condições habitacionais em que vivem, como são relatadas no ponto 1.3.3.

“Meu filho é doente dos ouvidos, já foi operado aos ouvidos, ele de 5 em 5 dias tem de estar a comprar antibiótico para dar porque ele tem uma otite aguda, estava sempre a deitar... ele foi operado à garganta e aos ouvidos, meteu os tubos lá, ainda hoje tem os tubos lá, tenho de lhe estar a comprar antibióticos por estar a deitar líquido dos ouvidos, depois tive de comprar comprimidos para mim, ainda vamos ter de comprar gás que a gente toma banho assim, aquece água, dentro de um alguidar, que aquilo não dá...” (Paula, 24 anos, desempregada, 2014)

Finalmente, sem nenhum elemento do agregado familiar doente estão, em 2014, Margarida e Filipa (desempregadas). Margarida, atualmente separada, denunciava, em 2011, um problema de alcoolismo do marido e Filipa cuidava da sogra que entretanto faleceu.

Figura 10 – Evolução do estado de saúde dos entrevistados e seus agregados familiares em 2011 e 2014



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

“O direito à proteção da saúde”: de tendencialmente gratuito a tendencialmente pago?

Feito o retrato da saúde dos entrevistados importa indagar quais as estratégias que acionam para aceder aos cuidados de saúde necessários. O Sistema Nacional de Saúde e os Serviços de saúde da SCML são por excelência os recursos para este grupo populacional vulnerável. Todavia, o acesso parece ser cada vez mais dificultado e os apoios cada vez menores.

O fim das taxas de isenção no SNS para alguns levou a que deixassem de recorrer a ele, como é o caso da idosa Graça e a desempregada Maria Celeste, contudo, outros recorrem mas declaram não ter como pagar, é o caso de Gonçalo (idoso).

“[Tem isenção?] Deveria ter. Eu tinha isenção, mas isto está todos os anos a modificar. Depois tratei das coisas para ter a isenção mas não me deram. E agora estou a pagar. Ou por outra, não estou a pagar porque não tenho dinheiro para pagar! A bronca foi que cheguei e disseram: um funcionário pôs aqui qualquer coisa de lado porque tem uma dívida de 5€. Mas eu não tive nenhuma consulta! Não tenho: Não pago. E lá fiquei a dever 5€, por uma consulta de dermatologia por causa da minha

psoríase, que está boa. Está ótima. Fazia umas placas, agora já não. Mas como isto não é contagioso... é apenas falta de vitamina D.” (Gonçalo, 72 anos, idoso, 2014)

“[Costuma ir ao médico?] De vez em quando, mas desde que me retiraram a isenção nunca mais lá fui.” (Graça, 65 anos, idosa, 2014)

“Agora cada vez que lá vou tenho sempre que pagar 5€, é a taxa, mas eu era isenta... Eu era isenta porque tou a receber o rendimento mínimo. Fui tratar à segurança social, tenho as provas todas em como fui tratar, levei tudo ao centro de saúde, diz que ainda não está aprovado, não está aprovado... há mais de 9 meses que eu ando nisto! Tenho exames para fazer não posso fazer, porque não vou pagar tanto como tenho... o médico mandou-me uma carta a dizer porque é que eu não vou lá, já há tanto tempo que lá não vou eu disse “doutor, eu não posso ir aí porque cada vez que eu vou aí tenho de dar 5€ ainda devo lá dinheiro, tenho de dar 5€, eu a miúda e o miúdo, são logo 15€ quando vamos ao médico... como é que eu posso aviar a medicação?!” (Maria Celeste, 57 anos, incapacitada, 2014)

Para além da restrição às condições de acesso e da dificuldade de aceder à isenção das taxas moderadoras, outras despesas ficam a cargo dos utentes, como medicamentos, óculos e exames complementares de diagnóstico, muitas vezes não realizados por falta de capacidade financeira. Como referem Anabela e Maria Celeste:

“(...) Na minha questão de saúde, já ando nisto há 4 anos. Acho que já é demais e já não acredito que seja possível. Neste momento, desde há dois anos para cá, estou com mais 30 kilos. Nessa altura já estava com 90k e agora estou com 120k. Ando a ser seguida nas consultas, por uma psicóloga de nutrição, por uma nutricionista, mas é uma consulta de ano a ano. No último ano foi-me solicitado que fizesse exames. Um exame, uma endoscopia, eu tinha que pagar da minha parte 12 € e tal, eu tenho isenção, mas esses exames não têm isenção. E nessa altura eu não tinha dinheiro e não fiz o exame. Quando fui à médica levei todos os exames menos esse. E ela disse para eu ir para a lista de espera para fazer esse exame. Tenho-o lá para fazer desde o mês 4.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

“Não posso, de maneira nenhuma... (...) Se for pagar os exames que ainda o ano passado fui pagar exames, só os exames foram 50€, análises, ecografias, um raio x, mamografia, ecografia, tudo, custou-me 50€. Um bocadinho dali, um bocadinho de acolá. Então agora vou pagar todos os anos 50€? E não é só isso, não vou de ano a ano ao médico. Eu tenho de ir ao médico regularmente. E agora com este problema de diabetes, como é que é?! Como é que vai ser a minha vida?...” (Maria Celeste, 57 anos, incapacitada, 2014)

A compra de uns medicamentos em detrimento de outros acaba por ser a solução em muitos casos.

“Eu tenho que andar a tomar um comprimido que é o que substitui a bomba, em vez da Raquel usar a bomba, então é umas cápsulas, que é assim, mete-se num aparelho, a gente aperta chupamos e aquilo sai um pó. Eu não tenho dinheiro para comprar isso, já não o tomo há um ano e meio.” (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

“É querer comprar comprimidos e não ter o dinheiro. Andar a poupar, a poupar, a poupar. Hoje tomo amanhã não tomo. Não é? O dinheiro não chega.” (Luísa, 84 anos, idosa, 2014)

“Não, o ano passado foram por volta de 600 euros. Exato. Seiscentos euros. E não compro os medicamentos todos, se fosse a comprar, Deus me livre. Há medicamentos que eu não compro. Paciência, há medicamentos que eu não posso comprar.” (Mariana, 75 anos, idosa, 2014)

Em alternativa, solicitar à farmácia que dispense medicamentos e pagá-los quando se recebe a pensão é a opção de Joaquim:

“Eu pago, às vezes não chega e como sou conhecido, eles lá na farmácia: - Quando receber paga.” (Joaquim, 61 anos, incapacitado, 2014)

No que respeita ao apoio à saúde prestado pela SCML, ele é reconhecido por alguns.

“Tenho o cartão da Santa Casa. Já desde que eu me conheço. Dantes que não era a Santa Casa, era a Câmara, tenho até o cartão. Com aquele cartão da Câmara, eu ia levantar os medicamentos, ia ali, ali onde é o Cais do Sodré, ali onde chamavam o coiso dos tuberculosos”. (Natália, 85 anos, idosa, 2014)

“Apoio para medicamentos tenho, só para ir buscar medicamentos que são uma média de 20 euros mais nada.” (Antero, 38 anos, incapacitado, 2014)

“Dão apoios nos medicamentos, nisso são notáveis, só que por muito bom que seja, são vários medicamentos que eu tenho de tomar ao longo da minha vida, custa dinheiro.” (Vasco, 53 anos, trabalhador pobre, 2014)

Contudo, a menção à redução nos apoios e a dificuldade de aceder aos cuidados de saúde desta instituição são também mencionados. César é muito crítico quanto aos cuidados de saúde que (não) lhe dispensaram. Se em 2011, a expectativa de arranjar os dentes, o que seria a alavanca que precisava para encontrar trabalho, o fazia resiliente, volvidos três anos, a permanência do problema e o sentimento de impotência para o resolver fá-lo sentir-se frustrado.

“Ando na Santa Casa há 2 anos para arranjar a boca. E acaba por ser uma coisa que para as outras pessoas que se calhar não é nada mas a mim acaba por afetar de alguma maneira. Só eu é que sei. Tive de mudar de dentista, tive de ir à minha

médica... pedir para ser acompanhado no hospital de São José, para me arrancarem os dentes, não fazem nada!” (César, 41 anos, desafiado, 2014)

O cartão de saúde da SCML com acesso a consultas é disponibilizado a muitos destes entrevistados, apesar da demora que alguns denunciam:

“Pedi o cartão à Santa Casa há dois anos, foi no ano dois mil e doze. Agora estou à espera do cartão, pedi em Outubro, ainda estou à espera do cartão.” (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

Todavia, os medicamentos ficam a cargo dos entrevistados na totalidade ou em parte, constituindo principal crítica que lançam a esta instituição.

“[Não tem ajuda da Santa Casa para a medicação?] Não. Porque eu fui lá à doutora e ela disse para a minha filha levar os medicamentos dela, que são mais caros que ela tem... Só podem pagar a uma pessoa. E como os dela eram mais caros ela disse que pagam os dela. (Deolinda, 55 anos, incapacitada, 2014)

“Tenho o Cartão de Saúde mas elas não me dão nada.” (Joana, 38 anos, incapacitada, 2014)

Para além dos cuidados prestados, quando estamos perante situações de doença permanentemente incapacitantes prevê-se o seu reconhecimento por via da atribuição de pensão de invalidez. Se desde 2011 alguns casos de incapacidade foram reconhecidos, como Deolinda e Albano, outros aguardam ou desejam que venha a acontecer (Maria Júlia, Joana, Camila, Maria Celeste e Liliana). Na realidade, para alguns perante as condições de necessidade que vivem, não lhes restou mais do que converterem-se em trabalhadores pobres, no caso de Camila, ou desempregadas, à procura de qualquer oportunidade de trabalho, como Liliana ou Sofia.

“Se me dessem, por exemplo, 100 euros ou 120 euros por mês de ajuda, eu já não lutava tanto porque eu tenho meses... eu, por exemplo se eu tenho de juntar dinheiro para pagar a renda da casa, eu já deixo a conta da água ou da luz para trás e quando vem o outro recibo eu pago o mais antigo, nunca pago os dois ou assim. Deixo sempre qualquer coisa para trás. Eu quando venho, venho toda partida. Passar a ferro, eu vou passar a ferro desde as 10 até às quatro da tarde, depois quando paro um bocadinho, é o braço, é as pernas, é tudo. Mas pronto, eu tenho de receber alguma coisa...” (Camila, 58 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Importa ainda fazer uma breve reflexão sobre as condições de saúde e de trabalho precário. No caso dos trabalhadores pobres, com empregos precários, sem qualquer proteção em caso de doença, as situações de doença não só influem na sua capacidade de trabalhar mais horas e de incrementar o seu rendimento, como introduzem uma dimensão de incerteza no futuro.

“Se eu tenho saúde para trabalhar nunca me falta trabalho. O meu problema é saúde. Tenho um bocadinho de dificuldade.” (Maria da Graça, 56 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Face ao exposto, o domínio da saúde parece ser um âmbito de intervenção largamente a descoberto ou com respostas aquém das necessidades, constituindo um dos grandes obstáculos à conversão das situações de necessidade que os indivíduos protagonizam. Em alguns casos, a falta de cuidados de saúde adequados às patologias diagnosticadas inibem/limitam a inserção no mercado de trabalho e perpetuam a condição de vulnerabilidade socioeconómica de alguns destes agregados familiares. Simultaneamente, perante necessidades extremas como garantir o sustento diário, os cuidados de saúde são relegados para segundo plano, ficando adiadas consultas, exames médicos ou a compra de medicamentos.

O Painel de entrevistados ilustra bem como a saúde se torna uma consequência de outras problemáticas, como as situações de desemprego prolongado ou as más condições de habitabilidade.

O estado de saúde é uma dimensão particularmente importante na medida em que impacta diretamente na vida económica dos indivíduos e indiretamente na sociedade. Para além dos impactos nos indicadores económicos nacionais, como a produtividade, acrescem os impactos económicos e financeiros a médio e longo prazo para os sistemas de saúde mas também para o sistema de proteção social, na medida em que algumas das patologias enunciadas poderiam não ter um agravamento tão rápido e sério.

1.7. Da responsabilidade do problema à responsabilidade da resolução

A perceção dos elementos do Painel quanto aos problemas responsáveis pela situação de vulnerabilidade vivida contribui para uma melhor compreensão não só das suas estratégias de gestão do quotidiano, como também das capacidades de ação para sair da situação de pobreza. O posicionamento dos entrevistados face à atribuição de responsabilidades influenciará a forma como os atores percebem as suas capacidades de agir e as influências do contexto societal relativamente a si próprios e à sua situação. Recuperando o enquadramento teórico realizado pressupõe-se que:

“A recusa do fatalismo determinista do sistema sobre o ator é também a preocupação das suas racionalidades, num processo dinâmico onde os sujeitos têm uma perceção da realidade e, organizam os seus modos de vida num contexto balizado pelas conjunturas históricas. Assim, entre a sua projeção no futuro e a gestão da privação

quotidiana as pessoas em situação de vulnerabilidade desenvolvem diferentes estratégias muito dependentes da dialética entre a gestão das suas capacidades, assente no controlo do seu percurso e projeto de vida, e as oportunidades ao seu alcance, enquanto recursos disponibilizados pelo sistema social.” (Castro e Guerra, 2010:15).

A forma como os problemas são percecionados varia em função da identificação do principal responsável pelas situações de vulnerabilidade vivenciadas. A perceção das causalidades dos problemas com os quais os entrevistados se debatem oscila entre aqueles que dizem respeito às dificuldades que residem em si próprios, as criadas pelo sistema e ainda aquelas que decorrem do contexto familiar. Importa reforçar que se trata de problemas identificados pelos entrevistados. Trata-se pois de uma auto-perceção dos problemas, logo com elevados níveis de subjetividade.

A perceção da origem dos problemas pode assim variar entre uma 1) **Auto-apreciação responsabilizante** em que os problemas sentidos são vistos como dependentes exclusivamente do indivíduo ou do seu contexto familiar (em si ou na família); 2) **Auto-apreciação co-responsabilizante** em que os problemas dependem de uma situação individual/familiar, mas também decorrem de fatores sistémicos exteriores à vontade e ação das pessoas; e 3) **Auto-apreciação desresponsabilizante** em que os problemas sentidos dependem exclusivamente da forma como o sistema funciona.

Por seu turno, as estratégias de ação para lidar com os problemas identificados podem ser: *passivas*, marcadas pelo imobilismo, conformismo ou resignação, onde apenas o sistema poderá atuar para fazer face às vulnerabilidades sentidas ou *ativas* em que os recursos para ação dependem exclusivamente do indivíduo (*ativa individualizante*) ou da conjugação de recursos individuais e sociais (*ativa cooperante*).

Fazendo uso destas categorias, procuraremos de seguida compreender como evoluiu a perceção do Painel quanto aos problemas vividos e, por sua vez, correlacioná-los com a entidade a quem atribuem o ónus de os solucionar, o próprio e/ou a família e/ou a sociedade.

O balanço comparativo, entre 2011 e 2014, regista um aumento de entrevistados que identificam problemas nas três dimensões assinaladas, o que significa haver uma crescente cumulatividade na identificação dos problemas e dos seus atores.

Figura 11 – Auto percepção de problemas



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

1.7.1 Os problemas em si

Entre os problemas que responsabilizam os indivíduos são identificados mais frequentemente os relativos ao **desenvolvimento pessoal e bem-estar** onde predominam os problemas de saúde (30 entrevistados o referiram em 2014). O balanço realizado entre 2011 e 2014 indica um ligeiro aumento de problemas identificados nesta esfera (de 30 passa para 32 o número de elementos que os mencionam), com evidência do acentuar das vulnerabilidades do ponto de vista da saúde física e mental. A falta de uma imagem pessoal mais cuidada como a obesidade e falta de dentes, é mencionada como um problema que constrange a procura de trabalho por dois entrevistados, Anabela e César, respetivamente.

Tendencialmente, os perfis que mais parecem sentir estes problemas são os incapacitados, os idosos e os desafiados. Estas vulnerabilidades, por um lado, impactam na estratégia de ação, que é sobretudo passiva, em grande medida pela incapacidade financeira para colmatar a falta de respostas dos apoios sociais para os seus problemas ou o sentimento de irreversibilidade e, por outro, repercutem-se nas disposições dos indivíduos para agir que oscilam entre uma atitude de adaptação e conformação e um sentimento de frustração e *stress*.

“É a minha autoestima. Eu tenho uma doença do foro mental. Tenho duas personalidades. Estou bem-disposto, e de repente muda tudo. E a minha doença é essa. Eu lá consigo orientar-me!” (Ramiro, 34 anos, desafiado, 2014)

“A culpa também foi minha. Primeiro arranjei um trabalho, uma padaria, mas nem me consegui levantar, nem fui. Depois arranjei um, para jardinagem e estive lá uns cinco dias, uma semana para aí. Acordei de manhã e pensei: vou, não vou, e de noite tinha-me começado a doer o braço e acabou.” (Jerónimo, 39 anos, desafiado, 2014)

“Tenho problemas de saúde. Muitos mesmo, sobretudo de ossos. [Costuma ir ao médico?] De vez em quando, mas desde que me retiraram a isenção nunca mais lá fui.” (Graça, 65 anos, idosa, 2014)

“ [E como está o seu estado de saúde?] Ah, está mal...fui operada há 4 meses à mão, agora estou à espera de ir fazer uns exames para ser operada aqui ao canal, porque não ficou bem e ando a fazer fisioterapia todos os dias.” (Aura, 51 anos, incapacitada, 2014)

O **déficé de competências e capacidades**, onde se incluem: a idade mais avançada que reduz as oportunidades no mercado de trabalho, as baixas qualificações, a incapacidade de prosseguir estudos, a falta de experiência profissional e a falta de competências para divulgar os serviços prestados foram problemas evidenciados por 23 entrevistados. Entre as duas fases do Barómetro regista-se uma maior perceção de falta de competências. Trata-se, sobretudo, de desempregados, cuidadoras e trabalhadores pobres, que mantêm uma estratégia de ação cooperante de forma a ultrapassar estes *handicaps*. A formação e a inserção no mercado de trabalho constituem as principais formas de reverter a condição de vulnerabilidade. As suas disposições para a ação são, para uns, marcadas pela resiliência, mas para outros traduzem-se pela frustração e *stress*:

“Procurar trabalho e ver se me dão alguma ajuda até lá. Mas tenho 57 anos, Graças a Deus falta de forças, não tenho. Mas nós não somos novos. Somos novos para a reforma e velhos para trabalhar.” (Filomena, 60 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“Ter estudos ajuda as pessoas a arranjar trabalho. Para lavar um prato tem que se ir ao coiso da escola, que eles querem. Eu não tenho isso. Andei na 3ª classe.” (Margarida, 43 anos, desempregada, 2014)

Os problemas de **endividamento** (quer seja pelo crédito ao consumo ou pelas dívidas de rendas) são também sentidos por um número crescente de elementos do Painel. Se em 2011 apenas 7 referiram confrontar-se com uma situação de endividamento, em 2014 totalizam 11. Estes entrevistados são

tendencialmente incapacitados e trabalhadores pobres e mantêm uma estratégia de ação cooperante, onde a renegociação da forma de pagamento com as entidades credoras assume o principal meio de resolução. Associado à manifestação deste problema encontra-se a frustração e o stress na incerteza de conseguir ultrapassar esta situação, mas também, para alguns, uma atitude de resiliência e ação que se baseia na perceção de que se trata de uma situação que será resolvida a curto ou médio prazo.

“Tenho a dívida da minha casa [das rendas] E tenho a dívida com o banco. Tinha um crédito que foi pedido há 6 anos, era para 5 anos, mas quando a minha vida começou a piorar deixei de pagar e depois fui acumulando juros, juros, juros, e hoje posso-lhe dizer que o abono dos meus filhos, fico sem ele todos os meses.” (Carolina, 44 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“[qual o balanço que faz face à situação de há dois anos atrás?] Sim, mantém-se, no aspeto que ainda estou a pagar as dívidas antigas, e tudo o mais, penhora de vencimento também continua, essa fase continua. Mais uns anitos até conseguir pagar tudo. Por outro lado, já consegui pagar alguma coisa.” (Miguel, 34 anos, trabalhador pobre, 2014)

Figura 12 – Auto Perceção dos Problemas em si



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

1.7.2. Os problemas na família

O contexto familiar e a identificação de problemas no seu seio assume particular importância num cenário onde se afigura fundamental a mobilização de recursos nas redes sociais, tanto materiais, como afetivos.

Para os problemas identificados na família e o seu aumento de 2011 para 2014 contribui o número de entrevistados que em 2014 revelam situações de **desemprego de filhos e netos**, traduzindo a atual situação marcada pelo problema do desemprego, com forte impacto nos elementos do Painel, quer porque se reporta a si e aos elementos do seu agregado familiar, quer por se tratar de descendentes aos quais os entrevistados ainda tentam dar apoio.

Os recursos materiais destas famílias são afetados não só pelo desemprego de familiares, como também, tal como identificado por alguns entrevistados, pela existência de elementos que necessitando de cuidados por problemas de saúde constituem um constrangimento à procura de trabalho ou à manutenção de um horário laboral completo.

Entre estes encontram-se incapacitados, desempregados e trabalhadores pobres que manifestam uma atitude de *stress* e frustração perante problemas que não conseguem resolver, mas também existem alguns com uma disposição resiliente e ativa. De modo global, são cooperantes na estratégia de resolução, onde a ativação deverá acontecer pelo emprego, nomeadamente dos filhos de Dália e Deolinda (incapacitadas) mas também da mulher de Miguel (trabalhador pobre) e da filha de Julieta (trabalhadora pobre). Os níveis de confiança interpessoal podem ser fracos ou médios, mas a coesão familiar manifesta ser boa.

“ [o que a mais a preocupa neste momento?] O meu filho e a minha filha se não arranjam trabalho. Precisava de alguém que me ajudasse. Às vezes queria comprar coisas para mim, já não consigo, tenho que comprar uma para eles.” (Julieta, 48 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“O meu marido está bem pior do que eu porque não faz a ponta de um corno... não faz nada, porque não pode também e a idade não permite. E depois também não tem nenhuma formação específica.” (Filipa, 59 anos, desempregada, 2014).

Os **problemas de saúde de familiares** que afetam o seu bem-estar foram referidos por 7 dos elementos. Entre eles encontram-se entrevistados incapacitados, cuidadoras e idosos. As estratégias de ação são cooperantes, mas as disposições dos indivíduos para a ação manifestam conformação e adaptação às situações vividas ou, noutros casos, stress e frustração.

“Tenho ido comer à minha mãe. Mas não posso estar a vida toda assim, não é? [E ela pode ajudá-la um bocadinho?] Não, ela está acamada. Ela tem um cancro nos ossos, não anda.” (Dália, 59 anos, incapacitada, 2014)

“Se eu não tivesse a situação atual da minha avó [acamada] e da minha tia [problemas de saúde], neste momento, eu tenho impressão que estava já a trabalhar na indústria hoteleira.” (Antero, 38 anos, incapacitado, 2014)

“O meu marido esteve internado no hospital. Depois saiu e tornou a voltar ao hospital, com princípios de AVC. Agora está numa casa de repouso porque eu não o podia ter cá em casa. Agora saiu de lá porque não o tratavam grande coisa.” (Celestina, 76 anos, idosa, 2014)

No plano **sócio afetivo** são sobretudo os desafiados, que mais identificam problemas nesta esfera, nomeadamente a ausência ou a fraca rede familiar de apoio e sentimentos de solidão. Foram também referidos problemas como conflitualidade com elementos da família ou cônjuges e separação. Não surpreende, portanto, a fraca coesão familiar e a existência de níveis de confiança interpessoal nulos ou fracos.

“É difícil, é difícil. Acabei por stressar com a minha mãe, acabei por stressar com a família, de stressar com todos. É complicado, mas são as pessoas que primeiro levam connosco. Aliás, eu também não tenho mais ninguém, só tenho a minha mãe, que é difícil eu próprio ter cara para lhe pedir alguma coisa.” (César, 39 anos, desafiado, 2014)

“Eu não tenho família nenhuma. Os que me odiavam estão vivos e todos os que me amavam faleceram. Estou completamente só no mundo.” (Hortense, 58 anos, desafiada, 2014)

“Só tenho uma irmã, mas a minha irmã não está em casa o dia todo. E farta-se de trabalhar para criar os filhos e netos. E às vezes para me dar a mim não pode dar aos filhos. Se eu lhe pedir um euro ela dá-me, para comer uma carcaça. Às vezes paga-me um café e uma sandes. Ajuda-me muito ela.” (Almerinda, 47 anos, desafiada, 2014)

Figura 13 – Auto Percepção dos Problemas na Família



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

1.7.3. Os problemas na sociedade

A externalização da responsabilidade dos problemas está repartida em 3 esferas: mercado de trabalho, habitação e proteção social.

O **mercado de trabalho**, na perspetiva dos entrevistados, apresenta um conjunto de constrangimentos que os impede, a si ou aos seus familiares, de encontrarem um emprego ou obter rendimentos satisfatórios. Os problemas enunciados são a falta de oportunidades de trabalho apontadas nomeadamente por Pedro, Márcia e Margarida, a insuficiência do valor dos salários como refere Alda; a precariedade laboral referida por Elvira; a falta de oportunidades para pessoas com incapacidade, como Rute e Aura e ainda a discriminação étnica sentida por Joana e Olegário. Estas debilidades societais são, em 2014, mais referidas pelos elementos do Painel do que há três anos atrás.

Tendencialmente, os perfis que mais referem estes problemas são os incapacitados, desempregados, cuidadoras e trabalhadores pobres. A estratégia para se afastarem desta condição de necessidade é cooperante, oscilando entre a frustração e *stress* de uns e a atitude resiliente e ativa de outros. Prevalecem níveis de confiança interinstitucional positivos.

“É verdade, estou à procura de emprego. Não encontrei. Mandeí currículo todo o lado, não encontrei!” (Celina 51 anos, cuidadora, 2014)

“Onde eu tive a trabalhar ultimamente, fechou. E nas outras [empresas] é porque agora não metem, não precisam ou assim ou assado.” (Aura, 51 anos, incapacitada, 2014)

“Eles ainda têm receio de dar trabalho à etnia cigana... há muitos rapazes que já trabalham. Conheço que trabalha no Hospital da Estefânia há já 12 anos. Só que ainda têm muita paranoia de empregar ciganos...é muita paranóia com isso...e assim é um bocado complicado...” (Olegário, 27 anos, desempregado, 2014)

Mas o **sistema de proteção social** também merece reparos: seja por via da insuficiência dos apoios recebidos, seja pelo não reconhecimento da incapacidade para o trabalho e recusa da reforma por invalidez ou ainda pela demora na atribuição dos apoios sociais.

Estes problemas são mais identificados por incapacitados, idosos e desafiados, ou seja, por aqueles que mais dependem da assistência, mas que simultaneamente manifestam ausência de confiança nas instituições. Estes entrevistados encontram-se numa situação de adaptação ou conformação à sua situação, com estratégias de ação passivas. Perante o sentimento de impotência para reverter a sua condição resta-lhes aguardar que o sistema lhes providencie as condições necessárias.

“Meti os papéis 3 vezes e 3 vezes não ma deram [reforma de invalidez]. (...) Também me retiraram a isenção de saúde. Agora tenho que pagar tudo. (...) A minha filha precisava de óculos e já há dois anos estamos à espera que os deem. Da Santa Casa não sai a autorização para levantarmos os óculos.” (Graça, 64 anos, idosa, 2014)

Para 10 dos elementos do Painel o sector de **habitação** pública parece não responder às suas necessidades. Os problemas identificados centram-se sobretudo na falta de acesso a habitação a custos controlados, bem como ao aumento das rendas.

Pertencentes aos perfis de desempregados, cuidadoras e trabalhadores pobres, estes elementos mantêm uma estratégia de ação cooperante e são resilientes e ativos. A melhoria habitacional passa pela procura de melhores condições habitacionais, apoio à renda e o recurso à habitação social. Os níveis de confiança interinstitucional variam entre nulos, médios e bons.

“Pedimos o desdobramento. Não davam porque havia umas rendas que a minha sogra tinha em atraso. Ora se a casa é da minha sogra...Eu não tenho nada a ver de a casa ser da minha sogra. Pedi o desdobramento. Nem que fosse só uma casa só

com um quarto, uma casa de banho e uma sala, para nós já dava.” (Filomena, 60 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Figura 14 – Auto Perceção dos Problemas na Sociedade



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

1.7.4. O indivíduo e a sociedade: juntos no problema e na resolução

Retomando a tipologia de assunção dos problemas – responsabilizante, co-responsabilizante e desresponsabilizante - e de estratégias de ação para contrariar a condição de vulnerabilidade em que vivem – passiva, individualizante e cooperante, importa sistematizar como se combinam estes dois lados da realidade (quadros 35 a 37).

A maioria dos entrevistados passou a atribuir a causalidade da sua situação de vulnerabilidade não só a si e aos problemas familiares ou ao sistema, mas a ambos. A mesma leitura é imputada à resolução do problema.

À exceção dos incapacitados e dos desafiados, todos os perfis de entrevistados tendem a perceber os problemas e as estratégias de resolução de forma partilhada entre si e a sociedade. A procura de recursos nas suas redes sócio familiares e nas instituições constituem estratégias preferenciais para

dar conta das situações de necessidade. Os seus planos de ação são sobretudo centrados na cooperação com os outros.

Os que se desresponsabilizam dos problemas, atribuindo-os em exclusivo ao contexto social e económico são tendencialmente desempregados e trabalhadores pobres. As dificuldades para estes indivíduos focalizam-se no estrangulamento das oportunidades de trabalho, na precariedade laboral e na insuficiência dos salários. A sua estratégia de ação para sair da zona de vulnerabilidade é cooperante no sentido em que procuram aproveitar as oportunidades que, segundo eles, a sociedade tem responsabilidade de lhes disponibilizar.

Os entrevistados com uma perceção da origem dos problemas em si próprios são sobretudo os incapacitados, idosos e desafiados que se encontram em situações dificilmente ultrapassáveis, como doenças incapacitantes, a idade avançada e uma experiência de vida marcada pela pobreza. As suas estratégias de ação são tendencialmente passivas.

Quadro 34 – Evolução da perceção da origem dos problemas

Perceção da Origem dos Problemas	2011	2014
Responsabilizante	11	7
Desresponsabilizante	10	6
Co responsabilizante	35	42
Total	56	55
Não perceciona problemas	1	2
Total	57	57

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Quadro 35 – Evolução da Perceção sobre a responsabilidade da resolução das suas necessidades/problemas

Perceção sobre a responsabilidade da resolução	2011	2014
Individualizante	6	2 ²⁵
Cooperante	33	39
Passiva	18	16
Total	57	57

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

As regularidades encontradas e acima descritas revelam a importância do posicionamento dos atores sobre os problemas vivenciados e de como estes estão interligados com a sua ação no presente e a sua projeção no futuro. O balanço global e comparativo da auto-perceção dos problemas dá conta de um maior número de entrevistados a referir a existência de problemas, em qualquer um dos *locus* de controlo, interno ou externo, e nas várias dimensões, bem como redireciona a atribuição de responsabilidades no sentido da partilha entre si e a sociedade. Simultaneamente, a responsabilidade de os colocar no trilho da reinserção social é também partilhada entre si e a sociedade, estando dispostos a fazer a sua parte se a sociedade lhes der as oportunidades necessárias e adequadas.

Quadro 36 – Perceção dos problemas, perfis tendenciais e estratégias de ação, 2014

Perceção Origem dos Problemas	Perfis tendenciais 2014	Estratégia de Ação
Responsabilizante	Incapacitados, Idosos, Desafiliados	Passiva
Desresponsabilizante	Desempregados, Trabalhadores Pobres	Cooperante
Co responsabilizante	Desempregados, Cuidadoras, Trabalhadores Pobres, Idosos	Cooperante

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

²⁵ As duas entrevistadas que atribuem apenas a si a responsabilidade de agir no sentido da resolução dos problemas são os dois casos de saída da situação de pobreza.

Quadro 37 – Relação com o trabalho e o sentido da estratégia de ação presente e futura

Variáveis	Com trabalho 2011-2014	Intermitência 2011-2014	Sem trabalho
Estratégia de Ação	Cooperante	Cooperante	Passiva
Ativação	Pelo emprego	Pelo emprego múltipla	-
Disposição para a ação	Resiliência/ativação	Frustração/stress	Acomodação
Projeção no futuro	Vai melhorar Receio	Vai melhorar Vai piorar Não pensa no futuro	Vai manter Vai piorar Sim, apenas no plano idílico

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

2 Estratégias de gestão da vulnerabilidade

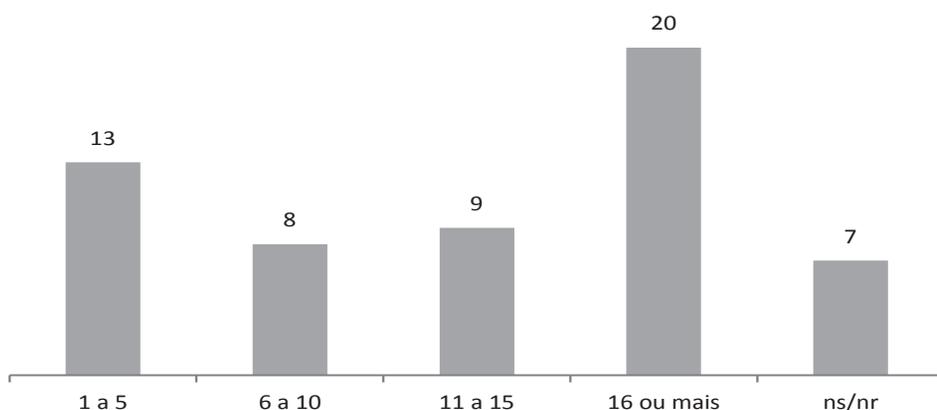
2.1. Percursos nos dispositivos de assistência social/sistema de proteção social e intensidade da relação

Como foi referido na Introdução, este segundo momento do Barómetro permitiu aprofundar algumas das dimensões de análise. Neste capítulo apresenta-se uma primeira aproximação ao percurso dos entrevistados nos dispositivos de assistência social/sistema de proteção social, concretamente a data de início do primeiro contacto nestes dispositivos, bem como o tipo de relação que foram mantendo: permanente, oscilante e pontual, apontando desde logo alguns dos sentimentos que emergem para aceder a apoios sociais e que mais adiante serão aprofundados na sua dimensão comparativa com 2011 (Capítulo 2.2.1).

Como se constatou na fase I do Barómetro, para a maioria dos entrevistados que acederam a habitação social, a perceção deste benefício não surge nos seus discursos como um apoio social, sendo geralmente encarado como o resultado do exercício do direito à habitação, sobretudo, quando tal acontece no contexto de realojamentos de bairros de barracas. Também com o recurso a apoios sociais à infância, à educação e à saúde se constatou que estes pareciam não implicar a aquisição do estatuto de “beneficiários”. No entanto, para identificar a data de início do primeiro contacto com os dispositivos de assistência social/sistema de proteção social, considerou-se todo o tipo de prestações/apoios sociais, independentemente da entidade à qual se recorre, ao passo que para caracterizar o tipo de relação excluíram-se as pensões de velhice, viuvez, de invalidez e de alimentos, bem como a habitação social por não implicarem, de uma maneira geral, um contacto direto com os dispositivos de assistência.

Dos 50 entrevistados que identificaram a data de início da relação com dispositivos de assistência social/sistema de proteção social, apenas 13 têm um contacto mais recente, não ultrapassando os 5 anos. Os restantes entrevistados tiveram o primeiro contacto há mais tempo, repartindo-se entre os 6 a 10 anos (8), 11 a 15 anos (9) e mais de 16 anos (20). Constata-se, assim, a presença de um número considerável de pessoas que independentemente da intensidade e durabilidade das suas necessidades teve há mais de 10 anos o seu primeiro contacto com dispositivos de assistência social/sistema de proteção social (29), revelando a ocorrência de situações de vulnerabilidade no passado, que na maioria das casos reproduzem situações de pobreza e exclusão social já vivenciadas pelos seus ascendentes.

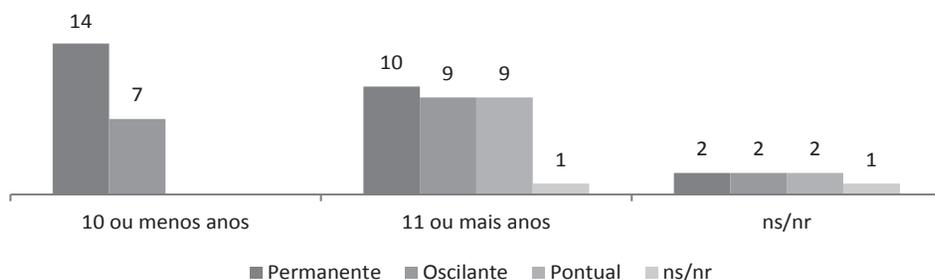
Gráfico 3 – Primeiro contacto com dispositivos de assistência social/sistema de proteção social



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A predominância entre os entrevistados de um primeiro contacto com os dispositivos de assistência social/sistema de proteção social há mais de 10 anos não pressupõe, contudo, uma relação prolongada com os dispositivos de assistência. Pelo contrário, tendencialmente são estes entrevistados que mantiveram uma relação pontual ou ao longo do seu percurso foram tendo uma relação oscilante.

Gráfico 4 – Intensidade da relação com os dispositivos de assistência social



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Estas duas variáveis – data do primeiro contacto e intensidade da relação com os dispositivos de assistência social – permitem traçar dois perfis de beneficiários que dão conta das causas das vulnerabilidades e da forma como as respostas sociais podem, em determinados momentos, ser cruciais para colmatar as necessidades sentidas ou, pelo contrário, revelar os desafios que a complexidade dos problemas sociais coloca no acionar de respostas mais ajustadas.

Quadro 38 – Perfis de entrevistados por data do primeiro contacto com dispositivos de assistência social/sistema de proteção social

10 ou menos anos (21)	11 ou mais anos (29)
Residentes em Santa Maria/S. Vicente	Marvila/Santa Clara
Até 35 anos	36-55 anos 65 ou mais anos
Tendencialmente mais escolarizados	Tendencialmente menos escolarizados
Desempregados, cuidadoras, trabalhadores pobres desafiados	Idosos, incapacitados
Pobreza oscilante	Pobreza persistente Exclusão intergeracional
Grau de coesão familiar: fraco médio	Grau de coesão familiar: bom
Intensidade da relação: permanente oscilante	Intensidade da relação: pontual
Balanço da situação económica (2011-14) – Mantém-se	Balanço da situação económica (2011-14) – Melhorou
Tipo de apoios: prestações substitutivas/complementares dos rendimentos; prestações familiares; géneros e frequência de equipamentos	Tipo de apoios: Pensões de velhice/invalidez; habitação social
Tipo de adesão: resistência/facilidade (2011-14)	Tipo de adesão: recusa/facilidade (2011-14)

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

2.1.1. Percursos longos e intensos de relação com os dispositivos de assistência

De facto, o Quadro anterior permite pôr em evidência que os entrevistados que tiveram o primeiro contacto há mais tempo não são necessariamente aqueles que mantiveram uma relação mais prolongada com o sistema. Dos 26 entrevistados que têm uma relação mais intensa, apenas 10 tiveram o primeiro contacto há 11 ou mais anos.

Encontram-se aqui os casos dos entrevistados que vão mantendo ao longo das gerações ciclos de pobreza intergeracional, tais como Abu, Anabela, Deolinda, Graça, Maria Celeste, Celina, Fátima, Joana, Júlio, Margarida, na maioria das situações com repercussões nas condições de vida dos seus filhos/netos. Apesar de apresentarem este traço comum – a intergeracionalidade da pobreza e da exclusão social – os perfis e percursos de vida destas pessoas permitem pôr em relevo diferentes racionalidades e disposições para a ação, evidenciando um primeiro retrato do papel das políticas públicas, mais adiante desenvolvido.

Tendo em consideração os casos aqui em análise, interessa desde logo chamar a atenção que devido à sua trajetória biográfica e à natureza das exigências do sistema socioeconómico, nem todas estas pessoas se podem inscrever numa lógica de ativação e é, neste sentido, que vemos surgir facetas diferenciadas do trabalho social que é desenvolvido, com maior ou menor eficácia, e que podem ser sistematizadas em dois tipos ideais (Soulet, 2007): um primeiro designado de trabalho social generativo, visando resolver um problema de estagnação e de aprisionamento nas armadilhas da assistência, numa lógica de promoção, e um segundo designado de trabalho social paliativo enfrentando o problema da de-socialização numa lógica de redução dos riscos.

Deolinda, com 55 anos e a residir na zona histórica de Lisboa, desde os 12 anos que a sua atividade profissional foi a venda ambulante, apenas interrompida no período em que esteve casada. Sem ter alguma vez realizado descontos para a segurança social, em 1998, é afastada desta atividade por um acidente de viação que a deixa incapacitada para o trabalho. Incapaz de prover o sustento do seu agregado familiar, restou-lhe o recurso aos apoios sociais, relativamente aos quais continua a sentir uma total dependência para a sua sobrevivência, uma vez que a filha não encontra trabalho. Embora não esteja muito otimista de que isto possa acontecer a curto prazo, contar com o salário da sua filha seria, nas suas palavras, o dia da sua “independência”:

“A gente não quer nada dado, a gente quer é trabalho porque a gente estar a pedir é uma vergonha para a gente também e a gente também se sente diminuídos, a gente também nos sentimos diminuídos, porque a minha filha se estivesse a trabalhar, com

a minha pensão dava para agente perfeitamente, não precisávamos, graças a Deus, de pedir nada a ninguém mas, e o trabalho? Não há trabalho... [Se deixasse de ter apoios] seria o dia da minha independência outra vez. E que não volte a precisar, que é isso que eu peço a Deus, que não volte a precisar. Mas da maneira que isto está não acredito. “ (Deolinda, 55 anos incapacitada, 2014)

Em 2011, Deolinda, a filha e dois netos subsistiam com o Rendimento Social de Inserção e os apoios sociais prestados por diferentes entidades (a renda e a medicação compartilhadas pela Santa Casa e os alimentos pela Associação Auxílio e Amizade). O período entre a data da primeira e da última entrevista permite constatar um agravamento da sua condição económica não só pela redução efetiva dos apoios, como pelos momentos em que o agregado familiar fica totalmente desprovido de prestações sociais: RSI cessado dois meses antes da atribuição da pensão de invalidez em 2013, o término do subsídio de desemprego da filha e a espera do deferimento de um novo processo RSI. Enquanto aguarda as respostas aos pedidos de habitação social, de RSI e de renovação do cartão de saúde, este agregado subsistia, à data da entrevista, com a pensão de invalidez no valor de 215€, atribuída em 2013, e com o apoio para medicamentos da SCML que apenas permitia comprar os da filha.

Anabela, depois de 30 anos a viver numa casa de 14 m², na freguesia de Santo Estêvão, sem casa de banho, com quatro filhos e o marido, tem o seu primeiro contacto com os dispositivos de assistência social em 1993, quando o marido se apercebe que alguns dos seus vizinhos estavam a beneficiar do processo de requalificação do bairro de Alfama. A família acede a uma casa na freguesia vizinha de S. Miguel, mas que trouxe consigo outro tipo de problemas, pois iniciam um processo de endividamento para a compra da mobília e equipamentos domésticos, que lhes valeu um encargo mensal elevado (860€) face aos rendimentos disponíveis. Este afastamento prolongado dos serviços de assistência era, em 2011, avaliado por Anabela como uma das causas que tinha contribuído para a sua situação, pois esta poderia não ter tomado dimensões tão drásticas, sobretudo, em termos das dívidas. De facto, à data da primeira entrevista, Anabela fazia uma avaliação bastante positiva da relação que mantinha com a técnica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sobretudo, pela sua importância na identificação da causa dos seus problemas, no incentivo à elaboração de projetos de vida e no reforço positivo para Anabela potenciar as suas competências. O trabalho social generativo que foi desenvolvido concretizou-se no ingresso de Anabela no sistema de ensino e no encaminhamento para tratamentos de saúde, nomeadamente ao nível da estomatologia e da obesidade, obstáculos que se colocavam para o ingresso no mercado de trabalho, após o período de cuidadora dos filhos. O restabelecimento da confiança em si, requisito fundamental à vinculação e à formação da sua capaci-

dade de agir, que se registava em 2011, foi no entanto abalado na sequência de uma alteração das suas condições, que provocou uma redução dos apoios monetários e em género e da alteração da lógica do acompanhamento social, tanto pela SCML como pela Associação Auxílio e Amizade (AAA), impedindo Anabela de revelar a sua credibilidade face aos outros. Os excertos do seu discurso nos dois momentos de recolha de informação são bem ilustrativos dos impactos identitários que este tipo de alterações pode ter:

“Neste momento, vou ficar agradecida para toda a vida a essas pessoas que me apoiam porque se não fossem elas não teria conseguido mas depois vou fazer tudo por tudo para que as pessoas se sintam, sintam que ajudaram uma família que realmente valeu a pena, que se sintam que nos ajudaram e que nós vamos retribuir com o nosso sucesso depois. O sentir que ajudaram pessoas que lutaram e que vão lutar sempre para que não aconteça novamente, e para que depois sintam ou, neste caso, se arranjasse, que foram uma ponte de partida para que essa família fosse reestruturada e que sentisse um êxito.” (Anabela, 44 anos, cuidadora, 2011)

“Eu cbegava muitas vezes a pensar que íamos conseguir organizar a nossa vida. Os miúdos saindo de casa íamos ter mais possibilidades de evoluir na vida. Não foi o caso” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

“Um pobre tem certos anos de ser pobre. Depois, a partir daí já não tem mais, já não tem direito! Estavam fartos já de ajudar o pobrezinho. Como a nossa família não evoluiu ao ponto de nos deixarem de ajudar, fartaram-se (...) Aqueles amparos que a gente ainda tinha. É como se estivéssemos a ser amparados e de um momento para o outro tirassem os braços e a gente caiu completamente. Tanto eu como o meu marido sofremos muito. Foi muito mau. Ainda sofremos fome. Mas a fome não é o importante. O importante mesmo é o apoio psíquico. Mesmo não tendo, a gente sentia que tinha alguém que nos podia ajudar nessa altura. E foi quase um desamparo da vida de um pai, de uma mãe, de tudo.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

As alterações identificadas parecem estar relacionadas com o pedido de insolvência realizado em 2013 e que fez reduzir o encargo mensal às entidades credoras para 200€, levando a SCML a cessar o subsídio eventual de 250€. Também o apoio à alimentação fornecido pela AAA foi cessado por terem recorrido ao Banco Alimentar e com esta alteração reduziu-se a frequência e a quantidade dos géneros fornecidos e o apoio à medicação do marido, mas sobretudo perdeu-se o suporte emocional que alguns técnicos da associação davam a esta família.

“Eu sofri um bocadinho, chorei, porque eu era muito amiga das pessoas da Associação. Estávamos a ser ajudados já há bastantes anos. Se calhar acharam que já era um hábito nosso, que a gente já não merecia, que nos acomodámos com a ajuda deles.

Não foi o caso. Eu, quanto menos precisar de ser ajudada, melhor. Sempre disse lá na Associação: mal tenha oportunidade de melhorar um bocadinho a minha vida eu não quero a vossa ajuda, porque se calhar quando eu tiver mais, haverá pessoas com muito mais prioridade do que eu. Sempre batalhei neste assunto e sempre mostrei a eles que não era uma acomodação, era mesmo uma necessidade.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

O caso de Abu pode também ser recuperado porque ilustra como num caso mais extremo de pobreza intergeracional se conseguiu manter, entre os dois momentos de inquirição, as medidas que evitam o desprendimento da vida social, e foi possível reconstruir a confiança pessoal e a credibilidade em si face aos outros. A semelhança com o caso de Anabela decorre da forma como emerge também no seu discurso a necessidade de revelar que a aposta que o sistema fez nele valeu a pena e o facto de ter tido acesso a uma vida com maior dignidade exige agradecimento. Relembre-se que Abu saiu da Guiné-Bissau aos 9 anos para vir viver com uns tios. Aos 22 anos e com o 9º ano completo, vai para o Alentejo trabalhar na construção civil. Emigrou para Inglaterra seguindo um primo e trabalhou numa fábrica de carnes e numa loja de eletrodomésticos. Por conselho de um ‘astrólogo’ viu-se enredado num esquema de correio de droga que o levou a cumprir pena em Londres. Foi sem-abrigo nesta cidade e percorreu alguns centros de acolhimento. Acabou por ser deportado para Portugal e passou uns tempos entre a rua e albergues, incapaz que era de ativar a rede com os tios que o criaram. A esquizofrenia e a condição de sem-abrigo levam-no a ter acompanhamento psicológico e a ser referenciado para o programa Casas Primeiro, do qual é beneficiário desde Fevereiro de 2011. Complementarmente, recebe RSI, apoio para medicação da SCML, alimentos do Banco Alimentar e das carrinhas.

“Quando me deram esta casa, fiquei contente. Fiquei mais do que contente. Então, achei que tinha que ter um emprego, tinha que regressar ao meu passado e tentar reconstruí-lo de novo, porque é uma oportunidade e acho que uma oportunidade dessas só para agradecer, entre aspas. E acho que também aumentou mais a minha fé... é para nos mostrar que somos alguém e que devemos ser úteis aos outros.” (Abu, 37 anos, desafiado, 2014)

O reconhecimento positivo que o acesso a estes apoios teve na sua vida não apaga o desejo de encontrar um trabalho compatível com o seu problema de saúde, pois como refere aumentaria a sua autoestima e não se sentiria um inútil. No fundo, para Abu poder contar com um trabalho que conseguisse realizar e ter um salário seria uma forma de não “acabar por entrar na mama”. O discurso de Abu em 2014 revela, no fundo, uma das dimensões do trabalho social paliativo que conduziu a uma interrogação sobre si mesmo e sobre o seu papel no mundo. No entanto, este processo não é isento de riscos, pois

como diz Soulet “com frequência, a capacidade energética deste trabalho sobre si próprio é demasiado destrutiva” (Soulet, 2007: 19). Alguns sinais são evidenciados: maior consciência do seu problema de saúde e do seu nível de vida, embora mantenha um padrão de rendimentos semelhante a 2011, em 2014 considera que a sua situação económica piorou e passa a ver-se como uma pessoa pobre.

2.1.2. Primeiro contacto precoce, mas com relação pontual

Apesar do padrão de vulnerabilidade que se prolonga ao longo do tempo e onde se torna difícil encontrar portas de saída, são sobretudo os residentes em Marvila/Santa Clara, tendencialmente com idades entre os 36 e os 55 anos ou com mais de 65 anos e com um grau de coesão familiar globalmente mais positivo que têm tido uma relação pontual com os dispositivos de assistência (somando 9 do total de 11 casos com este tipo de relação). São também estes entrevistados que embora beneficiando de pensões de velhice/invalidez e de habitação social, mais tendem a recusar aderir a certos apoios sociais.

Concorre para esta relação mais pontual os casos de entrevistados que acederam a habitação social no contexto do Programa Especial de Realojamento ou através dos realojamentos que ocorreram nos anos 80 na cidade de Lisboa e que ao longo do seu percurso de vida foram conseguindo manter de uma forma relativamente estável as suas condições de vida. De facto, os 9 entrevistados com uma relação pontual e que iniciaram o primeiro contacto há mais de 10 anos todos residem em habitação social²⁶ e mesmo estando a passar por algumas dificuldades económicas vão resistindo, ou mesmo recusando, em dar início a uma carreira de assistido. Efetivamente, do total dos 7 entrevistados que recusam recorrer a apoios sociais, 6 (Anália, André, Ilda, Maria da Graça, Mariana e Marisa) estão entre aqueles que marcaram o seu primeiro contacto com os serviços há 11 ou mais anos. São pessoas que se mantêm ativas do ponto de vista profissional (Ilda, Maria da Graça, Marisa) ou que por motivos de idade ou de saúde deixaram de poder trabalhar (Anália, André e Mariana).

André é um dos casos paradigmáticos desta situação, pois apenas em dois momentos muito distintos do seu ciclo de vida beneficiou das políticas sociais: no início dos anos 80, na sequência do realojamento do Bairro Chinês para o Bairro das Salgadas, em Marvila e, mais recentemente, em 2013, após um período de hesitação, acaba por requerer antecipadamente a pensão de velhice. Com uma pensão de 252€, André vai vendendo alguns dos seus bens, recusando qualquer tipo de aproximação a outro tipo de prestações sociais:

²⁶ Álvaro, Anália, André, Ilda, Julieta, Maria da Graça, Mariana, Marisa, Teolinda.

“Enquanto eu tiver forças não vou tirar dinheiro que se calhar é preciso para outras pessoas.” (André, 64 anos, idoso, 2014)

Também Maria da Graça, 56 anos e a trabalhar numa empresa de limpezas a tempo parcial adota o mesmo tipo de discurso da justiça social, apesar de reconhecer a impossibilidade de poder contar com um rendimento mensal mais elevado, por não conseguir realizar grandes esforços físicos:

“Há coisas que eu preciso, sim senhor, mas eu acho que há pessoas que precisam mais do que eu. Que não têm nada, ela já me perguntou, já dei entrevista para ela sobre isso e eu disse, eu tenho que sair para batalhar para o trabalho, não vou ficar à espera, eu não gosto. Qualquer dia que eu precise, eu sei que eu tenho, mas agora ainda por enquanto, eu vou andando.» (Maria da Graça, 56 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Recorde-se que já em 2011, Maria da Graça referia ter problemas ósseos e musculares. No entanto, e apesar da persistência e agravamento dos seus problemas de saúde, estes não foram reconhecidos para a atribuição da pensão de invalidez requerida em 2012. A viver com a filha, estudante universitária, e com o filho recentemente regressado de uma experiência migratória, numa casa de habitação jovem a que se candidatou antes de emigrar para França, reconhece que caso a filha não auferisse uma bolsa de mérito para frequentar a universidade, possivelmente já teria deixado de estudar.

Ao discurso da justiça social junta-se o da necessidade de distinção face a medidas conotadas negativamente, como o RSI, mesmo quando já se esteve na condição de beneficiária. Este é o caso de Ilda, com 44 anos, que tendo ultrapassado um momento crítico da sua vida, marcado pela toxicod dependência, prostituição e separação de 4 filhos, recusa atualmente voltar a requerer esta prestação, pois considera-se uma mulher “cheia de ideias, projetos e dinâmica”. Em 2011, Ilda relatava como lutou para poder recuperar o quarto filho, ter acesso a uma casa e ao RSI. Passados três anos, e após o apoio pontual que teve, conta com a pensão de viuvez, o fundo de garantia de alimentos devido a menores e dos rendimentos do trabalho de limpezas a tempo parcial.

2.1.3. O contacto mais recente com o sistema

Entre os 21 entrevistados que tiveram o primeiro contacto com dispositivos de assistência social/sistema de proteção social há 10 ou menos anos, a maioria iniciou este contacto há 5 ou menos anos (13). Tendencialmente, estas pessoas residem na zona histórica de Lisboa, cujo percurso de vida é pautado por situações de pobreza oscilante ou acidental, fruto de entradas e saídas do

mercado de trabalho, de inserções laborais precárias ou de momentos críticos nas suas vidas, pessoais e/ou familiares, que os empurraram para situações de maior fragilidade.

Aqueles que mantêm uma relação mais permanente com os dispositivos de assistência são, maioritariamente, os casos das pessoas que por motivos de saúde, de idade ou de terem de cuidar de familiares se encontram afastadas da esfera do trabalho. Entre as 8 pessoas, do total de 14 entrevistados que mantêm uma relação mais intensa e que iniciaram o seu percurso mais recentemente, encontram-se os casos de Almerinda e Ramiro (desafiados), Amélia (cuidadora), Antero, Gonçalo, Maria Júlia, Natália e Rute (idosos). Os restantes 6 entrevistados – Alda, Roberto e Valentina (trabalhadores pobres), Márcia, Paula e Pedro (desempregados) - estão em plena idade ativa e sem qualquer limitação pessoal que os impeça de trabalhar.

Entre este primeiro grupo de entrevistados encontramos potenciais candidatos a uma relação longa, ainda que alguns revelem alguma esperança de poder um dia deixar de beneficiar de alguns dos apoios que atualmente auferem.

Amélia é um dos casos que sentiu vergonha de requerer RSI quando ficou grávida do segundo filho e já não vivia com o então companheiro. Depois de se ter voltado a casar, deixou de receber o RSI, devido aos rendimentos auferidos pelo trabalho do marido (700€). Apesar de metade do salário ser canalizado para a renda de casa, Amélia diz que preferiu casar-se a manter de forma encoberta a sua situação de mãe solteira. Na altura da segunda entrevista, o marido encontrava-se em Inglaterra a trabalhar, enviando-lhe mensalmente o dinheiro que conseguia poupar, residindo Amélia com a sua irmã e respetivos filhos e recorrendo ao apoio alimentar, ao qual teve facilidade em aceder, pois como refere “Vergonha é roubar e ser apanhado”. Entre os dois momentos de inquirição, Amélia conseguiu um trabalho temporário, no entanto, os encargos familiares (consultas com os filhos, horários escolares...) impedem-na de aceitar qualquer tipo de trabalho, continuando a ser um caso que põe a descoberto como a debilidade de estruturas de apoio à família não lhe permite libertar-se de todas as suas responsabilidades parentais e ingressar no mercado de trabalho. Apesar de reconhecer os constrangimentos com que se depara na sua vida quotidiana para gerir a vida dos seus três filhos, Amélia demarca-se de uma vida dependente dos apoios sociais:

“Não me devia estar a queixar da vida senão era mal-agradecida, acho eu. Há pessoas que não têm nada. Tenho com que sobreviver, não posso estar a reclamar muito.”
“Para começar devia ter um apoio do Estado. Mas também não gosto de me estar a colar ao Estado. Há pessoas que sobrevivem sem apoio do Estado. E não podemos estar sempre a culpar o Estado e a dizer que o Estado tem sempre que ajudar. Eu acho

que nós também temos que fazer por isso. Trabalhar. Se os outros têm eu também sou capaz de ter. Mas a renda é sempre um peso. Se calhar para começar a vida, um apoio sim. Mas depois a pessoa tem de ser independente. Deixar de ter o apoio do Estado e conseguir ter um trabalho e ordenado para se conseguir manter na vida. O Estado não é obrigado a ajudar a vida toda.” (Amélia, 34 anos, cuidadora, 2014)

De referir, no entanto, que um dos seus projetos de vida passa por se juntar ao marido em Inglaterra, pois adquiriu recentemente a nacionalidade portuguesa. Uma forte motivação para emigração prende-se, sobretudo, com a facilidade em aceder a apoio à habitação naquele país, tal como lhe vão relatando as amigas que iniciaram uma experiência migratória:

“Tenho muitas amigas que emigraram. Quase tudo o que tem filho foi para Londres. A maioria. Pelo menos 3. Pessoas com quem tirei o curso de cozinha e tudo. E dizem: tu com três filhos o que é que estas aqui a fazer? Elas vêm cá muito a Portugal. Elas nem há um ano estão lá e já vêm de férias. Eu estou aqui e não consigo ir de férias. Por isso é que me leva a querer emigrar. Elas nem há um ano estão e já estão aqui de férias. Dizem que só fazem um part time e já vão de férias. Eu estou aqui com os três e não vou de férias. Se calhar também tenho que ir. Disseram que quando chegam e a pessoa tem um filho o Estado é que paga o quarto ou ajuda. Elas só fazem um part time e com os abonos conseguem manter-se muito bem.” (Amélia, 34 anos, cuidadora, 2014)

Gonçalo é um dos casos que teve o primeiro contacto com os dispositivos de assistência social num período mais recente (2010) e que dificilmente vai poder deixar de beneficiar dos apoios até agora auferidos. Comparativamente com os restantes entrevistados, apresenta um percurso profissional mais qualificado, embora instável e na sua maioria sem contribuições para a Segurança Social: professor de matemática, empresário do sector metalúrgico, engenheiro de minas e cozinheiro que lhe foi permitindo ter uma vida sem privações. O divórcio surge como um momento crítico na sua vida, na sequência do qual enveredou por um percurso de alcoolismo. Depois de uma estadia no Algarve, com 68 anos regressa a Lisboa, para junto dos filhos, pois pensava que o problema diagnosticado nos pulmões seria mais grave. Apesar das relações com os seus familiares não serem muito favoráveis foi contando com o seu apoio até ter acesso à pensão de velhice e ao Complemento Solidário para Idosos, cujo valor referenciado em 2014 era de 230€ e de 150€, respetivamente. É neste contexto que recorre ao centro de dia de S. Cristóvão e São Lourenço, onde para além de frequentar algumas atividades toma as suas refeições diárias. Sem estes apoios Gonçalo, atualmente com 72 anos e com a consciência de que dificilmente possa encontrar trabalho, refere que “talvez estivesse a arrumar carros.”

Almerinda, com 48 anos, começa a trabalhar aos 16 anos para ajudar o orçamento familiar, nunca tendo aprendido a ler ou a escrever. Aos 20 anos casa-se e tem 2 filhos. Separa-se e os filhos são entregues a uma tia com quem ainda vivem. Com 25 anos inicia uma nova relação conjugal e trabalha numa empresa de limpezas. Com este companheiro tem 3 filhos. Reestruturações na empresa onde trabalhava obrigam-na a sair e problemas conjugais e económicos suscitam a intervenção do tribunal e retirada dos filhos que são institucionalizados. Em 2011 vivia na mesma casa que o marido, mas já estava separada há 12 anos, e recebia RSI desde 2007. A saída desta casa a que se seguiu um período de vivência na rua e de cessação do RSI, por falta de comparência a uma entrevista no Centro de Emprego, conduzem Almerinda a frequentar um albergue. Apesar do contacto regular com a técnica de serviço social da SCML e de estar inscrita para habitação social há cinco anos, foi-lhe negado um subsídio eventual para pagar um quarto. Sem qualquer rendimento, subsiste com o apoio de familiares e amigos, referindo ter dificuldade de encontrar emprego por viver num albergue. Perante a cessação do RSI refere como se sentiu naquela altura:

“Olhe, desaparecer e não aparecer mais. Porque uma pessoa sem isso vive de quê? De nada! Hoje vem uma paga-me um café, amanhã vem outra paga-me outro.”
(Almerinda, 48 anos, desafiliada, 2014)

Ramiro, desafiliado e ex-beneficiário das Casas Primeiro, atualmente vive num quarto pago pela SCML e recebe 168€ de RSI. Embora a sua relação com os dispositivos de assistência se tenha mantido, desde 2010, de forma permanente, gostaria de encontrar um trabalho adequado à sua incapacidade e não depender do RSI para o resto da vida:

“Eu gostava de manter o meu tempo ocupado. Eu sinto uma grande tristeza de não ter nada para fazer. Parece que fico com o meu coração a explodir. [E espera algum dia vir a trabalhar?] Espero. Eu sinceramente espero porque eu não posso ficar a depender do Rendimento Mínimo para toda a vida.” (Ramiro, 34 anos, desafiliado, 2014)

Estes quatro casos ilustram como os fatores da idade (elevada, mas com aptidão para trabalho), as responsabilidades parentais e a multidimensionalidade das situações de pobreza e exclusão social colocam desafios aos serviços de assistência na sua articulação com políticas ativas de emprego e de família que permitam romper com potenciais percursos longos de assistência e procurar alternativas à solução de “equilíbrio assistido”, que tende a limitar as oportunidades de diversificação das experiências de inserção laboral e de valorização de competências.

Entre os casos dos trabalhadores pobres que iniciaram o seu percurso nos dispositivos de assistência há menos tempo, mas cuja intensidade da relação é mais duradoura, encontram-se as situações de Alda, Roberto e Valentina, cujos rendimentos provenientes do trabalho não se revelam suficientes para fazer face às necessidades quotidianas e cujo contacto mais recente acontece por se ter conseguido ultrapassar a barreira da resistência em aderir a apoios (Alda e Valentina) ou por se ter terminado cursos de formação profissional que não garantiram o acesso a um trabalho estável e com um nível de rendimentos que impedisse a condição de beneficiário de RSI (Roberto).

Alda embora tenha realizado várias conquistas ao longo do seu percurso de vida, demarcando-se do passado de exclusão social que tinha vivenciado na sua infância, nomeadamente por ter concluído o 12º ano e trabalhar a tempo inteiro num supermercado, o seu salário é insuficiente para garantir o sustento do seu agregado familiar. A viver com dois filhos que se encontravam desempregados, Alda tem mostrado muita resistência em aceder a apoios sociais: o desconhecimento dos direitos e o sentimento de vergonha surgem como dois aspetos que tendem a impedir esta mulher de melhorar as suas condições de vida: não está isenta da taxa moderadora para acesso a cuidados de saúde, pois não acredita que tenha direito, dado receber um salário superior ao ordenado mínimo (550€); pediu uma vez apoio para a renda de casa na Junta de Freguesia e à não resposta institucional correspondeu o seu silêncio; perante a insistência da associação que lhe fornece os alimentos sobre as suas necessidades, tenta mostrar que não precisa de nada. Pagando uma renda de 400€ e subsistindo com algum apoio de alimentos e do dinheiro que por vezes a mãe lhe empresta, Alda descreve o seu relacionamento com a referida associação:

“Também me custa lá ir dizer a situação em que estou, também tenho vergonha. Perguntam-me: ‘- Você precisa de alguma coisa?’ E eu tenho vergonha de pedir, está a ver? Eu digo: ‘- Não. Está tudo bem, está tudo bem’. Como eu digo, gostava de arranjar as minhas coisinhas, a minha casinha, gostava de fazer, gostava, mas são coisas que eu... as camas dos miúdos estão a cair de maduras, e eles às vezes perguntam-me: ‘- Precisa de alguma coisa?’ E eu tenho vergonha de pedir. Aí é que eu digo que as pessoas quando precisam, têm vergonha, encolhem-se, têm vergonha. Pronto, o que é que a gente há-de fazer?” (Alda, 51 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Entre os entrevistados que têm uma relação mais oscilante com os dispositivos de assistência e que tiveram o primeiro contacto há 10 ou menos anos encontramos 7 casos. À exceção de César (desafiliado), todos os restantes são desempregados (Filipa e Olegário) ou trabalhadores pobres (Camila, Miguel, Vasco, Verónica). Na origem deste tipo de relação encontram-se diferentes fatores que apontam para diversas racionalidades na gestão das estratégias de

sobrevivência na sua relação com os dispositivos de assistência. No entanto, na base do recurso à assistência social, e para a maioria dos casos aqui citados, encontram-se alguns eventos críticos que desorganizam o equilíbrio entre necessidades e recursos dos indivíduos e mais uma vez emerge a justiça social nos seus discursos, como fundamento para não se aceder a determinados apoios:

- Filipa com a morte da sogra de quem cuidava e com a consequente perda da casa onde habitava e da sua pensão de velhice, vê-se forçada a requerer RSI. No entanto, embora a prestação no valor de 260€ não seja suficiente para cobrir todas as despesas, mesmo assegurando o filho o pagamento da renda de casa, Filipa recusa-se a pedir apoio para aceder a alimentos:

“A partir do momento em que eu sai da zona, da Sé, deixei de... quer dizer cancelei o apoio dos alimentos. Porque era ridículo, para mim era ridículo mesmo, estar a viver numa casa que eu sei que não sou eu que pago mas não interessa, o meu filho paga quatrocentos e cinquenta euros por mês, estar a pedir apoio alimentar e sei que há pessoas que estarão com certeza pior do que eu. Daí ter cancelado o pedido de apoio. Vou-me desenrascando.” (Filipa, 59 anos, desempregada, 2014)

- Verónica cuja instabilidade das relações laborais tem sido uma constante do seu percurso profissional, bem como do seu marido, não vê outra solução senão aceitar a sugestão da assistente social e voltar a requerer RSI. Apesar de ter conseguido encontrar trabalho numa empresa de limpezas, o marido continua desempregado e os 300€ de salário revelam-se insuficientes para cobrir as despesas de um agregado familiar de quatro pessoas. É nesse sentido, que Verónica assume:

“Vou voltar a pedir. Porque tenho muita despesa. Eu não queria, porque há pessoas que ainda estão muito piores do que eu. Com este trabalho que a minha chefe me arranjou em Março eu não queria. Mas é que ao menos aquele sei que é certinho mas este não sei. E a assistente social disse que eu tinha de pedir, nem que fosse por uns meses. Na situação em que nos encontramos, nem que seja 200€ já é uma ajudinha. Vou tratar do cartão do cidadão à minha mais velha e depois vou tratar do RSI.” (Verónica, 27 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Se alguns dos casos revelam como as entradas e saídas do sistema estão relacionadas com inversões de situações e com determinadas trajetórias de pobreza e vulnerabilidade, existem outros entrevistados cujo percurso de relação oscilante com a assistência parece estar mais marcado pelas entradas e saídas

de medidas, como RSI, em que a lógica da contrapartida imposta, nem sempre corresponde às expectativas dos seus beneficiários. Camila ilustra bem um destes casos, pelo menos pelas razões que aponta para a prestação do RSI ter sido cessada em Abril de 2013. Com 57 anos e tendo melhorado o seu estado de saúde após o Acidente Vascular Cerebral, esta entrevistada começou a realizar alguns trabalhos esporádicos (cuidadora de idosa, engomadeira, empregada de limpezas) para colmatar a diminuição e depois a cessação do RSI, não se imaginando a ingressar no sistema de ensino ou a frequentar um curso de formação profissional:

“Entretanto recebi uma carta do fundo de desemprego para ir lá. Eu fui lá. Queriam que eu fosse para uma escola. Eu disse (para tirar um curso), eu disse que não ia. Não ia porque primeiro, tenho a minha neta. Segundo, eu tenho aqui uma velhota, que vou levanta-la, vou dar o pequeno-almoço, vou vesti-la. Depois tinha que ir à hora do almoço dar o almoço porque a Santa Casa é que leva o almoço mas tem que se dar... Depois vou à noite. Praticamente, a minha vida é aqui em casa ou aqui perto porque não posso sair daqui. Depois tenho que ir levar a minha neta à escola, tenho de ir buscar a minha neta, e essa coisa toda... E eu disse que não. Não me disseram nada Entretanto, telefonei lá para a Segurança Social... aí, a Senhora está no computador, desde Abril até agora... Tem de esperar... Devia ter sido, como eu recusei ir para a escola.” (Camila, 58 anos, trabalhadora pobre, 2014)

As diferenças registadas face à intensidade da relação com os dispositivos de assistência social para além de estarem muito condicionadas pelo perfil de entrevistados - pertencerem ou não à esfera do trabalho – revelam também como a personalização do acompanhamento e o nível de apoio disponibilizado se reflete na qualidade das medidas de ativação. Como teremos oportunidade de aprofundar mais adiante (cf. Capítulo 2.2.1.), a recusa ou resistência de aderir aos dispositivos de assistência decorre, sobretudo, de uma demarcação identitária face aos “indivíduos por defeito”, tal como foram designados por Castel (2009), ou seja, daqueles que experimentam a dificuldade e impotência de se realizarem enquanto indivíduos. Acreditando nas suas capacidades para encontrarem o seu próprio caminho demarcam-se daqueles não conseguem por si só ultrapassar a multiplicidade de problemas que afeta as suas vidas. E é aqui que vemos aparecer uma das dimensões positivas do acompanhamento social, que disponibiliza a ajuda certa no momento crítico e cujo rosto e suporte dado se assumem como o principal elo de ligação destes indivíduos à sociedade.

2.2. Presente e gestão da privação

Tal como em 2011, os entrevistados recorreram a quatro tipos de estratégias – institucional, solidária, autonomizante, hipotecada – para solucionar momentos de necessidade aguda²⁷. A comparação entre 2011 e 2014 permite-nos concluir que não existem alterações significativas no tipo de estratégias postas em prática pelos indivíduos. No entanto, o número de estratégias acionadas em simultâneo aumentou.

Os indivíduos convocam a **estratégia institucional** quando recorrem às instituições em busca de apoios diversos – pecuniário, habitação, saúde, educação e géneros (alimentos, mobiliário, eletrodomésticos e roupa)²⁸. É notório como o apoio institucional assume uma grande centralidade na vida destas pessoas²⁹ e como o recurso a este tipo de apoios se conjuga com uma diversidade de outras estratégias. Quase todos os entrevistados recorriam ao apoio institucional em 2011 (52/57). Em 2014, 6 destas pessoas deixaram de acionar este apoio – Mariana (idosa), Jerónimo e César (desafiliados), Álvaro e Rita (trabalhadores pobres); por outro lado, 2 sentiram-se obrigadas a recorrer a esta estratégia – Celestina e André (idosos). O que motiva uns a desvincularem-se das instituições e de outros a se aproximarem para satisfazerem algum tipo de necessidade é o que procuraremos desenvolver no ponto 2.2.1.

A **estratégia solidária** consiste na mobilização de recursos materiais, sociais e emocionais através das redes de relações sociais e familiares. Em 2014 o recurso a esta estratégia aumentou de 46 para 50 pessoas; ao passo que 4 pessoas que contavam em 2011 com algum tipo de apoio de amigos, vizinhos e/ou família referem que em 2014 não usufruem mais desse recurso. São eles, Albano (incapacitado), Miguel (trabalhador pobre), Jerónimo (desafiliado) e Paula (desempregada). Por outro lado, 8 pessoas em 2014 tiveram a necessidade, ou a oportunidade, de beneficiar do apoio por parte da sua rede social e familiar, são eles: Rute, Maria Júlia, Joana e Aura (incapacitadas), Fátima (idosa), Margarida (desempregada), Amélia e Celina (cuidadoras informais). Em síntese, verifica-se que, por um lado, os indivíduos que passaram a recorrer a apoios informais são mais do que aqueles que deixaram de o fazer e, por outro lado, este recurso é transversal a todos os perfis, assumindo particular importância em 2014, em detrimento da estratégia institucional. Os detalhes do recurso a esta estratégia serão desenvolvidos no ponto 2.2.2.

²⁷ As designações destas estratégias recuperam a tipologia utilizada num estudo anterior (Castro e Guerra et al., 2010: 89-90) e também utilizada na Fase I do Barómetro. De referir que a designação do conceito de estratégia tem implícita a ideia de ação.

²⁸ Contempla-se aqui o acesso a medidas de garantia de rendimentos no âmbito dos regimes de proteção social, de cidadania e previdencial, bem como os apoios económicos e materiais atribuídos pela rede de assistência pública ou privada.

²⁹ Importa ter em conta que a grande maioria das pessoas entrevistadas foram indicadas em 2011 por instituições que lhes prestavam algum tipo de apoio, o que poderá justificar a elevada proporção de entrevistados que recorrem a este tipo de estratégia.

A **estratégia autonomizante**, ou seja, a procura de, por meios próprios, fazer face às situações de necessidade aguda é, em 2014, um recurso convocado por 32 das 57 pessoas, sendo que para 8 esta é uma nova estratégia face a 2011 – Olegário, Márcia e Anabela (desempregados), Marisa (trabalhadora), Celina (cuidadora informal), Maria Celeste (incapacitada) e Vasco e Camila (trabalhadores pobres). Por oposição, 2 pessoas que em 2011, procuravam autonomamente solucionar a sua condição de necessidade deixaram de o fazer – Ramiro (desafiliado) e Dália (incapacitada). Como se verifica, o número de indivíduos que passou a procurar autonomamente uma forma de aumentar os seus rendimentos é significativamente superior face àqueles que deixaram de o fazer. Como se operacionaliza este recurso e que motivações estão na sua génese são os objetivos do ponto 2.2.4.

Finalmente, em 2014, 10 pessoas juntam-se às 12 que já em 2011 recorriam a pequenos empréstimos junto de vizinhos, amigos, família ou outros para, sem alternativa à vista, resolver as situações imprevistas que lhes surgem (**estratégia hipotecada**). Os novos casos são: Julieta, Verónica, Paulina e Alda (trabalhadoras pobres), Celina (cuidadora), Dália e Rute (incapacitadas), Lilianna, Pedro e Sofia (desempregadas). Que condicionantes justificam esta estratégia é o propósito do ponto 2.2.3.

Quadro 39 –Número de entrevistados segundo o tipo de estratégia de gestão da privação e ano (nº e %)

Estratégia de gestão da privação	2011		% de Casos	2014		% de casos
	N	%		N	%	
Institucional	52	38,2%	91,2%	48	31,6%	85,7%
Solidária	46	33,8%	80,7%	50	32,9%	89,3%
Autonomizante	26	19,1%	45,6%	32	21,1%	57,1%
Hipotecada	12	8,8%	21,1%	22	14,2%	39,3%
Total	136	100,0%	238,6%	152	100,0%	271,4%

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Quadro 40 – Evolução do número de entrevistados entre 2011-2014 por tipo de estratégia de gestão da privação (n°)

2014 2011		Institucional		Autonomizante		Solidária		Hipotecada	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Institucional	Sim	46	6						
	Não	2	3						
Autonomizante	Sim			24	2				
	Não			8	23				
Solidária	Sim					42	4		
	Não					8	3		
Hipotecada	Sim							12	0
	Não							10	35

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

2.2.1. A estratégia institucional e as disposições na adesão à condição de assistido

Quando se analisa o tipo de adesão a prestações e benefícios assistenciais tem-se em consideração a perceção por parte dos entrevistados do que é adquirir o estatuto de “beneficiário”, ou seja, aceder a algumas das medidas de garantia de rendimentos no âmbito dos regimes de proteção social de cidadania e a apoios económicos e materiais atribuídos por via da rede de assistência social seja ela privada ou pública. Embora para a análise da adesão se contemple apenas estes dois domínios, quando se trata de compreender as estratégias institucionais que são convocadas e o tipo de apoios auferidos inclui-se também as prestações do sistema previdencial³⁰, tendo sempre por referência as pessoas que integram o Painel do Barómetro, ficando deste modo excluídos os restantes elementos que compõem o agregado familiar³¹.

³⁰ Embora se considere os dois sistemas - proteção social de cidadania e previdencial – é relativamente ao primeiro que as pessoas mais se manifestam quando se trata de falar da forma como aderem e acedem aos apoios previstos. Importa clarificar o que inclui cada um destes sistemas: ao *sistema de proteção e cidadania* compete: i) a efetivação do direito a mínimos vitais dos cidadãos em situação de carência económica; ii) a prevenção e a erradicação de situações de pobreza e de exclusão; iii) a compensação por encargos familiares; iv) a compensação por encargos nos domínios da deficiência e da dependência. Englobando três subsistemas: i) o de Ação Social concretiza-se nos seus principais objetivos, através de serviços e equipamentos sociais; programas de combate à pobreza, disfuncção, marginalização e exclusão social; atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em condições de excecionalidade e prestações em espécie; ii) o de Solidariedade abrange um conjunto de eventualidades (ex.: invalidez, velhice, morte, insuficiência de rendimentos...) e de situações de compensação social ou económica em virtude de insuficiências contributivas ou prestacionais do sistema previdencial (ex.: RSI, CSI pensões sociais, subsídio social de desemprego...); iii) o de Proteção Social assegura a compensação de encargos familiares quando ocorrem determinadas eventualidades (encargos familiares no domínio da deficiência e da dependência). O sistema *previdencial* garante prestações substitutivas de rendimentos de trabalho das pessoas com carreira contributiva, nas seguintes eventualidades: doença; maternidade, paternidade e adoção; desemprego; acidentes de trabalho e doenças profissionais, velhice e morte (in Lei de Bases da Segurança Social, lei 83-A/2013, de 30 de Dezembro)

³¹ Uma análise mais detalhada das fontes de rendimentos dos agregados familiares que integram o Painel pode ser consultada no Capítulo 1.4.

A inquirição em dois momentos distintos (2011 e 2014) sobre a disposição das pessoas para requerer apoios que suprissem as suas necessidades permite detetar algumas *nuances* na forma como este percurso se configura, revelando como se negocia em termos identitários a condição de assistido, nomeadamente pela oscilação destas disposições ao longo do tempo.

Como se constatou anteriormente, a estratégia ativa institucional na gestão da privação diminuiu, em 2014, entre os entrevistados do Painei. De 52 passaram para 48 as pessoas que recorreram aos apoios institucionais para suprir as suas necessidades quotidianas. Este dado é aparentemente paradoxal com as alterações registadas no tipo de adesão aos dispositivos de assistência/proteção social, que apontam para uma manifestação de adesão mais facilitada. Se os casos de recusa aumentam (mais 2 pessoas), das 17 pessoas que revelavam resistência em 2011 encontram-se apenas 7 com a mesma disposição em 2014, sendo nesta Fase II do Barómetro 39 os entrevistados que assumem não ter qualquer dificuldade em aderir aos serviços, contra 31 em 2011.

Quadro 41 – Tipo de adesão aos dispositivos de assistência social

	2011	2014
Recusa	5	7
Resistência	17	7
Inevitabilidade	3	2
Facilidade	31	39
N/A		2
NS/NR		1
Total	57	57

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Quadro 42 – Perfil de entrevistados, segundo o tipo de adesão aos dispositivos de assistência social

	2011	2014
Recusa	55 a 64 anos Agregados familiares sem menores Menos 5 anos em situação de pobreza Tipo de pobreza oscilante exclusão intergeracional Confiança inter-institucional nula fraca Grau de coesão familiar médio Disposição para a ação Resiliência/Ativação Frustração/Stress	36 a 45 anos 56 ou mais anos Agregados familiares sem menores Mais 5 anos em situação de pobreza Tipo de pobreza oscilante exclusão intergeracional Confiança interinstitucional fraca Grau de coesão familiar médio Disposição para a ação Resiliência/Ativação
Resistência	Até 35 anos 46-64 anos Agregados familiares com menores Menos 5 anos em situação de pobreza Tipo de pobreza oscilante episódica Confiança inter-institucional fraca Grau de coesão familiar médio bom Disposição para a ação Resiliência/Ativação	Até 55 anos Agregados familiares com menores Mais de 5 anos em situação de pobreza Inexistência de pobreza intergeracional Confiança interinstitucional nula/média Grau de coesão familiar bom Disposição para a ação Frustração/Stress
Facilidade	36-45 anos 65 ou mais anos Agregados familiares sem menores Problemas de saúde Mais 5 anos em situação de pobreza Tipo de pobreza persistente exclusão intergeracional Confiança interinstitucional boa Grau de coesão familiar fraco/NA Disposição para a ação Adaptação Conformismo	Até 35 anos 65 ou mais anos Sem relevância o tipo de agregado Problemas de saúde Tipo de pobreza persistente exclusão intergeracional Confiança interinstitucional boa nula Grau de coesão familiar fraco médio Disposição para a ação Adaptação Conformismo

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A recusa

Entre as pessoas que manifestaram a sua recusa em aderir a apoios institucionais é importante referir que na maioria das situações estes entrevistados auferem já de algum tipo de prestação. Em 2014, das 7 pessoas que manifestaram este tipo de postura (Anália, André, Filomena, Ilda, Maria da Graça, Mariana e Marisa), Filomena é a única que não beneficia de habitação social, nem de qualquer outro tipo de apoio. Os restantes entrevistados para além de residirem em habitação social, acumulam este apoio com outros: 4 beneficiam de pensões/reformas de velhice/invalidez/viuvez; 1 de prestações

familiares e 1 prestações da ação social. Trata-se, na sua maioria, de agregados sem filhos menores, cujo percurso de vida é marcado por situações oscilantes de vulnerabilidade e onde emerge uma fraca ou nula confiança interinstitucional, marcada essencialmente pela discricionariedade associada à atribuição de apoios, fruto de um passado de pobreza intergeracional, cujo contacto com os serviços nem sempre trouxe boas memórias (cf. Quadro 71 em Anexo).

“Confio na minha filha. Só. O resto não. A minha mãe, coitadinha, há muitos anos foi à Sta. Casa. Foram lá ver a casa da minha mãe, que era limpa e asseada, e não teve nada. A outra que era porca é que teve! Era miúda e nunca me esqueço disto. Essa que levou o dinheiro e que a Sta. Casa ajudou, não precisava! A minha mãe, coitadita, como era limpa e trabalhava a dias para as pessoas, tinha sempre a casa que era um mimo. A assistente social foi lá visitar a casa e achou que estava muito bem-posta. ‘A senhora não precisa’. [Passavam necessidades?] Passávamos. Fome não. A minha mãe desde aí nunca mais pediu nada a ninguém. Nem Santa Casa, nem mais. Eu fiquei com isso na memória e não vou.” (Anália, 78 anos, idosa, 2014)

Entre estas 7 pessoas encontram-se posturas diferenciadas que se refletem na forma como convocam ou não a estratégia institucional para gerir economicamente o seu quotidiano. Se André surge como um dos casos que passou a aderir a esta estratégia por ter requerido, depois de um período de hesitação, a reforma antecipada, demarca-se da adesão a outros apoios, convocando, como vimos anteriormente, o discurso da justiça social.

Entre aqueles que mantêm a recusa em aderir aos dispositivos de assistência encontramos Anália, Filomena, Maria da Graça e Marisa. Filomena, com 60 anos, é um caso paradigmático de descredibilização nas instituições e de total desproteção do sistema, mesmo estando instalada numa condição de vulnerabilidade de longa data. Aliás, à exceção da situação de Jerónimo em 2014, é a única entrevistada que tanto em 2011, como em 2014 não auferiu qualquer apoio institucional e que mantém uma postura de recusa resignada:

“Eles não ajudam ninguém. Vamos lá fazer o quê, doutora?” (Filomena, 56 anos, cuidadora, 2011)

“Somos novos para a reforma e velhos para trabalhar. É o país que nós temos. O país daqueles que os lá puseram” (Filomena, 60 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Com a sobrevivência garantida pelo trabalho intermitente do marido nas obras como servente, e com a realização de biscates conjuntos na apanha, descasca e revenda de cobre, Filomena continua com o marido a viver em casa de habitação social da sogra, não reunindo os requisitos para pedir um desdobramento, dado existirem rendas em atraso por regularizar.

Marisa, embora tenha saído da zona de vulnerabilidade, continua a manifestar o mesmo tipo de discurso sobre a demasiada exposição pessoal que exige o recurso a apoios. No entanto, apoia o marido nos processos de RSI que vai requerendo e, em discurso direto, explicita como se dirigiu ao seu companheiro sobre este assunto:

“Metes os papéis só para ti, porque eu não quero ninguém atrás de mim.” (Marisa, 43 anos, trabalhadora, 2014)

Já Ilda e Mariana surgem como os dois novos casos que revelam uma alteração de postura na relação com os dispositivos de assistência (passam de uma adesão facilitada para a recusa). Se Ilda ingressou no mercado de trabalho e reconhece que a sua situação económica melhorou, mesmo tendo deixado de receber RSI, a fragilidade dos seus rendimentos não lhe permite assegurar a regularidade dos seus encargos mensais, nomeadamente com a renda da casa. A beneficiar da pensão de invalidez, de prestações familiares e de habitação social recusa perentoriamente recorrer ao RSI. Mariana, teve anteriormente um apoio eventual da SCML quando a sua mãe estava acamada, hoje com 75 anos e auferindo uma pensão de velhice de 400€, tem dificuldade de assegurar a compra de todos os medicamentos que necessita. No entanto, recusa pedir apoio para medicamentos, pois não acredita que lhe concedam:

“Porque eu sei que chegava lá e não me davam nada. Eram capazes de dar se calhar a pessoas que às vezes não precisam. Eu? Deus me livre. Enquanto, que eu tiver ao menos para comer uma sopa, não vou pedir nada. Mas nem pensar.” (Mariana, 75 anos, idosa, 2014)

A resistência e a inevitabilidade

Dos 17 entrevistados que manifestaram, em 2011, resistência em aderir a dispositivos de assistência, apenas 5 mantêm esta postura em 2014 (Alda, Álvaro, Deolinda, Filipa, Verónica), aos quais se somam 2 pessoas que alteraram a sua atitude, nomeadamente por no primeiro momento do Barómetro terem revelado facilidade na adesão a apoios sociais (Anabela e Luísa). Do conjunto dos entrevistados “resistentes” em 2011, a maioria passou a ter essa facilidade em aderir: 2 incapacitados (Aura e Dália); 4 desempregados (Márcia, Olegário, Paula, Pedro); 1 cuidadora (Amélia); 3 trabalhadores pobres (Carolina, Julieta, Valentina)³². Apesar desta alteração de disposição, a tendência, em termos de perfil, dos mais resistentes mantém-se: continuam a ser os trabalhadores pobres e os desempregados que mais manifestam este tipo de postura, revelando como a esfera do trabalho assume a sua relevância na cre-

³² A entrevista realizada a Rita em 2014 não permite detetar o tipo de adesão a dispositivos de assistência.

dibilização das capacidades dos sujeitos para fazer face a momentos críticos e como a necessidade de ter de recorrer acaba por manifestar os entraves a um agir individualizado (cf. Quadro 42 e 43).

Quadro 43 – Comparação da manifestação de resistência na adesão aos dispositivos de assistência, por perfil de pobreza e balanço da situação económica

Perfil	Resistentes 2011		Resistentes 2014	
	N	Entrevistados	N	Entrevistados
Incapacitados	3	Aura, Dália, Deolinda	1	Deolinda
Desempregados	5	Filipa, Márcia, Olegário, Paula, Pedro	2	Anabela, Filipa
Cuidadoras	1	Amélia	0	
Trabalhadores pobres	7	Alda, Álvaro, Carolina, Julieta, Rita, Valentina, Verónica	3	Alda, Álvaro, Verónica
Idosos	1	Mariana	1	Luísa
Total	17		7	

Legenda Mantém situação económica Piora situação económica Melhora situação económica

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Ultrapassar a resistência para aderir a dispositivos de assistência social não parece ter sido fácil e alguns entrevistados referem mesmo que se tratou de uma inevitabilidade. Na origem desta alteração encontram-se, sobretudo, os momentos críticos registados entre as Fases I e II do Barómetro, onde se destacam como principais problemáticas referenciadas: a cessação ou diminuição de apoios sociais (6), a redução dos rendimentos do trabalho (4), as situações de desemprego dos filhos/netos (3), os problemas de saúde (3). Márcia e Deolinda são duas das pessoas que expressam a inevitabilidade que foi ter de requerer apoios, apontando com desconforto a invasão da privacidade e a perda de dignidade:

“Dar contas do que uma pessoa faz da sua vida pessoal, não é bom. O ideal seria ter trabalho.” (Márcia, 58 anos, desempregada, 2014)

“Porque a gente com necessidades tem que perder o mínimo da dignidade de sempre, mas temos que a perder. Porque há crianças para alimentar também. E eles estão em primeiro lugar do que a vergonha e do que tudo”. (Deolinda, 55 anos, incapacitada, 2014)

Apesar dos problemas sentidos no período que mediou as duas fases de inquirição, é de salientar os casos de Filipa e Álvaro que apesar do agravamento da sua condição económica, mantêm a resistência em aderir a certo tipo de apoios. Por outro lado, é também de destacar os dois novos casos que passam de uma adesão relativamente facilitada a resistentes. Se Anabela retrata, como já vimos (cf. Capítulo 2.1.) uma destas situações, também Luísa, com 84 anos, embora considere que a sua situação económica se mantém semelhante a 2011 (ela e o marido subsistem com 550€), a sua disposição para a ação piorou, refletindo-se numa desmobilização no pedido de apoios:

“É escusado lá ir, a mim não me dão nada, é escusado lá ir. [vizinhas que tiveram chão novo em casa] É sorte, é. Não sei, elas sabem engraxar, eu não sei engraxar... pedir, não sei pedir. Elas sabem e eu não sei. Eu nunca fui educada nisto. “(Luísa, 84 anos, idosa, 2014)

Identificando como principais momentos críticos ter deixado de receber banco alimentar, por lhe terem dito que não teria direito, e de a renda social ter sido aumentada, acresce as suas dificuldades de locomoção que a impedem de ir comer uma sopa numa instituição, sediada no seu bairro de residência.

A intensidade das necessidades e o seu prolongamento no tempo leva a ultrapassar a resistência na exposição pessoal e de adesão a uma nova categoria de sujeitos. No entanto, estas pessoas confrontam-se com as dificuldades de aceder a apoios que para além de estarem associadas às novas regras de acesso a determinadas medidas de proteção social, parecem também remeter para uma estratégia dos dispositivos de assistência que condiciona a entrada de novas pessoas que pelo seu perfil de recursos parecem ter capacidade para resistir à sua nova situação social.

A facilidade

Entre aqueles que mantêm a facilidade no recurso ao sistema, encontramos, sobretudo, os entrevistados mais novos (até aos 35 anos), mas também os mais velhos (com 65 ou mais anos), com problemas de saúde que os impedem de trabalhar. Com um passado de pobreza intergeracional que ao longo do percurso de vida foi difícil romper, alia-se um grau de coesão familiar fraco ou médio que limita a possibilidade de recorrer aos eventuais recursos

que a rede familiar poderia disponibilizar. E é, neste sentido, que emerge tendencialmente entre estes entrevistados níveis de confiança mais elevados nas instituições (cf. Quadro 42).

É de salientar o caso de Celestina, com 76 anos, pois em 2011 a estratégia de gestão institucional não estava presente nas suas formas de gestão da privação no quotidiano. Esta ausência não significava, no entanto, que não acionasse mecanismos para poder ter apoios. A sua persistência e insistência para beneficiar de qualquer tipo de apoio tem sido uma constante ao longo da sua vida, auferindo na maioria das vezes de apoios eventuais para colmatar algumas das suas necessidades (luz, fraldas, medicamentos, alimentos...)

“ [Quando foi lá pedir as fraldas e ajuda para a luz, o que ia a pensar?] Ia a pensar levar um não. Mas mesmo assim fui, por causa das fraldas do meu marido. Porque as fraldas são muito caras.” (Celestina, 76 anos, idosa, 2014)

No sentido inverso, encontramos ainda os casos de Jerónimo e César (desafiados) e de Rita (trabalhadora pobre) que embora sempre tenham manifestado uma relativa facilidade em aderir aos dispositivos de assistência social, em 2014 a estratégia institucional não faz parte das formas de gestão quotidiana das suas necessidades. Se no caso de Jerónimo encontramos o recebimento de uma herança que o faz sair do Programa Casas Primeiro e dar baixa do RSI, César deixa de receber RSI por falta de comparência a uma entrevista. No entanto, no dia em que nos encontrámos com ele, tinha ido marcar atendimento com a assistente social para requerer novamente o RSI, encontrava-se a aguardar a resposta ao pedido para ter apoio do Banco Alimentar e já lhe tinha sido negado um apoio eventual para pagar água e eletricidade.

Rita embora mantenha até 2015 a prestação bancária na sequência do pedido de microcrédito que fez em 2007, para poder comprar carrinhos com refrigeração para vender gelados e ter um lugar de venda fixo legal, subsiste com a pensão do marido e com os rendimentos do trabalho, que têm vindo a diminuir. Esta quebra nos lucros da sua atividade levou-a a renegociar o crédito à habitação e a pedir à SCML, em 2012, um apoio para óculos, ao qual ainda aguardava resposta no momento da entrevista.

Os apoios auferidos

Independentemente das estratégias e disposições na relação com a assistência social e com o sistema de proteção social, interessa fazer o balanço do conjunto de benefícios sociais auferidos pelo Painel de entrevistados do Barómetro.

A manutenção do número médio de apoios que são concedidos às pessoas que integram o Painel (2) poderia ser um indicador revelador de uma faceta positiva do sistema de proteção social e da rede institucional local na resposta ao acentuar das situações de vulnerabilidade que se fizeram sentir, que como se constatou foi marcante entre os dois períodos de observação: a maioria considera que a sua condição económica piorou (30), aumentando o número de pessoas que manifestaram maior facilidade na adesão a apoios sociais (mais 8). No entanto, as alterações registadas no tipo de apoios, bem como a identificação pelos entrevistados dos principais momentos críticos que ocorreram entre 2011 e 2014, põem a descoberto uma outra realidade.

De facto, entre os principais incidentes críticos percecionados pelas pessoas que integram o Painel surge a cessação/diminuição dos apoios: 25 de 57 entrevistados identificaram este problema. Também o balanço do tipo de apoios auferidos entre as Fases I e II do Barómetro vão, igualmente, neste sentido: de 26 passa-se para 16 entrevistados que deixaram de beneficiar de **prestações substitutivas/complementares dos rendimentos do trabalho**. Se nalguns casos, se relaciona com o término do período relativo à proteção no desemprego, noutras situações reflete um regime de proteção social que nos últimos quatro anos tem vindo a tornar-se cada vez mais seletivo e cada vez menos generoso: modificações nas regras de acesso a certas prestações, nomeadamente com a alteração da escala de equivalência para efeitos da capitação dos rendimentos do agregado familiar; mudanças no valor e duração das prestações e no quadro do regime sancionatório, no caso do RSI (cf. Caixas 4, 5 e 6 em Anexo).

Também as **prestações familiares** sofrem uma quebra acentuada: passam de 21 para 17 casos, onde apenas um dos casos se prende com a entrada no mercado de trabalho dos filhos (Álvaro). Na origem desta redução estará a alteração das regras previstas para determinação da condição de recursos, mas também a antecipação da prova escolar a partir do ano letivo de 2012/13 e a obrigação de aceder à Segurança Social Direta. Ou seja, por um lado, anteriormente a prova escolar que permitia continuar a receber o abono de família era feita até 31 de Outubro e passou para 31 de Julho, acontece que nesta data muitos alunos ainda não sabem se irão frequentar o próximo ano letivo e não têm matrícula formalizada. Por outro lado, nem todas as pessoas têm facilidade de aceder à internet para formalizar a prova escolar (cf. Caixa 2).

As **prestações de ação social**, nomeadamente através da atribuição de subsídios eventuais procuraram cobrir algumas das situações deixadas a descoberto pela redução dos apoios anteriormente recebidos: de 18 prestações

desta natureza registadas em 2011, passa-se para 24, sendo metade destas relativas a apoios concedidos à renda de uma casa no mercado privado de habitação.

Como vimos anteriormente, o problema da habitação é um tema recorrente em muitos dos discursos dos entrevistados. Pelo menos 10 pessoas o identificaram como um fator crítico que ocorreu entre as duas fases do Barómetro, inclusive aqueles que beneficiam de habitação social e viram as rendas aumentadas³³. Se 21 pessoas que integram o Painel beneficiam diretamente de habitação social³⁴ e 10 têm apoio ao arrendamento por via dos subsídios eventuais da SCML, os restantes 26 entrevistados não têm nenhum apoio direto: 8 residem em coabitação (6 em habitação social e 2 no mercado privado), 1 num albergue, 1 não é titular do contrato de arrendamento, 2 estão em ocupação abusiva de uma casa em bairros sociais e os restantes 14 suportam, maioritariamente, rendas elevadas face ao seu nível de rendimentos. Estes dados revelam que embora metade das prestações da ação social sejam canalizadas para apoio ao pagamento da renda, nem sempre este tipo de apoios é atribuído a pessoas com o mesmo nível de necessidade em termos habitacionais³⁵. É neste sentido que 8 entrevistados referem já ter iniciado um processo de candidatura a uma habitação social ou pensam desencadear as devidas diligências. Miguel, por exemplo, desmobilizou-se na procura desta solução para o seu problema de habitação quando percebeu a complexidade das exigências para iniciar o processo de candidatura. No entanto, a informação recolhida sobre estes procedimentos revela que o processo é relativamente simples, sobretudo, para uma pessoa como o Miguel, familiarizado com a informática (cf. Caixa 1)

O mesmo tipo de discricionariedade acontece com necessidades de outra natureza, como as relativas a apoios na saúde (cf. Capítulo 1.4.5.).

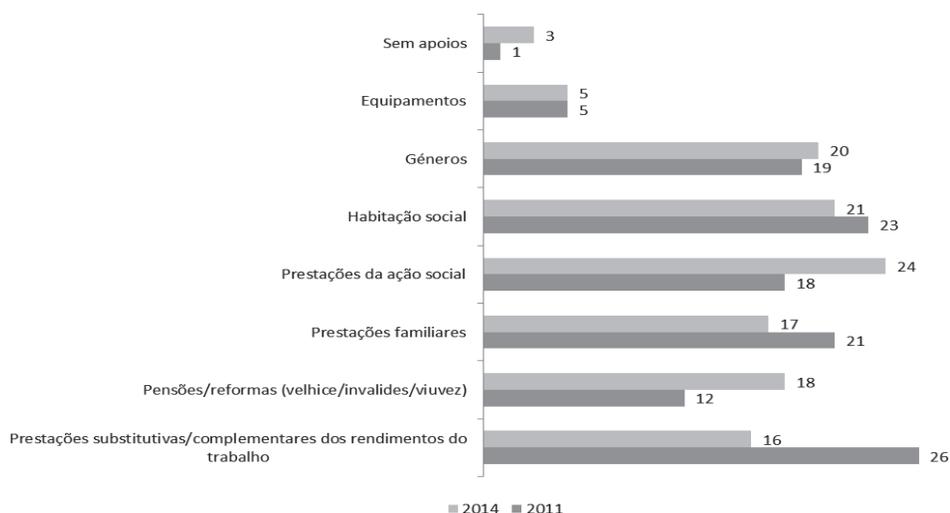
Por outro lado, vemos aumentar o número de pessoas que passaram a beneficiar **de pensões/ reformas** (velhice, viuvez e/ou invalidez): passam de 12 para 19 casos.

³³ De referir que em 2011, já depois do primeiro momento de inquirição no âmbito do Barómetro foi iniciado um processo de verificação da condição de recursos e da ocupação, registando-se alterações no valor das rendas (Cf. Caixa 1, em Anexo).

³⁴ Inclui-se aqui os beneficiários do Projeto Casas Primeiro.

³⁵ Veja-se o caso de Almerinda, atualmente a viver num Albergue, a quem foi recusado este tipo de apoio.

Gráfico 5 – Número e tipo de apoios auferidos entre 2011 e 2014



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Interessa, pois, verificar como se manifestaram as principais alterações na vida das pessoas, nomeadamente por terem deixado de auferir de **prestações substitutivas/complementares dos rendimentos do trabalho**. Das 26 pessoas a auferir deste tipo de apoios em 2011 apenas 12 o mantiveram em 2014 (Albano, Joana, Júlio, Márcia, Margarida, Maria Celeste, Olegário, Paula, Ramiro, Roberto, Rute, Valentina) e apenas 5 passaram a ter acesso (Abu, Carolina, Filipa, Márcia, Pedro). Os restantes 14 entrevistados deixaram por diferentes motivos de beneficiar destas prestações.

O Quadro seguinte permite fazer o balanço do tipo de apoios auferidos e identificar a avaliação que os entrevistados fazem sobre a sua situação económica. Todos os 14 entrevistados identificados no Quadro tinham, em 2011, RSI e destes apenas 4 deixam de auferir por vontade própria (Hortense e Deolinda requerem a pensão de invalidez), Ilda e Jerónimo decidem deixar de receber por terem outras fontes de rendimento. Nos restantes 10 casos, por um lado, existem 3 situações de não cumprimento dos acordos de inserção (Almerinda, Camila e César), manifestando estes entrevistados vontade de voltar a requerer. Por outro lado, encontra-se uma maioria (7) cuja cessação da prestação decorre de alterações da composição do agregado familiar e/ou da sua condição de recursos que determinam a perda de elegibilidade para se manterem na medida, sobretudo devido às alterações legislativas.

Quadro 44 – Balanço do tipo de apoios dos entrevistados ex-beneficiários do RSI e perceção da evolução da sua situação económica

Entrev	Fases Barómetro	Tipo apoios 2014								Perceção da evolução da situação económica
		Prestsubst/comp rend trabalho	Pensões/reformas	Prestações familiares	Prest Ação Social	Hab social	Géneros	E quip.	Sem apoios	
Almerinda	2014							Sim		Piorou
	2011	Sim		Sim			Sim			
Antero	2014				Sim		Sim			Piorou
	2011	Sim			Sim		Sim			
Camila	2014				Sim		Sim			Melhorou
	2011	Sim					Sim			
Celina	2014				Sim	Sim	Sim			Piorou
	2011	Sim				Sim				
César	2014					Sim				Piorou
	2011	Sim				Sim				
Deolinda	2014		Sim		Sim					Piorou
	2011	Sim			Sim		Sim			
Hortense	2014		Sim		Sim					Melhorou
	2011	Sim						Sim		
Ilda	2014		Sim	Sim		Sim				Melhorou
	2011	Sim	Sim			Sim				
Jerónimo	2014								Sim	Melhorou
	2011	Sim				Sim				
Liliana	2014		Sim		Sim	Sim				Piorou
	2011	Sim	Sim		Sim	Sim				
Maria Júlia	2014		Sim		Sim		Sim			Mantém
	2011	Sim					Sim			
Sofia	2014			Sim						Piorou
	2011	Sim		Sim						
Vasco	2014		Sim		Sim					Piorou
	2011	Sim	Sim		Sim					
Verónica	2014			Sim			Sim			Melhorou
	2011	Sim		Sim	Sim					

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Os casos de Antero e de Verónica são paradigmáticos na ilustração destas alterações. Antero com 38 anos e com problemas de saúde que o impedem de trabalhar, já em 2011 vivia com a irmã e a avó, subsistindo este agregado com a pensão de invalidez desta, o RSI, o subsídio eventual da SCML e o apoio alimentar. A alteração nas regras da capitação deixou este agregado apenas com o valor da pensão, o subsídio eventual para a medicação e o apoio alimentar, traduzindo-se em termos monetários no valor de 330€. A indignação face à não elegibilidade para se manterem na medida, já levou Antero a requerer três vezes e a sua irmã duas, no entanto, o desfecho é sempre o indeferimento. Num momento em que não conseguiram assegurar o pagamento das despesas da casa, o presidente da nova Junta de Freguesia da sua área de residência

disponibilizou um apoio pontual. Verónica, por seu lado, vê a prestação cessada por o marido ter recebido num mês 900€ de vários meses de trabalho:

“Cortaram-me. Porque o B. descontou esses três meses e descontou tudo por inteiro. Recebeu 900 e tal euros e descontou 200 e tal para a segurança social. Como ele está no meu agregado, eu recebia 315€ e comecei a receber 44€. E depois cortaram completamente. Só passados 6 meses podia fazer novo pedido. Com ela assim não tenho tempo para nada. Está sempre doente. Ainda nem pôde ir à creche. Vai para a semana.” (Verónica, 27 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Também Sofia se encontra revoltada com a cessação do RSI, desde que a filha começou a trabalhar a tempo parcial e a receber 200€ para assegurar o pagamento da universidade que frequenta. Com a separação do marido em Fevereiro de 2014 pensa voltar a requerer esta prestação.

No caso dos entrevistados que deixaram de ter RSI e passaram a ter acesso a pensões, de forma direta ou indireta, encontramos avaliações diferenciadas quando realizam o balanço da sua condição económica entre 2011 e 2014.

Celina, com 51 anos e cuidadora do filho dependente, é um dos casos em que o filho passou a beneficiar de pensão de invalidez, levando à cessação do RSI. Subsistindo este agregado com esta pensão, com apoio alimentar uma vez por mês e com a cedência de fraldas por parte da SCML, Celina considera que a sua condição económica se deteriorou.

Deolinda e Liliana, por um lado, e Hortense, por outro, ilustram perceções diferenciadas do balanço da sua condição económica face à passagem de beneficiárias de RSI para pensões. As duas primeiras viram reduzir consideravelmente os rendimentos do agregado familiar com a cessação do RSI. Deolinda, um dos casos já descritos (cf. Capítulo 2.1.) viu o RSI ser cortado antes de passar a receber a pensão de invalidez, mas mesmo com esta prestação atribuída, o seu agregado, que conta também com a sua filha e dois netos, subsiste com a sua pensão de invalidez no valor de 215€, atribuída em 2013, e com o apoio para medicamentos da SCML que apenas permitia comprar os da filha. Já Liliana viu o RSI cessado em 2012 por o filho ter pensão de invalidez. No entanto, o filho faleceu e para além de ter deixado de poder contar com a sua pensão, já não tinha o RSI. No final de 2013 tinha passado a beneficiar de uma pensão de invalidez para si e em Março de 2014 ia pedir novamente RSI e cartão de saúde para medicamentos. O cartão tem-lhe permitido ir a consultas, incluindo estomatologia. O pedido para aceder a Banco Alimentar não foi deferido.

Hortense, por seu lado, avalia positivamente a sua condição económica face a 2011, mesmo tendo deixado de beneficiar do RSI. Com uma pensão de

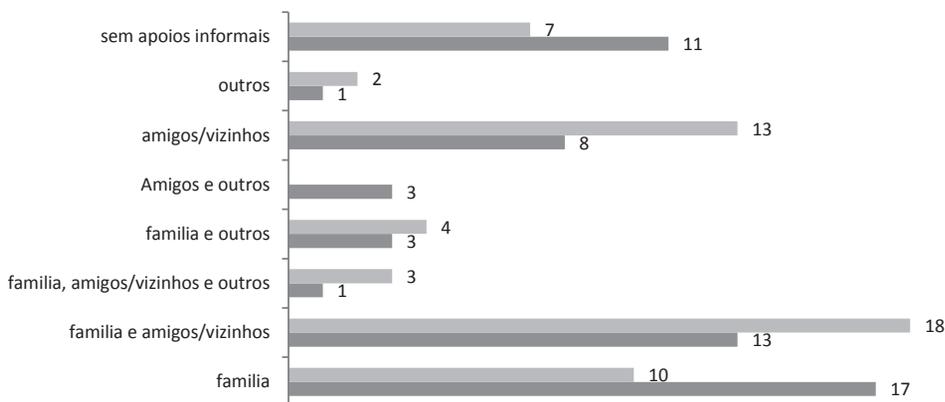
invalidez de 235€, deixou o albergue onde passava as noites e passou a ter um apoio eventual de 150€ para arrendar um quarto. Para além de ter isenção das taxas moderadoras para aceder a cuidados de saúde, conta também com o apoio para medicamentos da SCML.

Perante este cenário não é de espantar que a maioria destes entrevistados (8) faça um balanço negativo da sua situação económica. De facto, à exceção dos 4 que saem da medida voluntariamente e que avaliam que a sua situação melhorou, apenas Maria Júlia e Maria Celeste consideram que a sua situação se mantém.

2.2.2. A estratégia solidária

O aumento do número de entrevistados que passaram a ter apoio da rede informal (passa de 46 para 50) e o maior peso de pessoas a recorrer a uma rede mais diversificada, são dois indicadores que revelam um crescimento das necessidades entre 2011 e 2014 e uma mobilização mais intensa e diversificada numa tentativa de procurar formas de as superar. O Gráfico seguinte permite pôr em relevo que na maioria das situações (34 em 2011 e 35 em 2014) a família está de uma forma mais ou menos intensa no apoio às pessoas que compõem o Painel. Já os amigos e vizinhos têm uma presença bastante menor: 11 em 2011 e 13 em 2014. Na categoria “outros”, com pouca expressão, inclui-se a ajuda prestada por patrões, colegas de trabalho e pessoas de referência presentes em algumas organizações não-governamentais.

Gráfico 6 – Balanço do recurso à rede informal como forma de colmatar carências (2011-2014)



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Dos 7 entrevistados que em 2014 revelaram não ter qualquer apoio da rede informal, apenas 3 mantêm esta situação face a 2011 (Álvaro, André e Mariana). À exceção de Jerónimo, as restantes pessoas perderam o apoio com que anteriormente podiam contar. Nesta situação encontramos os casos de Albano, Jerónimo, Miguel e Paula. Os argumentos não são difíceis de perceber, pois também aqueles que antes conseguiam de alguma forma prestar apoio, deixaram de o conseguir fazer. Albano que antes podia contar com alguns alimentos fornecidos pelos vizinhos deixou de poder ter esta possibilidade; os pais de Miguel com o corte nos subsídios de natal e de férias e a redução do ordenado deixaram de ter condições de o ajudar; a mãe de Paula com a cessação do RSI já não tem possibilidades de lhe emprestar dinheiro.

Em sentido contrário, encontramos os casos de Amélia, Aura, Celina e Fátima que passaram a contar com algum apoio:

- ▶ Amélia, cuidadora, com o trabalho temporário que teve fez novas amigas que lhe têm encontrado novas propostas de trabalho e a coabitação com a irmã tornou possível recorrer a ela sempre que precisa de dinheiro emprestado;
- ▶ Aura, incapacitada para o trabalho e com 50 anos, viu agravar o seu estado de saúde e apesar dos seus dois filhos terem saído da casa, o tribunal decretou que duas filhas da enteada ficariam ao seu cuidado. Sem poder trabalhar e com uma pensão de velhice do marido de cerca de 180€ deixou de manifestar resistência na adesão a apoios institucionais e desde Abril de 2014 conta com o apoio da Caritas (refeições fornecidas 6 dias/semana, medicamentos e vestuário) e com a ajuda de vizinhos que lhe dão roupa e emprestam dinheiro;
- ▶ Celina, cuidadora do filho e com 51 anos parece ter aprofundado as suas relações com alguns dos seus vizinhos da Ameixoeira, permitindo-lhe contar com apoio emocional e em géneros;
- ▶ Fátima, com 83 anos, referia em 2011 que nunca contava a ninguém da família os seus problemas, no entanto, a aproximação a uma irmã mais velha que vive sozinha tem-lhe permitido ter o seu apoio emocional, bem com uma ajuda mensal de 100€.

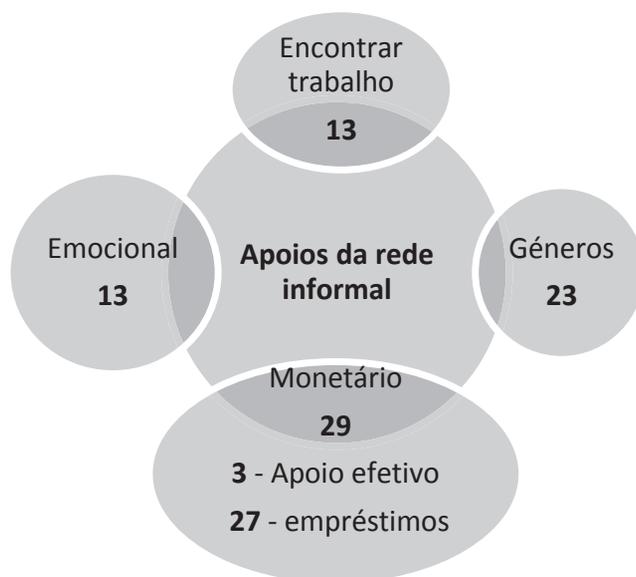
O caso de Fátima em termos de apoio monetário regular é, no entanto, uma exceção entre as pessoas que compõem o Painel, só conseguido por Elvira que vive com o marido e quatro filhos e uma das filhas que já trabalha contribui com 90€ mensais para as despesas da casa. De nacionalidade angolana, esta mulher deixou de ter um rendimento regular depois do condomínio de um prédio, onde fazia regularmente a limpeza, lhe ter deixado de pagar,

empurrando-a para uma situação laboral precária e incerta: a um período de ausência de rendimentos, segue-se uma inserção temporária numa empresa de limpezas a substituir uma pessoa que se encontrava de baixa.

“Eu sempre fui pobre, só que na pobreza nunca me faltou quase nada. Tive sempre tudo mas desta vez já falta muita coisa. Muito mesmo. Depende da ajuda das outras pessoas, da filha ou outras pessoas é que tiveram pena de ti ou fulano: - Toma, toma esse dinheiro, vai fazer compras. Isso mesmo é que é injusto. (...) eu bati em muito sítio, fui à junta de freguesia, fui na igreja para pedir apoio de comida, outro dizia: - Vai no sítio tal e lá dão comida já pronta a comer. Ainda tinha que pagar mais um valor. Eu não tinha nem valor para nada, vou pagar o quê? Eu vou, fui andando à procura.” (Elvira, 40 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Uma análise do tipo de apoios informais a que os entrevistados conseguem aceder revela ser contrastante com a densidade da rede. Se como vimos são apenas 7 as pessoas que não recorrem a ninguém e que um conjunto de combinações se torna possível quando se trata de suprir algumas necessidades, o tipo de apoios disponibilizados revela a fraqueza dos laços.

Figura 15 –Tipo de apoios da rede informal, por número de entrevistados



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Em termos de apoios materiais, por um lado, dos 29 entrevistados que revelam ter apoio monetário, a grande maioria (27) é sob a forma de empréstimo e as quantias raramente ultrapassam os 50€, por outro lado, o apoio disponibilizado em géneros, sendo sobretudo alimentos, não tem um caráter regular.

“Ajuda-me um bocadinho mas a minha mãe também é doente. Mas, ela também não pode muito mais, o que é que ela me pode fazer? Vinte euros, cinquenta euros mas depois tenho que lhe dar (...) amizades é uma coisa que não tenho, não em nada, não. Não é que não confie, é próprio de mim, guardar para dentro. Uma amiga vem, conversa, e eu digo assim:’ - Deves fazer assim, ou não deves fazer assim’, mas eu não sou capaz de falar de mim. Porque eu até tenho pessoas que falam comigo.” (Alda, 51 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“Nunca podemos dizer que não precisamos de ninguém, porque precisamos de toda a gente. E há uma vizinha minha, madrinha da minha filha, que quando tem empresta-me. Mas quando vem o dinheiro tenho de pagar.” (Verónica, 27 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Luísa, com 83 anos e residente num dos bairros de habitação social, embora possa contar com o apoio de algumas vizinhas do prédio que lhe levam pontualmente chá ou sopa, tem consciência da fragilidade do seu capital social:

“Só tenho medo, sabe do que é? Estar metida numa cama mesmo acamada de todo, quem é que me acode aí? Não tenho ninguém, eu não posso.” (Luísa, 84 anos, idosa, 2014)

Em termos imateriais, surge com igual peso o apoio emocional e a facilitação em encontrar trabalho (13 entrevistados referiram ter um e/ou os dois apoios desta natureza). De facto, poder contar com redes de sociabilidade não só permite aliviar a tensão quotidiana de luta pela sobrevivência, como também possibilita evitar o isolamento que algumas pessoas mais idosas sentem. Num caso emerge um sentimento de culpa por este investimento nas relações exigir o dispêndio de algum dinheiro

“Não digo que não vá ao café. Ao sábado vou. Vou ter com as minhas colegas. Vizinhas antigas. Vamos ali às galinheiras e juntamo-nos ali umas cinco a conversar. Também não é por 50 cêntimos que a casa vai a baixo. Eu também preciso de conviver com as pessoas. Mas não é todos os dias. Vou ao sábado e é quando tenho dinheiro.” (Celestina, 76 anos, idosa, 2014)

“Se eu estivesse todo o dia aqui em casa já tinha morrido. Eu ainda hoje fui ter com umas amigas minhas. Fomos dar uma volta. Ai não, em casa não posso estar, Deus me livre, então ficava maluca.” (Mariana, 74 anos, idosa, 2014)

“Sou conhecido aqui como, sei lá, como o Eusébio era conhecido em Portugal. [E o senhor vive sozinho?] Sozinho não vivo, vivo com esta minha família grande que é Alfama. Essa é a minha família. [E se não tivesse estes apoios?] Estava morto de certeza. Já tinha morrido. Fazem-me renascer novamente, dão-me força para continuar a viver. Até às vezes nem sei se hei-de pedir alguma coisa a eles porque vejo que eles também têm dificuldades.” (Joaquim, 61 anos, incapacitado, 2014)

Para algumas pessoas em idade ativa, esta rede de sociabilidade tem permitido aceder a postos de trabalho e o contacto com novas pessoas, sobretudo, os patrões tem facilitado encontrar outros trabalhos e aceder a apoios, como por exemplo, a cuidados de saúde. Marisa, uma das pessoas que conseguiu sair da zona de vulnerabilidade e sempre ter recusado requerer apoios institucionais, é um caso paradigmático desta situação.

Existem, ainda, casos pontuais de apoio no cuidar dos filhos (Paulina) e para tratar de documentação (Joaquim).

Uma das dimensões do capital social reside também no altruísmo, onde a questão da reciprocidade emerge com alguma relevância. Se, por um lado, a solidariedade intergeracional, sentida muitas vezes como um dever, está presente entre alguns destes entrevistados (de filha para mãe; de avó para netos, de mãe para filhos...), exigindo por vezes a mobilização de uma estratégia hipotecada, por outro lado, dar aos outros na expectativa de que no futuro este investimento traga frutos é também uma das estratégias adotadas. Quando se auto percecionam como pessoas solidárias e altruístas, mas não encontram a devida correspondência por parte daqueles que já apoiaram emerge um sentimento de revolta.

“[os filhos] Não podem [ajudar]. A minha filha trabalha numa loja de gelados e ganha para pagar a renda. Tem que ter uma pessoa também lá em casa para ajuda-la para conseguir viver lá. Muitas vezes também a vejo aflita, coitada. Quantas vezes ela vem-me bater à porta: ‘mãe, tens aí sopa, ou qualquer coisa?’ Se eu vejo que estou muito aflita sou capaz de ir pedir a uma vizinha ou ir pedir fiado à mercearia.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

“Se eu tivesse sozinho, e como elas já estão crescidas, olha, vocês que se orientam, mas tenho a minha neta e depois também vejo, os meus pais também ajudaram-me enquanto puderam, eu também o que puder vou dando.” (Camila, 58 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“As pessoas em parte têm todas medo do que pode vir a acontecer e as pessoas que têm tentam não mostrar e agarrá-lo mais, com medo de quem não tem, percebe? Porque talvez tenham medo de dar demais e ficar sem nada. Mas por outro lado eu não compreendo porque eu tenho tão pouco mas se me vierem pedir eu ainda sou capaz

de retribuir e sou capaz de dividir e tenho pouco. Eu todos os dias levo da minha casa uma carcaça com manteiga e uma peça de fruta para dar a um rapaz que está ali no Lumiar a dormir, todos os dias de manhã, ele está à minha espera, eu já não consigo deixar de fazer isso, porque eu já vi que ele está à minha espera. E se eu tenho tão pouco e consigo dar a quem tem menos do que eu porque é que as pessoas que têm tanto hão-de ser tão egoístas? Não é? A minha mãe diz que é por isto que deus me ajuda, “deixa lá filha, é por isso que deus te ajuda, porque tu com o pouco que tens ainda consegues dividir” e eu disse “e que deus me faça sempre assim”. Porque amanhã será que alguém não vai ter de dividir comigo? Aliás já tem, já têm que dividir comigo mas será que não vai ser pior?! Deixa lá, a gente tem que levar é a vida a sorrir e na desportiva, como diz a minha filha e com ténis.” (Carolina, 44 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Alguns dos depoimentos recolhidos, tal como sucedeu em 2011, revelam como numa situação de maior vulnerabilidade as expectativas das pessoas não são correspondidas em termos do apoio que considerariam desejável:

“Eu acho que sempre – e isso magoa um pouco – sempre fui, tive sempre disposta pra ajudar tudo e todos, mesmo com dificuldades ou sem dificuldades sempre tive de braços abertos pra uma dificuldade de alguém, eu puder ajudar de alguma maneira. E nesta hora difícil que eu estou a viver as pessoas que eu ajudei muito me viraram costas. Há uma qualidade que eu acho que eu tenho que é querer ajudar o bem-estar dos outros. Mas as próprias pessoas fazem com que nós mudemos e há coisas que me estou a tornar um pouco fria. Estou diferente com muitas pessoas. E há revolta dentro de mim. Entrego-me às pessoas quando gosto das pessoas e depois fico dececionada porque as pessoas não fazem o mesmo.” (Sofia, 41 anos, desempregada, 2014)

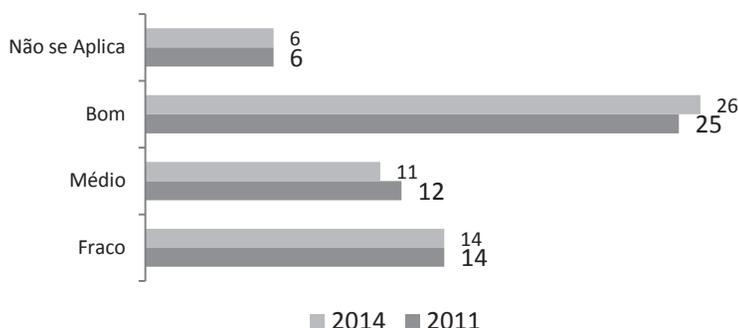
“Eu tenho uma vizinha, e eu posso estar morta no chão que ela não me bate à porta para saber como está. Não foi sempre assim. Enquanto eu pude dar, ela era boa. Agora que ela pode mais do que eu, corta. Se eu tiver em casa todo o dia, ela não bate à porta para saber se estou bem. Quando podia dar, ela ia lá para a minha casa, que era a mercearia! Antes quero eu emprestar, se tiver, do que pedir. A minha mãe ensinou-me que mais vale a gente dar do que pedir. Porque assim ninguém sabe da tua vida.” (Anália, 78 anos, idosa, 2014)

Se este tipo de depoimentos é pontual e se para a maioria dos entrevistados a coesão familiar e a rede informal mantêm-se relativamente estáveis, mesmo com o agravamento da sua condição económica, existem algumas tendências que importam assinalar.

Uma das hipóteses de partida relativamente às questões do capital social prendeu-se com os impactos do tempo de permanência em situação de vulnerabilidade na dinâmica familiar e nas redes de solidariedade informal. De facto, alguns estudos têm vindo a revelar que à medida que se prolonga no

tempo a persistência das situações de pobreza e exclusão social diminui a densidade do capital social dos sujeitos³⁶. No entanto, o período de observação deste Barómetro não vai no mesmo sentido: mantém-se, na globalidade dos entrevistados, o mesmo grau de coesão familiar (apenas Verónica passou de um grau médio para bom) e são poucos aqueles que referem ter existido repercussões deste tempo de permanência quer na dinâmica familiar, quer na rede de solidariedade informal. No entanto, o Quadro 45 permite-nos fazer uma análise mais fina por grau de coesão familiar, aproximando-se os resultados da hipótese apresentada.

Gráfico 7 – Evolução do grau de coesão familiar (2011-2014)



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O Quadro seguinte põe em destaque três perfis de entrevistados em função do seu grau de coesão familiar. Aqueles que apresentam uma maior fragilidade dos laços familiares tendem a ser as pessoas mais novas, que embora em idade ativa, estão arredadas da esfera do trabalho seja pelos seus problemas de saúde, seja pela dificuldade de encontrar um posto de trabalho (3 incapacitados, 4 desempregados, 4 desafiados)³⁷. Estas pessoas residem, em 2014, tendencialmente na zona histórica da cidade de Lisboa (freguesias de Santa Maria Maior/S. Vicente) e revelam um passado de pobreza intergeracional, com uma relação intensa com os dispositivos de assistência, onde diversos níveis de confiança institucional emergem (fraco, médio, bom), mas onde a confiança interpessoal não chega a boa. Apesar deste panorama, estes entrevistados conseguem ter o apoio de família, amigos, vizinhos e outras pessoas.

³⁶ Ver, entre outros, os resultados obtidos junto dos utentes da ação social da SCML. (Castro e Guerra, 2010: 116-119).

³⁷ Embora dois idosos apresentem um grau de coesão familiar fraco, a análise aqui realizada não os coloca neste perfil.

Aquilo que diferencia as pessoas que apresentam um grau de coesão familiar médio é incluírem também uma faixa etária mais elevada (acima dos 55 anos), não terem tido um passado marcado pela pobreza intergeracional, embora estejam há mais de 8 anos numa situação de vulnerabilidade. A relação com os dispositivos de assistência é tendencialmente de carácter pontual e os níveis de confiança interpessoal são mais elevados. Encontram-se aqui, sobretudo, pessoas incapacitadas para o trabalho, cuidadoras, trabalhadores pobres e idosos.

Por seu lado, aqueles que têm o maior grau de coesão familiar têm mais de 45 anos e enquadram-se nos perfis de desempregados, trabalhadores pobres e idosos. Residem, sobretudo, nas freguesias de Marvila e de Santa Clara e não apresentando tendencialmente um percurso de exclusão intergeracional, estão há menos de 8 anos numa situação de vulnerabilidade. Se alguns contam com o apoio de familiares, outros não têm qualquer ajuda, estando aqui possivelmente a interferir os diferentes níveis de confiança interpessoal que manifestam – bom ou fraco - a dividir este grupo de entrevistados. Relativamente às instituições o seu grau de confiança é também médio ou fraco, sendo a relação com os dispositivos de assistência de carácter pontual ou oscilante.

Os 14 entrevistados que apresentam um grau de coesão familiar fraco embora mantenham o mesmo padrão face a 2011, apresentam traços de maior vulnerabilidade que se poderão vir a acentuar no futuro se ficarem desprovidos de outras redes de suporte. Refira-se, a título de exemplo, o caso de César que com a cessação do RSI e com a incapacidade de assegurar todas as despesas da casa, acabou por agravar as suas já frágeis relações familiares. Também alguns dos entrevistados que manifestam um grau de coesão familiar médio ou bom, apresentam a mesma tendência:

“De vez em quando há assim uma discussãozita ou outra internamente, familiar, como é óbvio, o stress é muito, para conseguir pagar tudo ao final do mês. Há sempre uns arrufozinhos, mas tento não transparecer isso. Tento não deixar isso transparecer. Ou seja, vou guardando para mim próprio.” (Miguel, 34 anos, trabalhador pobre, 2014)

“Mesmo no aspeto dos filhos. Não digo que eles reclamem muito, mas são capazes de reclamar mais. “Eh mãe, sempre a mesma coisa: asas de frango, ou sopa de feijão!” e eu, como queria dar-lhes mais, exaltada, porque me enervo ao ouvir aquilo. E então reclamo. E ao reclamar grito, porque já não aguento. Porque já faço uma grande força para ter aquilo, meio quilo de asas de frango. Altera o sistema todo. Até o meu marido, porque sabe que não pode ajudar mais.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

Quadro 45 – Perfil de entrevistados por grau de coesão familiar (2014)

FRACO	MÉDIO	BOM
Abu, Almerinda, André, Ângela, César, Joana, Liliana, Margarida, Maria Júlia, Pedro, Ramiro, Rute, Sofia, Vasco	Amélia, Anália, Antero, Aura, Dália, Fátima, Filomena, Miguel, Natália, Roberto, Teolinda	Albano, Alda, Álvaro, Anabela, Camila, Carolina, Celestina, Deolinda, Elvira, Filipa, Gonçalo, Graça, Julieta, Luísa, Márcia, Maria Celeste, Maria da Graça, Mariana, Marisa, Olegário, Paula, Paulina, Rita, Tânia, Valentina, Verónica
Até 35 anos	Até 35 anos 56 ou mais anos	46 ou mais anos
Incapacitados, desempregados, desafiados	Incapacitados, cuidadoras, trabalhadores pobres, idosos	Desempregados, trabalhadores pobres, trabalhadora, idosos
Residentes em Santa Maria Maior/S. Vicente outra freguesia/ concelho	Residentes em Santa Maria Maior	Residentes em Marvila/Santa Clara
Exclusão intergeracional	Sem um percurso de exclusão intergeracional	Sem um percurso de exclusão intergeracional
Tempo na pobreza não é discriminante	Mais de 8 anos em situação de pobreza	Menos de 8 anos em situação de pobreza
Relação permanente com dispositivos de assistência	Relação pontual com dispositivos de assistência	Relação pontual oscilante com dispositivos de assistência
Confiança interpessoal: nula fraca média	Confiança interpessoal: média boa	Confiança interpessoal: fraca boa
Confiança institucional: fraca média boa	Confiança institucional: boa	Confiança institucional: fraca média
Apoios da rede informal: família/amigos/outros e família/amigos/vizinhos	Apoios da rede informal: família/outros família/amigos/vizinhos família outros	Apoios da rede informal: família família/outros sem apoios informais

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A questão do território emerge aqui com alguma acuidade. Por um lado, a força dos laços familiares parece emergir mais nos territórios onde estão os bairros de habitação social, o que poderá indiciar um maior fechamento da família sobre si própria e a presença de vizinhos e amigos no bairro com níveis de carência idênticos, já que tendencialmente são estes entrevistados que apresentam uma rede de apoio informal menos diversificada ou inexistente. Embora possam contar com alguns amigos entre os vizinhos, a maioria tende a manter a distância necessária com os que se encontram mais próximos, evitando um eventual aprofundamento das relações. Esta estratégia de gerir

as relações de vizinhança, aliada a uma menor mobilidade residencial, pode ser um dos fatores que contribuem para o ambiente pacificador destes locais de residência. De facto, alguns estudos mais recentes têm revelado que os habitantes dos bairros municipais da cidade de Lisboa tendem para uma valorização positiva das redes de vizinhança (GEBALIS, EM, 2012 e 2013), revelando como foi possível consolidar as relações sociais e contrariar a perda ou enfraquecimento das sociabilidades locais que se verificaram logo no início do realojamento (CET/CML, 1996).

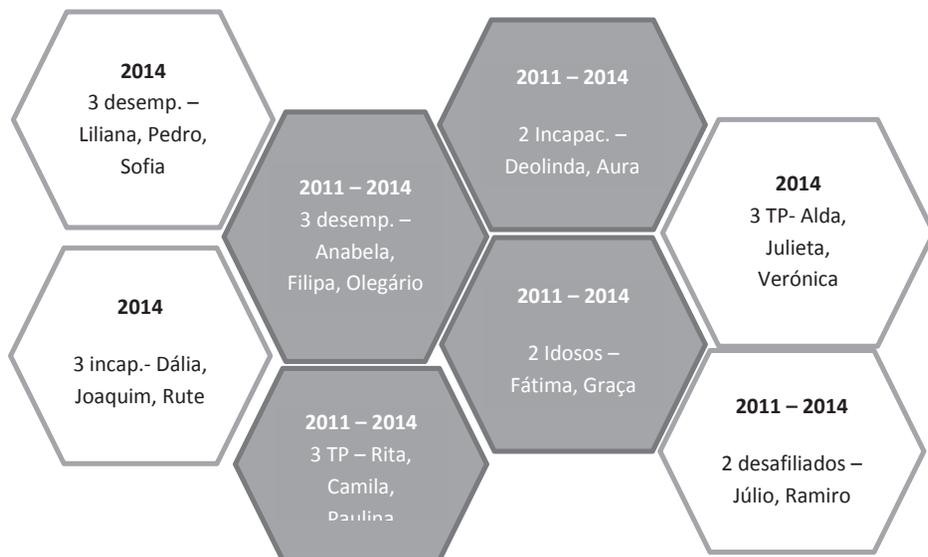
Por outro lado, constatámos no Capítulo 1.4.4. que os entrevistados que apresentavam maior mobilidade residencial residiam nas freguesias de Santa Maria Maior/São Vicente, mudando-se no interior da mesma área geográfica. Estas pessoas apresentando um grau de coesão familiar menor, tendem a ativar de forma mais intensa as estratégias institucional e solidária na procura de recursos que possam aliviar as suas necessidades. No entanto, estas mudanças acabam por se repercutir na qualidade da rede, não só para os que saem, como para os que ficam e veem chegar os novos habitantes com um perfil social diferente. O caso de Camila revela bem como os processos de requalificação e gentrificação afetaram a sua rede de relações:

“Já eram pessoas muito antigas que a gente tinha esse convívio de fazer isso [pedir ajuda]. Agora é tudo moderno, agora ninguém bate à porta de ninguém, eu não vou bater à porta de pessoas que eu não conheço, não é? [Há muita gente nova, aqui?] Há muita gente nova aqui, agora, muita gente nova. Pessoas antigas, lá tenho uma ou duas, pessoas antigas aqui mas o resto é tudo gente nova, pessoas que só vejo entrar à noite e sair de manhã.” (Camila, 58 anos, trabalhadora pobre, 2014)

2.2.3 A Estratégia hipotecada

Socorrer-se das relações de interconfiança pessoal que permitem pedir dinheiro ou bens emprestados que se pagam em função das possibilidades era a estratégia convocada por 12 pessoas em 2011, a estas juntam-se mais 10 em 2014. São os desempregados, os incapacitados e os trabalhadores pobres os que mais recorrem a empréstimos para fazer face às necessidades inesperadas (quadro 46). São nestes perfis que mais aumenta o número de pessoas que recorre a esta opção em 2014.

Figura 16 – Entrevistado por perfil e fase do barómetro em que convocam a estratégia hipotecada, 2011 e 2014



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Perante a carência aguda, o recurso a pequenos empréstimos junto da rede social é a alternativa, seja junto de família, amigos ou vizinhos:

“Tenho aqui uma senhora, que é essa senhora que foi hoje comigo ao bilhete de identidade, que é a D. Odete, trabalhava no hospital, ela apoiou-me muito quando ainda lá estava a trabalhar, ela apoiou-me muito lá, pronto de vez em quando recorro-me a ela. Se ela me emprestar, uma hipótese, para pagar a água ou a luz, depois ando-lhe a dar aos bocadinhos, mas enquanto aquele não tiver pago não lhe posso pedir mais nada. Não é que ela não me emprestasse, eu sei que me emprestava, mas eu não tenho coragem, não tenho coragem para fazer isso. E então vai-se pagando devagarinho, 5 euros, mais 5, mais 10, conforme, pronto! Tá pago, já posso ir outra vez incomodar a senhora. Ela às vezes diz “Ah rapariga, deixa lá se não tiveres pagas para o mês que vem.” “Não está aqui que é para ir abatendo que é para depois se eu precisar a senhora me emprestar outra vez.” (Deolinda, 55 anos, incapacitada, 2014)

“Mais dez euros que eu devo à minha filha. Que ela não perdoa nem um centimo!” (Rute, 47 anos, incapacitada, 2014)

Também o “pedir fiado” junto de comerciantes: à farmácia, no caso de Joaquim e Olegário, para os medicamentos, ou à mercearia para garantir a alimentação para a família são outras das ações desencadeadas. Facto que Anabela lamenta:

“Ainda tenho lá [na mercearia] uma conta de vinte e tal euros sei lá há quanto tempo. Até tenho vergonha de lá entrar.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

As entidades patronais são também um recurso perante uma emergência. Sem outra alternativa, pedir um adiantamento do salário afigura-se a solução:

“Não, não tenho, só se for assim à minha chefe ou ao meu patrão e depois tirar no ordenado... Às vezes faço, por exemplo, se eu tenho trinta euros, faltam vinte e estamos quase assim no fim do mês, eu peço. Peço os vinte para pagar.” (Julieta, 48 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“A gente controla tudo, não dá para comprar mais nada sem ser aquilo. E há meses, quase todos os meses o meu marido tem que pôr um vale ao meio do mês. Que não dá, não dá!” (Paulina, 39 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Também os senhorios permitem alguns atrasos no pagamento da renda:

“Eu já não pago a renda ao dia 8, pago a renda ao dia 10, dia 11 conforme posso, vou ganhando e vou juntando e aí é que pago a renda porque o meu senhorio sabe a minha situação e tenho sorte de eu ter o senhorio que é, porque passando o dia 8 pagava a percentagem, mas não, ele sabe que eu tenho de pagar naquele mês mas do dia 8 ao dia 20 eu tenho de arranjar o dinheiro para lhe dar a ele, pronto... [ainda tem rendas em atraso?] Mais ou menos porque o que eu tenho a mais vou dando. Ainda não está, ainda me falta uns 80 euros para dar... mas é assim, ou dou 10, ou dou 20, vou dando a abater.” (Camila, 58 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Importa referir que alguns destes empréstimos assumem uma menor expressão no conjunto das pessoas que integram o PAINEL, pois também a rede familiar se vê a braços com dificuldades financeiras. Situações de desemprego, cortes nos rendimentos e pensões de reforma baixas não deixam muito espaço de manobra para estas pessoas se socorrerem do auxílio familiar. No entanto, sem outras alternativas, também eles ajudam na medida das suas possibilidades, emprestando:

“A minha mãe ajuda-me um bocadinho mas também é doente. Mas...ela também não pode muito mais, o que é que ela me pode fazer? Vinte euros, cinquenta euros mas depois tenho que lhe dar. Pois, é quase sempre, tem sempre despesa extra. Mas é assim, o crédito que ela me oferece é eu ter que pagar para depois receber outro. Se pedir vinte euros, no final do mês tenho que lhos dar, para pedir outros...” (Alda, 51 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Os dados induzem que a estratégia hipotecada tende a ser acionada apenas quando outras alternativas já foram esgotadas: o rendimento do trabalho não é suficiente para garantir a satisfação de todas as despesas, o recurso aos apoios institucionais fica aquém das necessidades e quando a rede de solidariedade informal não consegue apoiar tanto quanto as necessidades exigem.

Para 9 pessoas - Aura, Deolinda, Rute e Dália (incapacitadas) Liliana, Sofia e Paulo (desempregados), Graça (idosa) e Ramiro (desafiliado) - o recurso a empréstimos prevalece sobre a iniciativa individual de garantir a satisfação das necessidades (estratégia autonomizante). Nestes casos, ela não é viável, por um lado, para Dália, Deolinda e Graça por motivos de saúde e, por outro, pela falta de oportunidades de trabalho disponibilizadas e adequadas a Aura, Liliana, Sofia, Rute, Pedro e Ramiro.

Quadro 46 – Recurso à estratégia hipotecada segundo as restantes estratégias e perfil, 2014

Estratégia convocada em 2014		Recurso à estratégia hipotecada em 2014, por perfil
Institucional	Sim	(19) 5 Incapacitados; 6 Desempregados; 1 Cuidadora; 5 Trabalhadores pobres; 2 Idosos; 2 Desafiliados
	Não	1 Trabalhador pobre
	Total	22
Solidária	Sim	(22) 5 Incapacitados; 6 Desempregados; 1 Cuidadora; 6 Trabalhadores pobres; 2 Idosos; 2 Desafiliados
	Não	0
	Total	22
Autonomizante	Sim	(13) 1 Incapacitado; 3 Desempregados; 1 Cuidadora; 6 Trabalhadores pobres; 1 Idosa; 1 Desafiliados
	Não	(9) 4 Incapacitados; 3 Desempregados; 1 Idosa; 1 Desafiliados
	Total	22

O quadro seguinte permite traçar o perfil dos entrevistados que recorrem à estratégia hipotecada perante situações de necessidade imprevista e inadiável.

Quadro 47 – Perfil do entrevistado que recorre à estratégia hipotecada

Reside em Santa Maria Maior/São Vicente

Incapacitados, desempregados e trabalhadores pobres

Arrendatário no mercado privado

Vive em casas sobrelotadas/adequadas

Tem problemas de saúde o próprio ou na família

A saúde é limitativa do desempenho de atividade laboral

Até 35 anos e de 46 a 64 anos

Agregados familiares com menores a cargo

Casados

Considera-se pobre

Perceção do problema desresponsabilizante e Estratégia cooperante pelo emprego

Sentimento de frustração e stress enquanto disposição para a ação

Coesão familiar boa

Confiança interpessoal boa

Carência latente de rendimento, alimentos, saúde, habitação

Perceção sobre apoios dissonante

Mais de 8 anos na situação de pobreza, intergeracionalidade

O crédito à banca no passado agudiza a pobreza no presente

Se até aqui demos conta do recurso a empréstimos informais junto da rede social dos entrevistados, tempos houve (na sua maioria anterior a 2011) em que as necessidades financeiras foram satisfeitas com o acesso ao crédito bancário. Melhores condições económicas no momento de formalizar o crédito davam confiança ao devedor e ao credor que o compromisso de dívida seria honrado. Todavia, alterações dos rendimentos destas famílias, em grande parte por situações de desemprego, tornaram difíceis para uns, impossível para outros, o seu pagamento. Pedir a insolvência ou a renegociação da dívida foi a solução encontrada.

Outros casos são registados:

- ▶ Perante uma situação de incumprimento do pagamento de um crédito, Miguel viu o salário penhorado:

“Sim, mantém-se, no aspeto que ainda estou a pagar as dívidas antigas, e tudo o mais, penhora do vencimento também...continua, essa fase continua. Mais uns anitos até conseguir pagar tudo. Por outro lado já consegui pagar alguma coisa.” (Miguel, 34 anos, trabalhador pobre, 2014)

- ▶ Por sua vez, Rute assume uma posição mais passiva perante a impossibilidade de pagar um crédito contraído para comprar um telemóvel. O corte nos apoios sociais tornou o pagamento da mensalidade inviável:

“Foi uma asneira que eu fiz, na altura em que o rendimento mínimo era maior (...) Dava para pagar e não coiso, só que por azar já no mês a seguir, ou dois meses a seguir baixaram mais cento e tal euros. Então eu tinha quatrocentos e cinquenta e tal e passei para trezentos e cinquenta e tal. Fez-me coiso e então deixei de pagar mesmo. Tive que deixar, e então a interjusticia já me ligou duas vezes, (...) Eu disse mesmo à senhora, - Olhe é assim, se quiser venham-me buscar, eu não tenho dinheiro, não vou roubar para lhe pagar.” (Rute, 47 anos, incapacitada, 2014)

É perante o presente contexto de vulnerabilidade económica que estes entrevistados lamentam a confiança pessoal com que se tornaram devedores à banca. Nada mais lhes resta do que subtrair aos parcos rendimentos atuais uma parcela para liquidar os créditos em dívida, que em muito afeta a atual sobrevivência destas famílias.

2.2.4. A Estratégia autonomizante

A análise dos discursos revela várias formas pelas quais os indivíduos procuram garantir condições materiais às suas vidas, utilizando a estratégia autonomizante para se libertarem dos constrangimentos com que se deparam. Estas diferentes formas variam no tempo (entre 2011 e 2014) e com o perfil dos entrevistados. Pela natureza desta estratégia, diretamente relacionada com o trabalho, formação e rendimentos (dimensões abordadas no capítulo 1), procuraremos aqui apenas evidenciar como se operacionaliza este recurso, que motivações estão na sua gênese e como se relaciona com as restantes estratégias.

Em 2014, 32 pessoas convocam esta estratégia para minimizar as suas necessidades quotidianas, mais 8 do que em 2011 (26). Contudo este número não corresponde em pleno a novas entradas. Na realidade, entre 2011 e 2014, 2 pessoas perderam a sua capacidade pró-ativa - Dália (incapacitada) conseguiu a pensão de invalidez e deixou de fazer limpezas, Ramiro (desafiliado) que arrumava carros esporadicamente em 2011, resquícios do seu instinto de sobrevivente de sem-abrigo, já não refere esta prática em 2014. O apoio à renda pela SCML e o RSI podem ter contribuído para sanar essa necessidade.

Por seu turno, Marisa (trabalhadora), Anabela, Olegário e Márcia (desempregados), Celina (cuidadora) e Camila e Vasco (trabalhadores pobres) procuram agarrar todas as oportunidades de trabalho que lhes permite aumentar o seu rendimento familiar.

Esta estratégia aparece nos discursos dos entrevistados sob diversas formas. No caso dos trabalhadores pobres, todos têm como fonte de rendimento o trabalho, pese embora não lhes garanta o sustento necessário. Para contrariar esta necessidade, alguns deles procuram incrementar os rendimentos auferidos com a aposta no aumento do número de horas de trabalho (Verónica) ou na realização de outros trabalhos, os designados biscates (Julieta, Ilda, Maria da Graça, Miguel).

“Para mim é, sendo a única pessoa a ter rendimentos é extremamente complicado. Tenho um hobby, ainda agora fui buscar uns computadores, para reparar, faço reparações em casa, tenho lá um cantinho onde faço reparações para amigos, conhecidos, amigos e isso tudo.” (Miguel, 34 anos, trabalhador pobre, 2014)

Os desempregados na expectativa de um emprego, aproveitam os trabalhos que lhes surgem, mesmo que precários e ocasionais (Olegário, Carolina e Anabela).

“Mas é muito raro, de ano a ano, uma vez e não é um mês de trabalho, é dias, 1 dia ou 2 dias, não dá para muito, mas ajuda.” (Olegário, 27 anos, desempregado, 2014)

Compensar as baixas qualificações com formação e/ou aumento da escolaridade na expectativa de, no futuro, disporem de melhores condições e oportunidades no mercado de trabalho é também uma alternativa equacionada e levada à prática por alguns trabalhadores pobres (como Ilda, Maria da Graça e Elvira) e desempregados (como Olegário).

“Porque se eu tinha o estudo como deve ser eu acho que tinha um bom ... o meu negócio. Tudo isto também faz ... [Gostava de fazer um curso de formação?] De formação de culinária que eu preciso mesmo... Mas ainda tenho ideia de fazer isso, eu não fiz porque eu também não quero meter muita coisa na minha cabeça ... mas quando acabar vou fazer qualquer formação de culinária que é para poder...”
(Maria da Graça, 56 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Os restantes perfis - incapacitados, idosos e desafiados - procuram complementar os rendimentos das prestações sociais também por via dos trabalhos precários e ocasionais e através da venda de bens próprios que lhes permita fazer face às necessidades quotidianas que as prestações sociais não cobrem, é o caso de André.

“Há um rapaz amigo meu que trabalha num hospital que tem uma empresa, não tem uma empresa, faz trabalhos, acaba de fazer aquilo na candonga. Não é bem uma empresa, porque não faz descontos, mas dá-me trabalho quando pode. Dá-me trabalho se for preciso uma semana por mês, mas sempre que pode, dá-me trabalho e é assim que eu tenho sobrevivido.” (César, 41 anos, desafiado, 2014)

“Só se vende por necessidade. E eu fiz isso, vendi por necessidade. Tenho mais umas peças, hoje vendo pouco, 2 – 3 anéis, um fio, é muito insignificante mas... pintura... comprei alguma pintura porque estava estragada e eu restaurei, fiz uns restauros de quadros, tenho alguma pintura mas pouca que fui vendendo e estou a vender algumas coisas, vendi um relógio grande...” (André, 64 anos, idoso, 2014)

Esta breve análise permite verificar que estes 32 entrevistados se subdividem em dois grupos:

- ▶ aqueles para quem o trabalho é um objetivo, os que trabalham a tempo completo, os que conseguem apenas trabalhos irregulares ou algumas horas por dia e ainda aqueles que, apesar de o desejarem não têm essa oportunidade (28); e
- ▶ aqueles cuja saúde e idade os condiciona grandemente a desempenhar uma atividade profissional, todavia a falta de recursos que lhes garanta o sustento obriga-os a agarrar e manter qualquer oportunidade de trabalho (4).

Quadro 48 – Entrevistado por perfil e fase do barómetro em que convocam a estratégia autonomizante, 2011 e 2014

Fase do Barómetro em que convocaram a estratégia autonomizante	Trabalho como objetivo 2011 (23) – 2014 (26)	Trabalho como recurso 2011 (3) – 2014 (4)
2011	1 Desafiliado 1 Desempregada	Incapacitada
2011-2014	15 Trabalhadores pobres 2 Idosos 3 Desafiliados 1 Trabalhadora	Incapacitados Idosa
2014	Trabalhadora 3 Desempregados 1 Cuidadora 1 Trabalhador pobre	Incapacitada Trabalhadores pobres

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Porém, existem circunstâncias que requerem mais recursos do que aqueles que se podem angariar pela estratégia autonomizante. Nesses momentos, o recurso à rede informal, o contacto com instituições de ação social ou pedir emprestado constituem uma solução.

Sempre que é possível operacionalizar a estratégia autonomizante esta é a primeira opção dos entrevistados, mesmo face à solidária, apesar de se tratar de um grupo cuja coesão familiar é boa. As estratégias institucional e hipotecada são o último reduto, por esta ordem. Apenas são convocadas quando a procura de trabalho não é de todo frutífera ou as necessidades vão para além dos rendimentos que ele capitaliza. O que não surpreende porque dispõem de uma confiança institucional nula, demonstrando resistência, inevitabilidade ou recusa na sua relação com os apoios sociais.

Quadro 49 – Número de entrevistados que convocam a estratégia autonomizante segundo as restantes estratégias e perfil, 2014

Estratégia convocada em 2014		Recurso à estratégia autonomizante em 2014, por perfil
Solidária	Sim	(28) 2 Incapacitados; 4 Desempregados; 1 Cuidadora; 15 Trabalhadores pobres; 1 Idosos; 3 Desafiliados; 2 trabalhadoras
	Não	2 Trabalhadores pobres; 2 idosos
	Total	32
Institucional	Sim	(25) 2 Incapacitados; 4 Desempregados; 1 Cuidadora; 13 Trabalhadores pobres; 2 Idosos; 2 Desafiliados; 1 trabalhadora
	Não	4 Trabalhadores pobres; 1 idoso; 1 desafiado; 1 trabalhadora
	Total	32
Hipotecada	Sim	(13) 1 Incapacitado; 3 Desempregados; 1 Cuidadora; 6 Trabalhadores pobres; 1 Idosa; 1 Desafiliado
	Não	(19) 1 Incapacitado; 1 Desempregado; 11 trabalhador pobre; 2 Idosos; 2 Desafiliados; 2 trabalhadoras
	Total	32

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

3

Resultados dos apoios na satisfação das necessidades: dissabores e dissonâncias

Os dispositivos de assistência social e os recursos disponibilizados pelas políticas públicas assumem-se como um binómio estruturador de regulação da pobreza e da exclusão social. A capacidade do sistema incutir qualidade e eficácia nas medidas de ativação não se restringe apenas aos recursos materiais que são acionados, mas também aos recursos relacionais e ao nível de personalização que é possível imprimir no acompanhamento. Desta forma, a avaliação realizada pelas pessoas que integram o Painel sobre a relação já tida com a assistência, mas também sobre o nível de consonância dos apoios face às suas necessidades são dois indicadores cruciais que traduzem o desenho e nível de desempenho institucional dos esquemas de assistência social e do sistema de proteção social.

3.1. Uma relação com os dispositivos de assistência avaliada negativamente

Apesar de não se ter conseguido apurar para 24 entrevistados a sua perceção sobre a qualidade da relação que mantêm com os dispositivos de assistência social, dos 31 que teceram considerações sobre esta realidade apenas 5 avaliaram positivamente esta relação.

Estes 5 casos revelam alguma heterogeneidade no tipo de apoios a que acederam, confirmando que nem sempre a quantidade dos recursos materiais disponibilizados prevalece sobre a apreciação da qualidade da relação que se consegue estabelecer. De facto, apenas Abu e Hortense manifestaram que os

apoios que recebem vão ao encontro das suas necessidades. Almerinda é um caso paradigmático desta situação, pois no momento da entrevista apenas beneficiava do albergue onde pernoitava. Pouco tempo antes, tinha visto o RSI ser cessado por não ter recebido uma convocatória, como ainda lhe foi negado o subsídio eventual para apoiar o arrendamento de um quarto quando se encontrava em situação de sem-abrigo. Apesar da sua privação económica e da consciência da dissonância dos apoios face às suas necessidades, mantém um contacto regular e positivo com a assistente social da SCML.

Gráfico 8 – Avaliação da relação com a assistência social



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

“[motivo do corte do RSI] Porque eu faltei a uma entrevista. A uma entrevista do Centro de Emprego. E depois como a assistente mandou uma carta para eu me apresentar ali no Entrepasto e eu não compareci também, ela mandou para a caixa. (...) [Pede apoio para arrendar um quarto] Ela [assistente social] disse que um quarto era muito caro. Era quase 200 euros e que eu tinha que arranjar um sítio. Era muito caro. Elas não me davam. [Dá-se bem com a sua assistente?] Sim. É uma nova. Gosto dela. [Que apoio é que agora recebe?] Não recebo nada. (...) Eu estou com ela e ela fala comigo. E ela diz: ‘Quando for para o Rendimento mínimo, eu ajudo-a.’” (Almerinda, 48 anos, desafiada, 2014)

A residirem maioritariamente nas freguesias de Santa Maria Maior/S. Vicente, estes entrevistados apresentam uma limitada capacidade de autonomia e um

percurso longo e intenso de exposição à vulnerabilidade e de contacto com os dispositivos de assistência. Percecionam que as causas dos problemas que enfrentam decorrem, sobretudo, de problemas da sua esfera pessoal ou familiar e embora adaptados e conformados com a sua situação e passivos face à forma como poderiam agir, 4 formulam projetos para o futuro e 2 acreditam que a resposta aos seus problemas passa por si, mas também pelo sistema.

Quadro 50 – Avaliação da relação com a assistência por perfis de entrevistados

Aparece e é positiva	Residentes em Santa Maria Maior/S. Vicente outra freguesia
	Tempo de permanência na pobreza: mais de 8 anos
	Início relação com assistência: 10 ou menos anos
	Facilidade na adesão à assistência
	Intensidade da relação: permanente
Problemas de saúde impeditivos de trabalhar	
Apreciação positiva sobre grau consonância apoios	
Problema em si Família	
Capacidade de Projeto	
Disposição para ação: adaptação/conformação (mantém-se face a 2011)	
Estratégia de ação: passiva	
Abu, Almerinda, Hortense, Natália e Valentina.	
Desafiliados (3), Idosos (1), Trabalhadores Pobres (1)	
5	
Aparece e é negativa	Residentes em Marvila/Santa Clara outro concelho
	Tempo de permanência na pobreza: mais de 8 anos
	Início relação com assistência: 10 ou menos anos
	Resistência inevitabilidade na adesão à assistência
	Intensidade da relação: oscilante
	Problemas de saúde limitativos irrelevantes para trabalhar
	Apreciação negativa sobre grau consonância apoios
	Problema em si Sociedade
	Capacidade de Projeto
	Disposição para ação: frustração/stress resiliência/ativação (piora face a 2011)
	Estratégia de ação: cooperante
Albano, Aida, Anabela, Antero, Aura, Camila, Carolina, César, Elvira, Filipa, Filomena, Joana, Julieta, Liliana, Luísa, Márcia, Margarida, Maria Júlia, Marisa, Paula, Paulina, Pedro, Sofia, Teolinda, Vasco, Verónica	
Incapacitados (5), Desempregados (8), Trabalhadores pobres (10), Idosos (1), Desafiliados (1), Trabalhadora (1)	
26	

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Por seu lado, aqueles que fazem uma avaliação mais negativa tendem a residir nas freguesias de Marvila/Santa Clara e a recusar o estatuto de “assistido”, revelando resistência na adesão aos dispositivos de assistência, pois procuram encontrar o seu próprio caminho. Mantendo uma relação oscilante com a assistência que tende a durar há 10 ou menos anos, estas pessoas não têm visto as suas necessidades serem correspondidas com os apoios desejados. Apesar da sua disposição para a ação ter piorado entre 2011 e 2014 (13), a maioria destes entrevistados realiza projetos para o futuro (17/26) e acredita que os seus principais problemas, que residem em si e na sociedade, poderão ser ultrapassados através de uma estratégia cooperante.

A comparação do grau de consonância dos apoios para fazer face às necessidades sentidas entre 2011 e 2014 continua a revelar um cenário bastante negro no que toca à apreciação da adequação dos apoios que são disponibilizados, registando-se 46 pessoas a assinalar níveis de dissonância contra apenas 7 que revelam uma avaliação mais positiva. Apesar de se verificar, entre as duas fases do Barómetro, um ligeiro aumento dos níveis de satisfação (passa-se de 1 para 7 casos), importará destacar qual o perfil destas pessoas.

A avaliação mais positiva da relação com a assistência por parte de pessoas com grandes limitações, sobretudo, do foro da saúde para integrar o mercado de trabalho e as situações aqui identificadas de consonância dos apoios recebidos face às carências sentidas parecem indiciar um perfil de acompanhamento social que nos últimos anos tem privilegiado casos extremos de privação e sem apoio da rede informal, quer por via da integração de algumas pessoas em programas de apoio à desintoxicação (Ilda e Hortense), quer de facilitação no acesso a uma habitação, seja por via do projeto Casas Primeiro (Abu, Ramiro, Jerónimo), seja pela integração em habitação social ou pela disponibilização de apoio ao arrendamento (Ilda, Hortense, Ramiro, Jerónimo). Apesar desta avaliação mais consonante, não significa que os entrevistados sejam acrílicos face às respostas disponibilizadas, tal como veremos no capítulo seguinte.

Nestas situações, e pelos depoimentos dos entrevistados, tem-se privilegiado uma abordagem integrada de resposta à multiplicidade de problemas evidenciados por estas pessoas. A aposta numa intervenção de cariz mais paliativa que evita o desprendimento da vida social, não significa, no entanto, que se assumam como assistencial e/ou unidirecional. Ou seja, este tipo de acompanhamento social não reside no consolar do cliente facilitando a sua adaptação à inevitabilidade de uma situação (Giuliani, 2006) e não pode apenas ser considerado como uma empresa de gestão de resíduos das políticas generativas (Soulet, 2007). Pelo contrário, prevê-se que esta lógica de intervenção evite o piorar das situações e mobilize algo que direcione para a ação, renovando o

compromisso dos atores consigo próprios, com as suas redes sociais e com a sociedade. Isto só é possível se estes reagirem como parte integrante nesse processo do viver em conjunto (a que não será alheia a sua capacidade de projeto), dotando-os de significado suficiente para merecerem novos reinvestimentos.

“Uma pessoa saber que tem a sua casa, tens as suas coisas, tem isto e tem aquilo. Aliás, toda a gente merece ter... Aliás, está na Constituição – não sei se é verdade – toda a gente tem direito a um abrigo (...) mas dá mais autoestima à pessoa, a pessoa começa a confiar mais nas coisas, começa a abrir outros horizontes, pode tratar das suas coisas... Acho bom, porque as pessoas que vêm da rua, vêm doentes, mesmo que nunca tivesse tido uma doença deste tipo de coisas, vêm doentes, são pessoas doentes.”
(Jerónimo, 39 anos, desafiliado, 2014)

Em sentido inverso encontra-se o caso de Anabela, já evidenciado algumas vezes ao longo deste estudo: “desistiram de nós”, “estavam fartos já de ajudar o pobrezinho”, “um pobre tem certos anos de ser pobre”, “neste momento não há banco e acho que o chão está bastante a ceder”, são algumas das expressões retiradas da conversa com Anabela, no início de 2014. Independentemente das condições mais objetivas que originaram a redução dos apoios económicos e em géneros, o seu discurso revela como a intervenção de cariz generativa que se vinha desenvolvendo, foi interrompida, levando a um desmoronamento dos níveis de confiança pessoal e da sua credibilidade face a si, à família e aos outros, com repercussões inevitáveis de se projetar face ao futuro e nas suas disposições e estratégias de ação.

3.2. As carências ainda por colmatar

Independentemente do tipo de políticas que estão em causa, os quadros seguintes pretendem destacar como as pessoas que integram o Painel avaliam o nível de satisfação das suas necessidades na sua relação com as oportunidades que são disponibilizadas pelo sistema de proteção social. Para o efeito, considerou-se relevante sinalizar os diferentes domínios manifestados como problemáticos pelos entrevistados (rendimentos, alimentação, saúde, habitação, formação profissional e emprego) e identificar os resultados quer na forma como o sistema reconhece (ou não) as carências manifestadas pelas pessoas na sua relação com os dispositivos de assistência/proteção social, quer na forma como é possível (ou não) tornar as oportunidades mais acessíveis, disponibilizando-se para o efeito um conjunto de recursos adequados às necessidades do seu público. Coloca-se, assim, em relevo a forma como os recursos para a inserção chegam (ou não) aos seus potenciais destinatários e são por eles apropriados. Refira-se que uma “carência

não reconhecida” decorre da manifestação dessa carência junto dos dispositivos de assistência/proteção social e para a qual não foi despoletada qualquer solução, pelo não reconhecimento da sua relevância ou pela dissonância entre a expectativa das pessoas e as respostas disponíveis. A partir do momento que é acionada uma resposta, mas mantém-se um estado de carência, assumimos que se trata de uma “carência latente”, mais ou menos prolongada no tempo, consoante os casos.

Uma leitura rápida do conjunto das áreas problemáticas permite corroborar a apreciação generalizada de dissonância dos apoios disponibilizados para satisfazer o estado de carência em que as pessoas se encontram. Apesar de estarmos perante uma avaliação que não engloba a totalidade das pessoas que integram o Painel – nem todos recorreram aos recursos disponibilizados pelo sistema e nem todos sentem carências em algumas áreas específicas, nomeadamente pela sua idade ou condição de saúde - constata-se, para cada uma das áreas consideradas, um número muito reduzido de pessoas que revelaram que o seu estado de carência foi ultrapassado, sobressaindo a alimentação como o domínio que regista a avaliação mais positiva. Mas é, sobretudo, ao nível dos rendimentos que a grande fatia dos entrevistados sente a manutenção ou o agravamento das suas necessidades (35), logo seguido pela área da saúde. Um outro dado a destacar prende-se com a manifestação de necessidades para as quais o sistema não consegue disponibilizar qualquer tipo de resposta, nomeadamente nas áreas do emprego (14), habitação (9) e educação/formação profissional (8).

Quadro 51 – Resultados dos apoios, por área problemática

	Rendimentos	Alimentos	Saúde	Habitação	Educação e formação profissional	Emprego
Carência satisfeita	5	10	4	4	4	2
Carência n reconhecida	2	3	1	9	8	14
Carência latente - 5 anos	10	9	17	7	5	1
Carência latente + 5 anos	23	5	6	9		
Total	50	27	27	29	17	17

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Relativamente à área dos rendimentos, e como já se constatou no Capítulo 1.4, a identificação em 2014 por mais elementos do Painel de problemas relativos a recursos monetários revela o agravamento das suas condições objetivas de vida. Apesar das prestações sociais continuarem a constituir uma importante fonte de rendimentos dos agregados familiares que integram o Painel, registou-se uma diminuição dos valores dos apoios que asseguravam para muitos um rendimento de sobrevivência (cf. Capítulo 1.2.).

Dos 50 entrevistados que avaliam a forma como o sistema reagiu à sua privação de rendimentos, apenas 5 consideram que o seu estado de carência foi ultrapassado (Fátima, Ilda, Rute, Tânia, Vasco), a estes somam-se outros 5 que mantêm latentes as suas necessidades de rendimentos, mas que consideram que a sua situação económica melhorou (Carolina, Camila e Verónica – Trabalhadoras pobres; Hortense e Júlio – Desafiliados). Camila, por exemplo, com 58 anos e tendo já sofrido dois Acidentes Vasculares Cerebrais, precisava de mais 150€ por mês para não ter de sacrificar tanto a sua saúde com os trabalhos pontuais que vai realizando.

A expressividade do número de pessoas que mantêm latente a necessidade de mais recursos económicos (35) revela como os apoios que são disponibilizados apenas conseguem aliviar a severidade da pobreza, mas não permitem a saída da zona de vulnerabilidade³⁸. Veja-se, por exemplo, o caso de Maria Júlia que beneficiava de RSI e entre a opção de ficar num lar, após o seu Acidente Vascular Cerebral, ou ir viver com o companheiro que recebia uma reforma de 379€ e pagava 200€ de renda optou por esta hipótese, ficando apenas a receber um subsídio eventual para os medicamentos. Apesar da sua insistência na revelação das suas necessidades junto da assistente social, a sua situação económica mantêm-se na mesma:

“Ela paga-me os medicamentos, ela por pagar os medicamentos, a resposta que ela me dá, eu pago 200€ de renda não é?! Ela diz que paga-me os medicamentos... eu fico com 179 e ela a resposta que me dá é que há casais com filhos a viverem com menos dinheiro do que isso, percebe?! O que é que eu vou dizer?! Vou-lhe apontar uma arma à cabeça?! Vou discutir?! Vou-me enervar?! Não vale a pena.” (Maria Júlia, 42 anos, incapacitada, 2014)

Apesar da manutenção do estado de carência económica, alguns entrevistados apontam a importância do abono de família para “equilibrar” um pouco o orçamento familiar, do RSI para garantir a sobrevivência, e do CSI para comprar medicamentos.

³⁸ Os trabalhos de Carlos Farinha Rodrigues são a este título ilustrativos. Veja-se, entre outros: Farinha Rodrigues, 2007 e 2011.

Quadro 52 - Resultados dos apoios - Rendimentos

Resultados dos apoios		N	Perfis
Rendimentos	Carência satisfeita	5	Incapacitados (1); Trabalhadores pobres (2); Idosos (1); Trabalhadora (1)
	Carência não reconhecida	2	Trabalhadores pobres (2)
	Carência latente - 5 anos	10	Incapacitados (2); Desempregados (2); Trabalhadores pobres (4); Idosos (1); Desafiliados (1)
	Carência latente + 5 anos	23	Incapacitados (6); Desempregados (4); Cuidadoras (1); Trabalhadores pobres (2); Idosos (7); Desafiliados (3)
	Total		50

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Apesar de ser ao nível da alimentação que mais entrevistados revelam que as suas necessidades foram satisfeitas (10), é expressivo o número de indivíduos que ainda mantêm a sua carência (17), seja por não lhe reconhecerem essa necessidade (3), seja por estarem a beneficiar, mas o nível do apoio disponibilizado se revelar insuficiente. Aceder a este recurso é, para alguns, uma forma de poder canalizar os seus rendimentos para outras despesas básicas e, tal como já se tinha constatado em 2011, a acessibilidade a este tipo de apoios tem maior expressão nas freguesias de Santa Maria Maior/S. Vicente (7/10). Se é certo que é nesta área da cidade que os encargos com a habitação são mais elevados, consumindo uma importante fatia dos rendimentos dos agregados, existem, contudo condições económicas nas freguesias de Marvila/Santa Clara que se assemelham e para as quais não tem sido disponibilizado este tipo de apoio.

Veja-se o caso de Celestina com uma pensão de velhice de 350€ procurou aceder na Ameixoeira ao Banco Alimentar, mas disseram-lhe “não haver inscrições”. Aconselhada por um vizinho, passou a ir ao Lumiar, onde tem tido apoios pontuais, como foi o caso do Natal de 2013, em que recebeu um cabaz e um cheque de 50€.

Quadro 53 – Resultados dos apoios - Alimentação

Resultados dos apoios		N	Perfis
Alimentos	Carência satisfeita	10	Incapacitados (3); Desempregados (3); Cuidadoras (2); Trabalhadores pobres (2)
	Carência não reconhecida	3	Incapacitados (1); Trabalhadores pobres (1); Desempregados (1)
	Carência latente - 5 anos	9	Incapacitados (1); Desempregados (2); Trabalhadores pobres (4); Idosos (1); Desafiliados (1)
	Carência latente + 5 anos	5	Incapacitados (2); Trabalhadores pobres (2); Idosos (1)
	Total		27

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Ao nível da saúde encontram-se 4 entrevistados que viram satisfeita a manifestação das suas necessidades seja pelo reconhecimento da sua incapacidade (Albano e Hortense), seja pelo apoio à medicação e/ou a consultas de especialidade (Abu e Pedro). Pedro, apesar de ainda aguardar, desde 2012, o apoio para medicamentos, tem realizado os exames médicos, sentindo, desta forma que a sua principal necessidade foi reconhecida e satisfeita:

“Graças a Deus posso agradecer à Santa Casa.” (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

Um caso semelhante, de não satisfação de todas as necessidades sentidas em termos de saúde, é o de Maria Júlia, pois o facto de ainda não ter a pensão de invalidez torna as condições de vida do seu agregado familiar muito problemáticas. Perante a privação económica em que vive não sente que o seu problema a este nível esteja resolvido, mesmo tendo tido desde 2011 tratamento de desintoxicação e acompanhamento médico e social na sequência do AVC:

“Eu agora tive de pedir os relatórios dos médicos, a médica no dia 27 vai passar-me o relatório e depois vou a uma junta médica, mas a junta médica tenho de estar para aí um mês à espera, tenho de estar um mês à espera, depois aí é que eles vão avaliar

e só passado 3 ou 4 meses é que começa a vir qualquer coisa.” (Maria Júlia, 42 anos, incapacitada, 2014)

Para além de Maria Júlia, Joana, Camila, Maria Celeste e Liliana são também casos que aguardam o deferimento da pensão de invalidez ou desejam tê-la.

Deolinda, apesar de a sua incapacidade ter sido reconhecida, tendo passado a receber, desde 2013, uma pensão de invalidez no valor de 215€, continua a manifestar carências a este nível. A filha deixou de ter subsídio de desemprego, o cartão de saúde caducou e não consegue renovar devido à quantidade de pedidos e o apoio a medicamentos, como só pode ser dado a um elemento do agregado, vai para a filha pois os dela são mais caros.

Mesmo recebendo algum tipo de apoio nesta área, 23 pessoas manifestam dificuldade em pagar tudo aquilo de que necessitam: medicamentos, exames médicos, consultas, óculos ou próteses dentárias, revelando os seus discursos, tal como vimos anteriormente, o impacto negativo que teve a implementação das taxas moderadoras no acesso ao Sistema Nacional de Saúde (cf. Capítulo 1.4.5.).

“Em Setembro [2013], foi cortada a isenção, portanto, esqueçam lá agora de eu ir a médicos ou fazer exames.” (Sofia, 41 anos, incapacitada, 2014)

Quadro 54 – Resultados dos apoios - Saúde

Resultados dos apoios		N	Perfis
Saúde	Carência satisfeita	4	Desafiliados (2); Desempregado (1); Incapacitado (2)
	Carência não reconhecida	1	Idosos (1)
	Carência latente - 5 anos	17	Incapacitados (6); Desempregados (2); Trabalhadores pobres (8); Idosos (1); Desafiliados (1)
	Carência latente + 5 anos	6	Incapacitados (2); Desempregados (1); Trabalhadores pobres (1); Idosos (1); Desafiliados (1)
	Total		28

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Ao nível da habitação são também expressivos os estados de carência entre as pessoas que integram o Painel (25). Tal como foi possível constatar no capítulo 1.4 e 2.2.1, estes estados decorrem da inexistência de resposta a pedidos de habitação social ou de transferência para uma casa mais adequada à dimensão do agregado familiar; das ocupações de fogos prolongadas no tempo e sem uma resposta; das rendas elevadas do mercado habitacional privado que mesmo sendo, em parte, suportadas por subsídios eventuais, estes, como o próprio nome indica, não garantem a sua continuidade e colocam estas pessoas num estado de incerteza que aumenta a sua vulnerabilidade.

Por outro lado, entre aqueles que já efetuaram diligências para aceder a uma habitação social, Olegário e Verónica não viram ainda reconhecida a sua necessidade e a estratégia foi coabitar com familiares ou ocupar ilegalmente uma casa. Também aqueles que procuraram fazer a sua candidatura para aceder ao parque habitacional público, mantêm o seu estado de carência, seja há menos de 5 anos, como Almerinda e Paulina, ocupando esta também uma casa, seja há mais de 5 anos (Celina, Deolinda, Maria Celeste e Miguel).

Dos 4 casos que viram a sua necessidade satisfeita, 3 já tinham passado pela condição de sem abrigo - Abu, Hortense e Ramiro – e para os quais foi encontrada uma solução habitacional, seja pela integração no projeto Casas Primeiro, seja pelo apoio disponibilizado pela SCML para pagamento de um quarto. Este mesmo apoio, no valor de 250€, é disponibilizado a Rute para arrendar a casa onde vive.

Quadro 55 – Resultados dos apoios - Habitação

Resultados dos apoios		N	Perfis
Habitação	Carência satisfeita	4	Desafiliados (3); Incapacitados (1)
	Carência não reconhecida	9	Incapacitados (1); Desempregados (2); Trabalhadores pobres (3); Idosos (3)
	Carência latente - 5 anos	7	Incapacitados (2); Desempregados (1); Trabalhadores pobres (3); Desafiliados (1)
	Carência latente + 5 anos	9	Incapacitados (3); Desempregados (2); Cuidadoras (2); Trabalhadores pobres (2)
	Total		29

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

No caso da área da educação e formação profissional, os entrevistados que revelaram que a sua carência foi satisfeita (4) correspondem a situações em que estes atingiram, por via de processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) níveis de escolaridade mais elevados. Já aqueles que não viram a sua carência reconhecida não têm encontrado ainda a oportunidade de frequentar os cursos de formação profissional que desejam.

As carências latentes sentidas por 5 pessoas reportam-se a situações em que aguardam o início do processo de qualificação escolar ou de um curso de formação profissional (Aura, Maria da Graça e Paula) ou que desistiram por não gostarem do formato (Margarida) ou ainda por incapacidade financeira (Celina).

Como se constatou no Capítulo 1.4. para além dos 17 casos aqui identificados existem mais pessoas que ao longo da entrevista foram manifestando o seu interesse em frequentar processos de qualificação, no entanto, desconhece-se se em algum momento essa necessidade foi expressa. Por outro lado, outros entrevistados viram-se “obrigados” a frequentar cursos para os quais nunca tinham revelado a sua apetência e que não aceitaram (Camila) ou não concluíram por motivos de doença (Almerinda e Joana).

Quadro 56 – Resultados dos apoios – Educação e Formação profissional

Resultados dos apoios		N	Perfis
Educação e formação profissional	Carência satisfeita	4	Desempregados (2); Trabalhadores pobres (2)
	Carência n reconhecida	8	Desempregados (3); Trabalhadores pobres (3); Desafiliados (2)
	Carência latente - 5 anos	5	Incapacitados (1); Desempregados (2); Cuidadoras (1); Trabalhadores pobres (1)
	Carência latente + 5 anos		
	Total		17

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O emprego constitui a área onde os apoios menos se fazem sentir e na qual os entrevistados menos recorrem aos dispositivos de assistência. De facto, apenas 17 entrevistados mencionaram explicitamente revelar essa necessidade junto das assistentes ou pesquisando oportunidades de trabalho no centro de emprego. Como referido no capítulo 1.4., a procura de emprego faz-se mais recorrendo às redes sociais do que à efetiva exposição dessa carência junto dos centros de emprego. Do conjunto de entrevistados, apenas Ilda conseguiu encontrar um trabalho junto do centro de emprego, satisfazendo a sua necessidade nesta área, e apenas Abu obteve uma resposta, mesmo que a carência permaneça, através dos dispositivos de assistência no sentido de o integrar no mercado de trabalho. A todos os restantes, o sistema parece ser incapaz de, reconhecendo a carência, fornecer respostas nesta área, revelando a ineficácia das políticas ativas de emprego nas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade.

Quadro 57 – Resultados dos apoios - Emprego

Resultados dos apoios		N	Perfis
Emprego	Carência satisfeita	2	Trabalhadores pobres (1)
	Carência não reconhecida	14	Incapacitados (2); Desempregados (5); Cuidadoras (1); Trabalhadores pobres (3); Desafiliados (3)
	Carência latente - 5 anos	1	Desafiliados (1)
	Carência latente + 5 anos		
	Total		17

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

3.3. Apoios recebidos com reduzidos impactos

Perante este cenário em que uma grande fatia dos entrevistados assume que as suas necessidades não foram satisfeitas, são também muito poucos aqueles que, entre 2011 e 2014, conseguem identificar impactos dos apoios recebidos.

Alguns dos entrevistados enquadrados no perfil de desafiliados são os que assumem mais claramente e de forma positiva os impactos dos apoios auferi-

dos. Passar de um albergue para um quarto ou da rua para uma casa e poder descansar sempre que se deseja, permitiu a Hortense “repor as energias” e a Jerónimo e Abu aumentarem o seu nível de confiança face a si e aos outros, tal como já tivemos oportunidade de revelar através dos seus discursos.

Entre os entrevistados que abordam os efeitos dos apoios nas suas vidas, e retirando algumas pessoas que integram o perfil desafiados, são inexistentes os casos que identificam impactos estruturantes nas suas vidas que lhes permitisse inverter a sua condição de vulnerabilidade: veja-se a este título a forma como é administrada a formação profissional e a ausência de oportunidades de trabalho fornecidas pelo centro de emprego (cf. Capítulo 1.4.3.).

Assim, a maioria dos depoimentos centra-se sobre a importância dos apoios monetários, predominantemente, na sua dimensão de suporte à sobrevivência. Se em 2011, o RSI era também encarado como uma medida de carácter instrumental que permitia ultrapassar uma fase particularmente negativa associada à exclusão do mercado de trabalho ou a uma oportunidade para ingressar em percursos de qualificação escolar e profissional, estas duas dimensões desapareceram dos discursos.

Mas mesmo esta dimensão de apoio à sobrevivência se revela comprometida: das 30 pessoas que assumem que a sua situação económica piorou entre 2011 e 2014, 15 identificam como incidente crítico o corte/diminuição dos apoios sociais.

“Os apoios não tenho nenhuns. Estava a receber da inserção social 187€, agora em Janeiro tiraram-me oitenta euros e estão-me a obrigar a pagar 80€ do ano todo de 2013. “ (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

À dificuldade de fazer face à gestão da privação no quotidiano, que como vimos exige a mobilização de um conjunto muito diversificado de estratégias (cf. Capítulo 2.2), soma-se a incerteza face ao futuro. A energia despendida nesta luta pela sobrevivência, cujas palavras de Paulina ilustram bem – “temos que andar sempre na azáfama, é sempre complicado”, nem sempre deixa espaço para se pensar noutras formas de existência (cf. Capítulo 5), expondo as pessoas a um risco desmesurável. Também Maria Celeste, no mesmo sentido, diz já não ter energia para lidar com a burocracia exigida para aceder a apoios sociais. Os discursos sobre a crise são particularmente críticos, sendo uma exceção aqueles que concordam com o regime de austeridade imposto:

“A crise é a melhor coisa que pode acontecer a um rico. Porquê? Porque fica mais rico. “ (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

“A crise é a desculpa para nos roubarem a “torto e a direito”, isto não tem crise nenhuma, que fique bem claro que Portugal não passa por crise nenhuma. Portugal endividou-se para encher os bolsos de muita gente, depois julgaram que transferiam a dívida para os que trabalham. Portanto, isto não é uma crise, é um roubo! Eu sempre trabalhei toda a minha vida, desde criança, nunca pedi um tostão ao banco, nunca pedi nada. Vivi sempre com o meu dinheiro, se o país se endividou tem que haver culpados, quem se endividou ... o que eles fizeram foi com que as pessoas ficassem mais pobres.” (André, 64 anos, idoso, 2014)

“Neste momento a situação do nosso país é uma situação complicada. É normal, muita gente não compreende mas é normal que nós tenhamos que passar um bocadinho de austeridade como estamos neste momento. Tinha que acontecer esta austeridade. Isso tinha que ser porque nós estávamos a entrar quase que numa banca rota. Neste momento não estamos, quem percebe bem não está. Claro que custa a todos, está a custar a todos. É normal que haja mais desemprego, vai acontecer a mesma coisa, mais emigração, como aconteceu há alguns anos atrás.” (Antero, 38 anos, incapacitado, 2014)

Nesta fase do Barómetro, assiste-se a um reforço da exposição ao risco que antes estava mais assegurada pelo sistema de proteção social. Como refere Fernando Diogo, “os processos agora institucionalizados sobreviverão aos seus criadores e terão consequências muito para além do fim das condições que lhes deram origem” (Diogo, 2012: 124). Eis um dos desafios a que o Barómetro deve responder!

4 Perceção das políticas atuais e mobilização coletiva

Ao longo dos capítulos que integram este estudo foi possível ir percebendo o peso de algumas das áreas problemáticas das políticas sociais. De facto, nesta Fase II do Barómetro algumas áreas das políticas emergem nos discursos dos entrevistados e dão conta de alterações recentes nos procedimentos normativos que regulam o acesso a benefícios sociais e/ou à forma de permanência em determinadas medidas:

- ▶ Na área da saúde, com a introdução em 2011 de alterações ao regime de acesso ao Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente no que se refere a critérios para aceder à isenção de pagamento das taxas moderadoras e aos seus valores, às categorias de isenção e à documentação e procedimentos administrativos necessários para aceder. No caso de se ficar abrangido pela isenção devido a insuficiência económica, esta condição tem de ser reavaliada anualmente (cf. Caixa 3).
- ▶ Na área da habitação, nomeadamente do parque público da cidade de Lisboa, surge o aumento de rendas que decorre da implementação pela autarquia, a partir de 2011, de um processo sistemático de verificação da ocupação e condição dos recursos dos seus habitantes. Ao nível do mercado privado a nova lei do arrendamento, publicada em 2012, determina, entre outros aspetos a impossibilidade das transmissões sucessivas do arrendamento (cf. Caixa 1).
- ▶ Nas políticas de compensação económica, nomeadamente o RSI, que desde 2010 foi sofrendo alterações significativas. O novo regime jurídico altera a verificação da condição de recursos para se aceder à medida, introduz novas fórmulas de capitação dos elementos que

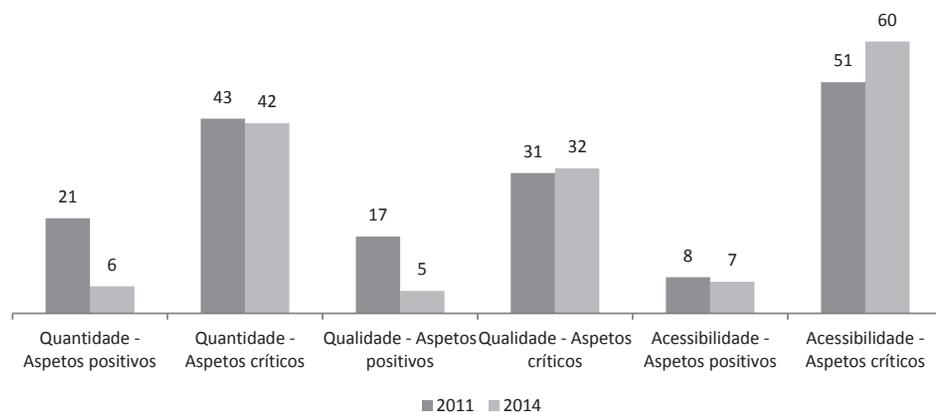
integram o agregado familiar e reduz o percentual do valor do IAS, bem como reforça a sua natureza contratual e o quadro do regime sancionatório (cf. Caixas 4 e 5).

- ▶ Nas políticas de apoio à família, nomeadamente o abono de família, através das alterações registadas em 2012 na forma de antecipação da prova escolar e de obrigação de aceder à Segurança Social Direta, embora já anteriormente existissem as regras para determinação da condição de recursos para ter direito a esta prestação (cf. Caixas 2 e 5).
- ▶ Nas políticas de proteção no desemprego, nomeadamente com as alterações introduzidas em 2012 que reduzem o prazo de garantia e os montantes das prestações (cf. Caixa 6).

4.1. Aumento da intensidade e criticidade das políticas e apoios sociais

Comparando a avaliação das políticas sociais realizada pelos entrevistados em 2011 com a efetuada em 2014 um dado emerge de forma clara. Para qualquer das dimensões de avaliação consideradas - quantidade, qualidade e acessibilidade – os aspetos positivos são muito menos evidenciados em 2014 face a 2011, emergindo os aspetos relativos à acessibilidade com o maior grau de criticidade (passa de 51 referências para 60).

Gráfico 9 – Balanço da avaliação das políticas sociais segundo os entrevistados (2011-2014)



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Os Quadros seguintes reúnem e sistematizam os aspetos positivos e críticos referenciados pelos entrevistados sobre as políticas e os apoios sociais que são implementados pelo Estado e pela Sociedade Civil organizada em três dimensões: quantidade, qualidade e acessibilidade. Pretende-se realçar as principais alterações registadas nesta avaliação, evidenciando-se os aspetos que se mantêm estáveis, bem como os elementos novos que emergem independentemente do seu grau de criticidade.

Uma leitura rápida da informação contida nestes quadros permite, desde logo, destacar o número bastante elevado de novos aspetos críticos que foram enunciados. Apesar de alguns dos aspetos registados em 2011 tenham deixado de assumir a sua relevância para os entrevistados, o número de novos aspetos supera sempre aqueles que não foram mencionados, surgindo inclusive novas problemáticas, nomeadamente nas questões relacionadas com o emprego (quantidade e qualidade), com o apoio alimentar (quantidade, qualidade e acessibilidade) e com o funcionamento do sistema (qualidade).

Ao nível da quantidade dos apoios, para além de se manter a insuficiência das respostas habitacionais, da cobertura do SNS face às necessidades (medicação, ajudas técnicas, consultas de especialidade...) e dos apoios monetários disponibilizados, os entrevistados são críticos em 2014 face às medidas de ativação pelo emprego, quando o centro de emprego não oferece respostas em número suficiente face à mão de obra disponível. Esta é, de facto, uma das áreas que não emergira em 2011, possivelmente pela alteração das regras de acesso ao RSI que pressupõe, entre outras ações, a obrigação de inscrição no respetivo centro de emprego para aceder à prestação e a manifestação formal de procura ativa de emprego.

Se já em 2011, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei 70/2010 de 16 de Junho que veio alterar as regras para a determinação da condição de recursos, os entrevistados referenciavam a redução da prestação do RSI, em 2014 referenciam também a sua cessação (Caixas 4 e 5). Como constatámos nos capítulos precedentes, 25 dos 57 entrevistados referenciam a cessação/diminuição dos apoios e 10 pessoas deixaram, involuntariamente, de receber RSI, não sendo, pois de estranhar que esta situação com impactos consideráveis nas condições de existência não deixe de ser referenciada como um aspeto crítico ao nível de apoio das políticas sociais.

Este impacto negativo ao nível dos rendimentos familiares faz emergir uma outra nova dimensão da quantidade dos apoios disponibilizados – o apoio alimentar, que também é assinalado como tendo sofrido cortes ou diminuições, revelando-se insuficiente face à dimensão do agregado.

Também o aumento do valor das rendas sociais emerge como um novo aspecto crítico e para o qual concorre, como já referenciado, a implementação, em 2011, de um processo sistemático de verificação da ocupação e condição dos recursos dos habitantes do parque público da cidade de Lisboa.

Perante este cenário, a incerteza sobre o futuro ao nível do montante pecuniário com que se pode contar é um traço que atravessa o pensamento de vários entrevistados, independentemente da sua idade, mas sobretudo, entre aqueles que por motivos de idade e saúde já não estão em condições de trabalhar: se Natália, de 84 anos, revela a sua preocupação sobre o valor da sua reforma no futuro (incluindo o Complemento Solidário para Idosos) que a impedem de aderir aos passeios promovidos pelo Centro de Dia que frequenta, também Maria Celeste, de 56 anos, incapacitada para o trabalho por motivos de saúde e coabitando com o núcleo familiar do seu filho, viu as suas prestações sociais reduzidas, contando com menos 200€ decorrentes da diminuição do valor do subsídio eventual para apoio ao pagamento da renda e do RSI. Paulina ilustra bem a forma como se sentem os entrevistados face ao risco e incerteza do futuro:

“Eles dizem que ainda vai haver um ano mais complicado que este, se ainda vai haver um ano mais complicado, como é que a gente vai conseguir? É muito difícil. O desemprego cada vez há mais. É muito difícil, se a gente anda sempre a contar os tostões, então daqui a um ano, a gente não come. É muito complicado, e isto é que me mete medo, porque uma pessoa nunca sabe o dia de amanhã.” (Paulina, 39 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Gonçalo é também, a par de outros, que revelam como os subsídios eventuais, podem, a qualquer momento, ser retirados sem que se tenham alterado as condições de existência:

“As coisas estagnaram. Talvez ligeiramente pior porque foi-me retirado da minha reforma... a minha reforma são 230€, mas depois davam-me um complemento de cerca de 200€, ficava em 430€ mas agora tiraram-me 50€. Eu quero cortar o pescoço a alguém. Na altura em que me deram o complemento, disseram-me que a qualquer altura me podiam tirar, ou todo, ou parte, tiraram-me parte. Fui avisado. Não gostei, mas na situação em que o país está, tem que cair em cima de alguém. Também caiu em cima de mim. A esquerda diz: tirem aos ricos. Mas os ricos também precisam de dinheiro que é para criar novos empregos e novas situações de trabalho. Vamos tirar aos pobres que esses são mais e já estão habitados (...) Ainda não senti bem os efeitos, mas vou sentir.” (Gonçalo, 72 anos, idoso, 2014)

Quadro 58 – Quantidade – Dimensões positivas e críticas das políticas sociais segundo os entrevistados

	2011	2014	2011	2014
QUANTIDADE Saúde			Aspetos positivos	Aspetos críticos
			- Apoios à saúde por parte da SCML	- Insuficiência da cobertura face às necessidades (medicação, ajudas técnicas, consultas de especialidade...) - Insuficiência de cuidados de saúde (falta de médico de família)
Prestações sociais/ outros apoios			- Cobertura mesmo que insuficiente face à sobrevivência - Ter apoio jurídico para resolução problema laboral	- Insuficiência do valor dos apoios - Mudança indevida de escalão do abono de família - Redução da prestação do RSI - Cessação do RSI - Valor das pensões de velhice baixas face a carreira contributiva
Habituação			- Apoio ao pagamento de rendas pela SCML - Ter habitação social	- Incerteza sobre o valor das reformas no futuro - Carácter temporário do apoio ao pagamento de renda, SCML - Carácter temporário dos subsídios eventuais - Redução do apoio à renda - Valor renda social elevado - Parque habitacional público não responde às necessidades
Géneros				
Emprego				- Corte/diminuição do apoio alimentar - Insuficiente face à dimensão do agregado familiar - Inexistência de ofertas de emprego pelo Centro de Emprego
Rede de equipamentos				- Cobertura insuficiente para institucionalização de idosos
			21	43
			6	42

Nota: A branco os aspetos referenciados que se mantiveram entre 2011 e 2014 e a cinzento os novos aspetos que emergiram em 2014

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CETI, 2014

A diminuição acentuada dos aspetos positivos referenciados entre 2011 e 2014 decorre, em parte, das dimensões críticas acima descritas: se em 2011, 11 entrevistados mencionavam a importância das prestações sociais e de outros apoios, mesmo que insuficientes face à sobrevivência, em 2014 apenas 4 pessoas evidenciam este aspeto, como é o caso de Vasco, de 53 anos, com uma inserção laboral precária e já sem RSI desde 2013 diz que os apoios lhe têm permitido “aguentar nos mínimos”, “é o complemento de suporte da minha vida”.

Relativamente aos aspetos qualitativos, sendo em número menos reduzido face aos referenciados para as dimensões quantitativas e de acessibilidade aos apoios, é aqui que mais se diversificam as críticas, nomeadamente com a introdução de mais 16 pontos novos e com o surgimento das áreas da educação, formação profissional e emprego, os géneros e o funcionamento do sistema.

Relativamente às áreas da educação, formação profissional e emprego as poucas referências positivas partem de Elvira e da importância que representou para si frequentar um curso de costura para poder fazer roupa para a família e para fora. Olegário, com o 5º ano de escolaridade, atingido recentemente, passou a conseguir ler as cartas que lhe são dirigidas e tirar a carta de condução. No entanto, e tal como se constatou no Capítulo 1.4.2., na perspetiva dos entrevistados, por um lado, a existência de oportunidades de formação não coincidem com as necessidades efetivas do mercado de trabalho, pois não têm qualquer impacto no acesso ao emprego. Por outro lado, as propostas de formação profissional apresentadas às pessoas são desajustadas ao seu perfil de competências e de saúde, levando a sentimentos de revolta por parte de alguns entrevistados e no caso de Rute a nem sequer perceber porque tem de estar inscrita no centro de emprego, pois sendo portadora de VIH sente que ninguém lhe dará trabalho, sobretudo, nas áreas de formação que tem frequentado, nomeadamente a de costura e de auxiliar de geriatria.

Pedro é um dos casos que ilustra como alguns programas de formação parecem constituir mais formas de controlo e ocupação dos beneficiários do que medidas relevantes para a integração profissional (cf. Branco, 2001) e de como parece existir um fraco poder de negociação no âmbito das ações propostas:

“Eu já me senti envergonhado o ano passado, eu e pessoas com 60 anos que tiveram comigo, fomos obrigados a ir ali para Xabregas, para um curso do IEF, para lembrar-me do aeiou. É muito triste, ridículo, ridículo. Isto é o país que nós temos. Se me dissessem a mim: - Está aqui 100€. Não mexendo na inserção social. - Está aqui 150€ Almoço e jantar e você vai limpar as matas? Eu ia.” (Pedro, 50 anos, desempregado, 2014)

Ao nível do apoio alimentar surge a referência ao fornecimento de alimentos fora do prazo ou quase a atingir o limite do prazo. Mas de entre as áreas novas, que emergiram em 2014, assume particular relevância a referência aos entraves burocráticos e a problemas informáticos que limitam o acesso e a manutenção de prestações sociais ou a demora no deferimento de pedidos face a necessidades urgentes. A título de exemplo:

- ▶ Elvira menciona que não anularam no sistema de Segurança Social que a filha que vive consigo já não se encontrava a trabalhar para poder ter acesso ao abono de família;
- ▶ Maria Celeste dizia estar a aguardar há nove meses o resultado do pedido de isenção das taxas moderadoras;
- ▶ Rita aguardava, desde 2012, o pedido de apoio para comprar uns óculos;
- ▶ Márcia refere que viu duas vezes o RSI cessado por erros informáticos;
- ▶ Sofia, recém separada do marido, queixava-se de não ter forma de ele poder alterar a sua residência, levando ao não deferimento do RSI.

Também na área da saúde para além da demora na atribuição dos apoios ou da isenção das taxas moderadoras, emerge a falta de qualidade dos serviços prestados e de resignação dos entrevistados à sua falta de sorte:

“Sou eu que também não tenho grande sorte na vida, mas eu sei que há ali casos que foram resolvidos em 6 meses! Que as pessoas arrancaram os dentes, puseram as próteses, e acabou e eu ando ali há 2 anos e tenho a boca pior que quando entrei ali.” (César, 38 anos, desafiado, 2014)

Mas é também ao nível das modalidades de atendimento/acompanhamento social que mais se mantêm e intensificam as críticas. Como constatámos no Capítulo 3, dos 31 entrevistados que teceram considerações sobre a qualidade da relação que mantêm com os dispositivos de assistência social, apenas 5 avaliam positivamente esta relação. As críticas mantêm-se sobre a ausência de uma intervenção individualizada que permita um acompanhamento próximo e capaz de perceber a realidade das pessoas nos seus sofrimentos e projetos, fatores que deveriam prevalecer sobre uma visão normativa e padronizada da ação social:

“Ela só queria saber se eu tinha tudo em ordem para receber o subsídio.” (Vasco, 53 anos, desempregado, 2014)

“Parece ser mais sincera que a outra assistente, há tantos anos que andava com ela, de volta dela, para me ajudar, para me auxiliar e a levar relatórios médicos, e esta assistente quando eu entrei lá, não tinha sequer uma folha como eu era diabética... Não sei onde é que a outra assistente pôs os meus relatórios, as minhas coisas, mandou tudo para o lixo...” (Joana, 38 anos, incapacitada, 2014)

O sentimento de distância, de incompreensão e falta de esforço que os assistentes sociais revelam para compreender as necessidades emergem nos discursos com um grau de criticidade forte e revelam, nomeadamente no caso de Anabela, como as respostas de apoio individualizado e prolongado às famílias nem sempre se mantêm ativas. É neste sentido que César refere a importância de um acompanhamento mais próximo:

“Trem ao terreno, conhecer as pessoas, ouvir, como você está a fazer, as assistentes, por exemplo. Já não falo nos políticos, nos bancários, sei lá por aí adiante, mas as pessoas que lidam normalmente com a população. Saberem o que se passa, não sabem o verdadeiro sentido das coisas, não vêm e as pessoas.” (César, 38 anos, desafiado, 2014)

Se a discricionariedade aparece como uma dimensão da falta de qualidade na forma de atender o público, também é referenciada, em 2014, na área da habitação pela falta de rigor na avaliação do valor da renda social ou dos apoios que são disponibilizados para apoio ao arrendamento. Os discursos sobre esta matéria relevam como a confiança nas instituições pode ficar abalada:

“A Dra. uma vez disse para eu arranjar uma casa e eu arranjei que ela pagava umas coisas. Não pagou e eu fiquei sem a casa. Disso nunca me esqueço. Morava aqui no Intendente. Ela disse: arranje uma casa que essa está toda podre! Arranjei a casa. Fui lá pedir o dinheiro e ela disse que não tinha dinheiro que a Sta. Casa está pobre. Fiquei sem a casa. Fui para um quarto, a pagar 300€. É assim... já não confio. Se não podem, não devem prometer. Ela não sabe que estou aqui nesta casa, eu não lhe disse. Só lá vou para o mês que vem. Eu não conto com ela.” (Margarida, 43 anos, desempregada, 2014)

Ao nível dos equipamentos a avaliação negativa recai sobre os albergues não só pelo estigma associado a quem aqui pernoita, dificultando aceder ao mercado de trabalho, mas também pela impossibilidade de se poder permanecer durante o dia para descansar, levando a um grande desgaste físico.

As referências às dimensões mais positivas dos apoios disponibilizados (apenas 5) incidem, sobretudo, na qualidade do serviço prestado pelo Centro de Dia frequentado por alguns idosos que residem na zona histórica. A qualidade dos trabalhadores e as atividades aí realizadas são as duas dimensões mais valorizadas:

Quadro 59 – Qualidade - Dimensões positivas e críticas das políticas sociais segundo os entrevistados

QUALIDADE	2014	2011	2014	2011	2014
Atendimento /Acompanhamento social	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade e empatia das técnicas - Complemento dos apoios sociais com outros apoios atribuídos por entidades locais - Rotatividade dos técnicos - Apoio emocional - Apoios disponibilizados pelo centro de dia (alimentação e convívio...) 	17	<ul style="list-style-type: none"> - Demasiada exposição/Invasão da privacidade - Incompetência/Inércia das técnicas - Incompreensão dos técnicos face às realidades dos beneficiários - Reduzido poder de negociação no âmbito das ações propostas - Escassez de recursos/resposta adequados às necessidades - Acompanhamento estandardizado - Não explicitação dos direitos dos utentes - Atendimento diferenciado em função dos públicos 	31	33
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de materiais de construção pela Junta de Freguesia - Cedência de habitação pela Junta de Freguesia 	5	<ul style="list-style-type: none"> - Dimensão desadequada da habitação face à composição do agregado - Falta de privacidade dos albergues - Pouca manutenção dos imóveis de habitação social pela CM - Discriminiedade/falta de rigor na avaliação do valor da renda social - Tempo de espera para ser atendido no Centro de Emprego - Centro de Emprego faz propostas desajustadas ao perfil de competências e de saúde das pessoas do agregado familiar - Formação profissional desadequada ao perfil dos públicos - Formação profissional sem impactos no acesso a emprego - Cursos de alfabetização de curta duração 	17	31
Educação, Formação Profissional e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Importância da frequência de curso de formação profissional para convivência 	5	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de qualidade do atendimento médico; - Tempo de espera para deferimento da isenção das taxas moderadoras 	17	31
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento no CAT - Apoio médico no albergue - Cuidados de saúde prestados pelo centro de saúde 	5	<ul style="list-style-type: none"> - Demora na atribuição dos apoios solicitados - Insuficiência do apoio técnico e psicológico a familiares de doentes - Falta de qualidade do atendimento médico; - Tempo de espera para deferimento da isenção das taxas moderadoras 	17	31
Géneros					
Rede de equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Apoios disponibilizados pelo centro de dia (alimentação e convívio...) 	5	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentos fora do prazo - Respostas sociais para institucionalização muito padronizadas - Falta de vagas em creche e com horários compatíveis com o período laboral - Procedimentos desajustados para acesso a lar - Regras instituídas por Albergues (não poder permanecer durante o dia, controlo apertado...) e falta de limpeza - Entraves burocráticos e informáticos que limitam o acesso e a manutenção de prestações sociais - Demora no deferimento de pedidos face a necessidades urgentes 	17	31
Funcionamento do sistema					

Nota: A branco os aspetos referenciados que se mantiveram entre 2011 e 2014 e a cinzento os novos aspetos que emergiram em 2014

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CETI, 2014

“À quinta-feira que vem o Chapitô. E amanhã é baile, vem cá o professor, mas eu também não posso abusar que eu tenho arritmia e se acelero, muito pianinho ou estrago tudo. E então a professora lá dançou um bocadinho comigo mas vai logo pôr-me sentada. E faço ginástica ali de manhã, é só um bocadinho, coisa de meia hora, talvez nem isso. Porque a professora de manhã vai dar ginástica às pessoas que podem melhor, depois vem dar aquelas que, pronto, têm mais dificuldade. É assim uma ginástica sentada com as pernas e garganta e cabeça e pescoço e não sei que mais... Porque eu também faço em casa. Faço à janela, estou à janela e faço ali ginástica.” (Natália, 85 anos, idosa, 2014)

Relativamente à dimensão acessibilidade, a experiência de relacionamento com as instituições sociais da cidade de Lisboa revela um sentimento de discriminação nos apoios que são concedidos. Tanto ao nível da celeridade das respostas, como ao nível de abrangência dos seus destinatários em domínios como os apoios pecuniários, a habitação, a saúde e os géneros são identificados aspetos críticos.

Os discursos dos entrevistados sobre esta matéria põem em destaque não só as questões da distribuição dos recursos das políticas públicas, mas também a lógica de merecimento que pode estar subjacente a determinados procedimentos assistenciais em função do perfil da clientela:

“Uma família grande se chorar ou ameaçar, eles dão e se for lá eu contar a história como é e sou sincero, acabo por não trazer, porque depois eles dão a quem realmente não precisa e não tem fundos para dar a quem precisa. Acredito que seja assim. Mas é mau trabalho delas, são elas que não trabalham.” (César, 38 anos, desafiado, 2014)

“Uma pessoa chega e vê (...) Pessoas que não precisam. Isso é que me revolta. Apetece-me ir lá em cima e bater nelas todas. Às pessoas que chegam lá e têm sorte mesmo, há pessoas que têm sorte mesmo. Chegam lá e dão a volta a elas. Eu nasci sem sorte e vou morrer sem sorte.” (Margarida, 43 anos, desempregada, 2014)

“A Santa Casa para mim, é tal e qual como o governo. É só para quem elas querem. E quem é da cor delas” (Dália, 59 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Uma outra questão crítica que emerge prende-se com os procedimentos para aceder a determinados apoios, quer pela rigidez das regras e burocratização dos processos, quer pelo desconhecimento dos procedimentos para aceder a determinados benefícios. Esta dimensão processual encontra-se identificada pelos entrevistados ao nível das prestações sociais, do apoio alimentar e da saúde, concretamente pelo desconhecimento de como aceder à isenção das taxas moderadoras, à habitação social e/ou à formação profissional. No caso da formação profissional, Paula, por exemplo diz que lhe foi negada a ins-

crição num curso que se iria realizar na sua área de residência, por uma das regras impostas impedir o acesso de moradores do bairro.

As dimensões mais positivas surgem, sobretudo, referenciadas pelos entrevistados que beneficiam ou beneficiaram do projeto Casas Primeiro. Apesar de algumas avaliações dissonantes, como é o caso de Jerónimo que sentiu que o queriam estudar, como se fosse uma cobaia num laboratório ou de Ramiro que achou as regras para permanecer na casa muito rígidas, tanto Abu, como Ramiro avaliam positivamente o percurso que estão a fazer:

“Eu tenho que agradecer muito ter aquele quarto, porque tomara muita gente ter um quartinho. Eu agora sinto que tenho a minha liberdade, sinto que não tenho que depender ninguém para nada. Estava muito limitado. As pessoas lá era para pedir tabaco, bater à porta.” (Ramiro, 34 anos, desafiado, 2014)

Também é de referir o caso de Liliana que viu o Fundo de Garantia de Alimentos Devido a Menores lhe ser atribuído, quando em 2011 aparecia como um aspeto crítico a dificuldade em aceder a este apoio.

Quadro 60 – Acessibilidade - Dimensões positivas e críticas das políticas sociais segundo os entrevistados

ACESSIBILIDADE	2011	2014	2011	2014	2011	2014
Prestações sociais					Aspectos positivos - Deferimento de prestações (Fundo de Garantia de Alimentos) Aspectos críticos - Acesso dificultado pela exigência de exposição pessoal - Discriminariedade na atribuição dos apoios sociais - Rigidez das regras de acesso e manutenção dos apoios sociais - Burocratização dos processos de recurso a apoios sociais - Atribuição do estatuto de beneficiário do abono de família a um membro do agregado familiar e não diretamente aos pais - Dificuldade de acesso a prestação social para filho de pai desconhecido - Dificuldade de acesso a pensão de invalidez - Falta de diversificação do leque de formações disponíveis gratuitas - Desadequação da oferta disponível ao perfil dos candidatos - Falta de oportunidades adequadas às novas competências adquiridas - Formação profissional desadequada às condições de saúde - Dificuldade de transportes na resposta a ofertas de trabalho - Vedado o acesso a formação profissional na área de residência	60
Educação/Formação profissional	- Maior facilidade no acréscimo de qualificações - Acesso à formação profissional - Oportunidade de melhorar as qualificações por via das Novas oportunidades					51
Habituação	- Acesso à habitação pelo projeto Casas Primeiro - Acesso a apoio eventual para pagamento de renda de quarto		8	7	- Dificuldade de acesso a habitação social - Falta de apoio ao arrendamento no mercado privado - Acesso restrito/discriminatório no acesso à habitação social - Burocratização das regras de acesso a habitação social - Discriminariedade no acesso a obras de requalificação dos fogos de habitação social - Valor de rendas de habitação social elevadas face aos rendimentos	
Saúde	- Ter apoio para medicamentos				- Dificuldade de transportes para se deslocar a consultas e tratamentos - Dificuldade de ter apoio para medicamentos - Dificuldade de aceder ao SNS por falta de isenção das taxas moderadoras - Desconhecimento dos procedimentos para aceder à isenção das taxas moderadoras	
Géneros					- Dificuldade de acesso ao Banco Alimentar e discriminariedade na atribuição do apoio	
Equipamentos	- Frequentar Centro de Dia				- Dificuldade de aceder a lar de idosos de qualidade	

Nota: A branco os aspetos referenciados que se mantiveram entre 2011 e 2014 e a cinzento os novos aspetos que emergiram em 2014

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

4.2. Expostos ao risco, mas pouco mobilizados para a ação coletiva

Apesar do agravamento da incerteza da sobrevivência quotidiana e da exposição continuada ao risco, as pessoas que integram o Painel revelam o seu afastamento da esfera pública: reduzida filiação associativa (apenas 8); fraca participação em manifestações (apenas 7), média participação eleitoral (33).

A crise parece ter acentuado este padrão, pois a desconfiança face aos sistemas de governação e aos partidos emerge nos discursos e não escolhe idade, nem perfil:

“As pessoas ao votarem não estão a compreender que estão a engordar os partidos, as pessoas ainda não perceberam que o voto é inútil. Eu que lutei pelo voto, eu que lutei para que houvesse as pessoas a votarem e a lutarem pelos seus direitos, para que tivessem direitos de voto e com esse voto pudessem exercer a democracia, mas eu enganei-me, as pessoas votam mas não exercem a democracia! As pessoas votam num bando de parasitas, depois eles sim, exercem a tecnocracia e a gatunagem! Eles só exercem a gatunagem. Se me disser “está desiludido com os políticos?” estou, se me disser “todos os políticos são iguais?”, não. Há aí 20% de pessoas que estão na política e que ainda pensam.” (André, 64 anos, idoso, 2014)

“Eu agora, conforme estou, mesmo que me saísse cinquenta ou cem milhões, eu não comprava nada, nem um tijolo comprava, não comprava nada. Eu não acredito neste país.” (Anália, 78 anos, idosa, 2014)

“[E acha que este país tem salvação?] Eu quero-me é salvar a mim. Bem me importa o país.” (Teolinda, 54 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“Eu digo que enquanto quem está bem está bem não se vai preocupar com quem está mal. A política atualmente está uma miséria. É “olho para mim e mais nada.” Não olhamos para mais ninguém. Eles fazem as leis é para eles, não é para nós – não é admissível um político estar 8 anos num mandato e ter a reforma por inteiro. Não é justo! Não acho justo (...) ainda chegarem agora e tirarem-lhe x por que o país está mau... Não foram eles, não foram essas pessoas que o gastaram. Foram eles que o gastaram em viagens e boémias. Portanto, chamem os responsáveis, os políticos que o gastaram, os políticos que fizeram esta crise chamem-nos à responsabilidade, façam-nos a eles contribuírem para aquilo que eles gastaram, para aquilo que eles estragaram. Não roubem aos pobres porque os pobres já não têm nada. Nós trabalhamos é para comer no dia-a-dia, eles não...” (Álvaro, 55 anos, trabalhador pobre, 2014)

“Eu não tenho vergonha de dizer que não tenho, eu tenho vergonha é do país que vivo porque se dessem trabalho às pessoas eu não tinha vergonha do meu país, que eu amo o meu país. Tenho vergonha não é do meu país, é dos governantes. Nem é do meu país, é dos governantes.” (Deolinda, 54 anos, incapacitada, 2014)

A concordância de 20 entrevistados com a realização de manifestações contrasta com os 21 que dizem discordar por não acreditarem que possa resolver a situação do país e das pessoas mais carenciadas. Apesar desta polarização de opiniões, apenas 7 dizem já alguma vez ter participado numa manifestação.

“Eu acho bem que a gente reivindique aquilo a que tem direito. Só que se vamos para a greve, é um dia a menos que se ganha. Se a gente não faz barulho não resolve nada, mas se faz barulho nada resolve. Ficamos ali a ver o barco a andar sem ir nem para a esquerda nem para a direita, fica ali no meio.” (Filomena, 60 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“Olhe é uma coisa que eu lamento, porque nós os portugueses somos um bando de carneiros, mas há uma classe que me anda a desiludir muito, que são as forças armadas. Ainda ontem vi na televisão que os próprios militares estão a passar dificuldades, e não há ninguém que se vire?” (Vasco, 53 anos, trabalhador pobre, 2014)

Apesar do discurso da justiça social estar muito presente entre os entrevistados (cf. Capítulo 2.2.1), o centramento em si próprios e na família, nas suas condições de vida e na descredibilização do sistema político dificulta projetar a capacidade de ação sobre a esfera pública. É certo que as referências à filiação associativa são muito incipientes: entre a pertença de 7 pessoas a associações de moradores e recreativas, a menção instrumental à sua participação tende a prevalecer. Não nos podemos esquecer, no entanto, que a grande maioria das pessoas que integra o Painel não está vinculada a um mundo do trabalho que conta com o suporte dos sindicatos nas formas de organização coletiva. A sua precária inserção laboral ou desvinculação da esfera do trabalho assume, pois, uma explicação relevante.

5

Olhar o Futuro: da expectativa ao abandono, uma resiliência quase militante

A análise até então produzida permite-nos tecer breves conclusões sobre as condições das pessoas que integram o Painel:

- ▶ Intensifica-se a precariedade da atividade laboral;
- ▶ Sobressai a frustração com a falta de impactos da formação profissional e qualificação escolar na inserção laboral;
- ▶ Percebe-se que garantir condições de sobrevivência obrigou a um reforço da combinação de estratégias. Aos rendimentos obtidos através da iniciativa individual é necessário somar o apoio da rede informal e os apoios institucionais ou, em situações limite, os empréstimos;
- ▶ A alteração dos tipos de apoios sociais atribuídos - diminuíram as prestações substitutivas/complementares dos rendimentos do trabalho e aumentaram os subsídios eventuais - traduziu-se no aumento da insegurança sobre a sua regularidade, com fortes impactos no quotidiano dos indivíduos, onde a saúde foi uma das principais áreas lesadas.

Quais os impactos do agravamento da condição de vulnerabilidade na auto imagem dos indivíduos e na projecção no futuro é o que interessa explorar.

Quando procurámos que se pronunciassem sobre as suas competências, a hesitação inicial de quem não sabe o que dizer foi superada e 32 pessoas acabaram por revelar as capacidades que sentiam ser as mais relevantes. Maioritariamente surgem as qualidades relacionadas com o trabalho - o “ser traba-

lhador”, perfeccionistas no desempenho profissional, polivalentes, proativos -, com disposições pessoais – ser otimista e não se deixar ir abaixo - ou as competências/qualidades ético-morais, como a honestidade, a bondade e o ser solidário.

Em 2014, são 7 as pessoas que não reconhecem dispor de competências. Independentemente dos perfis que integram, todos têm em comum problemas de saúde, com exceção de Amélia. A falta de saúde generalizada, a idade de Anália e Luísa, o momento crítico que Elvira atravessa e o facto de se tratarem, maioritariamente, de indivíduos isolados poderá justificar esta desvalorização das competências pessoais.

As entrevistas foram quase sempre rematadas com o balanço entre projetos concretizados no período em análise e projetos para o futuro. Com alguma dificuldade de posicionarem a nossa primeira entrevista na sua biografia, muitos fizeram livremente o rácio entre projetos que ao longo da vida delinearão e os que conseguiram concretizar. O balanço é positivo, dos 36 que se pronunciaram, 27 referem ter concretizado pelo menos alguns.

Os projetos alcançados dizem respeito às seguintes áreas: escolaridade e formação, saúde, proteção social, habitação e emprego.

André e Fátima, dois idosos cuja pobreza chegou num momento avançado da vida, referem que se sentem realizados, pois conseguiram concretizar os projetos a que se propuseram ao longo da vida:

“Consegui ser feliz mesmo com os problemas que me têm acontecido, como foi o divórcio, esta minha zanga com as minhas filhas... (...) Mas consegui concretizar muitos: formar as miúdas, era um sonho que eu tinha, porque eu disse sempre que eu preferia que elas estivessem atrás de um balcão com uma formação académica, faça-me entender?! Não importa que estão a varrer ruas mas sei que a qualquer altura podem arranjar um tacho, têm um canudo... se elas forem varredoras para ser analfabetas, vão ser sempre varredoras de ruas...” (André, 64 anos, idoso, 2014)

“Tive as coisas que quis. Sou uma mulher realizada. Até na minha profissão, porque eu era uma grande modista. Depois fiquei tão saturada que fui para a restauração. Gosto muito.” (Fátima, 83 anos, idosa, 2014)

O aumento da escolaridade e a realização de formação são os projetos de vida que mais entrevistados referem ter concretizado. Anabela e Sofia conseguiram através de RVCC o 9º ano, Vasco, Alda e Amélia o 12º ano, Tânia conseguiu concluir a formação em Geriatria, Maria da Graça frequenta uma formação em costura que há muito desejava e Olegário aprendeu a ler e escrever.

Paulo conseguiu arranjar os dentes, condição que considera *sine qua non* para procurar um emprego com a confiança necessária; Paulina, Miguel e Maria Celeste congratulam-se com as melhorias habitacionais que conseguiram recentemente; Marisa encontrou trabalho; Rosa conseguiu que a incapacidade do marido fosse reconhecida através da atribuição da pensão de invalidez; objetivo também alcançado por Hortense, ao qual somou o apoio da SCML para arrendar um quarto e sair do albergue, como tanto desejava; Ilda conseguiu o fundo de garantia de alimentos devido a menores para o filho; e, finalmente, Joaquim e Amélia, imigrantes de longa data em Portugal, conseguiram obter a nacionalidade portuguesa.

Anália, Justina e Luísa referem outro tipo de projetos concretizados, onde emerge o papel tradicional e conservador reservado à mulher, onde casar, ter filhos e um bom marido eram os planos que tinham definido para as suas vidas.

Porém, outros referem não conseguir concretizar nenhum dos projetos delineados: Paula ainda não conseguiu uma casa condigna, nem aprender a ler e escrever, Ramiro não conseguiu fazer o 12º ano, Márcia gostaria de encontrar trabalho, Deolinda desejava dar uma boa vida às filhas, inclusivamente formação, no mínimo o 12º ano, e nenhuma o alcançou; e Aura pretendia ter estudado e ser professora. As dificuldades financeiras são, maioritariamente, apontadas como a força motriz que não existiu para financiar estes projetos.

“Quando era menina, tinha vontade de continuar a estudar para ser professora... Infelizmente, não pude ser. Fui trabalhar muito nova...” (Aura, 51 anos, incapacitada, 2014)

“Olhe, eu queria dar o 12º ano às minhas filhas e dar-lhes uma vida boa... Enquanto eu trabalhei, enquanto eu pude, dei-lhes aquilo que eu podia, mas elas também não estudaram até ao 12º, as duas, uma ficou no 11º e a outra ou no 10º ou no 12º, foi assim uma coisa, nenhuma completou o 12º.” (Deolinda, 55 anos, incapacitada, 2014)

Por sua vez, Dália e Graça mencionam a ausência de projetos ao longo da vida. A condição de vida atual de Dália, incapacitada e acomodada à sua condição de vulnerabilidade, e o papel de cuidadora informal que a idosa Graça tem que assumir junto da filha com quase 40 anos e acamada, parece fazê-las viver sempre ao sabor dos dias e das necessidades que, aparentemente, não deixam espaço para planos e aspirações.

“[Dos projetos que tinha, conseguiu concretizá-los?] Nunca tive assim...aos 20 já tinha os meus filhos todos. Fui com 15 anos para o pé do meu marido. Aos 17 anos tive o meu filho. Estive junta com o meu marido 4 anos e depois é que casei. E foi até ele morrer.” (Graça, 66 anos, idosa, 2014)

Arrumados os projetos passados, a sua concretização não é independente dos projetos para o futuro. Por um lado, tendem a ser os entrevistados que viram alguns dos seus projetos concretizados que continuam a delinear outros. Desempregados, trabalhadores pobres e desafiados são os que mais definem novas metas. São disso exemplo, Olegário, que se regozija por já saber ler a correspondência que lhe é dirigida, aguarda que o chamem para continuar a sua escolaridade; Ilda quer fazer formação em Inglês; e Amélia, mãe de três filhos, depois de obter a nacionalidade, emigrar para se juntar ao marido em Inglaterra é o seu novo projeto.

“Há uma coisa que já tenho, que é a nacionalidade. Custou mas consegui. Assim já consigo ir além-fronteiras. Já estou a pensar em emigrar, para Inglaterra. Para quem tem crianças é melhor do que aqui. Aqui o dinheiro vai todo para despesas, renda, água, luz, gás. Despesas correntes.” (Amélia, 34 anos, cuidadora, 2014)

São estes que consideram que o futuro será melhor.

Outros há que deixaram de fazer projetos, independentemente de terem ou não no passado realizado alguns deles: a vulnerabilidade que prolifera nas suas vidas diluiu os projetos para o futuro e a vontade de os fazer. Receiam a desilusão. Como defesa acomodam-se e deixam de planificar a médio e longo prazo a sua vida: viver o dia-a-dia sem fazer planos parece ser a alternativa.

É o caso de André, Gonçalo e Fátima, três idosos, com percursos de vida pautados por momentos de desafogo financeiro, mas cujos rendimentos atuais não lhes permite mais do que a sobrevivência diária. Resta-lhes a satisfação de uma vida plena e idealizar o que fariam com o Euromilhões.

“Se me saísse a sorte grande ia até aos países nórdicos dar um passeio. Mas isso está no domínio do sonho. Otimismo tem de haver sempre. A gente tem sempre de aspirar por qualquer coisa. Por isso é que eu jogo no totoloto. Ainda acredito que vou ser montes de rico. Olhe, gostava de voltar a Angola. Nem que seja 15 dias. É a cidade mais cara do mundo! Mais que Tóquio.” (Gonçalo, 72 anos, idoso, 2014)

“Sonho que me sai o euromilhões. Se me saísse fazia uma limpeza neste centro. Punha um aquecimento para estarmos mais quentinhos. Em Alfama talvez pegasse naquele projeto do marido da minha filha e arranjasse gente capaz. Porque há gente capaz. Não só em Alfama. Para ver se conseguia fazer alguma coisa.” (Fátima, 83 anos, idosa, 2014)

Finalmente, outros, mais instalados na condição de pobres (registam uma pobreza intergeracional e autorrotulam-se de pobres pelo menos desde 2011), independentemente de verem os seus projetos de vida concretizados ou não, inibem-se de fazer projetos para o futuro. A constante frustração de pla-

nos permanentemente alterados ou não concretizados limita a formulação de novos projetos de vida percebidos como credíveis. Quando as condições económicas atuais garantem apenas a sobrevivência, que alguns sentem nem sempre estar assegurada, encontrar trabalho para si ou para outros elementos do agregado familiar, seria a solução. Enquanto tal solução não for encontrada, sobra apenas espaço para sonhar, mas mesmo assim “não muito alto”, e desejar um futuro melhor.

“Eu gostava mesmo de ter um trabalho a tempo inteiro (...) Sonhos, tenho muitos sonhos! Muitos sonhos. Mas esses tarde ou nunca se vão realizar... Olhe, um bom carro, uma carrinha, onde coubesse a família toda, não ter que ir ninguém a mais, prontos... ter uma boa vida, ter uma boa vida. O meu maior sonho é ter uma boa vida e poder dar uma boa vida aos meus filhos, para eles terem um curso, se poderem formar, olhe... os sonhos são uma coisa que ficam na imaginação, eles andam cá a pairar e eu vou sonhando porque sonhar também é viver e se calhar o pensar que um dia pode ser faz-me ser mais feliz. Não posso sonhar muito alto, senão a queda é maior... mas vou sonhando, baixinho e devagarinho. O meu marido fica mais triste do que eu...”(Carolina, 44 anos, trabalhadora pobre, 2014)

“eu gostava, prontos, que eles ao menos que arranjassem um bom emprego. (...) Projetos, nenhuns. [E sonhos?] Oh, a gente sonhar, sonha tudo, não é? O pior é que não passa cá para fora. [Não consegue concretizar?] Nenhum deles. A gente sonha em grande, então! É a única coisa que a gente pode fazer!” (Deolinda, 55 anos, incapacitada, 2014)

Os desejos formulados são muitas vezes não para si, mas para os filhos ou netos, dado que parecem não acreditar que as condições em que vivem atualmente irão alguma vez melhorar. Contudo, é também o futuro deles que mais os preocupa:

“É o que eu lbe digo, tenho medo do futuro deles.” (Deolinda, 55 anos, incapacitada, 2014)

“Acho que sonhos, só mesmo a dormir. Porque mesmo à noite...pensar em nada. Mas a ver que o meu mais velho não tem trabalho, e às vezes não aparece nada, outras vezes ele pouca vontade já tem de procurar. Eu digo assim: - Eles não sabem fazer nada. São rapazes, daqui a bocado é como ele se fosse outra vez à procura do primeiro emprego. Torna-se uma coisa de miúdo. Se me acontece alguma coisa, eles não sabem fazer nadinha. O que é que é deles?” (Alda, 51 anos, trabalhadora pobre, 2104)

As palavras de Verónica, uma jovem de 27 anos, mãe de três filhos, e resiliente face à condição de necessidade em que vive, refletem bem o sentimento dos restantes entrevistados.

“Sonhos não. O meu sonho é que os meus filhos tenham saúde. Não peço mais nada. Nem gosto de sonhar muito, porque quando sonho acontece-me sempre qualquer coisa e eu tenho medo.” (Verónica, 27 anos, trabalhadora pobre, 2014)

Anabela é o exemplo paradigmático de como as sucessivas dificuldades e a não concretização dos projetos delineados para a vida impactam negativamente na disposição para ação e na definição do futuro. Resiliente em 2011, com vontade de apostar na formação profissional para ser ajudante socioprofissional e convicta que a vida iria melhorar, está hoje frustrada, invadida por um sentimento de abandono pelo sistema de proteção social, à mercê de um estado de saúde debilitado e às dificuldades económicas que se avolumam. O futuro é incerto, mas espera que os filhos quebrem este ciclo de infelicidade.

“[o futuro será melhor?] Não. Acho que não. Tenho 46 anos, o meu marido tem 54 e não melhorou nada. A nossa ingenuidade ou ideologia não nos deixa evoluir. Devíamos ter muito mais ajudas e não temos. Uma ajuda da Associação ou da Santa Casa fazia com que nossa esperança de evolução fosse bem-vinda. Neste caso não tendo nada é como não ter tudo. [E a vida dos seus filhos como acha que vai ser?] Espero que seja melhor.” (Anabela, 47 anos, desempregada, 2014)

De facto, comparar a projeção no futuro deste Painel em 2011 e 2014 permite dar conta do receio que se instalou. Se 27 pessoas consideravam em 2011 que a vida iria melhorar, em 2014 apenas 17 têm esse sentimento. Por seu turno, aumentou de 8 para 22 os que receiam o futuro. Para a maioria dos entrevistados, o aumento do desemprego, os baixos salários, o aumento do custo de vida e a dúvida sobre o impacto das qualificações num melhor nível de vida estruturam o receio e a incerteza face ao futuro. A incógnita que circunda o futuro, para alguns entrevistados, dificulta uma projeção do que poderá acontecer às gerações seguintes.

Quadro 61 – Retrato evolutivo: disposição, responsabilização (problema e resolução), auto-imagem e futuro (2011-2014)

Dimensão de análise	2011	2014	Balço 2011-2014
Disposição para a ação	29 adaptados/conformados	26 adaptados/conformados	- adaptados/conformados
	9 frustrados/em stress	12 frustrados/em stress	+ frustrados/em stress
	20 resilientes/ativos	19 resilientes/ativos	- resilientes/ativos
Auto-imagem	25 sentem-se pobres	31 sentem-se pobres	+ pobres (auto-imagem)
	32 auto-reconhecem competências	32 auto-reconhecem competências	= auto-reconhecimento de Competências
	5 não reconhecem	7 não reconhecem	
Perceção do problema	Co-Responsabilização no problema - 35 Responsabilizante – 11 Desresponsabilizante- 10	Co-Responsabilização no problema - 42 Responsabilizante – 7 Desresponsabilizante - 6	+ responsabilização do sistema (Maior Co-Responsabilização no problema)
Perceção da resolução	Estratégia de ação individualizante - 6 estratégia passiva - 18 estratégia de ação cooperante - 33	Estratégia de ação individualizante - 2 estratégia passiva - 16 estratégia de ação cooperante - 39	-responsabilidade individual na resolução + responsabilidade do sistema na resolução Responsabilização menos individualizante e mais cooperante na procura da solução
Futuro	O futuro será melhor (28) ou vai melhorar (5) ou vai-se manter (5)	Não sabe como será o futuro/está apreensivo/ receoso (22), só no plano idílico é que perspectiva melhorias (8), não pensa no futuro (5) ou vai piorar (3)	-capacidade de se projetar no futuro
		Têm projetos para o futuro (35)	Têm projetos para o futuro (2014)
		Conseguiu ao longo da vida concretizar alguns projetos (27) Nunca conseguiu concretizar nenhum projeto de vida que tinha (7)	Concretização de projetos

Legenda: **Evolução positiva**

Evolução negativa

Evolução em alerta

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A informação recolhida cria uma estreita relação entre a motivação, a auto-imagem e a projeção no futuro, ainda que, em grande medida, filtrada pelas condições objetivas de vida (estado de saúde, recursos financeiros e qualificações escolares) e pelo momento do ciclo de vida. Os constrangimentos vividos comprometem a satisfação de necessidades ao nível das dimensões do Ser e do Ter, bem como a capacidade de prever as possíveis alterações substantivas das condições de vida, fragilizando fortemente as expectativas de vida quanto ao futuro.

O retrato evolutivo indicia que a condição de vulnerabilidade vivida pelo Painel potenciou mais a frustração do que a acomodação dos entrevistados. O que poderá ser explicado, em grande medida, pelo agravamento em termos de quantidade, qualidade e acessibilidade da rede de suporte institucional. Importa não descurar que um grupo substantivo se mantém resiliente e ativo. Todavia, a perceção dos problemas e do ónus da sua resolução tende a ser partilhada por todos com o sistema. O sentimento de que dispõem de competências que não conseguem rentabilizar em proveito da melhoria das suas condições de vida fá-los cair num abismo cada vez maior entre os projetos que definem para as suas vidas, que maioritariamente passam pela inserção laboral condigna, sua ou de outros elementos do agregado familiar que potencia a autonomia financeira da família, e a realidade, que não conseguem reverter a seu favor. Nestes moldes, projetar-se no futuro, suspenso de uma oportunidade, é cada vez mais difícil, incerto e receoso.

Em polos opostos encontramos, de um lado, os entrevistados resilientes e ativos com uma projeção no futuro motivada e confiantes na mudança e na autonomia. No outro polo encontramos um grupo de entrevistados mais fragilizados, quer pelas condições objetivas de vida (saúde e idade) mas também pelo ciclo de pobreza intergeracional que não conseguem romper. Condições que os converte em pessoas desmotivadas e muito impregnadas de uma auto-imagem negativa que fragiliza cada vez mais os seus recursos para romper com a vulnerabilidade social que protagonizam.

Deste modo, a tese defendida por Bauman, ganha cada vez mais sentido: “*O sentimento geral de precariedade invade os cidadãos*” (Bauman, 1999: 161). Sentimento que assume três vértices: a insegurança (de estatuto), a incerteza (quanto ao futuro) e a desproteção (de si próprio e do seu património).

Nem sempre é fácil entender por que razão a pobreza e as desigualdades são tão diferentes de um país ou território para outro, mesmo considerando níveis semelhantes de desenvolvimento. Considera-se tradicionalmente que as dinâmicas do mercado de trabalho e o acionamento de políticas sociais de redistribuição e de suporte às situações de vulnerabilidade têm um papel preponderante na evolução da pobreza e da desigualdade. Sabemos também que a educação tem efeitos nos níveis de pobreza estrutural internos a um país, mas na maioria dos países europeus os perfis de exclusão social são estranhamente semelhantes e assiste-se a uma presença permanente de altos níveis de pobreza que geralmente estão mais presentes em certos grupos do que noutros, por exemplo, mulheres, famílias monoparentais, minorias étnicas e imigrantes. Com a crise atual, estes perfis não só veem agravada a sua situação, como se lhes juntam “novos pobres” oriundos simultaneamente das dificuldades do mercado de trabalho e da redução das políticas de proteção social.

A pesquisa, olhando a pobreza e a desigualdade nos últimos 3 anos, interessa-se sobre as determinantes individuais da fragilidade dos recursos económicos, dos níveis de educação, de saúde, das trajetórias familiares e laborais, entre outros, mas esse olhar sobre os sujeitos não é impeditivo de olhar a sua relação com as dinâmicas mais gerais. Tenta-se analisar esse jogo entre capacidades individuais e oportunidades sociais que penaliza os que, por múltiplas razões, se encontram em situação de vulnerabilidade como penaliza também os “normais inúteis” (Donzelot, 1996) que nesta conjuntura histórica são rejeitados pelo sistema. Neste estudo longitudinal são quatro as principais conclusões que ressaltam da comparação da situação entre 2011 e 2014:

- ▶ **A volatilidade da situação dos diferentes perfis** com mudanças de condições de vida que não permitem estabilizar os perfis originais e, sobretudo, demonstram que a pobreza não é um estádio mas um processo (por exemplo, cuidadoras que se tornam desempregadas, desempregados que se tornam reformados...);
- ▶ **Um agravamento da situação de vulnerabilidade** em todos os perfis estudados, fruto em larga medida da ausência de respostas às necessidades mais básicas: rendimento, habitação e saúde é a trilogia básica que estrutura a pobreza destes perfis;

- ▶ **O impacto gravoso do recuo das políticas sociais** nas condições de vida e na percepção dos entrevistados sobre o futuro e sobre a comunidade política onde estão inseridos;
- ▶ **A percepção dos entrevistados de que os recursos estão desigualmente distribuídos**, de que as políticas sociais são quantitativa e qualitativamente insuficientes e, por isso, o aumento da desconfiança sobre os sistemas de governação e da sociedade portuguesa como um todo e do sentimento de incerteza e de risco face ao futuro.

Trabalho e políticas sociais são as duas dimensões de redução da pobreza e da desigualdade e, estando ambos em decréscimo, não será de espantar que este estudo longitudinal ressalte o agravamento da situação dos membros do Painel face a 2011, fruto quer das dificuldades em encontrarem rendimentos do trabalho, quer em serem apoiados em situações de vulnerabilidade pelas políticas sociais em retrocesso. Este estudo, ao assinalar o agravamento das condições de vida de populações de grande vulnerabilidade, apela a um olhar mais sensível sobre os fatores de desenvolvimento e de redistribuição social e a uma posição mais ativa para o combate à pobreza.

1. A pobreza como processo: a interação entre conjunturas históricas e biografias individuais onde predomina o aumento das vulnerabilidades no período 2011/2014

Face às profundas transformações sociais que estamos a viver, a proposta deste estudo era a de acionar um olhar diferente sobre a pobreza e a vulnerabilidade, baseado numa análise diacrónica que entendesse o impacto atual dessas transformações sobre as populações pobres. Esse olhar diferente estava alicerçado em dois grandes eixos estruturadores, já discutidos no estudo anterior (2011): por um lado olhar a pobreza como um processo e não como um estado estático e, por outro, substituir o conceito de exclusão social pelo conceito de vulnerabilidade.

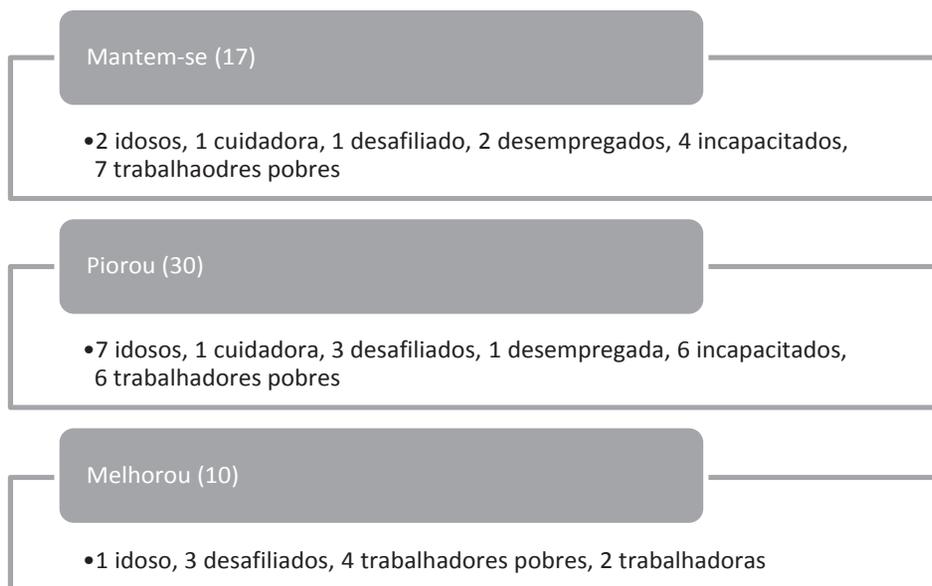
De facto, a noção de pobreza entendida como processo advinha, em larga medida, da passagem de uma pobreza “geracional”, característica da sociedade moderna industrial, para situações de pobreza que atingiam largas franjas da população pela primeira vez devido quer a fatores sociais (desemprego, baixos salários, etc.) quer a fatores individuais (doença, ruturas conjugais, etc.). Escrevia-se então que a pobreza emergia não como um estado mas como um processo “*de múltiplas facetas na sua génese e na sua manifestação. Esse percurso para muitos, em função das suas características, é sentido como permanente, mas para a maioria a esperança de retoma do percurso anterior*”

*é o sentimento que fornece energia suficiente para tecer estratégias de sobrevivência ativas*³⁹.

Por outro lado, defendia-se que o conceito de vulnerabilidade social poderia substituir com vantagem o conceito de exclusão, dando conta dos fenómenos de fragilização inerentes ao contexto atual de incerteza, uma vez que a sociedade não se concebe como um universo de controlo normativo das condutas dos seus membros, mas como um contexto de provas e avaliações permanentes a que o indivíduo deve fazer face (Soulet, 2004). O conceito de vulnerabilidade seria, segundo Soulet (2004) um analisador preferencial para aprofundar a dimensão estrutural da precariedade e a sua relação com as transformações do sistema social, nomeadamente a fragilização de certos tipos de laços sociais. “*A vulnerabilidade deve ser compreendida na relação entre indivíduo/grupo e um contexto societal (que estrutura a capacidade de agir). Este contexto caracteriza-se pela: 1) Privatização da relação de trabalho; 2) Des-socialização das proteções; 3) Desinstitucionalização da sociedade; 4) Mutação dos modos de socialização; e 5) Mudança da relação ao risco*”⁴⁰.

Ora, estes 5 fatores estruturam, em larga medida, as transformações ocorridas entre 2011 e 2014 na vida dos entrevistados e, de forma cumulativa, provocam mudanças na situação de vulnerabilidade na maioria dos casos agravando as condições de vida (Ver Figura 17).

Figura 17 – Comparação da perceção da situação de pobreza em 2014 face a 2011



³⁹ Barómetro Observatório de Luta Contra a Pobreza, Relatório Síntese (2011), DINAMIA-CET, p.47.

⁴⁰ Ibidem Barómetro, 2001, p.5.

As conclusões são evidentes. No período considerado agravaram-se as condições de vida de uma parte substancial deste grupo de entrevistados. Nas situações analisadas, 17 (em 57) mantêm a sua situação de pobreza de 2011, mas para 30 a situação de fragilização em que se encontravam agravou-se e para 10 a situação melhorou.

Se as narrativas tornaram evidente, em apenas três anos, que a pobreza não é um estádio, evidenciando sucessivas mudanças de posição no interior da hierarquia da gravidade da pobreza (piorou, melhorou, manteve), também mostraram a volatilidade do processo de fragilização (oscilante ou contínuo) que acompanha a vida dos indivíduos e das suas famílias. As razões destas mudanças de situação são múltiplas e torna-se difícil encontrar a verdadeira e complexa interação entre os percursos individuais e os percursos históricos. Por um lado, a fase do ciclo de vida (muito particularmente a entrada na idade da reforma) e os problemas de saúde parecem ser “acidentes” de percurso com forte impacto no aumento da fragilização social; por outro lado, as conjunturas históricas que se atravessam têm implicado para quase todos um processo de pauperização, nomeadamente os altos níveis de desemprego, os baixos salários e o recuo das políticas de proteção social.

Considerando os ciclos económicos, estes têm impactos sobre os rendimentos e sobre o emprego, mas também sobre as políticas sociais e a redistribuição de rendimentos. Não é de mais insistir sobre a dimensão estrutural destas dinâmicas e sobre o seu impacto nas vulnerabilidades do conjunto do tecido social. É por isso que raciocinar em termos de vulnerabilidade parece mais adequado porque sublinha os laços que unem os modos de organização social à vida quotidiana. Não se trata tanto de uma oposição entre a força do sistema e a capacidade dos atores (como separar as questões de saúde da dimensão individual e das formas de resposta dos serviços públicos?), mas da compreensão desta *sociedade de alto risco* que entrelaça capacidades individuais e oportunidades sociais.

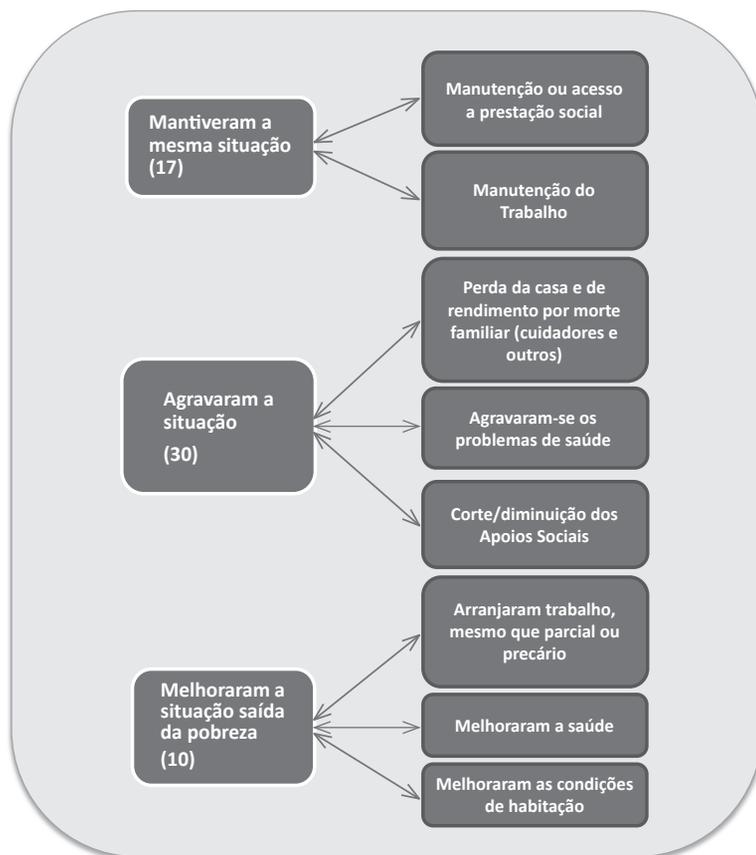
De facto, as consequências sociais da crise financeira, que se transformou em crise económica mundial, são pesadas, múltiplas e imprevisíveis ainda hoje. A interpenetração entre as dimensões individuais e as dimensões sociais são difíceis de identificar mesmo para o sujeito, mas no discurso dos entrevistados, são relativamente fáceis de identificar os fatores que geraram mudanças de posição face à pobreza. É de ressaltar o íntimo binómio entre saúde e pobreza, bem como a importância da integração no mercado de trabalho para a saída da situação de pobreza (Figura 18).

Para os que consideram que melhoraram a sua situação, é a relação com o mercado de trabalho que se alterou, seja porque se encontra alguma ocupação

remunerada, seja porque a melhoria da situação de saúde permite visualizar uma potencial ocupação. O piorar da situação está associada a fatores imprevisíveis de índole mais individual, quer a morte de familiares que faz perder a habitação e o rendimento, quer as situações de saúde, mas também de índole societal com o corte/diminuição dos apoios sociais.

A estabilidade na manutenção da situação de pobreza parece estar sobretudo associada àqueles que vão mantendo uma relação com o mercado de trabalho, mesmo que precária, ou que acabaram por conseguir manter um apoio social que lhes permite, sem sobressaltos, garantir a subsistência.

Figura 18 – Comparação da perceção de situação de pobreza em 2011 e 2014



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

Recomendações:

Necessidade de aprofundar mecanismos de acompanhamento personalizado, nomeadamente no âmbito de medidas de política pública relacionadas com a inserção profissional.

Como ficou demonstrado, a vulnerabilidade não é ultrapassada apenas pelo acesso a um trabalho e a um rendimento. A potencial inclusão fica em muito dependente da qualidade do trabalho e do impacto que o rendimento obtido produz sobre outras dimensões da exclusão (saúde, habitação, acesso a serviços...).

Por outro lado, contrariar as formas de sobrevivência associadas à economia informal, só poderá ser levada a cabo com sucesso quando as ofertas de emprego se demonstram suficientemente atrativas (leia-se objetivamente melhores quer sob o ponto de vista da estabilidade, quer do rendimento auferido e conseqüente proteção social a que permitem aceder).

Assim, a integração de medidas e políticas públicas é, uma vez mais, crucial para potenciar o seu efeito positivo e a sua efetividade. E tudo isto depende da capacidade dos promotores das diferentes ofertas poderem adaptá-las às características e realidades de cada indivíduo/família.

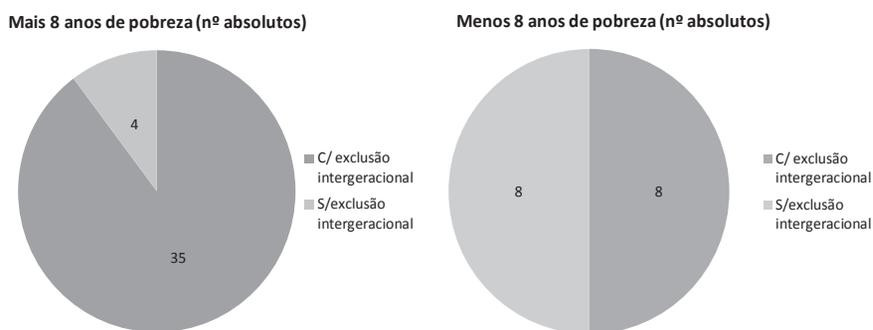
2. A pobreza continuada: de processo a estádio

A pobreza geracional tem vindo a ser discutida em múltiplos fóruns perguntando-se as razões intrínsecas a “carreiras de pobreza” de famílias que há várias gerações vivem nos limiares da sobrevivência frequentemente com suporte (insuficiente) das políticas públicas. Em Portugal, frequentemente nasce-se pobre, e continua-se pobre, raramente deixando essa condição. Como se constatou neste estudo, a relação entre uma maior duração no tempo em situação de vulnerabilidade com a intergeracionalidade da pobreza traduz-se num grupo de 35 pessoas. Esta é a imagem mais clara do fracasso da nossa sociedade e das políticas de combate à pobreza. É por isso que Castels (1995) há muito que chamou a atenção para o facto de que a pobreza pode tornar-se “um estado transitório durável”, uma situação permanente, permitindo a grupos sociais significativos a sobrevivência nas franjas de uma sociedade desigual. A hereditariedade da pobreza corresponde aliás à hereditariedade da riqueza e o facto de, em Portugal, as crianças serem um dos grupos sociais mais atingidos pela pobreza, permite assinalar a manutenção do “círculo vicioso da pobreza”. Os riscos de transmissão geracional são muito elevados:

a probabilidade de uma criança pobre não ter resultados escolares positivos e, portanto, de se tornar um adulto pobre é quatro vezes mais elevada que numa criança não pobre⁴¹. Mas poderemos interrogar se este destino coletivo tão trágico de um tão vasto grupo de cidadãos, tem a ver com a sucessão familiar da situação de pobreza ou com a presença dos mesmos traços e problemáticas sociais, estruturantes e frequentemente cumulativas, as quais apesar de conhecidas, não se atribui a devida atenção.

A maioria dos entrevistados (39 em 57) tem uma situação de pobreza - persistente, ou ocasional - há mais de 8 anos, e esta situação é transversal a todos os grupos selecionados, embora atinja mais frequentemente os mais velhos. Mas é de notar que no grupo onde a pobreza é mais recente (menos de 8 anos) metade advém de grupos familiares com pobreza geracional. A incidência da pobreza geracional num grupo tão significativo de pobreza recente faz temer a sua passagem a um estágio permanente à medida que avança a idade e/ou que aumenta o tempo sem encontrar trabalho.

Gráfico 10 – Tempo em situação de pobreza face à intergeracionalidade da exclusão social



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

Se considerarmos o conceito de vulnerabilidade no contexto de uma interação entre uma conjuntura histórica e uma situação pessoal, aceitamos que não há ruturas entre «eles» (os pobres) e «nós» (os não pobres), pois situamo-nos no mesmo contexto social em termos de potencialidades e riscos, mesmo quando reconhecemos que estes estão desigualmente distribuídos. Assim, como refere Soulet (2004), a vulnerabilidade deve ser entendida na relação entre um grupo social ou um indivíduo tendo características particulares (por exemplo um dé-

⁴¹ Conselho da Europa, Março de 2014, Eradiquer la pauvreté des enfants en Europe, Rapport Commission des questions sociales, de la santé et du développement durable Rapporteur: Mme Sevini FATALIYEVA, Azerbaïdjan in <http://assembly.coe.int/ASP/Doc/XrefViewPDF.asp?FileID=20565&Language=FR>.

ficar de proteção social, uma situação familiar mais vulnerável...) e um contexto social que valoriza a capacidade de ação a partir dos recursos de cada um.

Mesmo aceitando que a pobreza e a exclusão são processos que podem atingir todos os grupos sociais é de reconhecer que alguns públicos estão particularmente expostos, sobretudo quando acumulam, de forma sistémica e, muitas vezes, permanente, várias condições sociais potencialmente geradoras de pobreza. É preciso sublinhar que essas situações não são necessariamente negativas ou motivadoras da vulnerabilidade, mas quando combinadas com outras tornam-se quase inevitavelmente fatores de pobreza⁴². Certas conjunturas familiares, de idade, de condição de saúde, geram grande exposição à pobreza e ao isolamento afetivo e social⁴³, bem como certas falhas sistémicas são penalizadoras da situação de inserção, como por exemplo a ausência de equipamentos de suporte à família.

Figura 19 – Situações problemáticas com impacto na entrada ou manutenção da pobreza e exclusão social



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

⁴² Um exemplo: a situação de monoparentalidade não é em si uma situação de vulnerabilidade a não ser quando associada à ausência ou precariedade de rendimentos, de equipamentos de suporte à família, etc. Outras pessoas com a mesma situação poderão ter uma perfeita integração na sociedade sem dificuldades. Assim, não é a situação em si que é penalizadora mas a sua associação com outros fatores de vulnerabilidade.

⁴³ Ver perfis de vulnerabilidade em Farinha Rodrigues et al. (2011).

As situações problemáticas que os entrevistados narram que têm maior impacto numa pobreza geracional são conhecidas, mas sendo cumulativas, multidimensionais e dinâmicas, são sinais evidentes de potencial vulnerabilidade, o que pediria um “protocolo” de diagnóstico e uma resposta de políticas públicas capazes de quebrar o “círculo vicioso” da pobreza e obviar a riscos que estão associados a certas situações típicas.

Mas, por outro lado, parece que sempre que o imprevisto se impõe (separações familiares, questões de saúde, aumento dos custos do alojamento, desemprego, fim das prestações sociais, entre outros) novas necessidades surgem e a sobrevivência torna-se ainda mais difícil.

É preciso reconhecer que num contexto de incerteza, as mutações do sistema produtivo e das formas de emprego e a fragilidade das políticas públicas são alguns dos aspetos centrais que dificultam a identificação precoce dos fatores de risco. Mas é preciso talvez reconhecer que o “círculo vicioso da pobreza” que inclui hoje os “novos pobres”, constituídos por “normais inúteis” (Donzelot, 1996) rejeitados pelo mercado de trabalho, deveria levar a uma profunda reflexão sobre as mudanças atuais dos tipos de família, os impactos da crise nos processos de construção das identidades, mas também sobre as formas de redistribuir riqueza e forçar a igualdade para “erradicar a pobreza numa geração”⁴⁴.

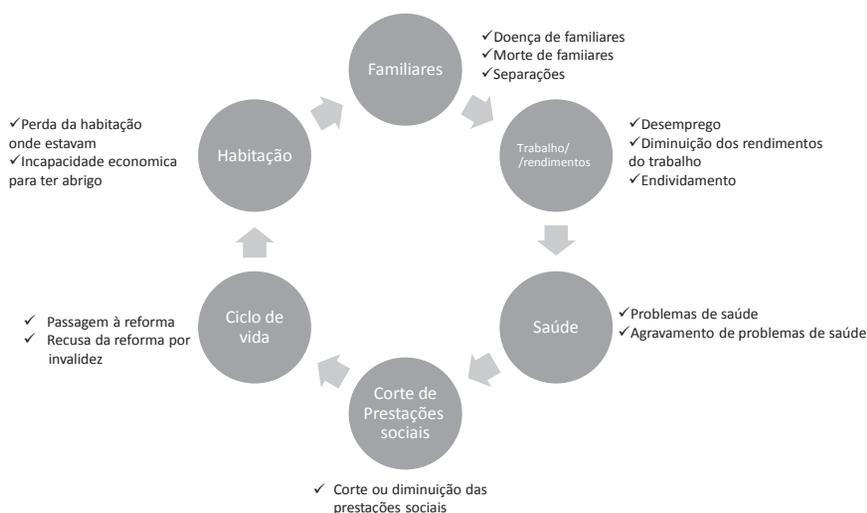
Este reconhecimento da presença contínua (e histórica) de fatores de risco deveria chamar a atenção das políticas públicas para desenvolver, quer ações de prevenção, quer acionar fatores de suporte específicos para as situações de vulnerabilidade mais frequentes, o que implica uma política social proativa e reflexiva. Associadas a condições de vida já de si problemáticas, emergem ainda incidentes críticos que, geralmente conjugados, estruturam percursos de pobreza que deveriam também ser aprofundados: neste estudo apenas 9 (em 57) não referem incidentes críticos na sua trajetória social descendente⁴⁵.

Seria também necessário estar atento aos fenómenos de reversibilidade, ou seja, aos incidentes críticos benéficos para a inserção que também emergem e, muito curiosamente, articulados com o aumento de capacidades pessoais, com a frequência de cursos de formação e com a reformulação da situação familiar. Os incidentes críticos, de sinal positivo ou negativo, são, pois, elementos chave para a compreensão da “carreira” da pobreza e da emergência de vulnerabilidades e deveriam ser elementos fundadores das políticas sociais e do acompanhamento de pessoas em dificuldade.

⁴⁴ Pretensão do programa United Nations Millennium Campaign and Microsoft Announce Partnership to take on Data Revolution, ver por exemplo <http://www.mdgleaders.org/>

⁴⁵ Deve salientar-se que estes fatores estão presentes nas pessoas cuja situação advém de pobreza geracional e noutras onde a situação se desencadeou de forma mais episódica.

Figura 20 – Principais incidentes críticos narrados



Recomendações:

Mudança de paradigma no que diz respeito às ações a desenvolver na luta contra a pobreza: estabelecimento de políticas integradas e estruturais de combate à pobreza a nível nacional e local em detrimento unicamente de respostas de carácter paliativo ou assistencialista. A prestação de serviços à comunidade, assumida em grande parte por instituições de solidariedade social, deve poder ir mais além, seja no âmbito da participação e corresponsabilização dos cidadãos, seja na própria natureza das respostas sociais que deverão ser capazes de não só remediar mas, acima de tudo, prevenir os riscos de pobreza e exclusão social.

Adopção de uma **Estratégica Nacional de Combate à Pobreza** de carácter estrutural que atue transversalmente e priorize a adoção de medidas integradas em áreas setoriais essenciais como são a educação, emprego, habitação, saúde, protecção social, fortalecendo deste modo o papel social do Estado.

Neste contexto, a cidade de Lisboa deveria adoptar esta prioridade, desenvolvendo uma **Estratégia Local de Combate à Pobreza e Exclusão Social**, amplamente participada, envolvendo para tal os diversos agentes sociais locais e os próprios cidadãos, de modo a desenhar-se um plano de ação que responda às especificidades da população e do território. As estruturas de participação e articulação de respostas com um forte envolvimento da sociedade civil (tais como a Rede Social de Lisboa) deverão ser as primeiras a assumir este tipo de decisão. No entanto, importa que tais estruturas se libertem da dimensão exclusivamente reparadora e sejam capazes de integrar também os atores do mundo económico.

3. Territórios e pobreza

A relação da pobreza com os territórios locais é objeto de inúmeras discussões e interessantes querelas académicas que se centram na diversa valorização do “efeito bairro”, isto é, se o facto de habitar em zonas onde a pobreza está generalizada (nomeadamente nos bairros sociais) comporta uma determinação de reforço do círculo geracional da pobreza (Vieille-Marchiset, 2007; Chevalier, 2005, Chaline, 2005). Dessa posição faz parte a crítica ao tipo de realojamentos e a defesa da miscigenação social nas cidades. e a perceção de que há uma socialização nas “culturas da pobreza” e que haveria uma carência de modelos positivos de identificação, defendendo-se que os grupos sociais na cidade sempre coexistiram sem grande interação, ontem como hoje. Outros estudos acabam por valorizar as variáveis individuais e familiares como determinantes nas “carreiras” dos mais novos rejeitando o “efeito bairro”, pese embora as dificuldades em fazer a distinção entre os “efeitos do contexto” e as variáveis psicossociais⁴⁶.

Ora a pesquisa vem manifestar uma real diferença entre os dois tipos de territórios inquiridos- os “bairros sociais” e os “bairros históricos” – mas, simultaneamente, que a deterioração da situação económica fá-los aproximar nos traços mais essenciais.

Os diferentes contextos territoriais aqui dualizados apresentam aspetos morfológicos e de construção histórica diferenciada que impactam nos percursos destas pessoas, a saber: por um lado, o contraste entre a mobilidade nos bairros históricos, fruto sobretudo dos processos de gentrificação e, a relativa estabilidade da habitação social, que provém objetivamente da incapacidade económica de escolher o local onde se vive e, por outro, o posicionamento de centralidade/periferia dos territórios que penaliza os residentes nos bairros sociais nas suas possibilidades de acesso às oportunidades.

De facto, os dois territórios em análise apresentam percursos de pobreza distintos. As freguesias de Marvila e Santa Clara, sobretudo, constituídas por zonas de realojamento, registam percursos de pobreza intergeracional e, portanto, persistente e prolongada no tempo, cuja situação económica nos últimos três anos melhorou para uns, mas piorou para outros em grande parte devido à redução dos apoios sociais. A zona de Santa Maria Maior e São Vicente, pequenos núcleos históricos, evidencia como o atual contexto socioeconómico impactou nos públicos mais fragilizados. Populações que não se consideram pobres, cujas biografias oscilam entre momentos de maior vulnerabilidade e momentos de desafogo económico e com menos casos de pobreza intergeracional veem, tendencialmente, a sua situação económica manter-se desde 2011.

⁴⁶ Estas interrogações têm trazido algum “refrescamento” às formas de intervenção local que decorrem dessa querela.

Este cenário, por um lado, questiona a eficácia das medidas de combate à pobreza e de promoção de reinserção social nos bairros de realojamento e, por outro lado, indicia que nos bairros históricos poderemos estar perante uma incubadora de novos casos de pobreza persistente, realidade que, a confirmar-se nas próximas fases do barómetro, é particularmente grave, na medida que estamos perante agregados familiares com crianças.

Quadro 62 – Principais tendências/características dos entrevistados residentes nas duas zonas residenciais

Marvila/Santa Clara	Santa Maria Maior/São Vicente
<ul style="list-style-type: none"> • Até 35 anos ou mais de 56 anos • Idosos e trabalhadores pobres • A situação económica melhorou ou piorou • Famílias monoparentais e outros agregados com crianças • Coesão familiar boa • Consideram-se pobres • Pobreza intergeracional • Mais de 8 anos na pobreza • Pobreza persistente 	<ul style="list-style-type: none"> • Dos 46 aos 55 anos • Incapacitados, desempregados e desafiados • A situação económica manteve-se • Agregados com crianças ou indivíduos isolados • Coesão familiar fraca ou média • Não se consideram pobre • Menos pobreza intergeracional • Menos de 8 anos na pobreza • Pobreza oscilante ou na reforma

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

Recomendações:

Intervenção desenhada de acordo com as especificidades locais. Cada território (mesmo no contexto de uma cidade) é diferente e necessita de respostas adaptadas às suas necessidades e comunidades específicas. Por outro lado, é absolutamente crucial que ao nível de cada território sejamos capazes de definir e consensualizar quais as principais prioridades não prescindindo de uma lógica integrada de atuação.

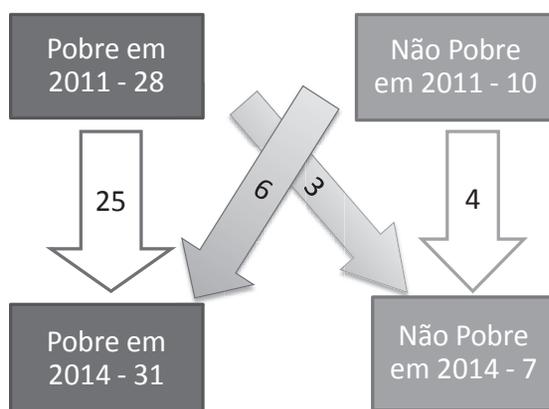
Dever-se-á apostar numa intervenção local integrada (transversal a todas as políticas e sectores de intervenção) e de longa duração baseada nas especificidades de cada território, contrariando a lógica da adoção de modelos de curta duração e muito padronizados (lógica de projetos), com a articulação conjunta e participação de vários atores sociais locais, nomeadamente, associações de desenvolvimento local, poder local, empresas e residentes.

4. Uma percepção subjetiva de vivência da Pobreza agravada pela Crise

O carácter multidimensional da pobreza é hoje universalmente reconhecido e, por isso, a percepção que as famílias têm do seu bem-estar ou nível de pobreza é claramente subjetivo. Muitos estudos mostram a fraca correlação entre os níveis de rendimento e a percepção subjetiva de pobreza. Pesquisas recentes demonstram que nos países da União Europeia o bem estar das famílias depende, em larga medida, da sua percepção da saúde, estabilidade de emprego, proteção social, etc.⁴⁷.

No entanto, um estudo recentemente realizado em Portugal sobre desempregados de longa duração (Guerra, Amor e Suleman, 2013) mostra de forma inequívoca que essa subjetividade se dilui quando os níveis de rendimentos põem em causa a própria sobrevivência diária básica (tais como alimentação, gastos de habitação e saúde). Nessa situação, os indivíduos assumem-se como pobres, pois a base de referência está alicerçada na dramática sobrevivência imediata de si próprio e dos seus familiares.

Figura 21 – Percepção sobre a sua situação de pobreza



Nota: Das 57 pessoas que integram o Painel, apenas foi possível aferir para 38 a sua percepção face à situação de pobreza

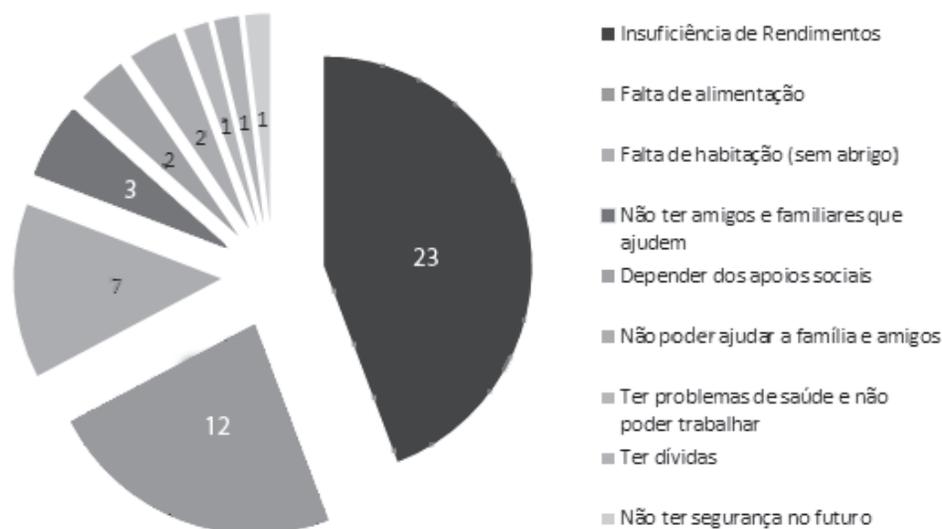
Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

⁴⁷ Ver os estudos sobre as condições de vida, concretamente o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), como parte do inquérito europeu European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC), mas também Vaugrenard (2014).

Também nesta pesquisa, a homogeneidade dos baixos rendimentos faz aproximar as percepções subjetivas da pobreza e a grande maioria (31 em 38⁴⁸) considera-se pobre em 2014. Ressalta-se, no entanto, que 7 se consideram “não pobres”: destes, 3 consideravam-se pobres na pesquisa de 2011 e assumem a sua saída dessa situação, e 4 não se sentiam pobres em 2011 e não se sentem em 2014 (Figura 5). Para fundamentar a gravidade da situação tal como é apercebida pelos entrevistados, salienta-se que numa escala de pobreza de 1 (grau de maior gravidade) a 10 (menor gravidade) os entrevistados situam-se em média num valor muito reduzido (3).

Comprovando essa realidade de estarmos perante uma precariedade muito grave, quando se pede a definição da pobreza esta estrutura-se a partir de condições básicas de falta de rendimentos, alimentação e abrigo. Se a dimensão pragmática da pobreza emerge nestas definições, quando se dá às pessoas a possibilidade de expressarem a percepção subjetiva da pobreza, a referência aos bens materiais vem acompanhada de uma angústia face à sua insegurança, dependência e falta de poder e um profundo sentimento de injustiça e de descrença na sociedade portuguesa e de quem a governa. Há uma análise crítica sobre a falta de oportunidades, da má qualidade dos serviços sociais e da proteção social.

Gráfico 11 – O que define um pobre (nºs absolutos)



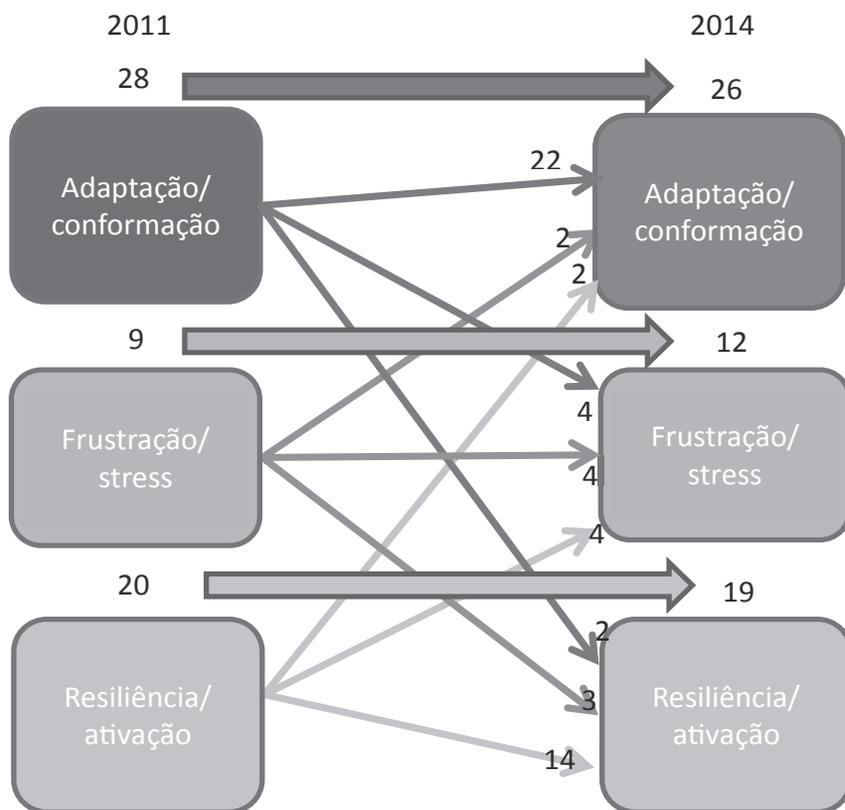
Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

⁴⁸ Das 57 pessoas que integram o Painel, apenas foi possível aferir para 38 a sua percepção face à situação de pobreza

Mas a percepção da pobreza cobre também outro campo temático conhecido, nomeadamente pelo conceito de Amartya Sen (1985) com o conceito de «capabilities», onde se pretende associar a percepção da pobreza à percepção de ser capaz de se sair dela através de capacidades pessoais e aproveitamento de oportunidades sociais.

Mas também aqui, o universo em estudo é mutante nas suas percepções, pois a maioria dos entrevistados muda de posição na sua atitude face à pobreza. Coerentemente, ao ajuizar o agravamento da situação entre 2011 e 2014 também a mudança de atitudes e disposições face à sua saída da situação se altera para pior: os que estavam “acomodados” em 2011 (29), diminuem (para 26); aumentam os que se sentiam numa situação de frustração e stress de 9 (em 2011) para 12 (em 2014) e diminuem ligeiramente os resilientes, de 20 para 19 (ver Figura 22).

Figura 22 – Atitudes face à sua situação



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

Mais uma vez a percepção social da realidade nesse jogo entre as capacidades individuais e as oportunidades sociais dá aos entrevistados uma diferente atitude face à sua situação de pobreza. Os mais acomodados são os mais velhos, reformados ou os que têm problemas de saúde e que veem a sua situação sem grandes possibilidades de mudança. Inversamente, os resilientes são os mais novos, ou os que se encontram a trabalhar - embora com baixos salários -, onde a idade joga como fator positivo e a esperança de melhoria profissional ainda é visualizada. Na situação de “frustrados”, com idade intermédia face aos grupos anteriores, estão sobretudo desempregados e os que têm uma relação intermitente com o trabalho e que sentem que as oportunidades não são suficientes para os fazer sair da situação em que se encontram.

O prolongamento das situações de pobreza aprofunda a auto-percepção dos problemas e dos responsáveis pela sua resolução: aumenta o número de entrevistados que atribui a situação de pobreza a essa relação entre as suas capacidades (si/família) e as oportunidades dadas pelo sistema social. Paralelamente, o caminho para a inserção social é também partilhado nessa relação entre si e a sociedade, disponibilizando-se a fazer a sua parte se a sociedade lhes fornecer as oportunidades necessárias e adequadas, sob pena de um esforço individual se revelar inglório.

Recomendações:

Paralelamente a todo o tipo de intervenção que já está em curso, e àquelas que são sugeridas a partir deste estudo, importa ter presente uma dimensão emocional para o enfrentamento pessoal e individual da pobreza.

As políticas públicas de atenuação da pobreza e de construção de caminhos de inclusão, deverão ser capazes de investir uma boa parte dos seus recursos na reconstrução da auto-estima e capacidade individual de acreditar na mudança. Trata-se de condições instrumentais absolutamente cruciais para a ativação de quem já não acredita em nada nem em ninguém, mas, acima de tudo, já há muito que deixou de acreditar em si próprio – muitas vezes servindo de espelho para gerações futuras que, por consequência limitam as suas expectativas/ambições. A este nível poderá ser particularmente interessante estimular a criação de grupos de auto-ajuda e / ou associações especificamente dedicadas a esta missão e que, preferencialmente, possam, ao mesmo tempo, ser plataformas de participação e diálogo inter-institucional entre aqueles que enfrentam os problemas na primeira pessoa e aqueles (instituições ou pessoas) que se dedicam a tentar propor mudanças.

Para que isto seja possível, será imprescindível que todo o trabalho que se possa vir a desenvolver esteja assente numa lógica de intervenção comunitária, cuja primeira prioridade deverá ser a de criar consensos sobre os problemas e as suas causas (contrariando estereótipos e as consequentes representações de impossibilidade de alteração da situação) onde pobres e não pobres se mobilizem para o mesmo objetivo.

5. A inserção pelo trabalho comprometida pela crise

O mercado de trabalho sempre foi um recurso importante para as estratégias de sobrevivência nas suas múltiplas formas, incluindo o trabalho formal, informal, a economia paralela, etc. No entanto, os estudos mais recentes da OIT (ILO, 2014) e um estudo atual sobre a pobreza na Europa moderna (OCDE, 2010) destacam as vicissitudes das dinâmicas do mercado de trabalho nos últimos anos: perda da oferta de trabalho, decréscimo das remunerações que perderam a tradicional relação com a produtividade, aumento da informalidade nas relações contratuais, etc. Os impactos nos mais vulneráveis também são assinalados, salientando-se: 1) a exclusão gradual dos mais pobres da maioria dos mercados a que tradicionalmente tiveram acesso (devido a agravamentos fiscais, reorganizações urbanas, diminuição do poder de compra, entre outros factores.); 2) a desregulação das condições de trabalho e de salário; 3) o aumento do trabalho na economia informal; e 4) a sensibilidade de determinados perfis a estes fenómenos: nomeadamente mulheres, os mais velhos, imigrantes e minorias étnicas.

De facto, o trabalho, e o rendimento que dele decorre, é a primeira “política de inserção” e, nas entrevistas, aparece com alguma evidência que a presença de uma oportunidade de emprego é a grande aspiração motivadora sendo que a procura desse emprego ocupa uma parte substantiva da existência. Mas a fase atual de desenvolvimento económico ligado à globalização, não significa apenas a intensificação da troca de mercadorias, das tecnologias e da comunicação. Ela traduz-se também por uma nova forma de organização do trabalho, transformando as relações de força ao nível das empresas e, desequilibrando as relações entre capital e trabalho. Desde 2000, que o modelo de desenvolvimento seguido não gera emprego suficiente, fez baixar os rendimentos reais do trabalho (que aumentam menos face aos ganhos de produtividade), tendo como consequência um crescimento das desigualdades e um empobrecimento generalizado (OIT, 2010).

Por definição dos objetivos de pesquisa, estamos perante pessoas que detêm um baixo nível de habilitações, no entanto, importa salientar três lógicas que decorrem amplamente da situação portuguesa e que se refletem no percurso profissional dos desempregados: 1) a existência de um mercado de trabalho informal e precário que caracteriza as sociedades semi-periféricas pouco integradas na “sociedade salarial” (Castel, 1995); 2) a presença de emprego pago à hora que não ocupa a totalidade do tempo laboral, nem tem descontos legais e, portanto, direitos face ao despedimento, mas significa situações de involuntário trabalho a tempo parcial; 3) a importância da idade, pois a vivência do desemprego surge atravessada por perspectivas de futuro que se relacionam com o grupo etário de pertença.

Ao contrário do que se poderia esperar, estamos perante um grupo maioritariamente ligado ao mercado de trabalho: 42 em 50⁴⁹ que trabalharam nos últimos 3 anos ou encontram-se disponíveis para trabalhar. Apenas 8 não estão disponíveis para integrar o mercado de trabalho por questões de saúde ou de idade. Esta constatação mostra o efeito devastador do desemprego e da falta de oportunidades que advêm de um fator fundamental de luta contra a pobreza: um emprego com um salário digno.

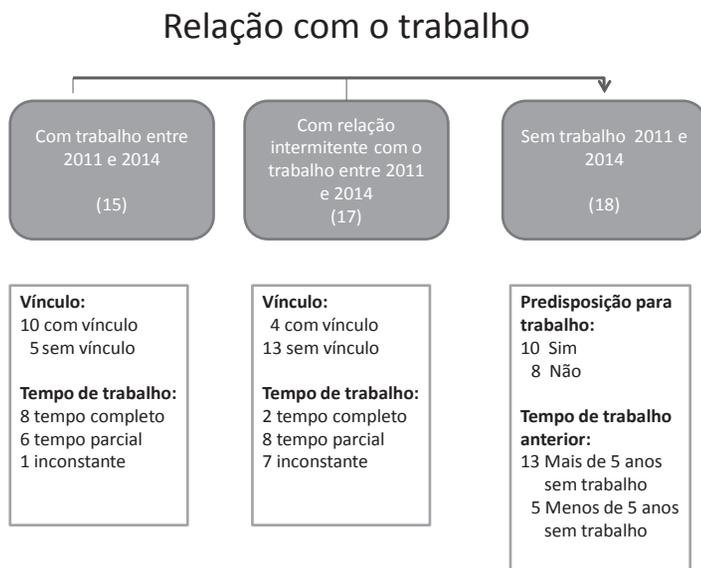
Os traços de fragilização laboral desta população de fracos recursos estão bem presentes. A relação com o mercado de trabalho foi quase sempre precária ao longo da vida: menos de metade refere ter tido alguns períodos de estabilidade laboral na sua vida ativa (apenas 21 em 57).

Hoje, em situação de crise, os que apresentam uma relação com o trabalho têm maioritariamente vínculos precários. A precariedade não é apenas dos vínculos de trabalho mas também do não preenchimento total do horário de trabalho: são mais numerosos os que trabalham a tempo parcial do que os que trabalham a tempo inteiro com a inevitável consequência do ponto de vista dos rendimentos.

Considerando o percurso profissional, e apesar do número reduzido de entrevistas, é evidente a diversidade de expectativas face ao trabalho, sobretudo, no grupo atualmente sem trabalho ou com trabalho quase residual em número de horas. Nestes, as consequências desta relação periférica com o mercado de trabalho traduzem-se, por um lado, numa redução progressiva das expectativas face à sua inserção laboral e, consequentemente, da procura de emprego e, por outro lado, em constrangimentos nas capacidades de projeção no futuro, não só de si, como dos seus.

⁴⁹ Do total de entrevistados (57) excluem-se 7 pessoas idosas (em 10) que nos últimos 3 anos não apresentaram qualquer relação com o mercado de trabalho.

Figura 23 – Relação com o trabalho, 2011 e 2014



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

Se é um facto que o trabalho parece continuar a ser fundamental no que se refere às expectativas de rendimento de cada um, e à possibilidade de independência económica, a perda da sua centralidade como fator de satisfação das necessidades materiais devido ao desemprego, às baixas remunerações e à precariedade dos vínculos laborais, faz aumentar a dependência das políticas sociais para a sobrevivência. Esta interdependência complexa entre o funcionamento do mercado de trabalho e as políticas sociais está no coração da discussão do Estado Providência e tem mesmo dado azo a novos conceitos como a “flexisegurança”⁵⁰ que pretende suportar uma relação entre trabalho flexível e proteção social. Mas hoje, face à constatação de que o mercado de emprego não oferece trabalho em número suficiente face aos ativos existentes a questão coloca-se ainda com mais pertinência.

⁵⁰ De acordo com a Comissão Europeia: «Para serem eficazes, as estratégias de modernização do mercado de trabalho devem considerar as necessidades dos trabalhadores e dos empregadores. Assim, o conceito de flexisegurança é uma abordagem global que privilegia: a flexibilidade dos trabalhadores, que devem poder adaptar-se às evoluções do mercado de trabalho e ter êxito na sua transição profissional. De igual modo, deve favorecer a flexibilidade das empresas e da organização do trabalho, para dar resposta às necessidades dos empregadores e melhorar a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar; a segurança para os trabalhadores, que devem poder continuar a progredir nas suas carreiras profissionais, desenvolver as suas competências e ser apoiados pelos sistemas de segurança social durante os períodos de inatividade.» in http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/community_employment_policies/c10159_pt.htm

Recomendações:

Conhecer melhor a economia informal e de sobrevivência e ser capaz de transformar aquilo que é informal em formal com vantagens para ambos os lados. Para este efeito é muito importante que se possam adaptar as medidas de ativação às necessidades/possibilidades.

Será de enorme relevância que nos possamos afastar da ideia pré-concebida que são os pobres que estão desadaptados ou afastados do mercado de trabalho. As políticas de ativação são um caminho interessante desde que possam afastar-se deste estereótipo e, por outro lado, estejam em consonância com aquilo que é em determinado momento a oferta do mercado de emprego. Por outras palavras, ativar para o vazio, para a ausência de oportunidades ou para mercados onde apenas se reproduz a pobreza e a exclusão social tende a deixar os indivíduos ainda mais longe do ponto de partida.

Promoção de um mercado de trabalho que estimule não apenas a criação de emprego *per si*, mas sim criação de **emprego de qualidade**, que garanta aos trabalhadores condições laborais, em termos salariais ou de contrato de trabalho, que permitam o acesso a uma vida digna. A criação e desenvolvimento de programas locais de estímulo ao emprego, através da articulação e envolvimento dos vários agentes sociais, nomeadamente, empresas, município, centros de emprego, instituições de desenvolvimento comunitário, escolas de formação e ensino, permitirão desenhar respostas articuladas de modo a responder à redução do desemprego e à contratação não precária.

Por outro lado, será igualmente importante não desvalorizar as competências, inatas ou adquiridas pela própria experiência de vida, muitas vezes exercidas no âmbito da economia informal e de sobrevivência mas que poderão ser transpostas com sucesso para o mercado de trabalho formal. Experiências como Micro-crédito e outras que estimulem, desde que devidamente apoiadas, as competências pessoais e sociais dos indivíduos, poderão ser filões a explorar.

6. Das necessidades diagnosticadas ao suporte das políticas sociais

6.1. A crise e o Estado de Bem Estar em Portugal

Hoje, na Europa atingida pelas mesmas manifestações da crise (embora com impacto bem diferente), o que distingue o modelo sociopolítico é fundamentalmente a dimensão da proteção social. Apesar da diversidade de modelos do Estado Providência que Esping Andersen (1990) nos fez interiorizar, a pobreza com proteção social diminuta é essencialmente característica dos países da Europa do Sul com um desenvolvimento mais tardio do Estado de Bem-Estar e tendo a sua implementação sido estruturada já com sucessivas crises económicas, que vêm desde a crise do petróleo de meados da década de 70.

Mas o estado social não é apenas uma obra de imitação entre os países, ele foi o resultado, na maioria dos países europeus – embora menos forte em Portugal –, de processos fortes de urbanização e de industrialização que fizeram emergir uma sociedade salarial. Nesta, uma classe emergente de trabalhador reivindicou a defesa dos seus interesses com o suporte das organizações sindicais tendo, até ao colapso desse modelo de desenvolvimento em 2008, conseguido um “contrato social” entre trabalho e capital que, mediado pelas políticas públicas conseguiu umas dezenas de anos de paz social na Europa. Ao mesmo tempo nascia o que poderíamos chamar hoje de uma cidadania social que comprometia capital, estado e trabalho numa concertação social ainda que muito de cariz nacional.

Deve ainda referenciar-se a discussão entre o papel do mercado de trabalho e das políticas públicas para a inserção e o profundo impacto que têm, um e outro, no desenho das políticas sociais. Antes da situação de crise acreditava-se que a inserção no mercado de trabalho era a principal medida para a inclusão e que seria necessário “ativar” aqueles que por razões várias não conseguiam esse nível de inserção. Defendia-se ainda que as políticas públicas teriam efeitos benéficos (contribuir para a diminuição da pobreza), mas também efeitos perversos contribuindo para a desqualificação social (Paugam, 1997) e aumentar a segmentação social (Sélimanovski e Paugam, 2008).

Ora, em Portugal, o processo tardio de emergência da urbanização, e de uma industrialização incipiente, não permitiu ao Estado, ao mesmo tempo que se instituía como estado democrático nos seus múltiplos aparelhos e na trilogia básica do estado de bem-estar (saúde, educação e segurança social), a capacidade significativa de cobertura de riscos.

Hoje, a contradição básica é que num momento de perda de emprego e fragilização da condição salarial, a crise das finanças públicas faz recuar todos os níveis das políticas sociais, fragilizando e agravando as vulnerabilidades.

Duas dimensões podem ser interrogadas: poderia haver alternativas? Poderia o Estado enfrentar a crise sem penalizar tão fortemente os mais vulneráveis? Ora, dispomos de estudos, como o ECOMOD para a OCDE (2011), que comprovam que, ao contrário do que sucedeu em países em condições de constrangimento orçamental semelhante, a penalização dos mais pobres não se verificou ao mesmo nível como em Portugal. A crise, e a forma como esta foi encarada em Portugal, atingiu e continua a atingir fortemente os grupos mais desprotegidos, nomeadamente, por via da redução dos apoios públicos.

6.2. Apesar da incipiência das políticas sociais, elas estão muito presentes nas populações mais vulneráveis

Uma avaliação do impacto das políticas sociais nos entrevistados entre 2011 e 2014, tem uma dimensão complexa que ressalta simultaneamente a presença e a insuficiência dos apoios sociais. É neste quadro estrutural (estado social recente) e conjuntural (medidas de combate à crise) que as políticas sociais devem ser avaliadas em Portugal:

Se considerarmos a origem dos rendimentos destes entrevistados a maioria tem um suporte muito significativo de pensões e subsídios públicos, situação que não se altera significativamente entre 2011 e 2014 - a quase totalidade dos rendimentos familiares dos entrevistados (46)⁵¹ provém de prestações sociais várias (subsídio de desemprego, RSI, reformas dos pais e abonos de família, etc.). Mas, uma leitura rápida dos resultados desta inquirição mostra bem a insuficiência quantitativa e qualitativa das políticas públicas.

Um olhar mais minucioso mostra que, nesse período, a manutenção e ligeira melhoria do número de suportes públicos advém essencialmente do facto de que há novas entradas na reforma e inversamente as prestações do tipo RSI tendem a diminuir.

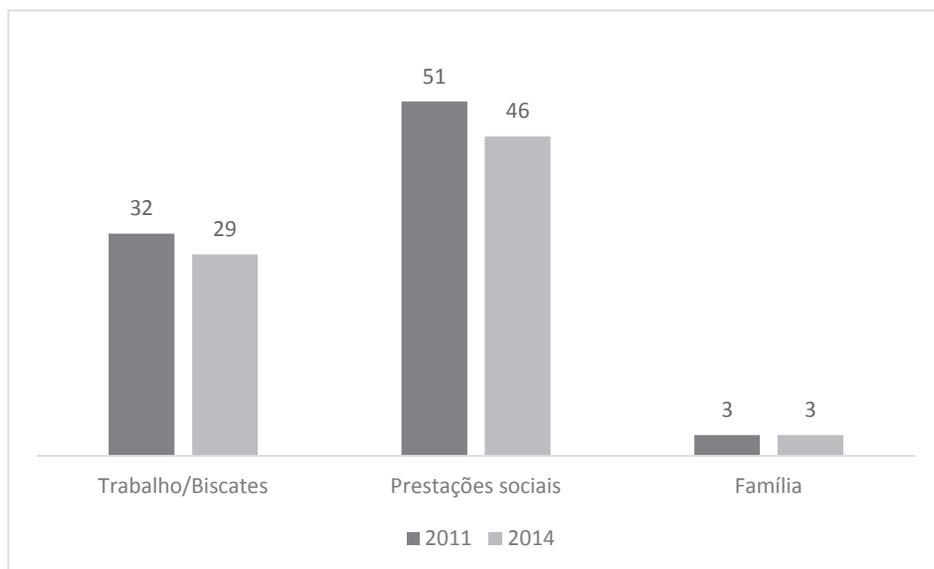
Ao nível do trabalho há uma ligeira diminuição dos recursos ligados ao trabalho (Gráfico 12), que se deve fundamentalmente à diminuição dos rendimentos provenientes da realização de biscates.

O agravamento da situação entre 2011 e 2014 tem sobretudo origem no decréscimo dos apoios sociais que são sentidos em todas as áreas. A maioria dos entrevistados (30/57) considera que a sua situação económica, face a 2011, sofreu um agravamento, e são sobretudo os que dependem das políticas sociais os mais penalizados: os incapacitados e os idosos. Inversamente os 7 dos

⁵¹ O total de entrevistados para os quais foi possível apurar a proveniência dos rendimentos familiares foi de 55 em 2011 e, de 52 em 2014.

10 entrevistados que referiram uma melhoria na sua situação socioeconómica devem-no, maioritariamente, à integração no mercado de trabalho, mesmo que de forma precária, o que manifesta bem a importância do trabalho na melhoria das condições de vida.

Gráfico 12 – Origem dos rendimentos monetários, 2011 e 2014



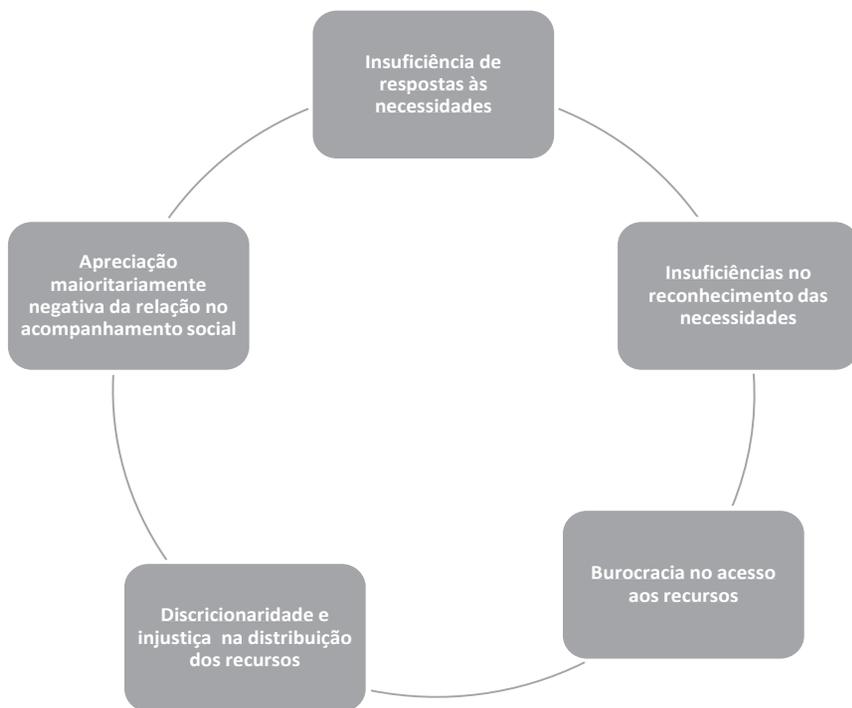
Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

Os suportes advindos das políticas sociais são criticados, não pela sua dimensão cada vez mais assistencialista⁵², mas pela sua insuficiência e desadequação face às necessidades. A ausência de respostas em áreas básicas como o emprego, a habitação ou educação/formação são objecto de várias observações negativas.

Do ponto de vista qualitativo, as críticas dos entrevistados assentam no que se poderá denominar de uma visão demasiado padronizada da ação social. As referências mais frequentes assinalam sobretudo a dissonância entre as necessidades e as respostas (por exemplo, o desajustamento das propostas de formação profissional ao perfil etário e de qualificações das pessoas), as dimensões burocráticas ligadas aos entraves à acessibilidade aos serviços e recursos e o distanciamento dos técnicos no acompanhamento social.

⁵² A distribuição de bens alimentares é geralmente bem recebida, embora a sua quantidade e as condições de acesso seja respetivamente considerada insuficiente e discricionária.

Figura 24 – Principais críticas às Políticas Sociais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

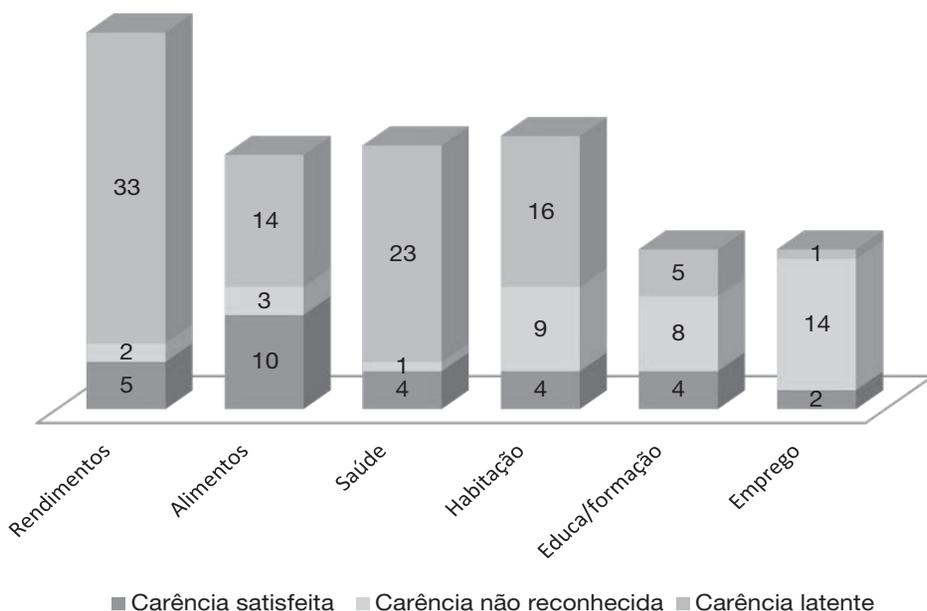
6.3. O recuo das políticas públicas em todos os setores penaliza e agrava as necessidades não satisfeitas

A fragilidade das respostas é evidente em todas as áreas, mas mais perceptível ao nível dos rendimentos. Inversamente, não deixa de ser curioso que são medidas que foram outrora afastadas por serem consideradas “assistencialistas” as que têm uma apreciação mais positiva, como a distribuição de alimentos. No fundo, esta apreciação mais positiva justifica-se por ser o recurso possível que garante a satisfação de uma necessidade básica, impossível de garantir com a redução ou mesmo cessação de determinadas prestações sociais.

É ao nível dos rendimentos que se sente a manutenção ou o agravamento das necessidades dos entrevistados (35), logo seguido pela área da saúde (24).

Quase sem respostas, ou seja, sem as carências serem reconhecidas por parte das instituições, estão as áreas do emprego (14), habitação (9) e educação/formação profissional (8).

Gráfico 13 – Resultado dos apoios por áreas problemáticas (n^os absolutos)



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

A análise de setores básicos para a inclusão (educação, habitação e saúde) oferece um panorama da evolução da situação e também das capacidades dos sistemas de proteção social. No cômputo geral, a situação é negativa assistindo-se ao aumento de situações de desmotivação para a formação⁵³, de manutenção da maioria das situações de sobrelotação e más condições habitacionais e agravamento da situação de saúde dos entrevistados.

Ressaltando, no entanto, as dimensões positivas, é de dar conta que quase metade dos inquiridos (23) fizeram formação profissional já em adultos e 8 realizaram uma ou mais formações nos últimos 3 anos, pese embora a existência de uma opinião generalizada de descrença em relação à adequação da formação às necessidades do mercado de trabalho.

⁵³ Entre 2011 e 2014, reduz-se de 15 para 10 os que gostariam de ter qualificação escolar.

A maioria tem face à formação uma posição de passividade. O fraco investimento em formação qualificante poderia ser considerado surpreendente, mas esta posição é tributária da forma como cada um projeta para si próprio o reingresso ao mercado de trabalho atual. Os mais velhos, por exemplo, embora valorizem a formação do ponto de vista da aprendizagem pessoal e da sociabilidade (interação com outras pessoas), verdadeiramente, não acreditam que a formação seja ‘suficiente’ para eliminar, mesmo num clima de retoma económica, aquela que creem ser a sua principal desvantagem competitiva, a idade. Nesta situação particular, poder-se-á falar numa certa resignação face à condição de desempregado, que deriva, não da falta de motivação, mas da perceção sobre a inconsequência destas ações de formação. Pese embora a qualidade da formação oferecida seja por vezes criticada⁵⁴, esta está muito longe de ser o principal fator de descrédito.

Na realidade, a participação em formação profissional parece ser uma medida de capacitação que muitas vezes não se vê convertida em mais oportunidades para a inserção laboral. A este nível emergem algumas questões que mereciam ser aprofundadas. Nomeadamente, quais os impactos do aumento de escolaridade e da formação profissional no percurso de vida das pessoas? Quais as motivações e expectativas pessoais e profissionais na inserção em formação profissional? A formação profissional ministrada responde às necessidades do mercado de trabalho? Como avalia o mercado de trabalho as competências adquiridas pelas pessoas na formação profissional? O recente artigo de Fernando Diogo (2013) evidencia a pertinência destas questões. Segundo o autor, as profissões que os indivíduos pobres (beneficiários do Rendimento Social de Inserção) desempenham não foram aprendidas no sistema de formação profissional nem na escola.

É sobretudo entre os mais novos que se encontram posições mais ativas, pois veem na formação um recurso potencial e importante para o regresso ao mercado de trabalho.

Em relação à habitação ressaltam os seguintes dados: 21 pessoas consideram que a sua situação habitacional é fonte de preocupação, 17 têm uma mobilidade habitacional na procura de menores encargos face à habitação ou por terem «perdido» vínculos contratuais com rendas de valores acessíveis, e 17 não têm o problema resolvido vivendo em partes de casa (15 em coabitação no mercado privado ou social e arrendamento de quartos) ou ocupando abusivamente uma habitação (2).

⁵⁴ A desatualização de conteúdos ou a inadequação às necessidades do mercado de trabalho são os principais aspetos críticos referenciados.

O agravamento na situação de saúde - aumenta de 33 para 35 o número de pessoas que afirma ter problemas de saúde e são mais 5 os entrevistados que referem problemas de saúde com impacto na entrada no mercado de trabalho – são em parte compensados por 3 entrevistados que referem melhorias.

Quadro 63 – Síntese dos resultados das 3 esferas de inserção: educação, habitação e saúde (entre 2011 e 2014)

EDUCAÇÃO	23 realizaram formação profissional em idade ativa
	8 realizaram formação no período em análise 2011/14
	5 abandonaram/não iniciaram estudos/formação por falta de recursos
	Diferença e ambiguidade s/ importância da formação para integrar o mercado de trabalho
	Desencontro entre o que consideram necessidades de formação e as que são oferecidas
	Entre 2011 e 2014, reduz-se de 15 para 10 os que gostariam ter qualificação educacional
HABITAÇÃO	21 consideram que a questão habitacional é um problema real nas suas condições de vida
	17 mudanças de residência sobretudo de arrendamento privado
	5 mantêm estatuto de proprietários (3 em casas de bairros sociais)
	Aumenta de 12 para 16 o número de arrendatários no setor privado
	18 mantêm-se em situação de arrendamento em bairro social
	Aumenta de 1 para 5 o arrendamento de quartos
	2 em situação de ocupação ilegal em bairro social
	7 pessoas em sobrelotação (melhoria face a 2011)
17 pessoas em coabitação	
SAÚDE	Para 16 pessoas o seu estado de saúde é limitativo do desempenho de uma atividade profissional e, atualmente, para 7 chega a ser impeditivo.
	7 pessoas consideram a doença impeditiva de entrada no mercado de trabalho
	Um doente por agregado familiar - uma realidade para 2/3 do Painel
	12 pessoas afirmam ver agravado os seus problemas de saúde e 3 afirmam ter tido melhorias
	Aumenta de 33 para 35 o número de pessoas que afirma ter problemas de saúde
	Entre 2011 e 2014 mais 2 entrevistado se consideram doentes

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Dinâmia-CET, 2014

Recomendações:

Reforço do papel das políticas públicas em áreas chave como a educação, habitação, saúde, proteção social, tendo como principal meta serem promotoras do combate à pobreza e às desigualdades.

Criar redes de articulação com as diversas entidades – responsáveis da formação profissional, ensino e empresários – de modo a desenvolver ofertas formativas e educativas, bem como de desenvolvimento de competências que respondam às reais necessidades das empresas locais e às expectativas das pessoas. Para tal, dever-se-á estudar qual o impacto/eficácia da formação profissional na inserção laboral de pessoas em situação vulnerável e respetivas falhas existentes.

Assegurar o acesso à habitação digna dos mais vulneráveis, quer seja através do alargamento de oferta de habitação municipal e de programas de apoio ao pagamento da renda e restantes despesas associadas à manutenção de uma casa (como gastos com água, luz e gás, alimentação), como através do reavivar de outras formas de intervenção, como é o caso das cooperativas de habitação em moldes adequados às necessidades atuais, estimulando assim a participação e envolvimento da comunidade e seus agentes institucionais e não institucionais mobilizando-os para encontrar soluções partilhadas. Ainda a este nível, e particularmente no âmbito de novas iniciativas ou projetos que venham a ser promovidos, valeria a pena experimentar dinâmicas de autoconstrução/reconstrução de habitações. Por outro lado, e tendo em consideração o parque habitacional da cidade de Lisboa, seria interessante estimular o nascimento de associações de mediação imobiliária. Estas associações teriam como principal objetivo gerir os conflitos entre inquilinos e senhorios e promover uma dinâmica mais positiva de reocupação das casas, particularmente daquelas que se encontram num estado de maior degradação.

Articulação das diversas respostas que Estado e entidades do setor social e solidário prestam na área da saúde de modo a disponibilizarem respostas integradas e ajustadas à população, respondendo deste modo às necessidades apresentadas e permitindo o acesso à saúde da população mais vulnerável, não se esgotando no incremento de medidas diretas de acesso à saúde da população economicamente mais vulnerável, como é o caso da isenção do pagamentos das taxas moderadoras, mas também no apoio às despesas que se lhe encontram associadas, nomeadamente, custos de deslocação ou despesas de tratamento resultantes do plano de tratamentos aplicado, tornando, deste modo, o acesso à saúde, verdadeiramente inclusivo.

Avaliação do impacto do papel das políticas sociais públicas e respetivas alterações no percurso individual e na sociedade como um todo. Para que tal possa ser posto em marcha, sublinhamos uma vez mais a necessidade de haver definido um plano local de luta contra a pobreza inserido em metas e objetivos de âmbito igualmente nacional.

Criação ou (re)adaptação de respostas ajustadas às novas realidades sociais e às diferentes necessidades e perfis da população, quebrando a tendência de padronização adotada, resultando, muitas das vezes, em ineficácia da ação e dos seus resultados.

Tendo em consideração o momento que vivemos, é importante reconhecer as limitações dos técnicos e dos recursos atualmente disponíveis para a inclusão social. Por isso mesmo, e porque o que se pede aos técnicos é hoje de dimensão hercúlea, existe uma forte necessidade de criar mecanismos de suporte e apoio para os próprios técnicos, combatendo o *burnout* e capacitando-as para fazerem face a realidades muitas vezes desconhecidas ou para as quais a experiência de intervenção conhecida não é ainda suficientemente consolidada para os apoiar/guiar.

Finalmente, é absolutamente primordial que possamos romper com a “lógica de projeto”. Parte substancial do que se procura fazer tem necessidade de longos prazos de implementação. A “lógica de projeto”, muitas vezes secundada por uma fortíssima dimensão burocrática, impede alcançar os objetivos ambicionados gerando frustrações e o fracasso de iniciativas que, com outra amplitude temporal, teriam fortes possibilidades de sucesso.

7. A crise parece não enfraquecer os laços familiares

Tem-se defendido que os mais pobres não são verdadeiramente excluídos⁵⁵ em todas as dimensões e que, antes pelo contrário, a sua vulnerabilidade é compensada por redes de solidariedade que permitem aliviar material e emocionalmente a penosa condição de pobreza. Mas ainda, como frequentemente se referencia, um país com altos níveis de pobreza, onde se partilha com muitos outros essa condição bem como as dificuldades em encontrar trabalho, gera uma interdependência e partilha de conhecimentos que tornam possível encontrar recursos escondidos e manejar outros recursos públicos (Wacquant, 1999, Paugam, 2014).

⁵⁵ Ver por exemplo, Guerra (1997).

Por outro lado, vem-se afirmando a especificidade das relações familiares e de proximidade dos países da Europa do Sul (Paugam, 2014). Há já alguns anos que Boaventura Sousa Santos (1990 e 1994) chamava a atenção para dinâmicas sociopolíticas de países como Portugal, onde o estado, apesar de dotado da grande centralidade na regulação social, emergia fraco como Estado Providência e essa fraqueza era, em parte, compensada pela existência de uma forte “sociedade-providência” onde estariam presentes, não apenas as redes informais de interajuda, como também as instituições de solidariedade social. Nesta formulação, o Estado português não seria um Estado Providência no sentido técnico, apresentar-se-ia como um “quase-Estado-Providência” na medida em que as políticas sociais estariam longe de assumir os níveis de prestação equiparáveis aos que são típicos dos países centrais. Mas, o défice da providência estatal seria compensado, em parte, pelas redes de interajuda entre parentes, vizinhos e amigos.

Esta tese, polémica mesmo em Portugal - devido ao receio que fosse desmotivadora para a construção de um Estado Providência mais abrangente e poderoso - é agora retomada em situação de crise pela suspeita de esgotamento dos recursos dessa “sociedade-providência”, também ela exaurida pela crise e empobrecida. De facto, alguns estudos têm vindo a revelar que à medida que se prolonga no tempo a persistência das situações de pobreza e exclusão social diminui a densidade do capital social dos sujeitos.

Ora, o que esta pesquisa vem demonstrar é a manutenção dos laços familiares (e outros) e diluir esse receio de esbatimento do capital social, ou seja, neste caso a rede de suporte não institucional parece ter aumentado e ter-se diversificado entre 2011 e 2014, havendo mais pessoas a recorrer ao suporte da rede informal, diversificando-se as fontes desta rede. Deve, no entanto, referir-se que a qualidade desta rede não revela, na maioria das situações, uma grande solidez. Por um lado, mais de metade dos entrevistados manifesta um grau de coesão familiar médio ou fraco, por outro lado, são sobretudo aqueles que têm os laços familiares mais fracos que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade e de longa duração. Por fim, os apoios conseguidos por via da rede informal raramente permitem proporcionar outras oportunidades de vida e suprir a privação sentida.

No conjunto dessas redes são os laços familiares os que mais sobressaem com apoios materiais, mas sobretudo nas dimensões emocionais. De facto, deve salientar-se que ao nível dos rendimentos os familiares são sobretudo “credores”. Parece importante enfatizar o suporte emocional, quando estamos perante indivíduos descrentes da vida social e com desconfiança face às instituições. Os suportes da família vão muito para além do suporte material e esta é não apenas uma instância básica de socialização, mas continua a ser

uma instância decisiva na construção identitária do sujeito, apoiando e dando segurança em momentos difíceis de vulnerabilidade acrescida. No período de observação deste Barómetro mantém-se, na globalidade dos entrevistados, o mesmo grau de coesão familiar e são poucos aqueles que referem ter existido repercussões deste tempo de permanência na pobreza quer na dinâmica familiar, quer na rede de solidariedade informal.

Mas a coesão familiar é apreciada de forma diversa pelos vários perfis de entrevistados, o que pode traduzir também um diferente olhar dos familiares sobre os que necessitam e os que merecem ajuda. Tal como o fazem os executores das políticas sociais, também os familiares constroem uma imagem do “merecedor de apoios”. Este é definido por oposição, ou seja, constrói-se uma imagem que põe em confronto atributos face aos outros que não se esforçam para encontrar meios de subsistência, não querem trabalhar, e/ou não sabem aproveitar as oportunidades disponibilizadas. Assim, aqueles que apresentam uma maior fragilidade dos laços familiares tendem a ser as pessoas mais novas, em idade ativa, mas arredadas da esfera do trabalho, seja pela dificuldade de encontrar um posto de trabalho, seja pelos seus problemas de saúde. Aquilo que diferencia as pessoas que apresentam um grau de coesão familiar médio é pertencerem também a uma faixa etária mais elevada (acima dos 55 anos), estarem há muito tempo em situação de vulnerabilidade embora sem um passado marcado pela pobreza intergeracional. Os que têm maior grau de coesão familiar são os “esforçados” trabalhadores pobres ou os que não têm alternativa de melhoria devido à idade - os idosos.

Mereceria a pena aprofundar o papel do território nos suportes das redes de relação. Por um lado, os bairros sociais apresentam-se com fortes laços de suporte familiar (quase exclusivos) e menos suporte de vizinhos, como se “a pobreza envergonhada” se escondesse dos restantes “iguais a mim” do bairro. Nos bairros históricos, parece que a vizinhança de longo tempo gera uma maior solidariedade entre vizinhos que complementa a rede familiar (quando existente).

Se esta conclusão corrobora o que já se tinha observado em 2011, em 2014 emergem com maior acuidade os efeitos dos processos de gentrificação nas redes de vizinhança. A saída de antigos moradores, alguns por incapacidade de pagarem os elevados preços do arrendamento nos bairros históricos, e a chegada de novos é vista, por alguns dos entrevistados, como um aspeto crítico na sua rede tradicional de apoio. Se a maior vivência e partilha do espaço do bairro com os vizinhos parece aqui emergir com maior força comparativamente com o que sucede nos bairros sociais, este potencial não se reflete ao nível do associativismo e da participação cívica.

Recomendações:

Intervenção integrada entre políticas sociais e atuação comunitária incentivando o reforço de uma cooperação interinstitucional local e integrada, articulada com as políticas públicas.

Mereceria a pena aprofundar o papel do território nos suportes das redes de relação. Por um lado, os bairros sociais apresentam-se com fortes laços de suporte familiar (quase exclusivos) e menos suporte de vizinhos, como se “a pobreza envergonhada” se escondesse dos restantes “iguais a mim” do bairro. Nos bairros históricos, parece que a vizinhança de longo tempo gera uma maior solidariedade entre vizinhos que complementa a rede familiar (quando existente).

Se esta conclusão corrobora o que já se tinha observado em 2011, em 2014 emergem com maior acuidade os efeitos dos processos de gentrificação nas redes de vizinhança. A saída de antigos moradores, alguns por incapacidade de pagarem os elevados preços do arrendamento nos bairros históricos, e a chegada de novos é vista, por alguns dos entrevistados, como um aspeto crítico na sua rede tradicional de apoio. Se a maior vivência e partilha do espaço do bairro com os vizinhos parece aqui emergir com maior força comparativamente com o que sucede nos bairros sociais, este potencial não se reflete ao nível do associativismo e da participação cívica.

Assim valerá a pena insistir em estratégias de promoção e fortalecimento do papel e actuação das associações de base comunitária no território e junto das famílias mais vulneráveis, em articulação com as respostas sociais derivadas das políticas públicas, essencial para a manutenção e salvaguarda das redes de apoio informal da população. Paralelamente, dever-se-á estimular a participação e o envolvimento da população nas tomadas de decisão da comunidade, de modo a que exista uma adequação da atuação às expectativas e necessidades da população, promovendo deste modo a solidez das redes de suporte familiares e comunitárias.

A promoção dos processos de regeneração urbana deverá ser acompanhada de uma legislação regulamentadora do mercado de habitação de forma a limitar os processos de gentrificação que se têm verificado nos centros históricos da maioria das cidades, e permitindo o acesso efetivo à habitação (por acesso à propriedade ou arrendamento) das populações que se vêm «empurradas» para fora destes territórios urbanos. Deste modo, sugere-se a possibilidade de os municípios poderem arrendar aos privados (a preços muito acessíveis) uma determinada quota de habitação dos edifícios reabilitados que possam ser integrados em medidas de apoio no acesso à habitação por parte de população com dificuldades (estruturais ou conjunturais) em a ela aceder.

BLOOM David E. e CANNING, David (2010), *Population Health and Economic Growth*, (working paper nº 24) consultado em: http://siteresources.worldbank.org/EXTPREMNET/Resources/489960-1338997241035/Growth_Commission_Working_Paper_24_Population_Health_Economic_Growth.pdf

BOAVENTURA, Sousa Santos (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento

BOAVENTURA, Sousa Santos (1994), *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento

BOURDIEU, Pierre (1986), «L'illusion biographique», *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 62-63, juin, pp. 69-72

BOURDIEU, Pierre (2011), *O Poder simbólico*, Edições 70, Lisboa

BRANCO, F. (2001), *A Face Lunar dos Direitos Sociais. Virtualidades e Limites do RG como Direito de Cidadania em Portugal*. Doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - Brasil

CASTEL R., (1995), *La métamorphose de la question sociale*, Paris, Fayard

CASTRO, Alexandra; GUERRA, Isabel; SANTOS, Marta; BRANCO, Francisco; AMARO, Inês (2010), *Os Caminhos da pobreza. Perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*, SCML, Lisboa

CASTRO, Alexandra; Costa, Sónia; Lobo Antunes, Maria José; SANTOS, Marta; Guerra, Isabel (2012), *A Cidade Incerta. Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, Cadernos EAPN*, nº 17, Porto, EAPN

CETISCTE/CML/Observatório da Habitação (1996), *Satisfação Residencial, Imagens e Identidades: um estudo comparativo em 5 bairros sociais*, Síntese de Resultados, documento policopiado

CHEVALIER, G. (2005), *Sociologie critique de la politique de la ville*, Paris, l'Harmattan.

CHALINE, Claude, (2005), *Les politiques de la ville*, Paris, l'Harmattan

DIOGO, Fernando (2008), “Trajectória de emprego em carrossel em contextos de pobreza”, comunicação apresentada ao *VII Encontro de Sociologia dos Açores, 26 a 28 de Novembro em Ponta Delgada*

DIOGO, Fernando (2012), “Estado-Providência, direitos sociais e desigualdades” in *Cientistas sociais e responsabilidade social no mundo actual*, V.N. Famalicão, Edições Húmus, pp. 121-131

DIOGO, Ana e DIOGO, Fernando (2013), *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições, contextos*, Lisboa, Mundos Sociais. URI: <http://hdl.handle.net/10400.3/2712>

DIOGO, Fernando (2014), «Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos», <http://observatorio-dasdesigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=129>

DONZELOT, Jacques (1996), «L’avenir du social», *Esprit*, pp.219-230.

ESPING-ANDERSEN, Gosta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press & Princeton: Princeton University Press.

ECOMOD (2011), *The distributional effects of austerity measures: a comparison of six EU countries*, OCDE.

EUROFOUND (2013), *Tackling undeclared work in 27 European Union Member States and Norway: Approaches and measures since 2008*, Eurofound, Dublin.

FARINHA RODRIGUES, Carlos (2007), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza. Portugal nos Anos 90*, Coleção Económicas, Série II, nº 5, Coimbra, Almedina.

FARINHA RODRIGUES, Carlos et al. (2011), *Desigualdades em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

FARINHA RODRIGUES, Carlos (coordenador), 2012, *Desigualdade económica em Portugal*, FFMS, 2012

FISCHER, Thomas e HOFFMANN, Sarah (coord)(2012), *European Economic Governance: What About the Social Dimension?*, UE

FATALIYEVA, Sevinj (2014), *Eradiquer la pauvreté des enfants en Europe, Rapport Commission des questions sociales, de la santé et du développement durable*. Rapporteure: Conselho da Europa

GEBALIS/CML (2012), *Estudo de Satisfação Residencial e Expectativas da População residente nas Torres Alto da Eira* [Documento Policopiado]

GEBALIS, EM (2013), *Inquérito de Satisfação Residencial e Participação Cívica aos Moradores dos Bairros Municipais de Lisboa* [documento policopiado], GEBALIS, EM, Lisboa

GILLES, Marie-Odile, LEGROS, Michel (1995), *Politiques Sociales: l'épreuve de la pauvreté: enquête approfondie auprès de 754 personnes en situation de pauvreté*, Centre de Recherche pour l'étude et l'observation des conditions de vie, Conseil Économique et Social in <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/rappots-publics/954087300/index.shtml>

GROH-SAMBERG, Olaf, TUCCI, Ingrid (2010), *Qualitative Interviewing of respondents in large representative surveys*, Working Paper Series des Rates für Sozial- und Wirtschaftsdaten, N°143 in <https://hdl.handle.net/10419/43625>

GUERRA, Isabel (1997), “*The dark side of the moon do rendimento mínimo*”, *Sociologia Problemas e Práticas*, n°25, Novembro, 1997, pp.157-164

GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso*, Estoril, Principia, 95 p.

GUERRA, Isabel, AMOR, Teresa, SULEMAN, Fátima (2014), *Qualitative study on coping strategies in the Crisis: How do Portuguese citizen cope with the economic shock*, Working Paper, DINÂMIA-CET/ISCTE-IUL

GUILLIANI, F. (2006), «La procédure de l'entretien individualisé dans le travail d'accompagnement: quand les usagers et intervenants sociaux ont à organiser l'expérience de situations sans qualité » In I. Astier e N. Duvoux (Eds.), *La Société Biographique: Une injonction à Vivre Dignement*, Paris, L'Harmattan, pp. 195-212.

HOLLAND, Janet, THOMSON, Rachel, HENDERSON, Sheila (2006), *Qualitative Longitudinal Research: A Discussion Paper*, London South Bank University.

LEISERING, Lutz (2003), *The two uses of Dynamic Poverty Research – Determination and Contingent Models of Individual Poverty Careers*, Social Policy Working Papers, University of Bielefeld, Germany

LOLLIVIER, Stéfan, VERGER, Daniel (2005), «Trois apports des données longitudinales à l'analyse de la pauvreté », *Économie et Statistique* n°383-384-385

NATIONAL CENTRE FOR SOCIAL RESEARCH (2012), *Relatório do workshop Reducing the loss of respondents from longitudinal surveys*, London, National Centre for Social Research

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (2014), *Global Employment Trends 2014: Risk of a jobless recovery?* / International Labour Office. Geneva

PAUGAM, Serge(1997), *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, Presses Universitaires de France, coll. « sociologies », 4ª edição (original 1991)

PAUGAM, Serge (2000), *Lesalarié de la précarité*, Paris, Presses Universitaires de France

PAUGAM, Serge, (2014), *Les chômeurs européens face à la crise, Enquête qualitative réalisée dans sept pays de l'Union européenne, Rapport final pour la Commission Européenne, DG Emploi, Affaires sociales et inclusion. Documento interno ainda não editado.*

OCDE, 2011, *Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising*

OIT, 2010, *World of Work Report 2010, From one crisis to the next?*, OIT, Geneva

OIT, 2013, *Tendances Mondiales de L'Emploi*, OIT, Geneva

PEDROSO et al. (2005), *Acesso ao emprego e mercado de trabalho formulação de políticas públicas no horizonte de 2013, Relatório Final*, Faculdade de Economia de Coimbra in http://www.qren.pt/np4/file/1430/9_Acesso_ao_Emprego_e_ao_Mercado_de_Trab.pdf, p:18)

PINTO, Teresa; GUERRA, Isabel; MARTINS, Marta; ALMEIDA, Sara (2010), *À tona de água. Necessidades em Portugal: tradição e tendências emergentes*, Lisboa, Tinta-da-China, 318p.

POLLAK, Catherine, GAZIER, Bernard (2008), «L'apport des analyses longitudinales dans la connaissance des phénomènes de pauvreté et d'exclusion sociale: un survey de la littérature étrangère», in *Les Travaux de l'Observatoire nationale de la pauvreté et de l'exclusion sociale 2007-2008*, La documentation française, pp.561-604

POLLAK, Catherine, GAZIER, Bernard (2009), «Que sait-on des Trajectoires de pauvreté dans les pays riches?», in *Regards Croisés sur l'économie*, n° 4, «Pour en finir avec la pauvreté», 86-94

SALDAÑA, Jonh (2003), *Longitudinal Qualitative Research: analyzing change through time*, Altamira Press, Oxford

SAUBESTY, Corinne (2006), «Quels apports du codage des données qualitatives? Analyse et propositions à partir du codage de données relatives aux processus de développement des coopérations en management de projet», *XV Conférence Internationale de Management Stratégique, Annecy/Geneve 13-16 Juin 2006*, em <http://www.strategie-aims.com/events/conferences/8-xveme-conference-de-l-aims/communications/2252-quels-apports-du-codage-des-donnees-qualitatives/download>

SÉLIMANOVSKI, Catherine e PAUGAM, Serge (2008), *La frontière de la pauvreté*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

SEN, Amartya (1985), *Commodities and capabilities*. Amsterdam, N.Y., U.S.A: North-Holland Sole distributors for the U.S.A. and Canada, Elsevier Science Pub

SOULET, Marc-Henry (2004), «Faire face et s'en sortir vers une théorie de l'agir faible» in *Agir en situation de vulnérabilité*, Vivianne Châtel & Marc-Henry Soulet (dir.), Québec, Presses de l'Université Laval

SOULET, Marc-Henry (2007), “O Trabalho Social Paliativo: Entre redução de riscos e integração relativa”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº 15, pp. 11-27.

TEJADA, César (2008) *Pobreza e saúde: evidências de causalidade em um Painel de dados para o Brasil* consultado em http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-17-pobreza_e_saude_evidenci.pdf

VAUGRENARD, M. Yannick (relator), 2013/14, *Relatório de Informação, nº 388*, realizado para o Senado Francês “Comment enrayer le cycle de la pauvreté? O sans la fraternité!”, disponível em <http://www.senat.fr/rap/r13-388/r13-3881.pdf>

VIEILLE-MARCHISET, Gilles (2007), «La Politique de la Ville : les enjeux d'une action publique conjointe », *Revue & Interrogations ?*, N°4. Formes et figures de la précarité, juin 2007 [en ligne], <http://www.revue-interrogations.org/La-Politique-de-la-Ville-les>

XEREZ, Romana (2008), *Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa* in <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/84.pdf> (consultado em Setembro de 2014)

WACQUANT, Loïc (November 1999), *Les Prisons de la misere*. Paris: Editions Raisons d'agir.

WILMOT, Amanda (2005), *Designing sampling strategies for qualitative social research: with particular reference to the Office for National Statistics' Qualitative Respondent Register*. Paper on qualitative sampling strategies presented to QUEST 2005. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com>

Anexo 1 - Uma caracterização sociodemográfica do Painei do barómetro da pobreza

O Painei de entrevistados na Fase II do Barómetro é constituído por 57 pessoas, das quais se destaca a forte presença de elementos femininos (41) face ao sexo masculino (16).

Do ponto de vista etário foi possível conseguir alguma heterogeneidade na distribuição dos diferentes perfis de entrevistados pelos grupos etários, com exceção naturalmente dos idosos.

Quadro 64 – Distribuição dos entrevistados por escalões etários e perfis

Idade	N	Entrevistados
Até 35 anos	7	2 Desempregados (Olegário, Paula); 1 Cuidadora (Amélia); 2 Trabalhadores Pobres (Miguel, Roberto, Verónica); 1 Desafiliado (Ramiro)
De 36 a 45 anos	14	3 Incapacitados (Antero, Joana, Maria Júlia); 2 Desempregados (Margarida, Sofia); 4 Trabalhadores Pobres (Carolina, Elvira, Ilda, Paulina); 3 Desafiliados (Abu, César, Jerónimo); 2 Saídas da sit de pobreza (Tânia, Marisa)
De 46 a 55 anos	14	3 Incapacitados (Aura, Deolinda, Rute); 2 Desempregados (Anabela, Pedro); 1 Cuidadora (Celina); 6 Trabalhadores Pobres (Alda, Álvaro, Julieta, Rita, Teolinda, Vasco); 2 Desafiliados (Almerinda, Júlio)
De 56 a 64 anos	13	4 Incapacitados (Albano, Dália, Joaquim, Maria Celeste); 3 Desempregados (Filipa, Liliana, Márcia); 4 Trabalhadores Pobres (Camila, Filomena, Maria da Graça, Valentina); 1 Idoso (André); 1 Desafiliada (Hortense)
65 ou mais anos	9	9 Idosos: Anália, Ângela, Celestina, Fátima, Gonçalo, Graça, Luísa, Mariana, Natália

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

A distribuição pelas zonas de residência é equitativa, tendo sido mantida na Fase II do Barómetro, apesar da redução verificada no Painei de entrevistados entre 2011 e 2014. Assim, nas freguesias de Marvila e Santa Clara (corresponde à antiga freguesia da Ameixoeira) foram realizadas 26 entrevistas e na denominada Zona 2 onde se localizam as freguesias de Santa Maria Maior e São Vicente⁵⁶ também 26. A existência de alguma mobilidade residencial (como constatou no capítulo 1.4.) fez com que 4 pessoas residiam noutras freguesias não consideradas inicialmente e ainda uma (Sofia) que se deslocizou para outro concelho limítrofe.

⁵⁶ Estas duas freguesias incluem os territórios das ex-freguesias: S. Cristovão e S. Lourenço, Socorro, Sto Estevão, São Miguel, Santa Justa, Castelo, S. Vicente, Santiago e Graça.

No que diz respeito aos níveis de escolaridade, estes apresentam-se genericamente baixos, mas também com uma distribuição heterogénea dos vários perfis pelos vários graus de qualificação educacional. Refira-se, no entanto, que para algumas destas pessoas, o seu percurso escolar não terminou na sua infância ou juventude, mas sim já em idade ativa, como já mencionado.

Quadro 65 – Distribuição dos entrevistados por nível de escolaridade e perfis

Escolaridade	N	Entrevistados
Analfabeto	8	4 Idosos (Anália, Celestina, Luísa, Mariana); 2 Incapacitados (Albano, Joana); 1 Cuidadora (Celina); 1 Desafiliada (Almerinda)
1ºciclo incompleto	7	3 Desempregados (Liliana, Margarida, Paula); 2 Incapacitadas (Deolinda, Maria Celeste); 1 Trabalhadora Pobre (Maria Graça); 1 Idosa (Natália)
1ºciclo	16	9 Trabalhadores Pobres (Álvaro, Camila, Elvira, Filomena, Julieta, Paulina, Rita, Roberto, Valentina); 2 Incapacitadas (Aura, Rute); 1 Desempregado (Pedro); 2 Idosos (André, Graça); 1 Desafiliado (Jerónimo); 1 Saída da sit pobreza (Marisa)
2ºciclo	10	4 Trabalhadores Pobres (Carolina, Ilda, Teolinda, Verónica); 2 Incapacitados (Antero, Dália); 2 Desempregados (Anabela, Olegário); 2 Idosas (Ángela, Fátima)
3ºciclo	9	5 Desafiliados (Abu, César, Hortense, Júlio, Ramiro); 1 Incapacitada (Maria Júlia); 1 Desempregada (Sofia), 1 Trabalhador Pobre (Miguel); 1 saída da sit pobreza (Tânia)
Secundário	6	2 Desempregados (Filipa, Márcia), 2 Trabalhadores Pobres (Alda e Vasco); 1 Cuidadora (Amélia), 1 Idoso (Gonçalo)
S/inf	1	1 Incapacitado (Joaquim)

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

O registo do estado civil dos elementos do Painel permite antever desde já situações diversas do ponto de vista familiar. Apesar de 23 se encontrarem em situação de conjugalidade no momento da entrevista, o estado civil de 34 entrevistados era solteiro, divorciado ou separado ou viúvo. Entre 2011 e 2013 registam-se 4 alterações no estado civil: dois divórcios (Margarida e Sofia), uma situação de viuvez (Anália) e uma (re)união conjugal (Tânia).

Quadro 66 – Distribuição dos entrevistados por estado civil e perfil

Estado Civil	N	Entrevistados
Casado/união de facto	23	9 Trabalhadores Pobres (Álvaro, Carolina, Elvira, Filomena, Julieta, Miguel, Paulina, Rita, Verónica); 5 Desempregados (Anabela, Filipa, Olegário, Paula, Pedro); 4 Incapacitados (Albano, Aura, Maria Júlia, Rute); 2 Idosos (Celestina, Luísa); 2 saídas sit pobreza (Marisa, <u>Tânia</u>); 1 Cuidadora (Amélia);
Solteiro	15	6 Desafiliados (Abu, César, Hortense, Jerónimo, Júlio, Ramiro); 3 Incapacitados (Antero, Joana, Joaquim); 3 Trabalhadores Pobres (Maria da Graça, Roberto, Teolinda); 2 Idosos (Fátima, Mariana); 1 Desempregada (Liliana)
Divorciado/separado	11	3 Desempregadas (Márcia, <u>Margarida, Sofia</u>); 3 Trabalhadores Pobres (Alda, Camila, Valentina); 2 Incapacitadas (Deolinda, Maria Celeste); 2 Idosos (André, Gonçalo); 1 Desafiliada (Almerinda)
Viúvo	8	4 Idosos (<u>Anália, Ângela, Graça, Natália</u>); 2 Trabalhadores Pobres (Ilda, Vasco); 1 Incapacitada (Dália); 1 Cuidadora (Celina)

Nota: a sublinhado encontram-se aqueles que alteraram o seu estado civil face a 2011

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Entre os 57 entrevistados registam-se 20 com crianças menores. Num conjunto expressivo (11) observaram-se alterações de tipologia familiar. Estas alterações vão em sentidos diversos e revelam que num curto espaço de tempo a constituição destas famílias sofre bastantes mudanças.

Quadro 67 – Distribuição dos entrevistados por tipologia familiar e perfil

Tipologia Familiar	N	Entrevistados
1 adulto sem crianças	16	7 Desafiliados (Abu, César, Hortense, Jerónimo, Júlio, Ramiro, César, <u>Almerinda</u>); 6 Idosos (<u>Anália</u> , André, Fátima, Gonçalo, Mariana, Natália); 1 Incapacitado (Joaquim); 1 Desempregada (<u>Liliana</u>); 1 Trabalhadora Pobre (Valentina)
Outros agregados sem crianças	12	5 Incapacitados (Albano, Antero, Dália, <u>Maria Celeste</u> , <u>Rute</u>); 4 Trabalhadores Pobres (Alda, Álvaro, Maria da Graça, Roberto); 1 Idosa (Graça); 1 Saída da sit pobreza (Marisa); 1 Desempregada (<u>Márcia</u>)
2 adultos ambos com menos de 65 anos, sem crianças	8	4 Trabalhadores Pobres (Camila, Rita, <u>Teolinda</u> , Vasco); 2 Desempregadas (<u>Filipa</u> , Margarida); 1 Cuidadora (Celina),
Outros agregados com crianças	7	4 Trabalhadores Pobres (Carolina, Elvira, <u>Filomena</u> , Julieta); 1 Incapacitada (Aura), 2 Desempregados (Anabela, Olegário)
2 adultos com 3 ou mais crianças	5	3 Trabalhadores Pobres (Miguel, Paulina, <u>Verónica</u>); 1 Saída da sit pobreza (<u>Tânia</u>); 1 Cuidadora (Amélia)
1 adulto com pelo menos 1 criança	3	1 Incapacitada (Joana); 1 Desempregada (<u>Sofia</u>); 1 Trabalhadora Pobre (<u>Ilda</u>)
2 adultos com 1 criança	3	2 Desempregados (Paula, Pedro); 1 Idosa (<u>Ângela</u>)
2 adultos com 2 crianças	2	1 Incapacitada (Deolinda); 1 Idosa (<u>Celestina</u>)
2 adultos, pelo menos 1 c/65 anos ou + anos, sem crianças	1	1 Idosa (Luisa)

Nota: a sublinhado encontram-se aqueles cuja tipologia familiar foi alterada face a 2011

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Realizando o balanço 2011-2014 relativamente à dimensão do agregado familiar verificamos que para 39 o número de elementos estabilizou, enquanto em 11 assistiu-se a uma diminuição (por via de separação, saída de filhos maiores de casa ou falecimento de familiares) e que 7 entrevistados viram o seu agregado aumentar.

Quadro 68 – Entrevistados segundo a dimensão familiar

Dimensão Familiar	N	Entrevistados
1	16	7 Desafiliados (Abu, Almerinda, César, Hortense, Jerónimo, Júlio, Ramiro); 6 Idosos (Anália, André, Fátima, Gonçalo, Mariana, Natália); 1 incapacitada (Joaquim); 1 Desempregado (Liliana); 1 Trabalhador Pobre (Valentina);
2	10	5 Trabalhadores Pobres (Camila, Ilda, Rita, Teolinda, Vasco); 2 Desempregados (Filipa, Margarida); 1 incapacitada (Maria Júlia); 1 Idoso (Luísa); 1 Cuidadora (Celina)
3	11	4 Incapacitados (Antero, Dália, Joana, Rute); 3 Trabalhadores Pobres (Alda, Álvaro, Maria da Graça); 2 Desempregados (Paula, Pedro); 2 Idosos (Graça, Ângela)
4	6	2 Incapacitados (Albano, Deolinda); 2 Desempregados (Márcia, Sofia); 1 Idoso (Celestina); 1 saída da sit pobreza (Marisa)
5 ou mais pessoas	14	8 Trabalhadores Pobres (Carolina, Julieta, Miguel, Roberto, Verónica, Elvira, Paulina, Filomena); 2 Incapacitadas (Aura, Maria Celeste); 2 Desempregados (Anabela, Olegário); 1 Cuidadora (Amélia); 1 Saída sit pobreza (Tânia)

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Anexo 2 – Enquadramento das alterações legislativas

Caixa 1 – Habitação

Habitação social e atualização das rendas Despacho 3/GVHR/2011

No contexto da habitação social, o aumento de rendas decorre da implementação pela autarquia, a partir de 2011, de um processo sistemático de verificação da ocupação e condição dos recursos dos seus habitantes. Deste modo, todos os arrendatários têm periodicamente (trienalmente) a sua renda revista de acordo com os seus rendimentos. O impacto desta medida poderá ser significativo no caso das famílias, cuja renda foi calculada apenas no momento do realojamento, em que os coeficientes anuais de renda aplicados, não acompanharam as alterações positivas dos seus rendimentos. Assim, os aumentos verificados, embora de valor relativamente baixo, têm um impacto significativo em agregados de baixos rendimentos.

Acesso à Habitação Municipal Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal – RRAHM Boletim Municipal nº814/24.09.2009

O acesso a um fogo municipal é feito por **concurso** e está regulado pelo Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, que entrou em vigor em 30 de Dezembro de 2009. Este procedimento obedece, numa primeira fase, ao preenchimento de um formulário eletrónico.

Podem candidatar-se todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros, com título de residência válido em território português, que não residam em habitação adequada à satisfação das necessidades do seu agregado e que reúnam as condições de acesso exigidas no Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal.

Os fogos são atribuídos aos **candidatos com maior pontuação** de acordo com a **tipologia do fogo** adequada ao seu agregado.

A classificação das candidaturas é efetuada mediante a aplicação de uma matriz aos requerimentos entrados. Esta matriz avalia o grau de carência socioeconómica e habitacional do agregado familiar que requer a habitação, de acordo com diversas variáveis, nomeadamente: Tipo de Alojamento; Motivo do Pedido de Habitação, Tempo Residência no Concelho de Lisboa; Tipo de Família; Nº elementos do agregado com deficiência; Nº elementos do agregado com grau de incapacidade igual ou superior a 60%; Nº de elementos em idade ativa com incapacidade para o trabalho; Escalões de rendimento *per capita* em função do Indexante de Apoios Sociais.

Entre 2010 e 2013 foram atribuídos 139 fogos face a 11.798 pedidos (Relatório de Monitorização RRHAM 2014/CML)

Habitação no mercado privado e Lei do arrendamento
Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto (altera o regime do arrendamento urbano,
aprovado pela lei n.º 6/2006)

Em caso de morte do inquilino e salvo algumas exceções, as transmissões sucessivas do arrendamento já não são possíveis. Também no caso de um herdeiro do senhorio tomar a posse do imóvel e querer terminar o contrato com quem lá vive, pode fazê-lo se for o legítimo proprietário desde há dois anos, quando anteriormente tinha que esperar cinco anos para poder fazê-lo.

Apenas podem ficar com a casa os cônjuges, os casais unidos de facto, ascendentes diretos com residência há mais de um ano, e também descendentes mas neste caso apenas tratando-se de: “Filho ou enteado com menos de 1 ano de idade ou que com ele convivesse há mais de 1 ano e seja menor de idade ou, tendo idade inferior a 26 anos frequente o 11.º ou 12.º de escolaridade ou estabelecimento de ensino médio ou superior; e) Filho ou enteado, que com ele convivesse há mais de um ano, portador de deficiência com grau comprovado de incapacidade superior a 60%.

O direito à transmissão descrito na resposta anterior não se verifica se, à data da morte do arrendatário, o titular desse direito tiver outra casa, própria ou arrendada, na área dos concelhos de Lisboa ou do Porto e seus limítrofes ou no respetivo concelho quanto ao resto do País.”

A atualização da renda depende da iniciativa do senhorio que deve comunicar a sua intenção ao arrendatário. Apesar de haver lugar a contestação, se o senhorio não aceitar o valor proposto pelo arrendatário pode denunciar o contrato pagando a este uma indemnização equivalente a 5 anos de renda resultante do valor médio das rendas propostas por cada um deles. No caso de arrendatários com rendimento anual bruto corrigido (RABC) inferior a cinco retribuições mínimas nacionais anuais (RMNA) e de idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência com grau de incapacidade superior a 60%, verifica-se um aumento gradual, durante um período transitório de 5 anos, a máximos de 10% do RABC, quando o rendimento do agregado familiar for inferior a 500 euros mensais, 17% do RABC quando o rendimento do agregado familiar for inferior a € 1500 mensais ou a 25%, nos restantes casos. A atualização referida terá, em todos os casos, o limite de 1/15 do valor do locado, determinado de acordo com o valor patrimonial tributário do imóvel.

Caixa 2 – Abono de Família

De acordo com os dados do INE sobre os abonos de família, desde 2009 que o nº de beneficiários tem vindo a diminuir ano após ano destacando-se a quebra em 2011 com menos cerca de 15.000 abonos em Lisboa, uma quebra superior a 30%.

A partir do ano letivo de 2012/13 procedeu-se à antecipação da prova escolar e à obrigação de aceder à Segurança Social Direta. Ou seja, por um lado, anteriormente a prova escolar que permitia continuar a receber o abono de família era feita até 31 de outubro e passou para 31 de julho, acontece que nesta data muitos alunos ainda não sabem se irão frequentar o próximo ano letivo e não têm matrícula formalizada. Por outro lado, nem todas as pessoas têm facilidade de aceder à internet para formalizar a prova escolar.

Também a alteração das regras previstas para determinação da condição de recursos tiveram implicações no número de pessoas que deixaram de reunir os requisitos para beneficiar.

NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

Ano	Lisboa	Região	Portugal
2008	44385	294671	1226231
2009	46509	312817	1260373
2010	45125	313731	1248177
2011	30039	205334	895638
2012	28443	197623	858080

VARIAÇÃO ABSOLUTA

Ano	Lisboa	Região	Portugal
2008			
2009	2.124	18.146	34.142
2010	-1.384	914	-12.196
2011	-15.086	-108.397	-352.539
2012	-1.596	-7.711	-37.558

VARIAÇÃO PERCENTUAL

Ano	Lisboa	Região	Portugal
2008			
2009	4,8	6,2	2,8
2010	-3,0	0,3	-1,0
2011	-33,4	-34,6	-28,2
2012	-5,3	-3,8	-4,2

Fonte: INE – Anuários Estatísticos, Principais prestações familiares por município

Caixa 3 – Taxas moderadoras

- Decreto-Lei n.º 173/2003, de 1 de agosto – cria as taxas moderadoras
- Portaria n.º 395-A/2007, de 30 de março – alarga o âmbito das taxas moderadoras
- Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, entretanto alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 128/2012, de 21 de junho, a Portaria n.º 306-A/2011, de 20 de dezembro e a Portaria n.º 311-D/2011, de 27 de dezembro, visam incorporar as medidas acordadas no Memorando de Entendimento

A implementação das taxas moderadoras inicia-se em 2003 abrangendo diversos cuidados de saúde, como consultas (centros de saúde e hospitais) e serviços de urgência, sendo alargada em 2007 para abranger também o internamento e intervenções cirúrgicas de ambulatório.

Em 2011 são introduzidas alterações ao regime de acesso ao SNS nomeadamente no que se refere a critérios para aceder à isenção de pagamento das taxas moderadoras e aos seus valores, às categorias de isenção e à documentação e procedimentos administrativos necessários para aceder à isenção.

Estas alterações decorreram da necessidade de incorporar medidas definidas no Memorando de Entendimento assinado com a Troika, que, para além de impor o aumento do valor das taxas praticadas e a sua indexação automática à taxa de inflação, definia a necessidade de rever as categorias isentas do seu pagamento.

Estas medidas levaram a que as taxas de alguns dos serviços conhecessem um aumento de 100% entre 2011 e 2012, particularmente sentidas nos cuidados de saúde primários. Simultaneamente, determinadas doenças crónicas deixaram de ser consideradas condição atributiva de isenção transversal, ou seja, a isenção das taxas apenas só se aplica a atos médicos relacionados com a doença crónica (diálise para os insuficientes renais crónicos, quimioterapia e radioterapia em doenças oncológicas, por exemplo). Estes doentes crónicos apenas terão acesso gratuito a outros serviços de saúde apenas no caso de lhes ser reconhecido um grau de incapacidade igual ou superior a 60% ou de condição de insuficiência económica. Esta medida tem sido sujeita a críticas no sentido de não ter em conta os gastos que um doente crónico possui (medicação, tratamentos, mobilidade, etc.) os quais podem representar uma fatia pesada do orçamento familiar fazendo com que, não se enquadrando numa situação de carência de rendimentos nem de incapacidade igual ou superior a 60%, estes utentes tenham, de facto, incapacidade para suportar todos os custos associados à sua doença.

Mais tarde (em 2012) foi introduzida a isenção para pessoas em situação de desemprego involuntário com subsídio de desemprego igual ou inferior a 1,5 Indexante de Apoios Sociais.

Considera-se em situação de insuficiência económica os utentes pertencentes a agregados familiares cujo rendimento médio mensal, dividido pelo número de pessoas a quem cabe a direção do agregado familiar, seja igual ou inferior uma vez e meia o valor do Indexante de Apoios Sociais. A situação económica dos utentes é comprovada pela Autoridade Tributária (com base nas declarações de IRS) e abrange todos os membros do agregado familiar (agregado fiscal).

A isenção do pagamento de taxas moderadoras por incapacidade igual ou superior a 60% depende da apresentação pelo utente de atestado médico de incapacidade da responsabilidade de uma junta médica, com um custo a ser suportado pelo utente (50 euros em 2013). Em todos os casos previstos de isenção a iniciativa deverá pertencer ao utente e, no caso de insuficiência económica, é reavaliada anualmente.

Caixa 4 – Rendimento Social de Inserção

Dec.-lei nº 70/2010, 16 de jun.

Dec.-lei 13_2013 de 25 jan.

No que respeita ao Rendimento Social de Inserção, com o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho a referência para análise e deferimento passou a ser feita com base nas regras do ‘complemento solidário para idosos’, esta alteração repercute-se ao nível da verificação de recursos, nomeadamente passam a ser considerados para cálculo os apoios em espécie, os apoios ao nível da habitação social e também os rendimentos financeiros e a respetiva situação patrimonial. É instituída igualmente a definição de uma capitação em função da composição dos elementos do agregado familiar, incluindo no que concerne às famílias monoparentais. Essa definição de capitação tem em atenção a possibilidade da existência de economias de escala no seio desses mesmos agregados. Finalmente, é agravada a penalização decorrente de falsas declarações em que resultem quaisquer prestações indevidas.

Neste seguimento, procede-se à introdução de medidas que impõem que os beneficiários a partir dos 18 até aos 55 anos, que não estejam no mercado de trabalho e tendo capacidade para o efeito, sejam abrangidos por medidas de reconhecimento e validação de competências escolares ou profissionais, ou outras medidas de formação. O regime sancionatório é agravado e a recusa de emprego conveniente, de trabalho socialmente necessário, formação profissional ou outras medidas de inserção, assim como ameaças sobre técnicos de acompanhamento são situações com consequência de exclusão imediata. O período de inibição de novo acesso à prestação passa para 24 meses e o regime da justificação de faltas é também alvo de revisão.

As novas regras introduzidas em julho de 2012 complexificam o processo de atribuição do RSI, as burocracias inerentes à renovação anual dos pedidos provocam atrasos e erros que levam ao corte automático da prestação. Assim, quando há uma falha, o sistema informático deixa imediatamente de pagar. As pessoas não chegam a ser informadas do sucedido. Uma vez regularizada a situação, o beneficiário recebe com retroativos, mas fica sempre durante o período de espera sem esse rendimento. Os erros podem relacionar-se, por exemplo, com um problema que ocorra no cruzamento de dados com o IIEFP, o que leva o sistema informático a não reconhecer aquela pessoa como inscrita no centro de emprego. Para o retomar da atribuição das prestações podem decorrer alguns meses, pois é preciso que os diferentes serviços envolvidos reconheçam o erro e desenvolvam os necessários procedimentos de reparação.

Por sua vez, as alterações introduzidas pelo dec.-Lei 13_2013 de 25 de janeiro estabelecem uma redução no montante do rendimento social de inserção que passa a corresponder a 42,495% do valor do IAS (419,22euros), em vez dos anteriores 45,208%. Ou seja, o valor de referência mensal passa de 189,52 euros para 178,15 euros.

Dados nº de Beneficiários RSI Dezembro 2011 e Janeiro 2014

	2011 Dez.	2014 Jan.
Famílias com processamento	118939	96059
Beneficiários com processamento	316950	228396

Fonte: <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

Caixa 5 – Determinação da condição de recursos

Decreto-Lei 70/2010 de 16 de junho

As regras previstas para a determinação da condição de recursos vêm tornar o acesso mais apertado aos seguintes apoios sociais:

- prestações por encargos familiares (abono de família);
- rendimento social de inserção (RSI);
- subsídio social de desemprego;
- subsídios sociais no âmbito da proteção da parentalidade.
- subsídios atribuídos no âmbito da ação social escolar;
- comparticipação de medicamentos e pagamento de taxas moderadoras;
- apoios sociais à habitação.

Agregado: Passam a contar todos os elementos

O conceito de agregado familiar é alargado. Inclui cônjuge ou pessoa em união de facto há mais de dois anos; parentes ou afins, maiores de idade, em linha recta e colateral até ao terceiro grau (pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos, avós, netos, bisavós e bisnetos) e parentes ou afins menores em linha recta e colateral.

Capitação: Nova ponderação

A ponderação de cada elemento na capitação dos rendimentos da família muda. O requerente do apoio passa a ser o único a ter um peso de 1, os restantes indivíduos maiores valem 0,7 e os menores 0,5. Por exemplo, para uma família com dois filhos e um rendimento de 1.000 euros, é contabilizado um rendimento per capita de 370,4 euros e não de 250.

Autorização: Informação bancária

Para comprovar os rendimentos, a Segurança Social pode pedir aos beneficiários autorização para aceder a informação, nomeadamente, fiscal e bancária. Caso esta não seja entregue o apoio será suspenso. E as falsas declarações impedem o beneficiário de aceder à prestação por dois anos.

Pensões: Contam outros apoios

Além dos rendimentos de trabalho dependente e independente, são ainda contabilizados os rendimentos de pensões, prestações sociais (exceto por encargos familiares, deficiência e dependência familiar) e bolsas de estudo e formação. Também contam os apoios regulares à habitação. No caso de habitação social, é considerado uma ajuda de 46,36 euros de forma escalonada (um terço no primeiro ano, dois no segundo e o total a partir do terceiro).

Ações: Inferior a 100.613 euros

Fora dos apoios fica quem tem património mobiliário (nomeadamente ações ou fundos) superior a 240 Indexantes dos Apoios Sociais (100.613 euros). São considerados igualmente os rendimentos de capitais (como juros de depósitos, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros). Sempre que estes sejam inferiores a 5% do valor dos créditos depositados e de outros valores mobiliários, considera-se o que resulta da aplicação daquela percentagem.

Casa própria: Até 251 mil euros não conta

Passam a ser contabilizados todos os rendimentos do beneficiário e da família que com ele vive. Inclui-se aqui rendimentos prediais, excluindo casas de habitação permanente até 251,5 mil euros. Se superar este valor, conta 5% do excedente. São ainda contabilizados rendas de prédios rústicos, urbanos e mistos e valores da cedência do uso do prédio ou parte dele. Se daqui não resultar renda ou esta for inferior à determinada, conta 5% do valor mais elevado que conste da caderneta predial ou certidão matricial.

Prestações abrangidas: Apoios na saúde e educação também contam

A nova lei afeta todos os apoios que dependem dos rendimentos dos beneficiários e não do nível dos descontos dos trabalhadores (apoios não contributivos). Em causa estão as prestações por encargos familiares, como o abono de família, os subsídios sociais (para os mais pobres) de desemprego e o rendimento social de inserção. No entanto, em causa também estão apoios no âmbito da ação social escolar (e no domínio do ensino superior), comparticipação de medicamentos e taxas moderadoras, apoios sociais à habitação e ajudas sociais aos trabalhadores do Estado.

Desce o RSI: Novo regime de proteção especial

O Rendimento Social de Inserção (RSI) sofrerá cortes entre 10 a 15% no caso de casais com dois filhos, avança o especialista Carlos Farinha Rodrigues. O valor do RSI corresponde à diferença entre 80% dos rendimentos de trabalho líquidos (e 100% dos rendimentos sem contribuições) e um valor máximo, definido em função do tamanho da família. Em famílias com dois filhos, o teto a aplicar é de 511 euros (dando direito à diferença) e não 568 euros, como até aqui. No caso de três filhos, o limite baixa 12%, de 682,27 para 606,5 euros.

O que fica: Parentalidade

Os apoios sociais à parentalidade (para famílias com insuficiente carreira contributiva e baixos rendimentos) que já estejam em curso não sofrem alterações. Ou seja, as novas regras só se aplicam para os novos beneficiários. Neste caso, os cálculos são os mesmos que se aplicam ao subsídio social de desemprego.

Cortes: Apoio no desemprego

Uma vez que, para ter acesso ao subsídio social de desemprego, o agregado do beneficiário não pode ter rendimentos superiores a 335,4 euros, o teto de rendimentos aplicável a um casal com dois filhos passa a ser 905,5 euros e não 1341,5 euros. Isto representa um corte de 48%. Aumentando para três filhos, o elemento empregado da família não pode ganhar mais de 1.073 euros, menos 56% do aplicável antes das novas regras (1676,9 euros).

Caixa 6 – Subsídio de Desemprego

Decreto-Lei nº 64/2012, de 15 de março

O Decreto-Lei nº 64/2012, de 15 de Março, procede à alteração do regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de Novembro. As Alterações relevantes ao nível da atribuição do subsídio de desemprego em relação ao regime já existente são, designadamente:

- Alteração do prazo de garantia para atribuição desta prestação social que passa de 450 para 360 dias de trabalho por conta de outrem.
- Redução, em 10%, do montante do subsídio após seis meses da sua concessão;
- Limitação máxima do montante mensal do subsídio a duas vezes e meia o valor do indexante dos apoios sociais, ou seja a 1.048.05. O regime anterior ao DL 64/2012 previa um máximo de 1.257,66€ (3 IAS). O valor mínimo mantém-se idêntico.
- Redução do período de concessão do subsídio de desemprego para um máximo de 540 dias (acrescido de majoração de 60 dias por cada cinco anos com registo de remunerações nos últimos 20 anos). O período de atribuição continua a depender da idade do beneficiário e do tempo de descontos mas em regra existe uma redução significativa. A duração da prestação fica num mínimo de 5 meses a um máximo de 26, mas apenas para os trabalhadores mais velhos e com longas carreiras contributivas. Anteriormente a duração mínima era de nove meses até um máximo de 38.

Anexo 3 – Quadros de suporte ao Capítulo 1.5.

Quadro 69 – Balanço comparativo Disposição para a Ação 2011-2014 por perfil de pobreza

		Perfil 2014											
Disposição para a ação 2011	Disposição para a ação 2014	Incapacitados	Desempregados	Cuidadoras	Trabalhadores pobres	Idosos	Desafiliados	Trabalhadoras	Total			Total	
Adaptação/ Conformação	Adaptação/ Conformação	6	1	0	3	8	4	0	22				
		Declinda, Albano, Rute, Joaquim, Maria Celeste, Joana	Paula		Julietta, Valentina, Verónica	Anália, Ângela, Gonçalo, Mariana, Fátima, Celestina, Graça, Natália	Abu, Hortense, Júlio, Jerónimo						
		1	1	0	1	1	0	0	4				
Frustração/ Stress	Frustração/ Stress	Aura	Liliana		Filomena	Lúisa			4				
		1	0	0	0	0	1	0	0				
		Antero		2	4	9	5	0	28				
Resiliência/ Ativação	Resiliência/ Ativação	8	1	0	0	1			2				
		Antero	Margarida			André	Almerinda		0				
		0	2	0	0	0	0	0	0				
Frustração/ Stress	Frustração/ Stress	1	2	0	0	0			1				
		Dália	Olegário, Pedro				Ramiro		0				
		0	1	0	2	0	0	0	0				
Resiliência/ Ativação	Resiliência/ Ativação	1	4	0	2	1			1				
		Antero	Sofia		Ilda, Camila				0				
		0	0	0	0	0	0	0	0				
Adaptação/ Conformação	Adaptação/ Conformação	1	0	0	1	0			0				
		Maria Júlia			Roberto				0				
		0	2	0	1	0	0	0	0				
Resiliência/ Ativação	Resiliência/ Ativação	0	1	2	9	0			1				
			Anabela, Filipa	2	Vasco		César		0				
		0	1	0	0	0	0	0	0				
Resiliência/ Ativação	Resiliência/ Ativação	0	3	2	11	0			2				
			Márcia	Amélia, Celina	Aida, Paulina, Álvaro, Carolina, Elvira, Miguel, Maria Graça, Rita, Teolinda		Marisa, Tânia		2				
		1	0	0	0	0	0	0	0				
	Total	1	3	2	11	0	1	2	20				

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Anexo 4 – Quadros de suporte ao Capítulo 1.6.4

Quadro 70 – Distribuição dos entrevistados por perfil e freguesia de residência

	Incapacitados	Desempregados	Cuidadoras informais	Trabalhadores pobres	Idosos	Desafiliados	Trabalhadoras	Total
Zona 1. Marvila/Santa Clara	3 Aura, Albano, Joana	3 Liliana, Olegário, Paula	1 Celina	10 Ilda, Álvaro, Carolina, Elvira, Filomena, Julieta, Maria da Graça, Roberto; Teolinda, <u>Verónica</u>	6 André, Anália, Luísa, Mariana, Celestina, Graça	1 César	2	26
Zona 2. Santa Maria Maior/São Vicente	6 Antero, Deolinda, Joaquim, <u>Maria Celeste</u> , <u>Dália</u> , <u>Maria Júlia</u>	4 Anabela, <u>Margarida</u> , <u>Márcia</u> , Pedro	1 Amélia	7 Alda, <u>Paulina</u> , Camila, <u>Miguel</u> , Valentina, Rita, Vasco	4 Ângela, <u>Gonçalo</u> , Fátima, Natália,	4 Abu, <u>Júlio</u> , <u>Jerónimo</u> , <u>Ramiro</u>	0	27
Outro concelho	0	1 <u>Sofia</u>	0	0	0	0	0	1
Outra freguesia	1 <u>Rute</u>	1 <u>Filipa</u>	0	0	0	1 <u>Hortense</u>	0	2
Outra situação	0	0	0	0	0	1 <u>Almerinda</u>	0	1
Total	10	9	2	17	10	7	2	57

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA-CET, 2014

Anexo 5 – Quadros de suporte ao Capítulo 2.1.

Quadro 71 – Data do primeiro contacto com dispositivos de assistência social/ sistema de proteção social, por perfis de entrevistados e área de residência

Início da relação	N	Entrevistados	Zona histórica	Ameixoeira/ Marvila	Perfil 2014
1 a 5 anos	13	Antero, César, Filipa, Gonçalo, Márcia, Natália, Paula, Pedro, Ramiro, Roberto, Valentina, Vasco, Verónica	9	4	Desempregados (4), Trabalhadores pobres (4), Idosos (2), Incapacitados (1), Desafiliados (2)
6 a 10 anos	8	Alda, Almerinda, Amélia, Camila, Maria Júlia, Miguel, Olegário, Rute	6	2	Desempregados (1), cuidadoras (1), Trabalhadores pobres (3), Incapacitados (2), Desafiliados (1)
11 a 15 anos	9	Abu, Albano, Celina, Elvira, Ilda, Julieta, Júlio, Margarida, Teolinda	3	6	Desempregados (1), cuidadoras (1), Trabalhadores pobres (4), Incapacitados (1), Desafiliados (2)
16 ou mais anos	20	Álvaro, Anabela, Anália, André, Aura, Carolina, Celestina, Dália, Deolinda, Fátima, Graça, Jerónimo, Joana, Liliana, Luísa, Maria Celeste, Maria da Graça, Mariana, Marisa, Rita	7	13	Desempregados (2), Trabalhadores pobres (4), Incapacitados (5), Desafiliados (1), Idosos (7), Trabalhadora (1)
Total	50		25	25	

Quadro 72 – Tipo de relação com os dispositivos de assistência

Tipo de duração	Perfil 2014	N	Entrevistados
Permanente (27)	Incapacitados	7	Antero, Deolinda, Joana, Joaquim, Maria Celeste, Maria Júlia, Rute
	Desafiliados	5	Abu, Almerinda, Hortense, Júlio, Ramiro
	Idosos	5	Celestina, Fátima, Gonçalo, Graça, Natália
	Cuidadoras	2	Celina, Amélia
	Desempregados	5	Anabela, Márcia, Margarida, Paula, Pedro
	Trabalhadores pobres	3	Alda, Roberto, Valentina
Oscilante (15)	Incapacitados	3	Albano, Aura, Dália
	Desafiliados	2	César, Jerónimo
	Desempregados	4	Filipa, Liliana, Olegário, Sofia
	Trabalhadores pobres	8	Camila, Carolina, Elvira, Miguel, Paulina, Rita, Vasco, Verónica
Pontual (11)	Trabalhadores pobres	6	Álvaro, Filomena, Ilda, Julieta, Maria da Graça, Teolinda
	Trabalhadores	2	Marisa, Tânia
	Idosos	3	Anália, André, Mariana

Nota: Casos onde não foi possível perceber o tipo de duração: Ângela e Luísa, ambas idosas

Quadro 73 – Perfil de entrevistados, segundo o tipo de relação com os dispositivos de assistência

<p>Permanente (26)</p>	<p>Incapacitados, desempregados, cuidadoras, desafiados Grau de coesão familiar: fraco/Não se aplica Confiança interinstitucional: fraca/boa (2011) média/boa (2014) Relação tendencialmente mais positiva com a assistência Manutenção de carências ao nível dos rendimentos (mais 5 anos), alimentação (menos 5 anos), saúde (mais 5 anos), mas habitação é uma carência satisfeita</p>
<p>Oscilante (18)</p>	<p>Desempregados, trabalhadores pobres, desafiados Grau de coesão familiar: fraco/médio (2011) bom (2014) Confiança interinstitucional: média (2011) nula/média (2014) Relação com a assistência avaliada negativamente Manutenção de carências ao nível dos rendimentos (menos 5 anos), alimentação (mais 5 anos), saúde (mais/menos 5 anos), habitação (mais/menos 5 anos)</p>
<p>Pontual (11)</p>	<p>Trabalhadores pobres, Idosos, trabalhadores Grau de coesão familiar: médio/bom Confiança interinstitucional: nula/ fraca Relação com a assistência tendencialmente não é evidenciada nos discursos, mas quando aparece é avaliada negativamente Carências não reconhecidas pelo sistema ao nível dos rendimentos, saúde, habitação. Em alguns casos as necessidades sentidas ao nível dos rendimentos foram satisfeitas</p>

Quando concretizámos a primeira fase do Barómetro (2012), sabíamos bem que a sua continuidade – metaforicamente passar de fotografia a filme, é que lhe daria uma relevância completa, ou seja, era crucial que este importante instrumento pudesse manter-se no tempo com atualizações periódicas.

Como dizíamos no prefácio da primeira publicação, e que não nos importamos de repetir, lutar contra a pobreza passa igualmente por ouvir as pessoas, avaliar o que sentem, registar as suas propostas, fazê-las cidadãos ativos no processo que poderá conduzir a uma intervenção sobre as causas que verdadeiramente as fizeram reféns da pobreza.

A particularidade desta segunda fase do Barómetro é o seu centramento numa análise diacrónica em pleno contexto de crise, isto é, este não é apenas um estudo sobre a pobreza na cidade de Lisboa, mas um estudo que reflete o desenvolvimento do país nos últimos 3 anos onde, como se verificou, a austeridade tem como impacto: i) o aumento das dificuldades das pessoas em situação de pobreza e o aumento do número de pobres, ii) as insuficiências dos fatores de inserção no mercado de trabalho, iii) as incapacidades das políticas sociais. O facto de que esta situação se agravou, e que comparativamente com outros países agravou significativamente a situação dos mais pobres, mostra que as situações de pobreza e de exclusão não foram objeto de uma reflexão política global sobre o que é justo e aceitável em termos de repartição dos custos sociais da crise no nosso país.

2015



promoção:



apoio:

